



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Leonardo Valente Monteiro

**Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez**

Rio de Janeiro  
2012

Leonardo Valente Monteiro

**Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Guimarães

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

M775 Monteiro, Leonardo Valente.  
Inimigos sim, negócios à parte : revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez / Leonardo Valente Monteiro. – 2012.  
187 f.

Orientador : Cesar Guimarães.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Hugo Chávez - Teses. 2. Venezuela – Política externa – Teses. 3. Revisionismo periférico – Teses. 4. Ciência política – Teses. I. Guimarães, Cesar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Leonardo Valente Monteiro

**Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 5 de outubro de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Cesar Guimarães (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Regina Soares de Lima  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Williams Gonçalves  
Centro de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof. Dr. Franklin Trein  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ingrid Sarti  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2012

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu pai, in memoriam, e à minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

A Cesar Guimarães, meu orientador e amigo, pela dedicação, confiança, paciência e pela inspiração proporcionada por seus trabalhos e reflexões. Foram quatro anos construindo uma relação de profundo respeito, amizade e admiração, que levarei pelo resto da minha vida.

À minha mãe, Areni, e a meu irmão, Leandro, por me incentivarem em todos os momentos destes quatro anos de estudo e pesquisa.

À Maria Regina Soares de Lima, grande mestra inspiradora durante o doutorado, e responsável por conselhos de fundamental relevância para a conclusão deste trabalho.

A Williams Gonçalves, amigo sempre presente e interessado. Sem dúvida, grande exemplo e referência para meu desenvolvimento acadêmico.

Aos queridos amigos Tatiana Teixeira, André Coelho, Leticia Matheus, Mariana Mesquita, Denise Mendes, Flavia Guerra, Heleno Andrade, Adriana Lescowitsch, Ronaldo Fiani, Maurício Santoro, Renato Galeno e Beatriz Bissio, que de diferentes formas e em diferentes momentos estiveram ao meu lado, incentivando e compartilhando minhas experiências e expectativas.

## RESUMO

MONTEIRO, Leonardo Valente. *Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez*. 2012. 185 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

A chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, em 1999, além de inaugurar uma fase marcada por governos progressistas na América do Sul, resultou na execução de uma política externa de características *sui generis* na região: marcada ao mesmo tempo pelo que se pode chamar de revisionismo periférico antagônico, de um lado, e pelo pragmatismo comercial de outro. O antagonismo em relação aos Estados Unidos, que vigorou de forma ativa entre 2002 e 2009, conviveu ao mesmo tempo com uma diplomacia do petróleo - apartada de divergências e focada na manutenção das boas relações comerciais com o mercado americano -, e com uma política comercial de importações que no mesmo período bateu recordes de compras de produtos dos Estados Unidos. Trata-se de duas variações de uma mesma política, que não se anularam nem provocaram um conflito paralisante, apesar da notória contradição entre elas. Foi graças a essa ?convivência excepcional? entre as duas faces de sua política externa, que o governo Chávez conseguiu aumentar suas divisas, sem o colapso econômico que ocorreria se retrocedesse na diplomacia do petróleo em relação aos Estados Unidos, e ao mesmo tempo implantar uma política revisionista que trouxe consequências relevantes para as relações bilaterais e também para relações dos países sul-americanos. Fundamentado a partir da velha tradição realista, este trabalho utiliza os conceitos de revisionismo periférico, de Cesar Guimarães, e de confrontação antagônica e confrontação autonômica, de Helio Jaguaribe, como pontos de partida para a reflexão sobre a política externa do governo Hugo Chávez entre 1999 e 2011.

Palavras-chave: Venezuela. Hugo Chávez. Política externa. Revisionismo periférico. Confrontação antagônica. Confrontação autonômica. Realismo periférico. Diplomacia do petróleo.

## ABSTRACT

The arrival of Hugo Chavez in Miraflores presidential palace, in 1999, began a period marked by progressive governments in South America, and resulted in the implementation of a foreign policy *sui generis* in the region: a policy that has, at the same time, a side that can be called 'antagonist and peripheral revisionism' and, on the other hand, improve commercial pragmatism. The antagonism toward the United States, which ran actively from 2002 to 2009, lived at the same time with an oil diplomacy apart from differences and focused on maintaining good trade relations with the U.S. market, and trade policy imports in the same period hit record purchases of U.S. products. These are two variations of the same policy, which is not canceled or paralysis caused a conflict, despite the widespread contradiction between. This "exceptional coexistence" between the two sides of its foreign policy, done the Chavez government managed to increase its currency without the economic collapse that would occur if thrown back on oil diplomacy in relation to the United States, while deploying a revisionist policy that brought important consequences for bilateral relations and to relations between South American countries. Based from the old realist tradition, this thesis uses the concepts of peripheral revisionism (Cesar Guimaraes), and antagonistic confrontation and autonomic confrontation (Helio Jaguaribe), as starting points for reflection on the Hugo Chavez government's foreign policy between 1999 and 2011.

Keywords: Venezuela. Hugo Chávez. Foreign policy. Peripheral revisionism. Antagonistic confrontation. Autonomic confrontation. Oil diplomacy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Ação Democrática
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
Arma	Ação Revolucionária de Militares Ativos
CIA	Central de Inteligência Americana
Copei	Comitê de Organização Eleitoral Independente
CTV	Confederação dos Trabalhadores da Venezuela
CVP	Corporação Venezuelana de Petróleo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
Intenvep	Instituto Tecnológico Venezuelano de Petróleo
MAS	Movimento ao Socialismo
MBR-200	Movimento Bolivariano Revolucionário 200
MEP	Movimento Eleitoral do Povo
MIN	Movimento de Integração Nacional
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionário
MVR	Movimento Quinta República
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
Opep	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PCV	Partido Comunista da Venezuela
PDVSA	Petróleo de Venezuela S/A
Pequiven	Petroquímica de Venezuela S/A
PRV	Partido da Revolução Venezuelana
Saic	Corporação Internacional de Ciências Aplicadas
UCV	Universidade Central da Venezuela
UE	União Europeia
URD	União Republicana Democrática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
1	<b>A VENEZUELA E SEU JOGO DE DOIS NÍVEIS</b> .....	21
1.1	<b>Do caudilhismo agrário ao populismo urbano</b> .....	22
1.2	<b>A ditadura de Jiménez e a estreita relação com os Estados Unidos</b> .....	33
1.3	<b>Cinco décadas de amadurecimento da política externa</b> .....	37
1.4	<b>Punto Fijo: A era do ?Amigos sim, negócios à parte?</b> .....	40
1.5	<b>As orientações políticas externas de Punto Fijo</b> .....	45
1.6	<b>A conturbada Venezuela pós-Caracaço</b> .....	59
1.7	<b>O golpe contra Pérez e contra Punto Fijo</b> .....	64
1.8	<b>A política externa e o impeachment de Pérez</b> .....	65
1.9	<b>O fim informal de Punto Fijo</b> .....	67
1.10	<b>As eleições de 1998</b> .....	70
1.11	<b>A política energética e a diplomacia do petróleo entre 1958 e 1998</b> .....	73
2	<b>O REVISIONISMO PERIFÉRICO ANTAGÔNICO DE HUGO CHÁVEZ</b> ... 83	
2.1	<b>As bases do revisionismo periférico: as influências de esquerda e de direita</b> ... 91	
2.2	<b>De 1999 a 2002: no caminho da autonomia</b> .....	97
2.3	<b>De 2002 a 2009: o revisionismo periférico antagônico na prática</b> .....	100
2.4	<b>A política de prestígio pela via retórica</b> .....	123
2.5	<b>De 2009 a 2011: a volta do revisionismo autonômico</b> .....	132
2.11	<b>A influência do peronismo canônico na construção do inimigo</b> .....	92
2.12	<b>A base marxista e a proposta de um novo modelo econômico internacional</b> ... 94	
2.31	<b>As relações com a América Latina</b> .....	104
2.32	<b>As relações com Irã, Síria, Rússia e Bielorrússia</b> .....	109
2.33	<b>As relações com China, Vietnã e Malásia</b> .....	111
2.34	<b>As relações com a África</b> .....	113
2.35	<b>As relações com a OPEP</b> .....	114
2.36	<b>As relações com os Estados Unidos</b> .....	115
2.41	<b>As raízes da retórica de Chávez</b> .....	123
2.42	<b>A criação da Telesur</b> .....	127
3	<b>O PRAGMATISMO NA DIPLOMACIA DO PETRÓLEO E NA POLÍTICA COMERCIAL</b> .....	136
3.1	<b>Deitada em poço esplêndido: o petróleo, suas bênçãos e maldições</b> .....	139
3.2	<b>Nada muda se há dinheiro para a revolução: a primeira fase da diplomacia do petróleo</b> .....	146
3.3	<b>Entre o colapso e o expurgo: a segunda fase da diplomacia de petróleo</b> .....	153

3.4	<b>Pragmatismo em meio ao revisionismo: o lado não bolivariano da política chavista</b> .....	158
3.5	<b>O pragmatismo fora do petróleo: a política de importações de produtos americanos</b> .....	164
3.6	<b>Um balanço da política comercial pragmática da Venezuela</b> .....	175
4	<b>CONCLUSÃO: INIMIGOS SIM, NEGÓCIOS À PARTE</b> .....	179
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	185

## APRESENTAÇÃO

*“Tenemos que ser creativos continuamente. Hay que buscar la teoría; no hay revolución sin teoría revolucionária”*

Hugo Chávez<sup>1</sup>

Ao assumir a Presidência da Venezuela, em 1999, Hugo Chávez Frias tornou-se o primeiro de uma série de líderes progressistas que chegariam ao poder na América do Sul nos anos seguintes, iniciando uma nova fase, tanto nas políticas internas quanto no posicionamento externo da região em relação ao mundo. Fruto das insatisfações e crises provocadas pelo modelo neoliberal dos primeiros momentos pós-Guerra Fria, do agravamento de problemas estruturais do país e da corrosão de um pacto político de elites em vigor há quatro décadas, Chávez chegou ao Palácio Miraflores com a até então quase herética proposta de declarar o fracasso das estratégias neoliberais de salvação da economia, aumentar a participação do Estado em atividades estratégicas, reformar as instituições e utilizar os recursos do petróleo em projetos de inclusão social e combate à pobreza.

Na política externa, chegou com uma timidez estranha aos olhos de quem analisa seu governo em momentos posteriores, mas já com o propósito de dar uma orientação mais autônoma à Venezuela, que desde a Guerra Fria sempre esteve muito afinada aos Estados Unidos, e que nos anos 80 e 90 se comportou como aliada quase incondicional da grande potência. Importante ressaltar que no início dessa virada de orientação na Venezuela, a América do Sul vivia seu momento, ainda que já agonizante, de tentativas de integração hemisférica por meio de um “regionalismo aberto”, afeito à globalização financeira e sob a perspectiva de uma eventual e futura integração à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No início do governo Chávez, não havia espaço na região para alianças alternativas e nem mesmo para contestações veementes, tanto sobre o modelo econômico em vigor quanto sobre a hegemonia unipolar americana.

Em 2002, no entanto, eventos internos e conjunturas externas deram à política externa venezuelana um tom diferente do que vinha sendo até então executado. A tentativa de golpe de Estado contra o presidente, em abril, e a posterior crise provocada pela oposição na gigante estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA) se combinaram ao mundo pós-atentados de 11 de

---

<sup>1</sup> Frase pronunciada em discurso no dia 10 de novembro de 2007, durante a XVII Cúpula Ibero-americana.

setembro, onde a hegemonia americana deixou de lado a ênfase no *soft power* e a estratégia de exercício de liderança pela via multilateral, para ter um novo perfil, calcado na doutrina exposta por George W. Bush no Discurso de Estado da União (*State of the Union*), e no posterior documento de segurança nacional. A convicção por parte do Palácio Miraflores da estreita colaboração da Casa Branca na tentativa de golpe e na paralisação da PDVSA, e o temor de que essa nova orientação dos Estados Unidos resultasse na velha e conhecida política intervencionista americana, transformaram sensivelmente a forma como a Venezuela se posicionou diante do mundo e a orientação de sua política externa.

Entre 1999 e 2002, a política externa venezuelana pode ser classificada como de tendência autônoma, sem dúvida muito distante e até mesmo opositora ao chamado “realismo periférico” argentino dos anos 90 (termo originalmente criado por Carlos Escudé, 1992); um pouco além do reconhecimento, como no caso do Brasil do governo Fernando Henrique Cardoso, das “polaridades indefinidas” (termo difundido por Celso Lafer e Gélson Fonseca, 1995), mas ainda não caracterizada como o que Cesar Guimarães (2008) definiu de forma original como “revisionismo periférico”.

A partir de 2002, no entanto, a radicalização (e também uma certa inabilidade) proporcionada pelos episódios que puseram em xeque o governo, fizeram a política externa ganhar uma orientação que combinou o revisionismo periférico de Guimarães a um conceito que retrata outra postura, este de Helio Jaguaribe (1986), denominado “confrontação antagônica”. A Venezuela passou, portanto, a adotar uma espécie de “revisionismo periférico antagônico”, sedimentado não somente em uma política que reconheceu a necessidade de multipolarização do sistema internacional, mas que adotou uma postura de confrontação, tanto na política, quanto e especialmente na retórica, em relação aos Estados Unidos.

Mas a política externa venezuelana não é constituída apenas por sua orientação política. A política externa de nenhum país o é, mas no caso venezuelano há um componente cujo peso, por questões estruturais, é de importância crucial: o petróleo. O país é o terceiro maior exportador mundial do produto, o terceiro maior exportador para os Estados Unidos e atualmente possui as maiores reservas mundiais, superiores a da Arábia Saudita<sup>2</sup>. Cerca de 80% de seu PIB tem como origem a atividade petrolífera, o que fez do país vítima histórica da conhecida “Doença Holandesa”, tornando-o totalmente dependente das oscilações e da dinâmica própria desta atividade.

---

<sup>2</sup> Dados divulgados em relatório da OPEP, em julho de 2011.

A dependência em relação ao petróleo, e ao mesmo tempo o poder proporcionado por ele, fizeram a Venezuela desenvolver ao longo do século XX a chamada diplomacia do petróleo. Esta, por sua vez, não deve ser confundida com a dinâmica interna desta atividade (apesar das evidentes interconexões), como o dilema da nacionalização ou a entrega do setor a empresas estrangeiras, ou ao uso pelo país dos recursos provenientes da atividade. A diplomacia do petróleo trata das estratégias de exportação do produto (que ultrapassam a pura questão mercadológica por se tratar de objeto de alta importância geopolítica), as relações estabelecidas para a manutenção dos preços internacionais, como a participação na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), e os acordos bilaterais e multilaterais que utilizam este recurso como moeda de barganha ou de negociação.

Também não é correto afirmar que a diplomacia do petróleo é uma segunda política externa do país, independente de outra política, esta sim vinculada diretamente ao governo. Por mais que o setor de petróleo tenha sua dinâmica própria e que as questões estruturais relativas a ele sejam delineadoras fundamentais para a ação política, as decisões sobre que rumos tomar sempre estiveram, em última instância, no governo. Mesmo em momentos onde a gestão do setor possuía mais autonomia, como nas décadas de 80 e 90, a Presidência da República sempre teve o poder de intervir e de orientar os rumos da diplomacia do petróleo, caso desejasse. Durante o governo Chávez, esse controle se tornou ainda mais efetivo e direto. A diplomacia do petróleo, portanto, é apenas uma face, não raro a mais importante, é fato, da política externa venezuelana. Mas, a rigor, uma face dessa política.

Desde o início do seu governo, Chávez conduziu a diplomacia do petróleo de forma conservadora. Se um lado de sua política tendia para uma postura discreta, mas autônoma em relação aos Estados Unidos, o outro trabalhou intensamente nos primeiros anos para a manutenção das exportações para os Estados Unidos (cerca de 70% do total). Após 2002, nem mesmo a adoção do revisionismo periférico antagônico alterou essa postura. Pelo contrário, foi justamente neste período que as exportações encontraram forte tendência à estabilidade e que as importações de produtos americanos mais sofreram acréscimos em décadas, revelando não somente uma diplomacia do petróleo pragmática, mas uma política comercial de importações que seguia mesma tendência. O legado estrutural foi tratado pelo novo presidente não como algo a ser mudado repentinamente, mas a ser conduzido de forma pragmática.

Esta postura conservadora criou na Venezuela após 2002 uma situação *sui generis* entre os países da região: uma mesma política externa com uma face voltada para o revisionismo

periférico antagônico, e outra justamente para a manutenção das boas relações com o alvo principal dessa revisão e antagonismo. Se o revisionismo de tendência autônoma permite à ação do Estado uma perspectiva para mudanças efetivas menos ruidosa com o decorrer do tempo, o revisionismo antagônico (com seu forte componente de confrontação) gera ao seu redor a expectativa (e o medo) de mudanças bruscas, não dando muita margem, pelo menos em teoria, para convivências moderadas e transições mais lentas.

No entanto, não foi isso o que aconteceu na Venezuela. O revisionismo periférico antagônico de Chávez existiu de fato, gerou consequências importantes nas relações da Venezuela com boa parte do globo, mas não foi o suficiente para uma revisão total de relações. Não mudou, aliás, o principal: a relação de dependência com os Estados Unidos. E a convivência desse revisionismo com uma diplomacia do petróleo pragmática está entre os fatores dessa “atenuação” da política de confrontação.

Este trabalho tem justamente como objetivo sinalizar para a excepcional convivência simultânea entre revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial como componentes principais da política externa venezuelana no governo Chávez, e analisar as consequências dessa interação para a Venezuela, para suas relações com os Estados Unidos e para as relações com o resto do mundo, especialmente com a América Latina. O recorte temporal desta análise vai de 1999 (primeiro ano de governo) até 2011, com especial ênfase entre os anos 2002 (marco da virada na política externa) e 2009 (ano que Barack Obama assume a Presidência americana, o que provoca novas mudanças da política externa venezuelana). Muito embora seja óbvio, cabe ressaltar que o fato do governo Chávez ainda estar em curso torna a abrangência deste trabalho não integral em relação a sua gestão. No entanto, uma análise que engloba 12 anos de governo, e com fases tão notoriamente marcadas, torna-se representativa e de relevância para a compreensão sobre o comportamento da Venezuela, tanto no sistema interamericano como no mundo.

Parte-se da hipótese principal de que nessa convivência simultânea nem o revisionismo periférico antagônico, nem a diplomacia do petróleo foram capazes de anular uma a outra, tendo a política externa trabalhado simultaneamente com essas duas faces. As contradições entre elas não resultaram nem em uma disputa paralisante, nem na prevalência total de uma delas. Parte-se também da hipótese de que a existência simultânea dessas duas faces da política externa foi fundamental para a sobrevivência do próprio governo e para que a confrontação antagônica venezuelana não resultasse em uma reação americana de embate

frontal (seja por acirramento de sanções, bloqueios, intervenções mais efetivas na política interna ou mesmo ações militares), em um cenário potencialmente negativo para o país e para a região. As hipóteses principais decorrem para a elaboração de hipóteses secundárias, não menos importantes, que são: 1- O revisionismo periférico antagônico venezuelano contribuiu fortemente para a mudança de relações na América do Sul e entre a América do Sul e outras regiões, apesar de não ter sido efetivo em sua essência, ou seja, contribuído de forma relevante para a multipolarização do sistema internacional. 2- O revisionismo periférico antagônico, inédito na História venezuelana, rompeu com pelo menos duas décadas de convergência e alinhamentos da Venezuela em relação aos Estados Unidos e foi bem mais além do que as políticas externas mais autônomas do país nas décadas de 60 e 70 que, por mais que divergissem pontualmente em relação a Washington, sempre tiveram na liderança americana durante a Guerra Fria parâmetro fundamental de atuação. 3- A diplomacia do petróleo, apesar de diferenças pontuais e conjunturais, foi o principal elemento de continuidade da política externa de Chávez em relação às políticas externas dos governos de Punto Fijo, mantendo-se rigorosa no cumprimento de contratos, pragmática no estabelecimento de relações comerciais e estratégica, como nos governos anteriores, nas relações lobísticas e de cartel com demais países produtores e importadores.

Para o cumprimento dos objetivos, organizou-se este trabalho em três capítulos. O governo Chávez não é um fenômeno que pode ser entendido de forma isolada da História recente venezuelana. Tantos os elementos de ruptura, quanto os de continuidade de seu governo são respostas a um histórico recente *sui generis* na América do Sul. A Venezuela foi o único país da região a permanecer democrático em meio a uma onda de golpes de Estado entre as décadas de 60 e 70. Mesmo assim, foi um dos países sul-americanos cujos governos mais combateram violentamente os comunistas, e sem a necessidade de tomada de poder pelos militares. A alternância das elites centristas conservadoras no poder por quatro décadas, como elas se relacionaram com o mundo e a forma como esse bipartidarismo ruiu são essenciais para se entender o período Chávez.

O primeiro capítulo, portanto, é essencialmente histórico, sem esquecer a interpretação conceitual, e descreve os principais fatos que moldaram a alternância de poder na Venezuela no século XX, e como a política externa de um país essencialmente agrário e sem relevância até a década de 30 precisou se adaptar à revolução proporcionada pela prospecção do petróleo. Grande ênfase, no entanto, foi dada à chamada Era do Pacto de Punto Fijo (1958-1998), incluindo-se aí sua decadência e a chegada de Chávez ao poder. É nesta fase que

podemos perceber a construção de uma diplomacia do petróleo que vai ganhar elementos de continuidade até os dias de hoje. É também das políticas externas dos anos 60 e 70 que Hugo Chávez retirou, especialmente na primeira fase de seu governo, estratégias de ação para desenvolver uma política mais autônoma. Entender esses e outros processos históricos, portanto, torna-se fundamental para a compreensão com densidade sobre as estruturas da política externa do atual governo.

O segundo capítulo, de conteúdo mais teórico e analítico, é dedicado ao revisionismo periférico antagônico do governo Chávez. A primeira parte faz a uma análise teórico-conceitual da política externa venezuelana, e das influências teóricas que permearam a elaboração de suas orientações. Em seguida, analisa-se a primeira fase da política externa (1999-2002), esta mais autônoma que antagônica, e posteriormente a segunda fase (2002-2009), foco principal de estudo. Ambos os períodos foram estudados tanto a partir da teoria (especialmente como o governo e a academia orgânica<sup>3</sup> orientaram essas políticas), quanto pelas ações concretizadas. O capítulo termina com o fim da fase antagônica e a volta a uma política externa mais moderada a partir de 2009, motivada pelo fim do governo americano de George W. Bush e a chegada de Barack Obama ao poder. A opção de dedicar o segundo capítulo, e não o primeiro como é usual, a uma reflexão mais teórica, tem como justificativa o próprio tema. Considerou-se necessário, para uma melhor compreensão da relação entre teoria e fatos, que a primeira parte fizesse uma introdução mais descritiva, apesar de não exclusivamente, do processo político e histórico venezuelano, fornecendo elementos para uma melhor reflexão teórica e análise posterior.

O terceiro capítulo é dedicado à diplomacia do petróleo e à política comercial de importações, e mostra como eles em quase nada convergiram com o revisionismo periférico antagônico, mesmo fazendo parte da mesma política externa, e ambas sob o comando direto do presidente. Sem se esquecer da parte conceitual, o capítulo dedica-se a mostrar por meio de tabelas, gráficos e demais dados empíricos como a diplomacia do petróleo se comportou, durante o período em questão, como uma política de continuidade em relação à Punto Fijo, sem mudar praticamente nada na política comercial com os Estados Unidos; e mostra ainda como a política de importações de produtos americanos cresceu, inclusive durante a fase mais radical do revisionismo chavista. Na parte final, as constatações do segundo e terceiro

---

<sup>3</sup> Na Venezuela, o trabalho de acadêmicos, especialmente de ciências sociais, em diferentes esferas de governo, foi de fundamental importância para a teorização da política externa que estava sendo implementada. Pesquisadores e professores foram contratados ou transferidos de universidades para uma série de instituições de governo, especialmente para o Instituto Pedro Gual, braço acadêmico do Ministério das Relações Exteriores.

capítulos, aliadas aos fundamentos históricos da primeira parte, servem de embasamento para as reflexões que justificam as hipóteses levantadas neste trabalho.

Em relação à perspectiva normativa, torna-se fundamental ressaltar que este trabalho tem como instrumentos básicos de reflexão os conceitos de “revisionismo periférico”, de Cesar Guimarães, e de “confrontação antagônica” e “confrontação autonômica”, de Helio Jaguaribe, que serão analisados no segundo capítulo. Trata-se de conceitos que se complementam e dão conta de forma elucidativa dos comportamentos estatais, especialmente os da periferia do sistema em relação ao *status quo*. Perspectiva esta rara em teorias clássicas das relações internacionais, quase que exclusivamente preocupadas com o sentido inverso da relação: o do comportamento da potência em relação à periferia. O exercício de reflexão a partir do revisionismo periférico, e a necessidade de se entender o contexto sul-americano da década de 90, exigiram também um contraste, e conseqüente reflexão, com o “realismo periférico”, especialmente pelo fato da diplomacia do governo Chávez ter sido desenvolvida a partir de uma perspectiva oposta a essa orientação, atribuída à Argentina dos anos 90.

A inserção da Venezuela no contexto sul-americano e a ênfase dada aos processos de integração também decorreram para uma necessidade de maior conceituação dos processos de integração regional. Nesta área, este trabalho foi diretamente influenciado pelos textos de Maria Regina Soares de Lima, especialmente os que tratam das conceituações de regionalismo aberto em contraponto à integração estratégica, e os de Ingrid Sarti, que dão conta da complexidade histórica e política dos processos de integração sul-americana.

A utilização dos conceitos e autores mencionados acima é feita tendo-se como principal base teórica, apesar de não exclusiva, a velha tradição realista das relações internacionais. Entender o revisionismo periférico venezuelano e sua busca pela multipolarização é, de certo modo, reconhecer a antiga necessidade exposta pela velha tradição de tendência à multipolaridade de forças, em detrimento de uma sempre mais instável e insegura hegemonia unipolar. É, ao mesmo tempo, reconhecer a desigual distribuição de poder entre os Estados, apesar da igualdade legal e formal, e a importância desse poder na conduta e nos limites de cada ator estatal no sistema internacional. Revisionismos estão ligados inexoravelmente a uma relação com o *status quo*, com a potência em questão, o que torna as assimetrias de poder componente essencial para a reflexão.

Morgenthau (1948), um dos pais fundadores das relações internacionais enquanto disciplina, construiu uma teoria realista, em oposição à visão idealista, a partir da constatação

de uma “política de poder” prevalecente entre os Estados. Trata-se de um modelo ontológico, que define a natureza do Estado realista, baseado na interação entre entidades políticas soberanas capazes, em algum momento, de se envolverem em uma guerra generalizada. Interação esta feita em um ambiente onde a moral da esfera pública é distinta da moral privada, o que concede aos Estados margem de ação não tolerável aos indivíduos, especialmente na defesa dos interesses nacionais, estes descolados dos interesses internos da sociedade. Aron (1979, p55), que segue mesmo modelo ontológico, apesar da visão mais sociológica das relações internacionais, acrescenta de forma original o fato dessas unidades coesas e soberanas reivindicarem todo o tempo o direito de fazer justiça e de escolher entre guerra e paz.

Essa representação dos Estados no sistema internacional construída a partir da visão realista, posteriormente conhecida como modelo do ator unitário, foi por muito tempo dominante no estudo das relações internacionais, convergindo realistas clássicos e contemporâneos para interpretações teóricas a partir de uma racionalidade instrumental e que tem como ponto de partida a “pluralidade dos centros autônomos de decisão” (Aron 1979, p 153). A teoria estruturalista de Waltz (1979), conhecida como pertencente a uma corrente neorrealista, radicalizou essas premissas, especialmente em relação ao conceito de anarquia e de que os Estados são idênticos em todas as dimensões, exceto nas relações de poder, este último um atributo de caráter sistêmico. O poder não seria fruto, portanto, apenas da vontade e da determinação de um Estado, mas de um contexto sistêmico estruturante e, portanto, de muito difícil alteração. O modelo do ator unitário e o reconhecimento de um sistema internacional de poder calcado na assimetria estrutural formam conjunto essencial das relações internacionais na visão realista.

No entanto, é importante ressaltar que o modelo do ator unitário, a partir de uma concepção oriunda da tradição historicista alemã, reforça a primazia da política externa, retirando da política doméstica qualquer importância no processo decisório internacional. De acordo com esta concepção, a política externa está acima da política doméstica, e isolada desta, porque está voltada para a defesa dos interesses nacionais e por tratar de questões relativas à sobrevivência do Estado. Tanto os interesses do Estado quanto sua sobrevivência não estão, a partir desta visão, amparados por qualquer tipo de instituição ou norma, mas somente pelo poder de cada Estado. Segundo Soares de Lima (2000) a distinção da escola realista entre *high e low politics*, - a primeira província exclusiva da política internacional e a

segunda abrangendo a política interna, a economia, etc. -, expressa de forma sintética essa representação.

Uma das primeiras críticas à hegemonia da representação do ator unitário é o modelo de “política burocrática” de Graham Allison (1971) que, ao explicar o paradigma pluralista à análise das decisões de política externa, questionou a artificialidade da separação externo/interno e, conseqüentemente, a especificidade das relações internacionais *vis-à-vis* a análise política doméstica. Allison foi pioneiro na tarefa de explorar os rendimentos teóricos e analíticos dos modelos e teorias comuns à Ciência Política nas Relações Internacionais (...). A posterior hegemonia do realismo estrutural e as novas possibilidades abertas pelo uso dos modelos dedutivos acabaram por desviar os estudos internacionais da trajetória aberta pelo modelo de política burocrática. Apenas recentemente a fertilização entre os dois campos foi retomada. (SOARES DE LIMA, 2000, p 269)

A interpretação do realismo a partir de uma visão *low politic*, reconhecendo a influência da dinâmica doméstica na política externa, é opção teórica deste trabalho, o que não exclui as influências realismo clássico e do estruturalismo de Waltz. A reflexão sobre o revisionismo periférico antagonico e sobre a política comercial da Venezuela torna-se mais rica a partir de uma perspectiva que admite tanto a assimetria de poder e a sua dinâmica estrutural, quanto a importância das variáveis internas do Estado para a tomada de decisões no âmbito externo. No caso do governo de Hugo Chávez, torna-se crucial entender a dinâmica das relações internas da Venezuela para compreender uma política externa altamente focada na sobrevivência do próprio governo.

A partir desta perspectiva, outras contribuições teóricas também se fizeram relevantes, com destaque para o trabalho de Robert Putnam (1988) e seu “jogo de dois níveis”, exposto em “Diplomacy and Domestic Politics”. No modelo de Putnam, os negociadores internacionais jogam em duas “mesas” diferentes. A primeira é a mesa internacional, ou Nível I; e a segunda é a mesa doméstica de cada negociador, ou Nível II. O acordo alcançado no Nível I terá de ser ratificado, em todos os Estados, no Nível II. Por isso, as mesas domésticas são as que determinam o que cada negociador pode oferecer e até onde pode chegar. O jogo de dois níveis, na versão de Milner (1997:9) acrescenta ainda os “custos distributivos” para os grupos domésticos como um novo condicionante da cooperação internacional. Ou seja, acordos e comportamentos internacionais criam perdedores e ganhadores domésticos, e essa dinâmica de custos e benefícios tem peso relevante na tomada de decisões em nível internacional.

A novidade do jogo de dois níveis é não apenas introduzir a causalidade doméstica na explicação de resultados internacionais, mas apontar para a necessidade de ratificação interna de compromissos internacionais, quando estes envolvem questões distributivas no plano doméstico, gerando custos internos que levam à mobilização dos atores afetados, positiva e

negativamente, o que empurra para a esfera pública a discussão da política internacional. (SOARES DE LIMA, 2000, p 275)

A importância da dinâmica doméstica na tomada de decisões externas na Venezuela, a necessidade de identificação de vencedores e perdedores e a articulação entre eles, inclusive na construção do próprio revisionismo periférico antagônico, foram os motivos para a elaboração do primeiro capítulo deste trabalho com ênfase mais histórica. O jogo de dois níveis de Putnam, portanto, dá fundamento teórico necessário para a compreensão dessa relação entre as dinâmicas interna e externa na construção das orientações políticas e comerciais da Venezuela em relação ao mundo, especialmente em relação aos Estados Unidos.

É importante ressaltar ainda na questão normativa o uso de diversos autores políticos e históricos (especialmente nos capítulos I e III) - mesmo que estes não tenham contribuído diretamente para a orientação normativa. O objetivo foi enriquecer as análises conceituais e descrições históricas com interpretações sobre os fatos expostos.

Sobre a metodologia, este trabalho se articulou basicamente sob duas formas: análise bibliográfica acerca do tema, tanto do ponto de vista conceitual quanto histórico, pesquisa e coleta de dados estatísticos e de material de apoio (artigos, discursos, manuais, material publicitário, material de imprensa, DVDs). A coleta de dados e de material de apoio foi feita especialmente, apesar de não exclusivamente, para o capítulo III, trabalho realizado não somente a partir de pesquisa em internet, mas também durante duas viagens à Venezuela (2009 e 2010). Foram feitas ainda entrevistas com acadêmicos e políticos venezuelanos, entre eles Elsa Cardoso, Raúl Baduel e Carlos Romero, utilizadas apenas como referências indiretas para a pesquisa.

Estudar a política externa de um país como a Venezuela, de grande importância política e estratégica para a América do Sul, e de relevância mundial por conta de suas reservas de petróleo e de sua relação comercial com a principal potência, é fundamental para um país como o Brasil, que precisa tanto intensificar sua política de integração regional quanto sua presença como player de relevância global. Conhecer com densidade sua vizinhança e não apenas a partir de estereótipos ou clivagens ideológicas é fator *sine qua non* para a elaboração de políticas e estratégias eficazes e de longo prazo. E a Academia, não resta dúvida, é um dos principais vetores para a produção deste conhecimento.

## 1- A VENEZUELA E SEU “JOGO DE DOIS NÍVEIS”

A descoberta de petróleo em quantidade abundante, logo nos primeiros anos do século XX, converteu-se em um divisor de águas na História da Venezuela. No plano interno, proporcionou em poucas décadas a um Estado extremamente pobre e essencialmente agrário transformar-se em uma economia, ainda que não desenvolvida, próspera o suficiente para fazer o país ser chamado nos anos 60 e 70 de “Venezuela Saudita”. A política externa, que tinha como única preocupação até o fim do século XIX a perda de territórios para antigas potências coloniais, foi diretamente influenciada pela riqueza do ouro negro, e alimentou em poucas décadas pretensões de liderança sobre a região caribenha e América Central, e ambições de fazer a Venezuela alcançar posição de destaque, em meio a Guerra Fria, no Movimento dos Países Não-Alinhados.

Ao alavancar o progresso interno, o petróleo acabou por mudar os objetivos externos venezuelanos. Uma mudança, no entanto, conectada a uma peculiar e rigorosa dinâmica de produção e de mercado imposta por uma commodity especial, estratégica e não raro de interesse nacional, especialmente para a maior potência, os Estados Unidos. Ter a benção de possuir ricas reservas do ouro negro em seu solo significava lograr os dividendos dessa riqueza, mas também carregar a maldição de ter um produto não apenas desejado, mas exigido por seus compradores. Não se vende petróleo como qualquer outro produto e as leis de mercado, neste caso, invariavelmente se cruzam com a lógica geopolítica e com as correlações de força entre vendedores e compradores.

O petróleo, portanto, teve influência decisiva na mudança da ordem interna venezuelana, e a mudança dessa ordem proporcionou uma alteração nos rumos de sua política externa. Essa alteração da diplomacia, por sua vez, esbarrou nas limitações impostas pelo produto, o que acabou influenciando também em mais mudanças de ordem interna. Esse movimento da dinâmica interna influenciando a dinâmica externa e por sua vez influenciando novamente a dinâmica interna é a principal razão da elaboração deste capítulo. Para se entender a política externa do período Hugo Chávez e sua relação com o petróleo, torna-se de fundamental importância compreender a evolução histórica da relação entre governos, sociedade e indústria do petróleo na Venezuela. É a partir da análise do “jogo de dois níveis”, o doméstico e o externo, que rupturas e continuidades no período analisado neste trabalho se tornam mais claras e fundamentadas.

### **1.1- DO CAUDILHISMO AGRÁRIO AO POPULISMO URBANO**

Apesar de ter sido um dos centros irradiadores dos processos de independência da América espanhola, a Venezuela até quase a primeira metade do século XX não possuía uma inserção internacional relevante e com objetivos definidos. Isso se deve, em grande parte, ao fato de o país até o início deste mesmo século sequer ter concluído a construção de seu Estado nacional. A economia, primário-exportadora sem grande relevância internacional, e a população pequena e distribuída de forma desigual por seu território, formavam juntas um conjunto estrutural de complicada alteração e que reduziam o peso político do país até mesmo entre seus vizinhos.

A instabilidade política interna também figurava como grande empecilho ao desenvolvimento. O caudilhismo e as frequentes lutas armadas fizeram com que as elites agrárias e militares usassem todos os seus recursos no jogo de disputas em detrimento a qualquer modelo de progresso.

A fragilidade do Estado venezuelano fez, inclusive, com que perdesse boa parte de seu território para países vizinhos e para a Inglaterra entre os séculos XIX e XX, por meio de uma demarcação extremamente desfavorável de suas fronteiras. O resultado só não foi pior por causa da atuação dos Estados Unidos. A rivalidade entre os norte-americanos e europeus no fim do século XIX fez com que a expansão de territórios das antigas metrópoles no Continente Americano fosse vista como ameaça direta aos interesses geoestratégicos americanos.

Mas foi ainda na primeira metade do século XX que a história venezuelana passou por uma mudança drástica de rumo. A descoberta de poços de petróleo com viabilidade de exploração fez com que o país, até então agrário e insignificante internacionalmente, passasse por importantes e rápidas mudanças estruturais internas, ao mesmo tempo em que aumentou de forma considerável sua importância estratégica.

A prospecção do ouro negro começou em escala comercial durante a longa ditadura de Juan Vicente Gomez (1908-1935), sustentada pelo capital estrangeiro, quase em sua totalidade americano. Amparado pela até então sem precedentes entrada de divisas internacionais, Gomez obteve recursos financeiros e força política para centralizar a administração do fragmentado Estado, enfraquecendo antigas elites agrárias regionais e criando uma infraestrutura viária que, além de necessária para a indústria petroleira, foi responsável por uma rápida integração econômica de várias regiões do país.

Os primeiros registros de extração de petróleo são 1878, mas foi somente na segunda década do século XX que a atividade em escala comercial começou a ser desenvolvida. Em

1912, a New York Bermúdez Company iniciou perfurações no estado de Sucre, e em 1914 começou seus trabalhos na região de Zúlia. Os resultados imediatamente atraíram empresas como Shell, Chevron, Mobil, Texas entre outras. Em 1930, mais de cem empresas estrangeiras do setor já estavam registradas no país.

Ao mesmo tempo em que consolidou o ciclo exportador de petróleo, a Venezuela das primeiras décadas do século XX começou a desenvolver relações privilegiadas com os Estados Unidos, principal investidor e interessado na exploração, e mudou pouco a pouco o perfil de sua elite dominante, tradicionalmente avessa aos americanos. A velha elite agrária cedeu em poucos anos lugar a uma burguesia das cidades ligadas à exploração e às atividades econômicas resultantes dessa nova fase de progresso.

A nova atividade deu fôlego à ditadura de Gómez, o fortaleceu perante os adversários internos, tornou seu governo popular por conta das modernizações ocorridas no país e o blindou com o apoio dos Estados Unidos. Washington rapidamente passou a ver na Venezuela um campo farto e estratégico para sua crescente demanda energética e o ditador venezuelano representou muito mais oportunidade do que ameaça.

Com a morte de Gómez, chegou ao poder o general Eleazar López Contreras, em 1936, que não encontrou mais uma Venezuela essencialmente agrária e caudilha, mas um país com uma crescente classe trabalhadora urbana e uma burguesia do petróleo também em rápido desenvolvimento, e que havia se recuperado com razoável velocidade dos efeitos da Crise de 1929 (que diminuiu, mas não anulou, o crescimento Venezuelano até 1933).

Contreras tentou fazer com que o governo acompanhasse as mudanças pelas quais passavam a sociedade civil do país e atendesse às novas demandas políticas das classes médias. Promoveu reformas políticas, legalizou alguns sindicatos e partidos políticos, diminuiu a repressão contra os meios de comunicação, mas não adotou medidas de cunho democratizante. Segundo Salas e Ellner (2007), o cenário de crescimento urbano deixando por Gómez e as reformas de Contreras fizeram a Venezuela, na década de 30, deixar para trás definitivamente seu passado agrário. Em sua visão, foi a partir das mudanças econômicas e das reformas políticas desses dois governos que o país obteve condições para se tornar um grande monoexportador de petróleo, entrando em um processo de industrialização praticamente exclusivo para esta atividade, e relegando ao quase absoluto descaso qualquer outra atividade econômica, até mesmo as mais essenciais como a agricultura.

*Juan Vicente Gómez died peacefully in his sleep in December 1935; His successor, General Eleazar López Contreras (1936-1941), initiated a limited political liberalization: restricting the presidential term to Five years and permiting labor unions and political parties to function*

*Orly. Under López Contreras Venezuela's transformation from an agricultural exporter to a monoexporter of oil, initiated under Gómez, accelerated, and the nation became a net importer of food. (SALAS, Miguel T. In: ELLNER, Steve e SALAS Miguel: 2007: p 37)<sup>4</sup>*

Foi durante os cinco anos do governo de Contreras que as classes médias urbanas começaram a sentir os benefícios da entrada de recursos externos por conta da exploração de petróleo. A qualidade de vida e o poder de compra tiveram acréscimos consideráveis, as maiores cidades passaram por processos de modernização e a Venezuela rapidamente se tornou um importador relevante de bens duráveis de consumo e de alimentos.

A bonança vinda da prospecção e as reformas fizeram Contreras ter um governo estável o suficiente para fazer seu sucessor sem muita dificuldade. Em 1941, ele designou o general Isaías Medina Angarita para a Presidência, iniciando um período de abertura política bem mais acelerada e profunda que o período anterior. Sobre forte pressão popular e da incipiente burguesia urbana venezuelana, Angarita libertou prisioneiros políticos, legalizou o Partido Comunista da Venezuela e, em 1943, promoveu uma importante reforma das leis de exploração de petróleo, de cunho nacionalizante, o que lhe rendeu forte apoio de vários setores populares e nacionalistas, mas ao mesmo tempo um forte clima de insatisfação e estranhamento por parte do governo americano. Mas a Segunda Guerra Mundial e a Política da Boa Vizinhança desenvolvida pela Casa Branca para os países latino-americanos acabaram fazendo com que a oposição dos Estados Unidos em relação a essas medidas não fosse muito além do descontentamento e da desconfiança.

*La política comercial venezolana, hasta el presente se había inspirado en los principios del liberalismo económico, se ve obligada por las circunstancias del comercio internacional y por la tendencia nacionalista de la economía de los principales países, adoptar un sistema cuyos principios fundamentales son la reciprocidad y el equilibrio de las relaciones comerciales que permita a la nación obtener las ventajas que le corresponde por su situación actual. El nacimiento de la República Venezolana coincidió con el alge de las doctrinas económicas de la escuela liberal. En estas condiciones era lógico que, en materias de relaciones comerciales, se adoptase el principio de la igualdad y de la libertad, utilizando como instrumento la cláusula de la nación más favorecida, en forma ilimitada y incondicional. Esta situación vino a complicarse durante la guerra Europea, y después de Ella, con el implantamiento de restricciones crecientes y complejas al comercio internacional, adoptada por los principales países que intervienen en nuestro comercio exterior... .<sup>5</sup>*

O governo de Angaritas aproveitou o momento de boa vontade da diplomacia americana, a dependência energética dos Estados Unidos em relação à Venezuela em meio à

---

<sup>4</sup> SALAS, Miguel T. - **US Oil Companies in Venezuela: The Forging of an Enduring Alliance**. In: Venezuela: Hugo Chávez and the decline of na “exceptional democracy”: Rowman & Littlefield Publishers INC. Lanham, Mariland: 2007.

<sup>5</sup> Ministério das Relações Exteriores, Livro Amarelo dos Estados Unidos da Venezuela, apresentado ao Congresso venezuelano em sessões extraordinárias em 1938. Imprensa Nacional, Caracas, 1938, p7.

guerra, e os movimentos protecionistas na Europa e nos Estados Unidos decorrentes do conflito para fazer um antigo e desejado acerto de contas com a indústria do petróleo, aumentando o papel do Estado na atividade e na participação sobre os lucros, diminuindo a dependência em relação às grandes empresas estrangeiras, e aumentando os impostos sobre o produto explorado pela iniciativa privada.

Temeroso de que a Venezuela parasse de fornecer petróleo para os aliados, o próprio governo americano pressionou as companhias de petróleo dos Estados Unidos e da Inglaterra para que não reagissem às nacionalizações.

*Cierto número de petroleros há expressado la opinión de que tan solo a la luz del interés nacional es posible comprender la conducta del Departamento de Estado (norte americano) al apoyar la Lei de Hidrocarburos de Venezuela de 1943, que impuso gravámenes adicionales sobre la producción de petróleo por las compañías americanas y inglesas...<sup>6</sup>*

A Venezuela, que a exemplo de outros países latino-americanos, havia procurado se manter neutra desde 1939 no conflito mundial, não viu alternativas a não ser declarar apoio total aos Estados Unidos e aos Aliados a partir de 1942. Apesar de não ter entrado diretamente no conflito, o país sofreu grande pressão dos americanos para entrar no esforço estratégico do fornecimento de energia para a frente aliada. O posicionamento do país facilitava a chegada de petróleo em território americano e nas bases do Caribe sem as ameaças que a Marinha alemã oferecia no trajeto do petróleo vindo de outros continentes. Angarita considerava que a opção menos custosa ao país era entrar nesse esforço colaborativo, elevando a produção ao máximo que a estrutura venezuelana de exploração permitia.

Por outro lado, utilizou a pressão que sofreu para a implementação de medidas que não agradaram Washington, mas que acabaram não tendo grandes reações da Casa Branca, como a mudança na Lei de Hidrocarbonetos, e estratégias protecionistas em importações. Caracas conseguiu ainda em plena Segunda Guerra um acordo que obrigava os Estados Unidos a comprarem uma quota fixa de seu café, pouco competitivo no mercado internacional, e um convênio, também com os Estados Unidos, de colaboração bélica, onde os americanos forneciam investimentos e recursos humanos na produção de armamentos em território venezuelano.

---

<sup>6</sup> Documento do Ministério das Relações Exteriores, de 1940, sem data, reproduzido em Rivas, Ramón – “Venezuela, Petróleo y la Segunda Guerra Mundial, um ejemplo histórico para nuevas generaciones”, publicado na Revista Economía da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de Mérida, Venezuela, N 10 (p 218)

Segundo Ramón Rivas (2006)<sup>7</sup>, o petróleo venezuelano foi considerado fundamental para o êxito militar americano na Segunda Guerra e a produção foi elevada em 50% para atender à demanda. Sem a produção venezuelana, de acordo com o autor, a superioridade militar americana estaria comprometida. Mas o governo de Caracas, de acordo com ele, teve a habilidade necessária para mandar a conta e ficar com muitos dividendos desse esforço.

*Venezuela exportó más del 80% de petróleos y derivados, hacia Aruba, Curazao, Bonaire; que, luego, fueron reexportados hacia África, Asia y Europa. Esta circunstancia fue aprovechada favorablemente por nuestro país para lograr un conjunto de ventajas en los aspectos políticos, económicos y históricos (p 216).*

Para Demetrio Boersner (1978)<sup>8</sup>, os governos de Contreras e de Angarita foram fundamentais, primeiro na consolidação da exploração do petróleo como o principal recurso econômico do país, depois na apropriação da maior parte da riqueza vinda deste recurso, e por último no uso do petróleo como instrumento de fortalecimento da política externa e de conquistas diplomáticas e territoriais que reverteram a apatia e a falta de meios de ação da Venezuela de fins do século XIX.

*En su política exterior, los gobiernos de López Contrera y de Medina (Angarita), durante los diez años que siguieron a la desaparición de Gómez, tomaron algunas medidas para afirmar la soberanía de Venezuela frente al mundo que la rodea. Cooperaron estrechamente con el gobierno norteamericano de F. Roosevelt en la política de defensa del Hemisferio Occidental contra la agresión de la potencia del eje. A cambio de ello, exigieron de las grandes potencias democráticas algunas concesiones tendientes a fortalecer la posición vulnerable a la Gran Bretaña, abriendo para Venezuela la posibilidad de exigir con éxito ciertas rectificaciones territoriales. Como parte de su expansión hacia el Oeste, el Imperio Británico no sólo había ocupado la Guyana Esequiba, sino también la Isla de Patos. Los gobiernos de Caracas en diversas oportunidades exigieron la devolución de la Isla de Patos, así una delimitación del Golfo de Paria que pusiese a salvo los derechos de la República. Reinteradamente, Inglaterra se había negado, constituyendo ello motivo de fricción entre los dos países. A partir de 1940 la Gran Bretaña está acosada por la ofensiva nazi y ansiosa de consolidar y mejorar sus relaciones con Venezuela, cuyo petróleo había adquirido una importancia estratégica extraordinaria. Por ello, la Corona Británica aceptó suscribir dos tratados con Venezuela. El primero de ellos afirma que el gobierno de su majestad “renuncia en favor de Venezuela al título y a todos los derechos de soberanía sobre dicha isla”. El otro instrumento estableció que las áreas submarinas del Golfo entre Trinidad y Venezuela, tomando como base tres líneas que sería trazadas por una omisión mixta Británico-venezolana.(p 85)*

Apesar de ter conseguido apoio popular com as reformas e ao mesmo tempo ter tido habilidade para evitar que essas medidas o transformassem em *persona non grata* para os Estados Unidos, Angarita não obteve forças políticas suficientes para fazer seu sucessor e nem base de apoio para evitar um golpe de Estado. Seu principal problema estava justamente no Exército, que havia apoiado sua chegada ao poder. No Palácio Miraflores, Angarita não

<sup>7</sup> Rivas, Ramón – “Venezuela, Petróleo y la Segunda Guerra Mundial, um ejemplo histórico para nuevas geraciones”, publicado na Revista Economía da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de Mérida, Venezuela, N 10 (p 216)

<sup>8</sup> Boersner, Demetrio ). **Venezuela y Caribe: presencia cambiante**. Caracas, 1978

demorou a adotar políticas de afastamento em relação a Contreras e aos militares. No plano político, a cisão foi feita ainda em 1941, com a criação de sua própria legenda, o Partido Democrático Venezuelano (PDV). Com a medida, muitos militares que apoiaram o presidente se viram excluídos do governo e à margem do processo de escolha de um sucessor para a Presidência.

A indisposição, no entanto, ficou ainda mais grave com o aprofundamento das reformas políticas, especialmente com a legalização do Partido Comunista, o que foi considerado por muitos militares como uma atitude inaceitável, e com a aprovação de uma lei de reforma agrária considerada avançada para o período. Apesar de a reforma da Lei sobre Hidrocarbonetos ter sido de interesse dos militares, a postura do governo em relação à Segunda Guerra Mundial também provocou indisposição. O posicionamento contra as potências do Eixo não era consenso entre a elite militar e o aumento da produção de petróleo para ajudar os aliados foi vista como uma atitude submissa aos interesses americanos. A indisposição do Exército em relação à posição de Miraflores no conflito e a distância cada vez maior entre o presidente e os militares foram cruciais para a manutenção da neutralidade oficial da Venezuela no conflito até 1942 e para a não disposição do país de enviar tropas para o teatro europeu de operações.

Em 1945, a tensão entre parte dos militares e o governo ficou ainda maior, com uma reforma constitucional aprovada em abril e que permitiu o direito de voto para homens analfabetos maiores de 21 anos em eleições parlamentares, e o voto feminino para eleições dos conselhos municipais. Enquanto os militares se irritavam por causa das reformas, os opositores da Ação Democrática (AD), partido fundado por Rómulo Betancourt em 1941, acusaram Angarita de não ter promovido todas as mudanças democráticas que prometera. A maior insatisfação da AD estava na derrota no Parlamento durante a reforma constitucional do projeto que previa eleições livres e diretas para presidente, com voto universal. Bentancourt acusava o presidente de ter se omitido e permitido que o projeto fosse rejeitado, com o intuito de permanecer no poder ou de preparar sua sucessão conforme seus objetivos políticos.

Betancourt não era visto com bons olhos pela elite militar insatisfeita com o governo. Mesmo assim, conseguiu uma aliança com os jovens da União Patriótica Militar, formada por integrantes do baixo oficialato, mas com excelente formação militar e acadêmica (boa parte estudou no exterior) e extremamente interessada em reformar as Forças Armadas para que pudessem chegar aos cargos mais altos de forma mais rápida.

Em 18 de outubro de 1945, com o discreto e desconfiado consentimento de parte das elites militares também opositoras ao presidente, os jovens da União Patriótica Militar e os

integrantes da AD iniciaram um levante, que rapidamente tomou as principais estruturas governamentais de Caracas e chegou a Miraflores. O golpe, conhecido como a Revolução de Outubro, derrubou Angarita e pôs Rómulo Betancourt no poder, primeiro como líder da junta interventora e, logo em seguida, como presidente, cargo que ocupou até 1948.

O golpe de 1945 rompeu uma longa história de governos liderados por militares e pôs um civil na Presidência da Venezuela, apesar deste ter tido o apoio de grande parte das fileiras das Forças Armadas.

A chegada de um civil a Miraflores alimentou as esperanças venezuelanas de reformas democráticas mais profundas e de eleições diretas e livres para a Presidência. Os três anos de Betancourt no poder, apesar de terem tido como origem um golpe de Estado, ficaram conhecidos como o período do Triênio Democrático, especialmente por conta das aspirações do novo presidente de fazer de seu governo um momento de transição para um sistema político regido pela alternância de poder pela via eleitoral. Na sua visão, Betancourt liderava um governo provisório, ainda que não curto, mas que tinha como principal objetivo preparar a Venezuela para a democracia.

Betancourt assumiu uma Venezuela já quase que completamente dependente das exportações de petróleo, com uma crescente burguesia urbana e com uma infraestrutura logística considerada de qualidade se comparada aos demais vizinhos sul-americanos.

*Since 1917 the State had become increasingly dependent on oil revenues. From 1917 to 1936 oil made up 29 percent of State revenues; from 1936 to 1945 it was 54 percent and from 1945 to 1958 71 percent. (Economic Bulletin for Latin America, 1960: 1; Vallenilla, 1975:62). These conditions, according to a National Security Council report, gave rise to a symbiotic relationship between U.S oil companies and the Venezuelan government. (SALAS, Miguel T. In: ELLNER, Steve e SALAS Miguel: 2007: p 40)*

Uma das características mais marcantes de seu governo foi o forte apoio popular e o grande respaldo da burguesia urbana venezuelana, elementos que lhes serviram de base para a tentativa de mudanças políticas por meio de uma nova Constituição. Na Assembleia Constituinte convocada pelo presidente imediatamente após assumir a presidência, a AD obteve mais de 78% dos votos, na mais expressiva performance de um governo em eleições na história do país até aquele momento.

Tanto apelo popular provocou reação de diferentes forças opositoras. No mesmo ano das eleições para a Assembleia Constituinte, em uma tentativa de frear o avanço hegemônico da AD, fundaram-se à esquerda a União Republicana Democrática (URD) e, à direita, o Comitê de Organização Eleitoral Independente (COPEI), de tendência democrata-cristã. Forças políticas incipientes, no entanto, diante do grande aparato de apoio conquistado pelos

governistas.

A AD, em pouco tempo no poder, ampliou de forma considerável as políticas clientelistas do governo, que lhe rederam a manutenção de suas posições, especialmente pela inclusão de forma subordinada das crescentes massas que passaram a integrar a vida urbana venezuelana e a cena política eleitoral.

No campo externo, Betancourt não interferiu de forma crucial no relacionamento comercial já privilegiado entre Venezuela e Estados Unidos, mas em muitos momentos desagradou Washington e gerou preocupações por conta de medidas de cunho nacionalista e estatizantes, que pareciam seguir caminho semelhante ao trilhado por Angarita em 1943. Tais medidas, no entanto, nem de longe ameaçaram interesses da Casa Branca e nem mesmo de grandes corporações americanas. Grande parte das medidas nacionalistas do Betancourt se voltou para setores não ligados à indústria do petróleo, o que parecia quase irrelevante aos olhos dos investidores estrangeiros, apesar de sempre incômodo para os defensores do liberalismo.

*El nacionalismo es la respuesta que Betancourt da al problema del imperialismo. Insiste en que cada país debe tomar acciones unilaterales contra el imperialismo (dos Estados Unidos), nacionalizando tierras e industrias, y manteniendo una posición política autónoma. (...) em sus escritos rechaza la política exterior intervencionista de Estados Unidos hacia los países latinoamericanos. (ROMERO, Maria Teresa: 2005, p 68).<sup>9</sup>*

Apesar das influências da direita nacionalista militar, que deram grande parte das diretrizes de seu governo e que serviram de fundamento para diversos programas sociais de apelo popular e regulamentações trabalhistas durante o período, Betancourt se inspirou também no que Maria Teresa Romero definiu como “um marxismo não ortodoxo”, especialmente no pensamento das relações internacionais do período. Em uma linha nada agradável para os americanos em meio ao início da Guerra Fria, não raro ele pregava a necessidade de união dos Estados por meio de um movimento internacionalista.

*El entedio algunas veces el internacionalismo como una unión entre las clases proletarias del mundo; y en otras ocasiones como una unión entre todos los Estados del sistema internacional, sin hacer distingos entre Estados y países capitalistas y no capitalistas, comunistas o no. (ROMERO, Maria Teresa: 2005, p 69)*

As aparentes contradições entre posturas nacionalistas e estatizantes por um lado, a ausência com as imposições liberais da indústria de petróleo americana, e um pensamento

---

<sup>9</sup> ROMERO, Maria Teresa. Venezuela en Defensa de La democracia / 1958-1998): El Caso de La Doctrina Betancourt. Caracas: Fundación para La Cultura Urbana: 2005.

com elementos marxistas na visão das relações internacionais, sinalizavam sinais ambíguos do governo Betancourt para os Estados Unidos e já davam sinais de que na Venezuela as questões estruturais, com o petróleo, muitas vezes seguiriam caminhos diferentes de outras políticas de governo, mais por impossibilidade de alinhá-las totalmente aos objetivos do Executivo do que por vontade governamental .

No plano regional, ao mesmo tempo em que defendia o pan-americanismo sob liderança americana, Betancourt elogiava os ideais clássicos do integralismo bolivariano da Grã Colômbia<sup>10</sup>, que excluía os Estados Unidos desse processo. Ao mesmo tempo em que garantiu que as relações comerciais entre Caracas e Washington não sofressem com políticas estatizantes e de retenção de lucros, ou com interferências no fornecimento de petróleo, denunciou em várias ocasiões a política imperialista americana para o continente. Posturas que, se não representavam ameaças reais aos interesses, também não transformavam Betancourt em um governante a ser defendido a qualquer custo pelos americanos.

Em relação aos Estados Unidos, a política externa da Venezuela oscilou durante os três anos de governo Betancourt entre o alinhamento sob condições no plano internacional e uma política externa mais independente no contexto regional.

No plano interno, a promessa do presidente de promover eleições livres foi cumprida, tanto para a Assembleia Constituinte logo no início de seu governo, quanto para a Presidência, tendo esta última ocorrida em 1947, a primeira realizada no país em 130 anos de História.

A grande popularidade, a ausência de problemas econômicos relevantes e o fato de ter sido o principal articulador do pleito presidencial fizeram com que o presidente não tivesse grandes dificuldades em eleger seu candidato como sucessor. Rómulo Galegos, também da Ação Democrática, venceu com boa margem de folga, com 74,4% dos votos, e com a promessa de inaugurar na Venezuela uma era de mudanças de governos por meio do voto popular.

O primeiro presidente da Venezuela eleito pela via direta assumiu em fevereiro de 1948, mas permaneceu apenas alguns meses no poder. Em novembro do mesmo ano, o esforço de transição democrática iniciado com Betancourt caiu por terra com mais um golpe militar, dessa vez liderado pelo general Carlos Delgado Chalbaud. Galegos, figura política menos carismática e mais fraca que seu antecessor, representava um processo de abertura política que já há alguns anos irritava as fileiras mais conservadoras dos militares. Além

---

<sup>10</sup> Este, por sua vez, via na integração latino-americana a única via eficaz para se contrabalançar o poder dos Estados Unidos e evitar que a região fosse mais uma vez alvo do imperialismo.

disso, os setores militares aliados ao governo de Betancourt e que colaboraram para a queda do presidente Angarita se sentiam excluídos pela AD do novo governo, pois não ocupavam postos relevantes e nem tampouco foram chamados a ajudar na elaboração do programa de governo.

Antes do golpe, ao perceber que o movimento golpista se fortaleceu nas fileiras militares, Bentancourt cogitou ir aos Estados Unidos pedir uma intermediação que resultasse em uma solução democrática para a crise. O Gabinete de Gallegos, em ação conjunta com Bentancourt, também renunciou para dar liberdade ao presidente de chamar os militares para fazerem parte do novo governo. No entanto, a indiferença dos Estados Unidos em relação ao tema, aliado à intransigência de Gallegos, que não cedeu em relação aos militares, tornou sua queda inevitável. Diante do pretexto de que a AD e o presidente planejavam uma greve geral no país como demonstração de força, os militares entraram em ação no dia 23 de novembro, derrubando o governo e instaurando uma junta militar composta, além de Chalbaud, pelos generais Marcos Pérez Jiménez (que havia sido o principal aliado de Betancourt no golpe de 1945, quando ainda era tenente), e Luis Felipe Lloyera Páez. A junta, por sua vez, não cogitou a hipótese de novas eleições e entregou a Presidência a Chalbaud. Se foram os militares que deram a fundamental ajuda para o golpe que iniciou a reforma para as eleições presidenciais livres, também foram os militares, com outro golpe, que puseram fim a esse processo.

É fato que a Venezuela deixou de ser um país essencialmente agrário a partir da década de 30, mas apesar das ondas de modernização ainda passou por sucessivos governos caudilhos nos quase 30 anos seguintes. Os militares tiveram que se adaptar às novas realidades internas, deixando de lado as oligarquias rurais, que rapidamente perderam espaço com a exploração do petróleo, para se concentrarem no relacionamento com a burguesia urbana que se formou nas principais cidades, e com os trabalhadores da indústria petrolífera.

A transição de governos foi, desde os primórdios da República, preferencialmente decidida nas fileiras do Alto Comando militar. Em todos os momentos de ruptura desse processo decisório, como no caso do governo Angarita, que claramente trabalhava para dar outros caminhos para sua sucessão, o golpe de Estado foi visto como a saída mais viável para a recomposição do *status quo* dominante, e sempre foi posto em prática com total êxito.

No golpe de 1945, no entanto, a composição de forças entre os militares e a AD de Bentancourt, que culminou na chegada ao poder de um presidente civil, mostrou que o desenvolvimento urbano e econômico da Venezuela promoveu o surgimento de novos atores políticos relevantes. Mas, mesmo neste contexto, o protagonismo civil só foi permitido quando a participação militar no processo decisório de governança se mostrou decisiva, e

quando as reformas implementadas pelos civis não representavam uma ameaça à presença protagonista dos militares na vida política.

Quando o governo de Gallegos tornou evidente que os militares não tinham mais espaço relevante, e que essa perda poderia ser permanente diante da implantação de um sistema de sucessão presidencial baseado em eleições diretas, o golpe militar e a restauração de um regime fechado, mesmo sendo este rejeitado pela maior parte da população, foram mais uma vez a solução encontrada para a permanência de uma antiga elite no poder. A única e grande diferença, neste caso, foi que pela primeira vez as forças de oposição à ditadura militar eram significativamente fortes e mais articuladas que no passado.

No campo externo, a ruptura do processo de transição democrática venezuelana não provocou reação enérgica por parte dos Estados Unidos, o único ator internacional naquele momento capaz de contribuir para o desequilíbrio das forças políticas internas da Venezuela. O receio de que o país acabasse dominando por uma elite política de esquerda, e a confiança de que sob a tutela dos militares, a Venezuela poderia até incomodar um pouco por conta de surtos nacionalistas, mas nunca por conta da ascensão de governos comunistas, fez com que os Estados Unidos optassem por uma postura reservada e até mesmo simpática muitas vezes aos militares.

## **1.2- A DITADURA JIMÉNEZ E A ESTREITA RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS**

A queda de Gallegos iniciou um período de administrações curtas, ditatoriais e sem grande relevância tanto nas políticas internas quanto na diplomacia. Chalbaud (entre 1948 e 1950), e Germán Suárez Flamerich (entre 1950 e 1952), não promoveram reformas políticas de peso e não implementaram programas de governo que provocassem mudanças substanciais no país. Ambos tinham como objetivo principal governar sem aumentar ainda mais o descontentamento das elites burguesas e dos trabalhadores em relação ao regime, protelando ao máximo que podiam a ditadura militar sem, contudo, provocar atritos ou contestações sociais mais graves.

Seus curtos governos foram fruto, de um lado, das pressões populares por alternância de poder, e, por outro, da resistência das elites militares, que ao prometerem mudanças que não queriam cumprir, alternaram o poder entre os membros de sua cúpula para baixar as tensões e evitar desgastes que ameaçassem a estabilidade política. No campo externo, até mesmo pelo pouco tempo que tiveram, os dois governos se limitaram a adotar posturas de manutenção das relações comerciais e políticas com os Estados Unidos, tendo ambos

adotados estratégias regionais tímidas e sem grande relevância.

A saída de Flamartich da Presidência, em 1952, no entanto, abriu caminho para mais uma longa ditadura venezuelana, a do general Pérez Jiménez (1952-1958). Jiménez, que havia tido papel decisivo no golpe de 1945 que pôs Rómulo Betancourt no poder, passou a ser uma das figuras políticas mais importantes do Exército nos anos seguintes. Sua insatisfação com Betancourt e com Gallegos o fizeram fazer parte do grupo responsável pelo golpe de 1948 e, durante os dois mandatos presidenciais seguintes, teve papel relevante no governo, atuando como ministro da Defesa. General linha dura, não chegou a Miraflores disposto a negociar de fato uma transição democrática, apesar da retórica favorável, e não concordava com as posturas tímidas de seus dois antecessores imediatos que preferiram abrir mão de seus governos em troca de coesão interna das elites militares e de acalmarem os ânimos dos setores opositores.

Mas Jiménez chegou ao poder em um contexto internacional favorável para a exploração de petróleo venezuelano e em meio à consolidação da burguesia urbana como principal classe dominante no país, cujo dinheiro já superava em importância e influência e as armas da elite militar e a velha oligarquia coronelista do interior. Junto a burguesia, a Venezuela de Jiménez também viu crescer vários segmentos de classe média, beneficiados com a indústria do petróleo, com as políticas populistas e de inserção social dos governos anteriores e com o poder de consumo crescente, que extravasou rapidamente a capacidade produtiva do país e demandou cada vez mais por importações para a manutenção de seus padrões de vida.

*The rise of Pérez Jiménez coincided with a favorable international climate for Venezuelan oil, allowing the dictator to reap massive revenues from petroleum. During the 1950s U.S demand for oil increased as the country sought to replenish the strategic reserves used during the war. The conflict in Korea, the nationalization of Iranian oil, and the Suez crisis all spurred demand for Venezuelan oil. (EWELL, 1984: 110)<sup>11</sup>*

No campo externo, por conta da grande dependência do mercado americano para as exportações, as relações entre Jiménez e o governo americano de Truman rapidamente se estreitaram e uma série de concessões e benefícios foram concedidos por Caracas às principais empresas de exploração de petróleo dos Estados Unidos, o que não era feito desde a reforma das leis de prospecção em 1943. Washington respirou com um certo alívio ao perceber que os anos incertos de Betancourt e a instabilidade política seguinte dos primeiros

---

<sup>11</sup> EWELL, Judith. Venezuela: A Century of Change. Stanford, CA: Stanford University Press, 2003

governos militares pós-golpe foram substituídos por uma ditadura militar mais linha dura, porém com grande afinidade em relação aos objetivos comerciais e estratégicos americanos.

No campo comercial, a assinatura de um tratado de comércio entre os dois países praticamente livrou de impostos uma série de produtos dos Estados Unidos, entre eles carros, eletrodomésticos e alimentos industrializados, no mercado venezuelano, abrindo um espaço até então sem precedentes no país para a presença econômica norte-americana.

A Venezuela, que desde o início do século XX se tornou gradativamente um grande exportador para os Estados Unidos, sob o comando de Jiménez, e com o alto poder de consumo de sua elite e da classe média proporcionados pelo petróleo, passou a ser também um dos mais importantes importadores dos produtos americanos. A interdependência econômica entre os dois países tornou-se, neste período, mais forte do que em qualquer outro tempo anterior.

No plano interno, seu governo foi marcado por uma série de obras de infraestrutura para dar conta das novas necessidades econômicas. Grandes rodovias e siderúrgicas deram uma impressão desenvolvimentista à sua administração, apesar do surto industrializante ter sido limitado e, em grande parte, voltado para o desenvolvimento da indústria do petróleo.

Apesar dos bons momentos econômicos e de uma relativa satisfação das elites e das classes populares em relação à economia, a ditadura de Jiménez não contou com o apoio de setores políticos essenciais. Diversas medidas consideradas como autoritárias e indicativas de que o presidente não cederia às aspirações democráticas provocaram grande insatisfação. Entre elas, estava o não reconhecimento pelo governo da vitória de opositores nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1953, convocada por Jiménez.

Apesar de ter sido expulsa do poder em 1948, a AD não havia saído da cena política venezuelana durante a ditadura militar e suas tentativas de reformas democratizantes no governo Betancourt se transformaram para vários setores sociais em metas a serem perseguidas.

Os três anos de governo de Betancourt consolidaram seu prestígio frente à crescente classe média e sua liderança em instituições civis estratégicas como organizações camponesas e de classe, sindicatos, e especialmente a poderosa Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), que exercia forte influência e capacidade de mobilização entre as classes mais baixas do país.

Diante da recusa do governo de Jiménez de cumprir as promessas de redemocratização e das pressões de diferentes setores sociais, a única solução encontrada pelo regime foi manter-se pela força e pela repressão durante praticamente os oito anos em que esteve no

poder.

A repressão interna e o apoio externo, especialmente dos Estados Unidos, deram fôlego relativamente longo à ditadura. O momento internacional, marcado pelo acirramento da Guerra Fria, pela Revolução Cubana e pelo medo dos americanos de que a América Latina passasse por uma onda esquerdista, fizeram tanto a Casa Branca quanto as grandes corporações americanas acharem que a queda do regime poderia levar o país para um caminho não favorável aos Estados Unidos, que tentaram a tudo o custo não dar ouvidos às forças políticas venezuelanas opositoras que, não raro, peregrinavam por Washington em busca de apoio. Jiménez só começou a perder poder porque forças políticas e sociais internas e de ideologias diferentes, entre eles setores conservadores de direita da Igreja e militantes comunistas, resolveram unir seus esforços em prol da mudança.

As forças de direita, além dos anseios de democratização, viram que as medidas nacionalistas e protecionistas dos governos militares não serviam mais plenamente aos seus interesses, apesar de terem sido muito úteis em momentos onde a indústria do petróleo ainda se estabelecia, como em 1943. Do lado da esquerda, derrubar o regime militar era vital para que conseguissem um espaço político legal de atuação no país, saindo de uma clandestinidade imposta com rigor e violência, especialmente ao Partido Comunista.

*As the political tide in Venezuela turned against Pérez Jiménez, US economic forecasters expressed a surprise lack of concern regarding the fate of foreign oil in the country. Not one major business polición expressed fear of impending disaster, nationalization, or expropriation. The oil companies were affected neither by the general strike that preceded the ouster of Pérez Jiménez nor by the political turmoil that ensued. (SALAS, Miguel T. In: ELLNER, Steve e SALAS Miguel: 2007: p 49)*

Em 1957, a Venezuela assistiu a formação de uma aliança cívico-militar com o objetivo imediato de derrubar o governo, mas que teve conseqüências muito maiores que a mudança de um presidente. A aliança, chamada de Junta Patriótica, conseguiu convergir para si diferentes setores, alguns ideologicamente divergentes, e que só concordavam praticamente no fato de que era necessário pôr fim à ditadura. Igreja Católica, partidos políticos, entre eles o Partido Comunista da Venezuela e os centristas AD e Copei, setores empresariais e estudantis e movimentos sindicais passaram a agir em conjunto e em diferentes frentes para derrubar Jiménez. As estratégias passavam principalmente pelos movimentos de guerrilha, e por mobilizações da classe média e de trabalhadores nas cidades, apoiados e financiados por empresários descontentes com o regime.

As convulsões provocadas pela guerrilha, as pressões de vários setores urbanos e o estilo pouco negociador de Jiménez, que não aceitou deixar o poder, logo fizeram algumas

fileiras militares retirarem o apoio ao governo. Na visão de alguns generais e de boa parte do médio oficialato, a insistência do presidente só levaria a um golpe que excluiria a presença da cúpula militar no poder. Diante disso, era melhor, como em 1945, apoiar novamente uma liderança civil, mais uma vez Rómulo Betancourt, a chegar ao poder e, assim continuar com alguma influência nas decisões sobre o país. Por mais que Betancourt já tivesse demonstrado que tinha interesse em quebrar as linhas de sucessão militares, era um político mais moderado que a maior parte das lideranças de esquerda que poderiam chegar ao poder se tomassem as rédeas do processo revolucionário. Na visão dos militares, se ruim com Betancourt, muito pior seria com os comunistas.

Isolado e incapaz de fazer mais força à guerrilha, que já pressionava as cidades, incluindo Caracas, o governo Jiménez caiu em janeiro de 1958. Imediatamente após a queda, foi composta uma Junta de Governo, composta por civis e militares e que tinha como objetivo dirigir o país e convocar eleições para a Presidência. A Venezuela saiu de mais uma ditadura militar para tentar, mais uma vez, construir um processo de transição democrática de poder.

### **1.3- CINCO DÉCADAS DE AMADURECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA**

A política externa venezuelana precisou se reinventar algumas vezes na primeira metade do século XX, em uma tentativa de acompanhar tanto o desenvolvimento interno quanto a mudança do papel do país no cenário internacional. Essas mudanças foram frutos de uma rápida transformação interna neste período a partir da exploração do petróleo em larga escala. O novo produto revolucionou a economia, mudou a infraestrutura do país, levou a população para as cidades, criou e reforçou classes urbanas de trabalhadores, criou uma poderosa burguesia do setor petrolífero, levou ao declínio a aristocracia rural que junto com as Forças Armadas governava o país até o início do século XX, e fez as elites militares lutarem desesperadamente, golpe atrás de golpe, para tentar permanecer no poder.

Pelo poder, os militares abandonaram os velhos aliados do interior, se aproximaram das novas elites das cidades, nacionalizaram a exploração do petróleo e até apoiaram a chegada de um civil, por duas vezes, à Presidência. A partir da venda do primeiro barril de petróleo fora de suas fronteiras, foram cinco décadas de alternância no poder, o que foi bem sucedido até 1958, quando a Venezuela entrou em uma nova fase de alternância política civil e democrática, que se prolonga até os dias de hoje.

As preocupações externas da Venezuela do início do século XX refletiam sua

condição agrária, pobre e pouco relevante. A diplomacia tinha como principal objetivo a manutenção de sua integridade territorial, especialmente por conta das ambições inglesas, especialmente na região de Essequibo. Fraco e conturbado por disputas políticas internas, o país vinha desde o século XIX sendo obrigado a se submeter a demarcações quase sempre desfavoráveis de suas fronteiras. É neste período que o relacionamento com os Estados Unidos começou a se fazer um pouco mais relevante. Os americanos, munidos da vontade de tirar do Continente Americano qualquer presença europeia, estabelecendo a região como sua área de influência direta, tiveram papel fundamental para que a perda de territórios venezuelanos para a Inglaterra não fosse ainda maior.

Com o início da exploração do petróleo, o país ganhou relevância internacional e sua diplomacia precisou se adequar a essa nova realidade. As relações com os Estados Unidos não passaram mais apenas pela necessidade de ajuda para a manutenção de seu território: a Venezuela virou fornecedora energética estratégica para uma grande potência em ascensão e ganhou também importância aos olhos da Europa, especialmente da Inglaterra, que precisava de fontes seguras de petróleo para sua máquina de guerra nas primeiras décadas do século.

A partir da exploração comercial em larga escala do petróleo, a Política Externa Venezuelana ganhou força para resolver a maior parte de suas antigas pendências territoriais – conseguiu forçar até mesmo a Inglaterra em meio a Segunda Guerra a devolver territórios e ilhas estratégicas –, e passou a se focar em dois grandes objetivos: garantir que parte dos lucros ficasse no país, e atrair investimentos em infraestrutura.

A união dos dois objetivos não foi fácil, pois enquanto o primeiro representava uma atitude de indisposição em relação a seus parceiros e investidores, especialmente os Estados Unidos, o segundo tinha que ser fruto de políticas justamente convergentes com os interesses norte-americanos e de outros países potencialmente capazes de investir na Venezuela.

Nas décadas de 20 e 30, os governos, apesar das aspirações de maior controle sobre a atividade petrolífera, optaram por políticas de aproximação e de atração de investimentos, evitando medidas nacionalizantes mais amplas que pudesse provocar problemas no relacionamento externo.

Foi somente em 1943, em meio a Segunda Guerra Mundial, no governo de Angarita, que a Venezuela conseguiu implementar habilidosamente a reforma da Lei de Hidrocarbonetos sem provocar problemas externos, e ainda conseguir outros benefícios em acordos políticos e econômicos. A guerra permitiu à diplomacia venezuelana, pela primeira vez, usar o petróleo como instrumento político de barganha a seu favor.

Como visto anteriormente, a grande necessidade de petróleo dos Estados Unidos e dos

demais aliados, especialmente a Inglaterra, fez com que Caracas sofresse forte pressão para se tornar um grande fornecedor para os teatros de operações militares. O consentimento e a colaboração neste sentido, abriram espaço para a nacionalização de grande parte dessa indústria, com o aval do Departamento de Estado americano, temeroso de que uma oposição naquele momento prejudicasse o fornecimento de petróleo para a guerra. Foi também a política de barganha da diplomacia venezuelana que fez a Inglaterra ceder territórios e desistir de pretensões territoriais. O país também conseguiu uma série de acordos comerciais e estratégicos extremamente favoráveis, como o do café com os Estados Unidos, que dificilmente teriam êxito em outro contexto.

O crescimento interno e o aumento da importância estratégica da Venezuela nas primeiras três décadas do século XX a fizeram chegar nos anos 40 em muito melhores condições de negociar seus interesses. O uso do contexto da Segunda Guerra mostrou uma combinação de fortalecimento de suas capacidades para negociação e de senso de oportunidade.

Nos anos 50, o país atingiu um nível qualificado por Celso Furtado como *sui generis* na América Latina, de “subdesenvolvimento com abundância de divisas” Em 1957, em “El Desarrollo Reciente de la Economía Venezolana”<sup>12</sup>, Furtado afirmou que “a Venezuela é a economia subdesenvolvida de mais alto nível de renda per capita que existe atualmente no mundo”. O petróleo foi o fator fundamental para esse aumento de renda e riqueza, e para o aumento da importância externa do país e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de uma política externa mais ativa no contexto internacional.

No entanto, ainda não é pertinente apontar para este período a existência de uma diplomacia do petróleo propriamente dita dentro da política externa venezuelana. O que se observa é um claro aumento da importância deste produto no comportamento do país e tentativas de sucessivos governos de se adaptarem a essa nova realidade, obtendo o máximo possível de dividendos. Os governos venezuelanos da primeira metade do século XX, via de regra, procuraram obter benefícios a partir do petróleo se adaptando ao mercado internacional deste e à dinâmica do setor. O motivo é claro: todos os interesses dos governos, e conseqüentemente de suas diplomacias, até então eram convergentes com os interesses decorrentes da exploração: desenvolvimento, lucros, melhoria da infraestrutura, investimentos que promovam o progresso, aumento da população urbana, fortalecimento da burguesia empresarial, entre outros. O petróleo aparece na cena venezuelana como o grande motor de

---

<sup>12</sup> Estudo de responsabilidade da CEPAL, elaborado com a participação de economistas da Direção de Planificação Industrial e Comercial do Ministério de Fomento da Venezuela, publicado no Brasil em 2008.

progresso e era natural que tanto os governos como diferentes setores sociais do país quisessem se adequar ao jogo decorrente de um produto tão estratégico internacionalmente, para que pudessem tirar o máximo de proveito dele.

A existência de objetivos conflitantes na política externa venezuelana só apareceu de forma relevante quando a atividade petrolífera permitiu ao país chegar a um nível de estruturação interna onde os interesses econômicos e os interesses políticos não mais necessariamente convergiam todo o tempo. Isso começou a acontecer após a queda de Jiménez, mas se tornou mais visível e agudo após a chegada de Hugo Chávez ao poder.

O fim da ditadura militar e o início de uma era de transição democrática revelaram uma sociedade muito mais complexa que a Venezuela dos primeiros anos do século XX. Mais complexa e com interesses internos e externos também mais complexos e diversos. Foi a partir de 1958, com a era do Pacto de Punto Fijo que as orientações externas dos governos venezuelanos nem sempre passaram a seguir em perfeita sintonia com a diplomacia do petróleo, já influente e necessária para a manutenção e a própria sobrevivência do setor, fazendo com que a política externa do país passasse a trabalhar de forma mais intensa com essa dicotomia. E foi a partir de 1999, com a chegada de Hugo Chávez ao poder, que as diferenças entre as orientações externas e a diplomacia do petróleo se tornarão ainda mais significativas.

#### **1.4- PUNTO FIJO<sup>13</sup>: A ERA DO “AMIGOS SIM, NEGÓCIOS À PARTE”**

Durante quase 130 anos de independência, a Venezuela teve apenas um período de pouco meses de governo democraticamente eleito, durante a gestão de Rómulo Galegos. Esse longo período de sucessões indiretas, no entanto, foi sucedido por uma era democrática que se iniciou com a derrubada da ditadura militar de Jiménez, em 1958, e que já se prolonga por 53 anos, até os dias de hoje, apesar de duas tentativas de golpe, uma em 1992 e outra em 2002.

O primeira fase dessa era democrática é geralmente apontada com duração de quatro décadas (1958-1998), e foi marcada essencialmente pela alternância de poder entre dois grandes grupos políticos de elite distintos, mas com mais pontos de convergência do que diferenças, tanto na ideologia quanto na prática de governança: a Ação Democrática (AD),

---

<sup>13</sup> Trata-se de um pacto firmado principalmente por AD e Copei em 31 de outubro de 1958, poucos meses após a queda de Jiménez, e que tinha como objetivo garantir a governabilidade de presidentes eleitos de um ou outro partido, por meio de um programa mínimo de governo, independentemente do vencedor; de garantias do cumprimento do mandato e da composição do Gabinete a partir de nomes de todos os partidos e segmentos da sociedade incluídos. O Partido Comunista da Venezuela e outros segmentos de esquerda, que faziam parte da aliança que derrubou Jiménez, foram excluídos do pacto.

social democrata, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), de tendência democrata-cristã. Esse período, essencialmente bipartidário, ficou conhecido como Era do Pacto de Punto Fijo e só teria se encerrado com a chegada de Hugo Chávez Frias à Presidência do país.

É importante ressaltar, contudo, que o fim do Pacto de Punto Fijo não se configurou no desfecho da Era Democrática venezuelana, mas essencialmente no encerramento de um período de alternância de poder entre dois grupos de centro-direita e na chegada ao poder de forças políticas até então situadas à margem do modelo representativo. Chamar, portanto, o período do Pacto de Punto Fijo de Era Democrática, como grande parte da literatura política venezuelana o faz, consiste em um erro que leva à interpretação de que o rompimento dessa alternância de poder levou o país a um regime não-democrático. De fato, Punto Fijo não se configura como a Era Democrática mas como a fase bipartidária, dominada por forças de centro-direita, de uma Era Democrática mais ampla e ainda em curso.

Villa Duarte (2005) classifica Punto Fijo como um “pacto de conciliação de elites”, onde a estabilidade permitida pela alternância de poder entre as duas forças políticas dava pouca ou nenhuma margem de expressão a qualquer corrente política que se apresentasse como alternativa. Para Ellner (2003, p. 20) o pacto era identificado como um “sistema bipartidário caracterizado por uma mínima diferença ideológica e pragmática, fato este que sufocava os partidos pequenos e deixava as minorias sem voz ativa no cenário nacional.”

As bases de Punto Fijo surgiram ainda em 1957, em meio a uma grande articulação de vários setores sociais para derrubar Pérez Jiménez. Após sua queda e a vitória dos opositores, os principais segmentos da Junta Patriótica, que não viam seus parceiros de esquerda como forças confiáveis para o futuro governo, promoveram imediatamente o expurgo de todos os setores considerados “não adequados” a uma boa imagem da Venezuela, especialmente em relação aos Estados Unidos.

As lideranças de direita, especialmente da AD e Copei, em consonância com setores empresariais, acreditavam que as boas relações com os Estados Unidos seriam fundamentais na formação do futuro governo e que era necessário dar sinais favoráveis a Washington em meio a uma fase tensa da Guerra Fria, especialmente no continente americano. Com isso, movimentos sindicais de esquerda, alguns setores militares de baixo escalão e especialmente o Partido Comunista da Venezuela passaram a ser vistos como forças opositoras e, mesmo tendo colaborado de forma decisiva, especialmente em combates de guerrilha no interior para a queda do regime, foram expulsos da aliança e muitos de seus membros mortos, presos ou exilados.

Em meio ao turbilhão político do governo provisório venezuelano, aproveitando-se da situação favorável aos seus interesses, os Estados Unidos fizeram questão de ressaltar que a estratégia de expurgar a esquerda do processo político da Venezuela era bem-vinda e que contava com o apoio necessário da Casa Branca. Em visita a Caracas, o então vice-presidente norte-americano Richard Nixon<sup>14</sup> deixou claro que o novo governo venezuelano deveria “adotar uma postura anticomunista, assimilando e disseminando os valores americanos”. O que Nixon não sabia é que a bandeira desses valores passaria a ser carregada pelos futuros governos venezuelanos com mais vigor até do que muitos governos americanos, num “papismo mais radical que o do próprio Papa”, e que, não raro, proporcionou incômodos até mesmo para os Estados Unidos.

No mesmo ano em que Jiménez foi deposto, foram realizadas eleições presidenciais e Rômulo Betancourt, que já havia sido presidente venezuelano (1945-1948) após um golpe de Estado, foi eleito. Em primeiro de janeiro de 1959, data da posse de Betancourt, a Junta Patriótica cedeu lugar ao início do Pacto de Punto Fijo. Betancourt, que era visto com certa desconfiança por parte dos Estados Unidos, inicia seu segundo mandato com o desafio de manter a adesão popular e, ao mesmo tempo, a anuência internacional.

Sem a presença importante de forças políticas de esquerda, e abandonadas antigas ideias nacionalistas do primeiro mandato, a Presidência de Bettancourt centrou suas forças na execução de projetos que atendiam aos interesses setoriais das elites. O primeiro deles foi o consenso sobre não adotar qualquer lei que pudesse resultar em redistribuição de riqueza, pelo menos até que o processo democrático estivesse consolidado, medida essa que tranquilizou o empresariado, cada vez mais importante na vida econômica do país.

No que chamou de um “sinal de boa fé”, o senador Raúl Leoni, da AD, presidente da Comissão Bicameral para a Reforma da Constituição, ironicamente, utilizou como texto base para a produção da nova Carta a Constituição de 1953, feita por Pérez Jimenez, deposto pelas forças de Punto Fijo. A alegação era a de que a Constituição anterior, de 1947, feita durante o primeiro governo Betancourt, era mais igualitária e poderia evocar “ódios e tensões relacionados com os conflitos sobre redistribuição de renda” pelos quais passou o país entre

---

<sup>14</sup> A visita de Nixon à Venezuela ocorreu em 13 de maio de 1958, em meio a uma viagem pela América Latina para tentar melhorar a então desgastada imagem dos Estados Unidos na região. A chegada do presidente americano foi marcada por uma série de incidentes e manifestações, lideradas por estudantes de esquerda. Nixon por pouco não foi atacado quando sua comitiva foi obrigada a parar por conta de um engarrafamento em Caracas. Manifestantes chegaram até o carro do presidente e conseguiram arrancar as bandeiras americanas. Os vidros do carro do presidente foram quebrados e ele chegou a ser atingido no rosto por um manifestante. Por sorte, a comitiva conseguiu escapar evitando uma tragédia. Nixon precisou cancelar eventos públicos oficiais e foi levado para a embaixada dos EUA em Caracas. O incidente reforçou nos Estados Unidos a necessidade de se reverter o sentimento antiamericano na região.

1945 e 1948 (McCoy & Myers, 2007:22).

Se o conservadorismo mais radical marcou o primeiro governo de Punto Fijo no plano interno, na política externa o contexto internacional e a interdependência por conta do petróleo levaram Betancourt a um alinhamento com os Estados Unidos que até Washington não acreditava ser possível.

Após o expurgo da esquerda e a definição clara do governo aos olhos internacionais como de direita, Betancourt passou a ver os governos de esquerda que surgiam na região, especialmente o cubano liderado por Fidel Castro, como muito mais nocivos que a política hegemônica dos Estados Unidos. O medo de ver o comunismo avançar pelo Caribe e pela América Central, e chegar com força à Venezuela, fez com que a aproximação de Betancourt com os americanos se tornasse um movimento inevitável, ao mesmo tempo em que o combate ao comunismo internamente, e a ajuda ao combate à Revolução Cubana e seus desdobramentos se tornaram cada vez mais intensos. Tal prioridade fez o posicionamento venezuelano se radicalizar em meio a Guerra Fria. Na política externa, essa radicalização se compôs no que ficou conhecido como Doutrina Betancourt.

Tal doutrina, que foi seguida de forma intermitente durante todo o período de Punto Fijo, consistia basicamente no não reconhecimento por parte da Venezuela de governos não-democráticos, o que incluía todo o bloco comunista, e na luta internacional pelo respeito aos direitos humanos, pela democracia e pela cooperação pacífica entre os países.

*La política de no reconocimiento a los gobiernos de facto que ideó y fue posta em práctica por Rómulo Betancourt en su segundo gobierno (1959-1964), mejor conocida como Doctrina Betancourt, quedó oficialmente establecida el 13 de febrero de 1959, en el Primer Mensaje Presidencial al Congreso Nacional. Allí Betancourt expresó: “Regímenes que no respeten los derechos humanos, que conculquen las libertades de los ciudadanos y los tiranizem con respaldo de policías políticas totalitarias, deben ser sometidos a riguroso cordón profilático y erradicados mediante acción pacífica colectiva de La comunidad jurídica interamericana”.* (ROMERO, Maria Teresa: 2005, p 153)

Segundo Maria Teresa Romero, a Doutrina Betancourt era uma estratégia de posicionamento externo que tinha como claro objetivo a “defesa do regime democrático venezuelano” (2005: p155), especialmente contra as forças internas de esquerda, apontadas como as maiores ameaças ao recém inaugurado pacto de conciliação de elites. Uma sinalização para os Estados Unidos de posicionamento estratégico no contexto de Guerra Fria, na expectativa de, em caso de ebulição interna, o apoio internacional pudesse se caracterizar como um elemento a mais na manutenção do poder.

Sob esse ponto de vista, pode-se interpretar a doutrina Betancourt como uma declaração incontestada de alinhamento da Venezuela aos Estados Unidos, numa tentativa de se

superar as antigas desconfianças em relação a Betancourt. Alinhamento esse que, muitas vezes, se caracterizou sobre condições, e não automático, mas mesmo assim de extrema importância tanto para relações hemisféricas dos Estados Unidos, quanto para o comportamento das burguesias venezuelanas nas décadas seguintes.

*En un panorama interno y externo tan difícil, se necesitaba un instrumento duro de defensa democrática. Particularmente para Betancourt, “El aislamiento profilático de toda La comunidad interamericana de aquellos gobiernos ditatoriales de derecha e izquierda era el medio más adecuado para disuadir a los presuntos o potenciales golpistas. (ROMERO, Maria Teresa: 2005, p 153)*

A imposição radical da Doutrina Betancourt, ainda durante a primeira Presidência de Punto Fijo, fez a Venezuela, paradoxalmente, adotar posturas distintas dos Estados Unidos na região, não reconhecendo as ditaduras militares que se espalharam pelo continente e que tiveram a anuência, e em alguns casos a direta cooperação de Washington, e que eram de direita. O progresso resultante do grande aumento da receita com o petróleo e os sinais dados aos americanos sobre os valores defendidos internacionalmente deram a Venezuela o conforto suficiente para achar que na luta pela sobrevivência de sua incipiente democracia era necessário, algumas vezes, discordar de seu principal aliado internacional.

No entanto, é ainda no governo Betancourt que a política do petróleo começa a dar sinais de uma certa independência em relação à orientação externa do governo. As frequentes pressões das grandes empresas americanas e europeias para a diminuição dos preços do barril de petróleo no mercado internacional irritaram o governo venezuelano e os demais países exportadores. Diante da ameaça de perdas de divisas, mesmo sobre pressão e demonstração de descontentamento por parte dos Estados Unidos, Betancourt cedeu aos apelos dos países árabes e participou ativamente, em 1960, da criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), um cartel com o claro objetivo de defender os preços do produto contra o lobby das grandes corporações e países importadores.

A necessidade da indústria do petróleo em defender sua rentabilidade foi mais forte que a doutrina de alinhamento político do governo venezuelano em relação aos Estados Unidos e forçou a diplomacia do país a intensificar relações com um grupo de países que, naquele momento, não estava alinhado às políticas de Washington, especialmente por causa do apoio dos Estados Unidos ao Estado de Israel.

Foi justamente o petróleo que fez a política externa da Venezuela do governo Betancourt sair da condição de alinhamento automático com os Estados Unidos para exercer um alinhamento sobre condições. E os preços de seu principal produto figuravam como o

principal item da pauta “sobre condições”. Uma política externa do petróleo descolada das orientações políticas surge justamente contra os interesses americanos, uma demonstração de que não se trata de uma política sempre pró-Estados Unidos, mas sim de uma orientação em defesa dos interesses do próprio setor.

É a partir do esforço da Venezuela para a criação da Opep que podemos diferenciar de forma mais clara a diplomacia do petróleo em contraste com orientações políticas dentro da mesma política externa. Enquanto uma seguia no aprofundamento de relações com Estados rivais a Washington e num movimento de cartel que preocupava os Estados Unidos, a outra demonstrava um forte alinhamento político em meio a Guerra Fria e uma disposição de transformar a Venezuela no baluarte latino-americano de combate ao comunismo.

### **1.5 – AS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS EXTERNAS DE PUNTO FIJO**

Importante ressaltar, como já exposto na introdução deste trabalho, que a política externa venezuelana, pelas condicionantes estratégicas do país, tem na chamada diplomacia do petróleo uma de suas variáveis políticas mais relevantes, e que não trata apenas de commodities de importância econômica, mas de um produto especial, com dinâmica estratégica. Essa variável, apesar de não ser totalmente independente, tem demonstrado ao longo da História do país certa autonomia de ação. Porém, não se demonstrou capaz de moldar completamente o todo da política externa. Esta também é influenciada pelo que se convencionou chamar aqui de orientação política externa. Esta, por sua vez, pode estar em convergência com a diplomacia do petróleo ou seguindo orientação oposta. No caso de orientações opostas, a política externa venezuelana tem demonstrado agir de forma dupla, com orientações sobrepostas e de forma simultânea. Trata-se, no entanto, de uma só política pois, em última instância, a decisão sobre ambas as orientações sempre estiveram nas mãos do Executivo.

Entre 1958 e 1998, a Venezuela teve nove mandatos presidenciais, oito regulares e um de transição de um ano (1993-1994). Foi neste período que se começou a observar que as orientações políticas externas nem sempre caminhavam ao lado dos interesses da diplomacia do petróleo. Até o início da década de 90, tirando-se as divergências pontuais, as relações políticas bilaterais com os Estados Unidos foram intensas, de grande cooperação e sem grandes percalços. Já a diplomacia do petróleo levou muitas vezes o país a uma posição delicada em relação aos americanos.

Rómulo Betancourt cedeu lugar a seu sucessor, Raúl Leoni Otero (1964-1969), também da AD, que venceu as eleições com ampla margem de votos, contando com uma expressiva base aliada, apesar do Copei ter ameaçado fazer oposição, por não ter sido apoiado pela AD em sua candidatura à Presidência, como previa inicialmente o pacto de Punto Fijo.

Apesar de nacionalista e favor de leis que aprofundassem a participação do Estado Venezuelano na exploração do petróleo, o que não foi posto em prática, Leoni adotou uma postura de intensificação das relações com os Estados Unidos e radicalizou a doutrina Betancourt e a postura anti-comunista da Venezuela em meio a Guerra Fria. Combateu com rigor guerrilheiros pró-Cuba em território venezuelano, ajudou os Estados Unidos no esforço de combater as mesmas guerrilhas em países da América Central, e teve papel crucial na Organização dos Estados Americanos (OEA) junto aos Estados Unidos na defesa da manutenção da exclusão de Cuba do organismo multilateral. Também votou na ONU contra a entrada da China comunista na organização.

A radicalização da doutrina Betancourt aconteceu quando seu governo resolveu não reconhecer os governos ditatoriais em Brasil, Argentina, Paraguai e Peru, em uma movimentação diplomática de isolamento regional, o que tornou sua gestão ainda mais focada nas relações com os Estados Unidos.

*Cabe resaltar también que Venezuela fue el único país que no asistió a la Conferencia Interamericana Extraordinaria que se celebró en Río de Janeiro em noviembre de 1965, después del derrocamiento del presidente Goulart, porque consideraba que la asistencia em una reunión internacional en un país cuyo gobierno no era democrático resultaba incompatible con las bases de su política exterior. (ROMERO, Maria Teresa, 2005, p 97)*

No entanto, apesar do isolamento regional e das inúmeras políticas convergentes com Washington, não se pode atribuir ao governo de Leoni Otero o alinhamento automático com os Estados Unidos. A principal divergência política entre os dois países durante seu governo ocorreu em 1965, na invasão da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob inspiração americana, à República Dominicana. Diante de uma Venezuela mais rica que os demais países latino-americanos, mas limitada no seu relacionamento com os vizinhos do Sul, Leoni Otero tinha claras pretensões de aumentar a influência de seu país na região caribenha. Diante disso, adotou postura independente e denunciou a invasão à OEA, alegando que a medida era uma violação das normas que regiam as relações interamericanas, e pedindo a retirada imediata das tropas. Tal movimento, no entanto, foi apenas uma política pontual de oposição, em uma agenda geral extremamente convergente com a agenda americana.

*Talvez Estados Unidos no haya tenido un mejor amigo que Venezuela en toda América Latina durante los años sesenta. Esto no quiere decir, sin embargo, que Venezuela se haya permitido nunca ser un amigo incondicional, especialmente cuando el principio de no-intervención estaba en juego.* (ESCOBAR, Janet Kelly e ROMERO, Carlos Alberto, 2005: p 37)<sup>15</sup>

As segundas eleições presidenciais de Punto Fijo, em 1968, marcaram sua sobrevivência política pela tão esperada alternância de poder, planejada entre suas duas maiores forças políticas desde 1958, mas que até então não havia saído do papel. A vitória de Rafael Caldera (1969-1974), do Copei, com ampla margem de votos não foi apenas fruto de uma AD dividida entre o que fazer para a manutenção da estabilidade democrática, mas resultado da necessidade de se manter a elite política que derrubou Jiménez unida. Somente a manutenção da união de centro-direita poderia continuar mantendo a esquerda fora do jogo político oficial.

Caldera impôs uma política externa bem diferente de seu antecessor. Se Leoni Otero ficou conhecido por radicalizar a Doutrina Betancourt, Caldera seguiu justamente o sentido oposto, adotando uma política de diversificação de relações da Venezuela com o mundo, especialmente com a América do Sul e o Caribe.

O isolamento do país na América Latina, provocado pelo não reconhecimento de regimes ditatoriais por parte de Caracas, pouco a pouco foi se desfazendo. Caldera restabeleceu as relações diplomáticas com os governos de Brasil, Paraguai e Peru, e abriu um importante caminho de negociações com Havana para que seu sucessor, Carlos Andrés Pérez, reatasse as relações com Cuba. O caminho de reaproximação com a ilha caribenha se deu ao mesmo tempo em que o presidente se empenhou para acabar com os movimentos guerrilheiros internos pró-revolução. A combinação de duras ofensivas militares com a oferta de anistia a todos os revoltosos culminou com o fim dos movimentos guerrilheiros na Venezuela durante seu governo, fazendo com que Cuba e a ameaça comunista não mais figurassem como grandes preocupações para a sobrevivência de Punto Fijo.

A visão de Caldera em relação ao Continente Americano foi fruto de um grande período de bonança para o país por conta dos preços do petróleo, especialmente a partir do choque de 1973, que além de ter provocado uma grande alta, tornou o produto venezuelano ainda mais importante para os Estados Unidos. Foi neste momento que o presidente ganhou força para aumentar os impostos, nacionalizar a produção de gás e diminuir consideravelmente a remessa de lucros de grandes companhias americanas de exploração.

---

<sup>15</sup> ESCOBAR, Janet Kelly e ROMERO, Carlos Alberto. Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos. Los libros de El Nacional. Caracas: 2005.

Tudo isso, como em 1943 no governo Angarita, sem provocar grandes reações por parte de seus maiores parceiros comerciais, que viviam momentos complicados com o fornecimento do Oriente Médio.

A postura de Caldera não fez com que a Venezuela, no entanto, adotasse posição de confrontação com os Estados Unidos. Mas é fato que seu governo iniciou um período marcado por uma tentativa de postura mais independente. Mesmo não tendo interferência direta no choque do petróleo de 1973, sendo este provocado pelos países árabes da Opep, a participação da Venezuela no cartel, e especialmente a ausência de qualquer iniciativa pró-americana dentro dele por parte de Caldera, que via com simpatia o aumento dos preços do barril, já era um sinal de que as relações entre os dois países não era mais tão próxima quanto em governos anteriores. De grande aliado ideológico na Guerra Fria, a Venezuela passou a tentar conquistar posições destaques no Movimento dos Países Não-Alinhados e a buscar diálogos estratégicos, inclusive com a União Soviética e outros países do bloco socialista.

*La defensa de la democracia política, ya consolidada, pasó a un segundo plano, y se empezó a dar creciente énfasis a los aspectos económicos de la política exterior (...) ello se debió, en gran parte, a que Venezuela consideró que había llegado el momento para pasar al modelo de promoción de exportaciones. (BOESNER, Demetrio, 1982, p 6-7)<sup>16</sup>*

O próprio presidente Caldera, anos mais tarde, reconheceu em artigo que seu governo tinha objetivos externos diferentes de seus antecessores de Punto Fijo, e que diante do período de bonança pelo qual o país passava, sua diplomacia era “fortemente orientada por fatores econômicos e baseada na cooperação e na integração regional”<sup>17</sup>.

O fim do governo Caldera foi marcado por uma disputa feroz entre os candidatos a sua sucessão de Copei e AD. A alternância de poder, mais uma vez, se fez presente com a vitória de Carlos Andrés Pérez, da AD, mas que teve uma vitória apertada se comparada a seus antecessores, com apenas 48% dos votos.

Andrés Pérez chegou ao governo dando um tom de continuidade na política externa de Caldera. Apesar de ter sido intermediador fundamental para o acordo que deu os direitos sobre o Canal do Panamá aos Estados Unidos, sua diretriz diplomática quase sempre era marcada pelo pragmatismo nas relações e por um otimismo excessivo sobre o papel da Venezuela nos cenários regional e global, especialmente por causa do período econômico

<sup>16</sup> BOESNER, Demetrio (1982). Venezuela ante Centroamérica y el Caribe: virajes y perspectivas. Mimeo. Caracas.

<sup>17</sup> CALDERA, Rafael (1980). Caldera: autoanálisis de su política exterior. Perfil Internacional, N 1, Caracas: Escuela de Estudios Internacionales. Universidad Central de Venezuela.

extremamente favorável vivido durante seu governo. Defendeu o aprofundamento das iniciativas de integração regional, sendo a maior parte delas exclusivas em relação aos Estados Unidos, e tentou fazer da Venezuela um líder do Movimento dos Países Não-Alinhados, aproveitando-se do período de distensão da Guerra Fria. No entanto, não foi bem-sucedido em nenhuma das duas empreitadas.

*Queremos relaciones con los países industrializados de Europa y las deseamos igualmente con los países socialistas. No importa el régimen político, social o económico de las naciones. Creemos que la cooperación debe darse en planos lo suficientemente elevados y respetuosos de las modalidades de cada sociedad.*<sup>18</sup>

O pragmatismo do presidente também colocou de lado a já empoeirada Doutrina Betancourt. Perez rejeitou os pedidos de sua base política para romper relações com a Argentina, em 1976, em virtude do golpe que pôs o general Jorge Videla no poder, e fez questão de receber o novo governante argentino em Caracas, no ano seguinte. Foi também em 1976 que ele provocou surpresa aos Estados Unidos, ao fazer visita oficial à União Soviética e ao fazer um pronunciamento no Soviet Supremo ressaltando a política independente da Venezuela perante o mundo.

*Venezuela es una república democrática, Independiente de toda sujeción a bloques de países. Entendemos cabalmente el pluralismo en las relaciones internacionales y nuestra filosofía política, que sustenta a nuestra democracia, aunque distinta y distante del gran Estado Soviético, no por ello está divorciada ni ausente de las preocupaciones esenciales y de los objetivos trascendentes de crear un mundo de paz, democracia y justicia internacional.*<sup>19</sup>

O pragmatismo e a política mais independente em relação aos Estados Unidos tiveram uma forte base econômica de sustentação. Beneficiado por uma entrada de recursos sem precedentes por causa da alta do petróleo – os preços quadruplicaram após o choque de 1973 - Andrés Perez deixou claro muitas vezes que achava que a Venezuela chegaria ao primeiro mundo a partir da atividade petrolífera. Com dinheiro sobrando e um aumento notório do bem estar das classes médias e da elite, o país chegou a ser chamado durante seu governo de “Venezuela Saudita”. Fez grandes obras de infraestrutura, especialmente em Caracas, iniciou uma série de projetos assistencialistas para a população pobre, alguns até pouco convencionais como o amplo programa de ensino de música para as classes mais baixas, e criou o maior programa do mundo até então de formação acadêmica de militares, possibilitando o ingresso de milhares de militares das Forças Armadas, de todas as patentes, em cursos universitários dentro e fora do país.

<sup>18</sup> Pronunciamento do presidente Andrés Perez, in CATALÁ, José Agustín (1980). La política internacional de Carlos Andrés Perez, Vol I. Caracas: Ediciones Centauro, p. 255.

<sup>19</sup> Libro Amarillo de la República de Venezuela presentado al Congreso Nacional en sus sesiones ordinárias de 1976. Página 571.

Perez também intensificou as ações para uma maior influência do país na América Central e no Caribe. Neste caso, quase sempre a meta era usar o poder da indústria do petróleo para aumentar a ajuda e interdependência econômica entre as regiões.

*Em 1974, en Puerto Ordaz, Venezuela, el gobierno de Perez acordó un programa de préstamos en efectivo para paliar el aumento de los costos del petróleo de los países centroamericanos y, asimismo, anunció un préstamo por 40.000 millones al Banco Centroamericano para la Integración Económica y otros aportes al Banco de Desarrollo del Caribe. Tras esta reunión se inició le Primer Programa de Cooperación Financera con América Central y el Caribe. En 1974, los países centroamericanos, en gran parte estimulados por Venezuela, se adherieron al Sistema Económico Latinoamericano (SELA). En 1976 (...), el presidente Perez visitó República Dominicana y otorgó un crédito especial para la compra de petróleo venezolano. En estos años también se concretaron acuerdos de cooperación con Haití y Jamaica. (ROMERO, Maria Teresa, 2005, pp. 110-111)*

Também foi o otimismo com a entrada de divisas que proporcionou mais uma medida que em nada agradou os Estados Unidos. A nacionalização de grandes empresas estrangeiras petrolíferas que atuavam no país, na maior reforma do setor desde 1943. Andrés Perez gastou cerca de US\$ 1 bilhão na compra das subsidiárias de companhias americanas e europeias na Venezuela, todas adquiridas, no entanto, por valores de mercado e sem prejuízos financeiros para as grandes multinacionais. Mas, mesmo com a política externa mais independente adotada por Pérez e por seu antecessor, e mesmo com as nacionalizações que em nada agradavam Washington, os Estados Unidos ainda consideravam as relações com a Venezuela dentro da normalidade e estratégicas. Tratava-se da democracia, sob o olhar da Casa Branca, mais confiável da América do Sul, com uma base política de sustentação de direita e historicamente avessa às empreitadas revolucionárias da esquerda. Para os Estados Unidos, mais importante do que ter países com ou sem tendências nacionalistas naquele momento, era ter países definitivamente anticomunistas. E neste ponto, a Venezuela era o parceiro mais confiável na região, na visão de Washington.

Apesar das nacionalizações das empresas petrolíferas, a Venezuela também se configurava ainda como um porto seguro e estratégico para as importações americanas de petróleo, diante de um cenário tão instável e belicoso no Oriente Médio. As ações de Pérez para aumento da influência venezuelana no Caribe também não ameaçavam a natural hegemonia dos Estados Unidos sobre a região. Naquele momento, o governo de Jimmy Carter estava muito mais preocupado com o aumento da influência cubana, esta sim considerada nefasta para os interesses estratégicos norte-americanos.

Mas se o período de grande entrada de divisas proporcionou a Andrés Pérez condições de estabelecer uma política externa mais autônoma e até mesmo a contrariar interesses

americanos, essa mesma bonança foi a responsável por gastos governamentais que explodiriam na década seguinte com uma crise sem precedentes. A expectativa de grandes receitas futuras diante de um presente confortável fez a Venezuela de Pérez entrar em um ciclo de endividamento transformado em legado pesado para os futuros governos. Em 1974, quando assumiu o governo, a dívida externa venezuelana estava em US\$ 700 milhões<sup>20</sup>, e em 1978 já girava em torno de US\$ 6 bilhões, sem que a entrada de dinheiro no país fosse o suficiente para cobrir tantas despesas e manter no mesmo patamar os investimentos, os programas sociais e a qualidade de vida das classes médias.

Em 1978, Luis Herrera Campíns, do COPEI, venceu as eleições presidenciais estabelecendo mais uma alternância de poder com a AD, tomando posse no ano seguinte. Campíns chegou a Miraflores também em um período de grandes entradas de divisas por conta do aumento dos preços do petróleo. Se Andrés Pérez foi beneficiado pelo choque de 1973, o governo sucessor começou seu mandato em meio a outro choque, o de 1979, que praticamente dobrou o preço do já caro barril de petróleo.

O dinheiro farto dos primeiros anos permitiu tanto a continuidade da política de grandes obras de infra-estrutura, quanto o aprofundamento de uma política externa autônoma, dessa vez mais agressiva que a de seu sucessor, e com um forte componente de reivindicação territorial, especialmente sobre a região do Essequibo, em poder da Guiana Inglesa. Em 1980, Campíns assinou um acordo energético com o México e países centro-americanos e caribenhos, para o fornecimento de petróleo a preços subsidiados, em um modelo muito parecido com o implantado futuramente pelo governo de Hugo Chávez. Em 1982, a Venezuela declarou seu total apoio à Argentina na Guerra das Malvinas e chegou a se indispor com os Estados Unidos sobre o tema, acusando Washington de não respeitar os princípios estabelecidos na Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, o presidente Venezuelano chegou a propor a criação de um novo instrumento de segurança coletiva, uma espécie de novo TIAR, mas somente para os países latino-americanos, sem os Estados Unidos.

Mas tanto a política interna de grandes obras e projetos assistencialistas, quanto as diretrizes da política externa de Campíns sofreram grandes revés a partir de 1982, por dois motivos de grande relevância. O primeiro foi que a grande entrada de divisas oriundas do

---

<sup>20</sup> Dados divulgados pelo site da revista The Economist (<http://www.economist.com/node/17848513>), acessado em 07/09/2011, às 15h41m.

petróleo não conseguia mais manter a situação macroeconômica do país estável, por conta do crescimento sem controle da dívida externa deixada por Andrés Pérez e agravada nos primeiros anos de seu governo. O grande endividamento fez com que em 1983 o Banco Central da Venezuela se declarasse insolvente, gerando uma crise econômica sem precedentes no país. O Bolívar, moeda nacional, sofreu maxidesvalorização, o que elevou imediatamente a inflação, reduzindo o poder de compra especialmente da classe média e dos mais pobres. A falta de dinheiro fez o governo paralisar obras e suspender projetos assistencialistas. O índice de desemprego cresceu vigorosamente em questão de meses e a deterioração rápida dos indicadores sociais levaram a uma insatisfação popular, ainda insipiente, mas pela primeira vez presente de forma considerável desde os anos 60.

Na política externa, a postura mais autônoma da Venezuela foi diretamente prejudicada pela crise econômica, mas também pela volta do acirramento bipolar da Guerra Fria durante o governo norte-americano de Ronald Reagan.

*Con el retorno del conservadorismo en EEUU, resurgió en el mundo la lógica, conflictos y estilos propios de la Guerra Fría. Este resurgimiento se hizo sentir con fuerza en todo el continente americano. La contención del comunismo regional por parte de EEUU se centro en Centroamérica y el Caribe, donde se ejerció una diplomacia dura particularmente hacia aquellos países considerados bajo la influencia soviética y de la Revolución Cubana (la Nicaragua sandinista y la Granada de Maurice Bishop), o bajo riesgo de Ella (El Salvador). La línea de oposición frontal del gobierno estadounidense lo llevó hasta el uso más o menos directo de la fuerza, como fue la invasión multilateral en Granada, en 1983. (ROMERO, Maria Teresa, 2005, p113)*

A combinação entre o início de uma crise econômica e uma política mais ativa dos Estados Unidos na região provocaram um recrudescimento da diplomacia venezuelana e uma volta ao alinhamento mais estreito com Washington, parceiro comercial fundamental, especialmente diante dos problemas econômicos. A América Central, diante das intervenções americanas, não tinha mais espaço para uma atuação importante de Caracas; a América do Sul, em grave crise econômica, não oferecia contrapartidas econômicas que justificassem os altos investimentos nos projetos de integração; e os países socialistas, diante da ofensiva de Reagan na Guerra Fria, não se configuravam mais em um espaço cabível de atuação da diplomacia venezuelana pois os custos da insistência nesta linha política, na visão do Palácio Miraflores, não compensariam as vantagens obtidas com ela. As reivindicações territoriais da Venezuela, apesar de presentes, também perderam força diante do Reino Unido, especialmente após o desfecho da Guerra das Malvinas e a postura intransigente do governo britânico.

Diante da impossibilidade de conduzir a política pragmática do início de seu mandato, Campíns se volta para a aplicação de um modelo menos radical da já engavetada Doutrina Betancourt. Se não era mais objetivo romper com regimes ditatoriais, a construção de uma diplomacia voltada para a defesa da liberdade e dos direitos humanos se configurava como uma saída para o ostracismo no cenário regional, saída essa que era conveniente aos planos americanos para a região. Na visão do chanceler de Campíns, José Alberto Zambrano Velasco, a luta pela liberdade foi o principal alvo da revisão feita pelo governo Campíns das relações multilaterais e regionais da Venezuela.

*La América Latina constituye el área más interesante como campo para la aplicación del principio de la institucionalización de la libertad. Venezuela se siente impelida a solidarizarse con los pueblos hermanos en defensa de la causa de la democracia, no sólo por profunda convicción ética y política, sino también porque el apoyo prestado a dicha causa en países vecinos y cercanos es una contribución a la consolidación del propio sistema democrático.*(ZAMBRANO, J. A., 1989, p.11)<sup>21</sup>

A revisão na orientação da política externa afetou diretamente as relações com Cuba, reatadas por Andrés Pérez. Campíns travou uma pessoal e engajada batalha nos corredores das Nações Unidas para evitar que a ilha fosse eleita para representar a América Latina como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, argumentando que a região não poderia ter uma ditadura a representando em um fórum tão importante. A iniciativa contou com grande simpatia dos Estados Unidos, que atuaram de forma indireta, mas eficiente, para que o pleito do governo venezuelano fosse bem sucedido.

É fato que os problemas econômicos que começaram a surgir no fim da década de 70 e o endurecimento do governo americano de Ronald Reagan provocaram uma mudança de rumos importante na política externa venezuelana e um esfriamento de seus projetos de integração e de aumento de sua presença na América Latina. No entanto, mesmo com essas mudanças sensíveis em relação aos dois governos anteriores, Miraflores sob o comando de Campíns não se voltou para um alinhamento automático com os Estados Unidos, e nem mesmo para um nível de relacionamento mais próximo com Washington como manteve a Venezuela nos primeiros anos de Punto Fijo. Prova disso foi o papel fundamental do governo venezuelano na criação do Grupo Contadora, em 1983. Formado por Venezuela, México, Colômbia e Panamá, o grupo atuou de forma ativa nas crises da América Central, e segundo Maria Teresa Romero, serviu como freio para as intervenções militares desejadas pelos setores políticos mais conservadores dos Estados Unidos.

---

<sup>21</sup> ZAMBRANO V., J. A. **Centroamérica & Contadora**. Caracas: Editorial Ex Libris, 1989

*Los miembros de Contadora promovieron un acuerdo entre los diferentes actores con el propósito de reducir las posibilidades de un conflicto armado mayor en la región. El esfuerzo venezolano en este sentido fue especial (...). La acción del grupo se concentró en evitar la propagación de la guerra al conjunto del área centroamericana y sus países miembros se comprometieron a no participar en los conflictos nacionales de los países involucrados (2005, p 120).*

O papel da Venezuela em Contadora é uma reação do próprio governo Campíns à limitação de sua política externa, especialmente em relação à América Central e ao Caribe. Caracas desenvolvia há pelo menos dois governos uma política de projeção sobre a região e as limitações dessa presença por conta das intervenções e da política mais dura dos Estados Unidos causava mais desconforto do que qualquer outra mudança na diplomacia naquele período. Segundo Carlos Romero (1978), ao mesmo tempo em que teve que ceder e perder posição na América Central, a Venezuela decidiu agir quando percebeu que a ação americana poderia levar a região a um conflito generalizado e a uma instabilidade que destruíram todo o trabalho de aproximação e de influência que Caracas desenvolveu.

*El activismo venezolano en América Central, al igual que en el Caribe, se basó en la conducta de una política exterior activa. (...) En esse empeño, Venezuela se involucro en diferentes niveles que oscilaron entre la asistencia financiera y el trabajo de inteligencia. (1978: p 76)<sup>22</sup>*

As diferenças entre os governos Reagan e Campíns em Contadora, no entanto, não provocaram problemas bilaterais graves entre os dois países. A postura da Venezuela de democratização da região caribenha e de denunciamento contra as ditaduras convinha à política externa americana, por mais que seus efeitos colaterais por vezes fossem incômodos aos interesses mais conservadores da Casa Branca. Campíns, que começou seu governo com uma política externa mais independente, como a de Perez, terminou seu mandato com um alinhamento sob condições, transitando entre os limites impostos pela Guerra Fria e os interesses regionais venezuelanos, especialmente na América Central e no Caribe.

Ao passar a faixa presidencial para Jaime Luisinchi, da AD, em 1984, Campíns entregou a seu sucessor um país muito mais debilitado economicamente e politicamente do que quando assumiu a Presidência, cinco anos antes. A vitória de Luisinchi ainda era um sinal de que o bipartidarismo inaugurado em Punto Fijo se mantinha de pé e que os anos de combate a movimentos de esquerda tiraram qualquer alternativa a AD e Copei do processo político. No entanto, a insatisfação popular com o notório empobrecimento já dava sinais de problemas futuros para a manutenção da governabilidade.

---

<sup>22</sup> ROMERO, Carlos. Las relaciones entre Venezuela y Cuba desde 1959 hasta 1978. Fragmentos. N 6. Caracas: Celarg.

Lusinch herdou uma economia com inflação em alta, déficit incontrolável das contas públicas, Bolívar desvalorizado frente ao dólar com e um grande endividamento interno. Os preços do petróleo continuavam em alta, mas a entrada de receita desde Campíns não era mais suficiente para manter as contas públicas. A solução, logo no início do seu governo, foi tomar medidas fiscais que em nada agradaram a população: cortes bruscos nos investimentos e em obras públicas, e redução de verbas para projetos sociais e assistencialistas. A bonança vinda do petróleo não sustentava mais o poder de consumo e os investimentos da “Venezuela Saudita”. A falta de dinheiro começou a minar a base de sustentação da política de elites de Punto Fijo e na política externa as pretensões de protagonismo internacional, já comprometidas desde o fim do governo de Andrés Pérez, caíram por terra.

Lusinch considerava que, diante da forte crise que atingia o país, nem mesmo a América Central e o Caribe, poderiam ser mais contemplados com a diplomacia de projeção venezuelana, apesar do clima político internacional na segunda metade dos anos 80 ser muito mais favorável a isso. As intervenções americanas já tinham virado passado e as preocupações dos Estados Unidos estavam voltadas de forma mais intensa para a União Soviética e para questões econômicas internas. Mesmo assim, todos os projetos voltados para região ou foram cancelados ou levados para as esferas multilaterais.

*Ahora, me siento obligado a informar que las posibilidades de Venezuela de llevar adelante una cooperación financiera importante se han reducido drásticamente, pero estamos dispuestos a continuar y explorar nuevas formas de cooperación de acuerdo con las realidades, y siempre inspirados en los principios consagrados en la Constitución de la República.*<sup>23</sup>

Ao deixar de usar o petróleo como instrumento de influência na diplomacia, enfraquecendo as relações bilaterais e regionais, Lusinch teve como opção centrar sua política externa nos organismos intergovernamentais, especialmente na ONU e na OEA, e a tentar intensificar suas relações com os Estados Unidos, na tentativa de uma atenção maior daquele país por causa de sua delicada situação econômica. Segundo Elsa Cardoso (1989), a política externa de Lusinch foi muito menos ativa que de seus antecessores de Punto Fijo e fundamentada em quatro premissas básicas.

*En primer termino, se concibe a la política exterior venezolana en estrecha conexión con la situación nacional y regional prevaleciente para ese momento, caracterizada por una fuerte crisis económico-financiera. Segundo, se concibe a Venezuela como un actor internacional vulnerable que debe administrar racionalmente y con sentido de las proporciones sus intereses*

---

<sup>23</sup> Trecho de discurso do presidente Jaime Lusinch, publicado no Livro Amarelo de 1986, do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, apresentado ao Congresso Nacional em sessões ordinárias de 1987. Caracas: Gráficas Franco. P. 5.

*y potencialidades. Tercero, se estipula que la política exterior debe formularse e instrumentarse en forma realista, entendiéndose por realismo político la conveniencia de percibir al mundo y encararlo tal cual es, y no de acuerdo con una imagen ideal. Y cuarto, se concibe a Venezuela en el contexto internacional como un país de influencia limitada, de poca incidencia y control. En otras palabras, nuestro país no es considerado una potencia regional, mucho menos mundial. (p 13)<sup>24</sup>*

A “visão realista” do contexto internacional, a percepção de uma ausência de protagonismo do país até mesmo no cenário regional e, diante disso, a tentativa de um alinhamento mais profundo com os Estados Unidos como forma mais provável de obtenção de vantagens fizeram a política externa de Lusinch se distanciar de seus interesses de projeção, e se aproximar de uma orientação que na década seguinte seria teorizada e adotada na Argentina com o nome de Realismo Periférico. A noção de que, apesar do petróleo, a Venezuela figurava na periferia do sistema internacional e que, apesar da grande entrada de recursos por décadas, não conseguiu atingir um alto nível de desenvolvimento provocaram um choque na visão de país e de seu papel no mundo. No plano interno, a incapacidade de reverter a forte crise econômica e a deterioração dos indicadores sociais também provocaram o sentimento de que o bipartidarismo, diante da ausência de recursos, mostrava de forma mais violenta sua face elitista e era incapaz de promover políticas mais justas de inclusão e de desenvolvimento. Os massacres que o governo promoveu contra pescadores e agricultores no interior do país só aumentaram ainda mais essa percepção.

A partir de Lusinch, a falta de alternativas políticas para Copei e AD ficou notória e os governos que o sucederam não tinham mais apenas a difícil tarefa de recuperar a economia do país, era necessário lutar pela sobrevivência política de Punto Fijo.

Carlos Andrés Pérez voltou para o Palácio Miraflores sob a esperança popular de que os tempos de bonança de seu governo anterior ocupassem com ele a Presidência. O candidato da AD, diante da desastrosa performance econômica do Copei de Lusinch, não enfrentou muitas dificuldades para chegar ao poder, vencendo as eleições de 1988 com cerca de 52% dos votos. Mas o país de seu segundo mandato em quase nada mais se parecia com a Venezuela Saudita da qual se orgulhava em citar. A crise econômica, cujo embrião se desenvolveu em sua gestão anterior com uma explosão de gastos públicos, estava completamente fora de controle. Para complicar, o presidente que se beneficiou do pós-choque de 1972 viu, no fim da década de 80, os preços do petróleo despencarem por causa de uma acentuada queda na atividade econômica mundial.

---

<sup>24</sup> CARDOZO, Elsa (1989). La política exterior de Venezuela, 1984-1989: entre las vulnerabilidades económicas y los compromisos políticos. In Política Internacional, n 14. Caracas: Asociación Política Internacional, p 13.

A saída encontrada pelo presidente para conter a crise em nada se pareceu com as políticas de grandes obras e infraestrutura, e a diplomacia independente que defendera nos anos 70. Com a Guerra Fria entrando em seus momentos finais e a receita econômica neoliberal começando a mostrar sua força, Andrés Perez viu na nova cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no recém-estabelecido Consenso de Washington a solução para os problemas econômicos de seu país.

A Venezuela foi um dos primeiros países latino-americanos a adotar a receita neoliberal na tentativa de resolver crises econômicas, anunciando um pacote em fevereiro de 1989, menos de um mês após a posse do novo governo. As medidas, nada populares, congelaram salários dos servidores públicos, promoveram um enorme corte de gastos do governo em praticamente todos os setores, entre eles saúde e educação, descongelaram preços de quase todos os alimentos e aumentaram bruscamente as taxas de juros do sistema financeiro.

O pacote pouco efeito surtiu nas contas públicas, mas provocou uma queda ainda mais acentuada no poder de compra da população. Já a reação popular contras as medidas foi quase imediata e com um grau de adesão e revolta não vistos desde a queda do ditador Jiménez, em 1958. Em 27 de fevereiro, menos de um mês após o anúncio do pacote, protestos de rua na cidade de Guarenas, na Região Metropolitana de Caracas, ganharam rápido vulto e chegaram até a capital. No dia seguinte, milhares de pessoas tomaram conta das principais avenidas e ruas da capital venezuelana, protestando contra o pacote do governo, saqueando lojas e invadindo prédios e repartições públicas. O medo de que uma convulsão social daquela proporção resultasse em um golpe fez o presidente agir com ainda mais violência que os manifestantes, transformando Caracas em uma praça de guerra. Algumas horas de confronto provocaram, segundo dados oficiais, cerca de 100 mortos, mas, segundo relatos de entidades não-governamentais, mais de 300 pessoas teriam morrido no massacre, que ficou conhecido como Caracazo. O nome é uma clara referência ao Bogotazo, distúrbio popular histórico e amplamente conhecido nos países andinos, que ocorreu em Bogotá em 1948.

Foi no primeiro governo de Andrés Pérez que a semente de crise econômica que assolou o país por anos foi plantada, e foi em seu segundo mandato que a semente da crise política que culminou com o fim do Pacto de Punto Fijo, dez anos depois, começou a germinar. O Caracazo representou o início do processo de decadência do bipartidarismo

liderado por AD e Copei, por conta da forte insatisfação popular, e a lenta volta dos movimentos políticos de esquerda ao cenário político venezuelano.

### **1.6- A CONTURBADA VENEZUELA PÓS CARACAÇO**

Os problemas econômicos não foram atenuados com o pacote de Pérez e a ajuda do FMI. A insatisfação popular, cada vez maior tanto por conta da crise quanto pela forma violenta com que o presidente reprimiu as manifestações, fizeram movimentos até então completamente fora do jogo de conciliação de elites sonharem com a possibilidade de um rompimento do bipartidarismo. E foi, mais uma vez, nas fileiras militares que esse desejo passou a ganhar mais corpo e estratégias para a ação.

Parte dos militares, no entanto, já não era mais a mesma de Punto Fijo. Se antes de 1958 as Forças Armadas do país eram tomadas, desde o baixo oficialato até os generais, pelas ideologias nacionalistas de direita, o quadro do fim da década de 80 era bem diferente. O amplo projeto de formação universitária de jovens oficiais militares, posto em prática por Rafael Caldera a partir de 1973 e fortalecido por Perez, fez com parte considerável dos militares que tiveram formação em ciências humanas e sociais tornassem simpatizantes das ideias de esquerdas e passassem a questionar o sistema político elitista inaugurado em 1958. (VALENTE, Leonardo & SANTORO, Mauricio, 2006, p 17 )

Na liderança entre os militares que conspiravam contra o governo estava Hugo Chávez Frias, oficial militar de baixo escalão até então desconhecido entre os venezuelanos. Mas nem por isso teve dificuldades em conseguir a simpatia e a adesão de muitos populares. De origem mestiça em um país marcado pelo preconceito racial e pela forte desigualdade econômica entre descendentes de europeus (a maior parte das classes média e alta), e indígenas, Chávez entrou para o serviço militar em 1971, declaradamente por ele, como forma de ascensão social. De família pobre, foi no Exército que teve acesso a cursos de formação e a uma vasta literatura política, fruto da política de profissionalização do militares. Graças a esse programa, Chávez conseguiu se licenciar em Ciências e Artes Militares, feito raro para um venezuelano nascido em família pobre.

A insatisfação com a estrutura social e econômica de seu país foi se tornando mais forte durante seu processo de formação e culminou, em 1977, em uma virada para esquerda em seu pensamento político e na procura por intelectuais de oposição ao sistema liberal de Punto Fijo. A política de profissionalização militar feita pelo governo provocou uma movimentação entre os militares venezuelanos pouco comum em qualquer outro lugar do mundo. Enquanto as elites militares, brancas, de classe média ou alta, apoiavam o sistema de Punto Fijo, as fileiras do baixo oficialato e os soldados,

mestiços e pobres, com mais formação passaram a questionar de forma mais densa o sistema que vigorava. (VALENTE, Leonardo & SANTORO, Mauricio, 2006, p19 )

O primeiro contato político de esquerda do então subtenente Chávez foi feito com o líder do Partido La Causa, Juan Pablo Medina. Foi Medina que semeou em Chávez a necessidade da formação de uma aliança civil-militar que pudesse afastar as elites de Punto Fijo do governo venezuelano. Era necessário, segundo Medina, convencer os militares a uma ruptura com o atual sistema, pois não havia espaço para a entrada de qualquer força política dentro do sistema apenas pela via democrática.

O La Causa nasceu em 1971, formado por antigas lideranças do Partido Comunista da Venezuela e sindicalistas. Seus dirigentes criticavam os comunistas pelo excesso de burocracia e pelo autoritarismo que, segundo eles, não cabiam na Venezuela. Ao contrário dos membros do PCV, eles valorizavam a leitura de autores sul-americanos, alguns deles nacionalistas sem qualquer vínculo com o pensamento de esquerda, como Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora. Era necessário, segundo o La Causa, produzir uma alternativa com elementos de esquerda, mas de cunho essencialmente nacionalista.

Em um período em que os comunistas não tinham qualquer expressão, especialmente por causa do bom momento econômico vivido pelo país, Chávez ficou impressionado com a influência do La Causa nos subúrbios de Caracas, na Universidade Central da Venezuela (UCV), a mais importante do país, e em fábricas e redutos de trabalhadores na capital e no interior.

Na época, o aumento dos preços do petróleo no cenário internacional, e o fortalecimento da moeda em relação ao dólar fizeram o consumo da classe média aumentar consideravelmente e as classes mais pobres terem acesso a mais bens de consumo. A bonança que precedia uma grande crise proporcionou um período de grande estabilidade política e de pouco interesse por movimentos de esquerda. Ainda assim, o apelo nacionalista do La Causa conquistava adeptos especialmente entre os trabalhadores, e entre os insatisfeitos com os escândalos de corrupção que viravam primeiras páginas durante o primeiro governo de Andrés Pérez. A fortaleza econômica venezuelana, no entanto, impediu qualquer respingo dos escândalos na estabilidade do governo e no Pacto de Punto Fijo.

Em meio a esse cenário de estabilidade e de escândalos, Chávez aprofundou seus laços com membros de esquerda e procurou influenciar de forma sistemática seus colegas das fileiras militares. As ligações políticas de esquerda de seu irmão Adán facilitaram ainda mais seus contatos. Adán foi membro do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), fundado

em 1961 a partir de setores insatisfeitos com a Ação Democrática. O irmão de Chávez também foi militante do Partido da Revolução Venezuelana (PRV), também ilegal, e possuía uma longa trajetória de contatos com líderes esquerdistas.

Em 1982, Adán articulou um encontro entre Chávez e o fundador do PRV, o ex-guerrilheiro Douglas Bravo<sup>25</sup>, que havia ajudado AD e Copei a derrubar Jiménez e a instaurar Punto Fijo, mas logo depois segregado. Durante o encontro, Bravo exortou Chávez a formar uma aliança revolucionária civil-militar, com o objetivo de, em longo prazo, proporcionar a ruptura política no país.

Chávez, por sua vez, procurou seguir os conselhos dos líderes, procurando se articular não somente com civis, mas também com os militares. Os contatos ficaram mais fáceis e frutíferos na medida em que a economia venezuelana se deteriorava por conta da crise econômica e dos efeitos recessivos do pacote de Andres Perez. Ainda no início da década de 80 já era do conhecimento de Chávez a existência de movimentos de militares insatisfeitos no interior. Tratavam-se, no entanto, de movimentos fragmentados, sem unicidade política e sem a participação de oficiais de alta patente. Entre as lideranças desses movimentos destacavam-se Francisco Arias e William Izarra Caldera que, assim como Chávez, demonstravam-se há muito tempo descontentes com a estrutura política excludente de Punto Fijo. Caldera destacava-se por ser o líder do movimento Ação Revolucionária de Militares Ativos (ARMA), grupo herdeiro de movimentos conspiratórios militares dos anos 60. Apesar dos contatos tanto com Arias quanto com Caldera terem sido bem vistos por ambas as partes, e apesar da insatisfação popular cada vez mais forte, não foi possível nos anos 80 articular um movimento realmente forte nas fileiras militares devido ao reduzido número de revoltosos. O sistema de Punto Fijo, apesar da crise, ainda dava sinais de que mantinha o controle político do país e isso incluía as fileiras militares.

No entanto, um lento, mas vigoroso trabalho de arregimentação foi costurado por Chávez e por outras lideranças militares. Ainda em 1982, na cidade de Maracay, capital do estado de Aragua, o então tenente Chávez foi convidado a discursar para mais de mil homens, a pedido do comandante da unidade militar daquela região. No discurso, Chávez fez uma dura crítica à pobreza venezuelana e usou várias vezes frases de Bolívar, Martí e outros libertadores para ratificar a necessidade de transformação da sociedade venezuelana. O

---

<sup>25</sup> Um dos ativistas de esquerda mais importantes da Venezuela, Douglas Bravo entrou para o Partido Comunista da Venezuela com 12 anos de idade, em 1946, onde militou até 1964. Teve participação crucial no movimento guerrilheiro que derrubou o ditador Jiménez, em 1958, mas foi excluído da vida política no mesmo ano pelo Pacto Punto Fijo, juntamente com o Partido Comunista. Em 1966, passou a dirigir o clandestino Partido da Revolução Venezuelana (PRV), cujo braço armado atuou até os anos 80. Em 1992, contribuiu na tentativa de golpe de Estado liderada por Hugo Chávez.

discurso foi o primeiro grande movimento de adesão de massas militares a um grupo que começava a se estruturar: o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), que durante os anos 80 não parou de ganhar adesões e que, mais tarde, nos anos 90, tentou chegar ao poder por meio de um golpe de Estado.

Uma das grandes dificuldades do insipiente MBR-200 de formar uma aliança civil-militar, e não ficar restrito apenas aos militares, foi de caráter ideológico. Unir as ideias militares ao civis de esquerda quase em sua totalidade marxistas não era uma tarefa fácil. A saída que agradou partes consideráveis de ambos os lados, no entanto, foi privilegiar no grupo o que mais tarde ficou cunhado como pensamento bolivariano, enfatizando autores que se dedicavam ao tema da libertação das Américas. Foi dessa forma que o movimento de contestação ganhou contornos, segundo seus fundadores, de um novo movimento de libertação. Não mais das potências europeias, mas de uma elite liberal que se perpetuava no poder.

Com a chegada de Lusinchi à Presidência e o agravamento da crise econômica, a insatisfação popular com o governo atingiu níveis dramáticos e os freqüentes escândalos de corrupção, antes blindados pela bonança econômica, agora não mais eram postos de lado pela opinião públicas, passando a ser alvo de indignações constantes. A situação frágil do governo, ainda que apoiado pela cúpula militar, fortaleceu ainda mais os movimentos de conspiração, em especial o MBR-200, que já se destacava entre os demais como o mais forte e articulado.

A visão de Chávez sobre a necessidade do que ele chamava de uma limpeza ética e moral das Forças Armadas e do governo, e de uma revolução social e econômica na Venezuela, chegaram ao seu ponto alto no Caracaço, em 1989. A revolta mostrou para os conspiracionistas que a população havia chegado a um nível de insatisfação capaz de dar apoio a uma mudança política. Mostrou ainda a reação desmedida e desproporcional do governo de Andrés Pérez, e não deixou dúvidas de que a estabilidade política da Venezuela estava abalada.

Após o Caracaço, as alianças do MBR-200 com setores da sociedade civil se tornaram maiores e mais consistentes e o governo de Pérez viu sua popularidade atingir patamares cada vez mais baixos. Em 1991, a crise das instituições políticas do país atingiu seu nível mais crítico desde o início da era de estabilidade democrática. Os movimentos sociais mobilizados em protestos por melhorias sociais e econômicas falavam abertamente da necessidade de saída do presidente e a formação de uma junta de emergência para o governo. Foi a primeira vez, desde 1958, que setores da sociedade pressionavam claramente pela saída de um

governo.

Ainda em 1991 os estreitos vínculos entre governo e centrais sindicais, estabelecidos na década de 50, foram rompidos formalmente, com a convocação pela Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) de uma greve geral para novembro daquele ano. Iniciativa que teve grande adesão popular e parou o país.

O cenário fez com que o MBR-200 procurasse estreitar laços com o La Causa, maior partido civil de oposição, com o objeto de orquestrar um levante que derrubasse o governo e colocasse fim ao sistema de Punto Fijo. A deterioração da economia, a crise de representação e a insatisfação popular, na visão dos revolucionários, formavam um conjunto sem precedentes há décadas para a derrubada do sistema político e as resistências contra um novo governo seriam pequenas ou nulas. Naquele momento, a popularidade do presidente era de apenas 35% da população e a inflação estava a mais de 30% ao mês.

No início de 1992, o governo autorizou mais um grande aumento das tarifas públicas de telefonia e transporte, e os sistemas públicos de saúde e educação entraram em colapso com a falta de profissionais devido aos baixos salários. Para aumentar ainda mais a insatisfação, os escândalos de corrupção continuavam nas páginas dos jornais, e sem qualquer punição.

### **1.7- O GOLPE CONTRA PÉREZ E CONTRA PUNTO FIJO**

A convulsão em que se encontrava o país levou Chávez e seus aliados do MBR-200 à ação em 4 de fevereiro de 1992, na Operação Ezequiel Zamora. As batalhas ocorreram em Caracas, Maracaibo, Valencia e Maracay, esta última principal centro militar dos revoltosos. Três objetivos foram traçados pelos conspiradores para que a empreitada pelo poder resultasse em êxito: tomada do Palácio Miraflores, da residência oficial La Casona, e da base aérea Francisco de Miranda, em Caracas.

A reação do governo ao levante, no entanto, foi bem mais forte do que a esperada pelos revoltosos. A rebelião militar foi derrotada 12 horas depois do início das operações. Após intensos combates em várias regiões do país, os revoltosos, em menor número, não conseguiram atingir seus objetivos.

Apesar das articulações do MBR-200, as ações dos golpistas não contaram com o apoio do La Causa nem de outros movimentos de esquerda. O motivo é que não acreditavam no apoio popular ao levante por ser este majoritariamente militar, o que remetia a autoritarismo e ao Estado de exceção de outras épocas anteriores a Punto Fijo. Diante da impopularidade de Pérez, muitos opositores civis também achavam que conseguiriam, por meio de pressão política e popular, voltar à legalidade e chegar ao poder por meio de eleições,

alternativa que o MBR-200 descartava naquele momento. Na visão dos militares revoltosos, apenas a tomada do poder sera capaz de romper a estrutura de poder vigente.

Apesar do fracasso da investida, os revoltosos conquistaram importantes ganhos políticos com a empreitada. Chávez assumiu a autoria das ações e foi preso pelos militares. Sua rendição, no entanto, foi condicionada a uma aparição em rede nacional de TV para que pudesse pedir a seus aliados que baixassem as armas. Durante o discurso, o então desconhecido tenente revoltoso pediu que seus companheiros abrissem mão da força, pois aquele não era momento da mudança “*por ahora*” (por enquanto). O “*por ahora*” de Chávez rapidamente ganhou a simpatia popular, e ganhou a força de um slogan pela mudança. Chávez deixou de ser um tenente conspirador desconhecido do grande público para, pouco a pouco, se tornar uma liderança política alternativa ao sistema bipartidário. No momento de sua prisão, a popularidade do militar golpista girava em torno de 60%, quase o dobro da popularidade do presidente.

Até mesmo entidades que não apoiaram diretamente a tentativa frustrada de golpe, como o partido La Causa, tiraram grandes benefícios do episódio. O partido teve a melhor performance eleitoral de sua História nas eleições de 1992 elegendo tanto parlamentares quanto o prefeito de Caracas, Aristóbulo Istúriz.

Se o Caracaço de 1989 marcou o declínio irreversível do apoio popular ao sistema político venezuelano, a tentativa de golpe em 1992 permitiu que a emergência de novos atores políticos abrisse as portas para mudanças radicais na democracia venezuelana ainda na década de 90. Punto Fijo sobrevivera ao golpe, mas ao vencer os golpistas, deu força para que eles vencessem, mais tarde, pela urnas. O fim do bipartidarismo que regia e blindava a ordem política foi apenas uma questão de tempo.

## **1.8- A POLÍTICA EXTERNA E O IMPEACHMENT DE PÉREZ**

A crise, a cada vez maior dependência da ajuda do FMI e dos Estados Unidos, e a instabilidade política fizeram a política externa do segundo mandato de Pérez ser radicalmente diferente da diplomacia de seu primeiro governo e em muitos momentos adotar uma postura de alinhamento automático com Washington. A mudança foi tão radical que o segundo período Pérez é considerado por alguns cientistas políticos venezuelanos como o da reedição da Doutrina Betancourt. Mais uma vez, a política externa venezuelana se concentrou na defesa da democracia, especialmente no continente, só que agora com uma postura totalmente convergente com o governo americano.

Ainda no primeiro ano de seu governo, em 1989, Pérez deu aos Estados Unidos a

demonstração de que sua postura em nada se parecia com o governo mais independente dos anos 70. O Palácio Miraflores foi o principal aliado do então presidente George Bush na investida diplomática contra o governo do general Manuel Antonio Noriega no Panamá. Quando o resultado das eleições panamenhas foi anulado por Noriega, gerando uma reação furiosa dos Estados Unidos, foi a Venezuela o primeiro país latino-americano a rejeitar a anulação, retirando seu embaixador da Cidade do Panamá. Após a invasão do Panamá por tropas americanas, apesar dos pedidos de moderação e de fim da violência feito por Miraflores em notas oficiais, a Venezuela teve papel importante na OEA, se abstendo na votação para condenar o uso de força militar pelos Estados Unidos. Para o analista político Anibal Romero, a atitude do presidente tinha um objetivo claro: manter relações cada vez mais estreitas com os Estados Unidos para renegociar a dívida externa.

*Es bastante obvio (...) que el presidente Pérez há querido ganhar indulgencias con Washington, sirviendo de mediador y de agente de Buenos oficios en Centroamérica. En primer término, en Nicaragua, donde Venezuela está actuando como Consejo Supremo Electoral. En El Salvador, donde Pérez actúa de gran árbitro entre las guerrillas y el gobierno y, por último, Panamá, donde há asumido a lo largo de sus diez meses de gobierno una posición crecientemente dura, paralela a la de Washington.*<sup>26</sup>

Também evocando a Doutrina Betancourt, Perez rompeu relações com os governos do Haiti (1991), por conta do golpe contra o presidente recém-eleito Jean Bertrand Aristide, e com o Peru (1992), em virtude do autogolpe feito pelo então presidente Alberto Fujimori. No caso do Haiti, Pérez participou ativamente das negociações internacionais para um embargo econômico, e suspendeu todo o fornecimento de petróleo ao país. O governo venezuelano chegou a cogitar seriamente a participação das Forças Armadas do país em uma intervenção no Haiti, caso a proposta fosse aprovada pelos Estados Unidos. Como Washington optou por transferir a responsabilidade da ação para o Conselho de Segurança, a participação da Venezuela acabou não se concretizando. Perez defendia o que chamava de “defesa coletiva da democracia”, uma espécie de princípio de segurança coletiva de regimes democráticos, que deveria estar vinculado à cláusula democrática da OEA e que deveria prever sanções econômicas e intervenções militares contra ditaduras da região.

*En el marco de la Asamblea General de la OEA, reunida en Santiago de Chile el 4 de junio de 1991, Venezuela – junto a Chile, Canadá, Argentina y Estados Unidos – había promovido muy activamente la “Declaración de Santiago para la Defensa Y Fortalecimiento de la Democracia”, y la adopción de una resolución sobre “Democracia Representativa”, que resultó ser la Resolución 1080 en la que se señalaba el “apoyo indeclinable con la defensa y promoción de la democracia representativa y de los derechos humanos en la región, dentro del respeto a los principios de libre determinación y no intervención”. (ROMERO, Maria Teresa, 2005, p 230)*

<sup>26</sup> “Venezuela paga con Panamá renegociación de la deuda”, El Universal, Caracas, 23 de diciembre de 1989, p-4-13.

Apesar do texto citar os preceitos de livre determinação e não intervenção, a Resolução 1080 da OEA abriu evidente espaço para a legalidade de sanções e operações militares que garantissem a permanência ou o estabelecimento de governos democráticos “legitimamente constituídos”. O trabalho de Canadá, Chile, Argentina e Venezuela na OEA evidenciou a política de alinhamento destes países com os Estados Unidos no início da década de 90 e, no caso da Venezuela, foi uma amostra das muitas posturas pró-Washington em assuntos hemisféricos tomadas de Andrés Pérez.

A política de aproximação com os americanos, no entanto, não foi suficiente para manter o presidente no poder. Perez resistiu ao Caracaço, à crise econômica e aos golpistas liderados por Chávez. Mas as fraturas e divisões resultantes de tantas crises fizeram com que sucumbisse aos escândalos de corrupção em seu Gabinete que, apesar de não terem sido uma novidade, ganharam grandes dimensões e provocaram reações populares entre 1992 e 1993.

A gota d'água ocorreu em março de 1993, quando o Promotor Geral da República Ramón Escobar Salom, após denúncia feita por jornais venezuelanos, acusou o presidente por crime de peculato, pelo desvio de 250 milhões bolívares de um fundo de despesas governamentais de responsabilidade direta do presidente. Perez tentou se justificar afirmando que o dinheiro havia sido usado para ajudar a campanha presidencial de Violeta Chamorro, na Nicarágua. Em maio, no entanto, a Suprema Corte aceitou a acusação e, no dia seguinte, o Congresso Nacional derrubou sua imunidade e deu um prazo de 90 dias para que fosse inocentado das acusações. Diante da continuidade do processo e da resistência de Pérez em renunciar, o presidente foi destituído do cargo em agosto, poucos meses antes de deixar o governo. No mesmo mês, Ramón José Velásquez assumiu como presidente interino para liderar um governo de transição até o fim do mandato constitucional de Pérez.

### **1.9- O FIM INFORMAL DE PUNTO FIJO**

Apesar de ter tido apoio dos dois grandes partidos em sua indicação como presidente, tanto AD como Copei, preocupados com as eleições futuras, não quiseram indicar nomes para o Gabinete do novo governo. Velásquez só não ficou sem condições de governabilidade por causa de uma lei habilitante concedida pelo Congresso (uma prática comum na Venezuela e muito anterior ao governo de Hugo Chávez), que o permitiu governar por decreto.

A situação econômica durante seu governo não apresentou melhoras significativas e os escândalos continuaram. O episódio conhecido como Narcoindulto – quando funcionários da Presidência conseguiram uma assinatura de forma irregular para a libertação do traficante Larry Tovar Acuña -, e a quebra do Banco Latino aumentaram a desconfiança da população

em relação ao governo interino e afastaram ainda mais os dois grandes partidos.

Na política externa, os poucos meses de Velásquez no poder e as dificuldades em manter estável a situação econômica fizeram com que um prolongamento mais tímido da diplomacia de Pérez fosse inevitável. A Venezuela de transição manteve as orientações resgatadas por seu antecessor da Doutrina Betancourt, mas evitou ao máximo que pode manter uma postura mais ativa, inclusive no cenário regional.

A corrida presidencial de 1993 foi marcada, por um lado, por uma tentativa de AD e Copei de manterem, mesmo que com iniciativas isoladas, o sistema bipartidário e fortemente excludente, e por outro, de uma ruptura interna em Punto Fijo por políticos que, diante dos últimos episódios e da situação econômica do país, não acreditavam mais no futuro do pacto de conciliação de elites.

Entre os dissidentes se destacou Rafael Caldera, ex-presidente (1969-1974), fundador e uma das lideranças do Copei, que decidiu se candidatar à Presidência com uma coalizão de partidos até então excluídos do núcleo duro da vida partidária venezuelana. Caldera conseguiu por meio da coalizão Convergência unir tanto partidos de esquerda (alguns até pouco tempo considerados ilegais), como o Movimento ao Socialismo (MAS), o MEP e o Partido Comunista da Venezuela (PCV), quanto algumas legendas de centro-direita como a URD e o MIN. O ex-presidente tornou-se a opção, por mais que indigesta que fosse para algumas lideranças políticas, de quebra do bipartidarismo e de abertura de espaço para legendas que há anos tentavam um lugar ao Sol no processo político.

A convergência tornou-se também a alternativa dos eleitores para os desgastados Copei e AD, e que resultou na expressiva vitória nas urnas, e na chegada de Caldera pela segunda vez ao Palácio Miraflores. A vitória representou um golpe de morte para alternância de poder entre as duas grandes legendas e marcou, na prática, o fim do Pacto de Conciliação de Elites, apesar de muitos cientistas políticos venezuelanos, e políticos de esquerda e direita, atribuírem o fim de Punto Fijo à vitória de Hugo Chávez nas urnas cinco anos depois.

Mesmo sendo um político tradicional, da elite conservadora que se alternava no poder desde 1958, Caldera quebrou com sua coalizão o poder que as duas grandes legendas tinham de invariavelmente estarem à frente do governo, abrindo espaço para que outros partidos, inclusive de esquerda, ganhassem expressão, pretensões e condições de alcançar o poder pela via eleitoral. A vitória de Chávez cinco anos depois, portanto, não se configurou como ruptura de Punto Fijo, mas foi o primeiro grande reflexo dessa ruptura.

Ao chegar novamente à Presidência, Caldera dirigiu um governo marcado pelo apoio de setores da esquerda, mas que deu tom de continuidade à política econômica neoliberal implantada por Andrés Pérez, apesar das medidas intervencionistas de emergência. O apoio dos partidos de esquerda fez com que alguns nomes tradicionais daquelas legendas fossem para o governo, entre eles Teodoro Petkoff e Pompeyo Márquez, ambos do MAS. Petkoff tornou-se ministro do Escritório Oficial de Coordenação e Planejamento (o equivalente à Casa Civil no Brasil), e Márquez foi nomeado ministro do Ministério das Fronteiras. O apoio do MAS também foi fundamental para a aprovação de uma série de leis enviadas pela Presidência ao Congresso, que não tinha mais a hegemonia de AD e Copei, garantindo governabilidade ao novo presidente. Ainda em 1994, cumprindo promessa de campanha, Caldera concedeu anistia aos militares revoltosos responsáveis pela tentativa de golpe de Estado em 1992, a maior parte deles do MBR-200, entre eles Hugo Chávez. A medida deteriorou ainda mais as relações de Caldera com seus antigos aliados do Copei.

Para não perder completamente o apoio da ainda importante classe política conservadora e garantir governabilidade no Congresso, Caldera conseguiu logo no início do governo atrair membros importantes da AD para seu Gabinete, o que despertou a suspeita de que poderia migrar para o partido, o que poderia significar a restauração de Punto Fijo. A manobra, no entanto, nunca chegou a se concretizar.

Na economia, seu governo teve que enfrentar os piores momentos da crise desde que ela começou a afetar a vida dos venezuelanos, nos anos 80. A quebra do Banco Latino, durante o governo interino, tirou a credibilidade do setor financeiro do país e provocou uma quebra generalizada de bancos, forçando o governo a intervir em mais de dez instituições. A falta de crédito e a fuga de capitais provocaram em questão de meses a quebra de 70 mil médias e pequenas empresas, aumentando bruscamente o desemprego e a recessão. A inflação, descontrolada, forçou o governo a controlar o câmbio e Caldera, que durante a campanha tinha prometido jamais recorrer à receitas e ajuda do FMI, lançou o pacote “Agenda Venezuela”, um conjunto de medidas neoliberais recomendadas pelo fundo e que cortou ainda mais os gastos públicos, desvalorizou a moeda nacional em 70% e aumentou o preço dos combustíveis em cerca de 800%. No setor do petróleo, Caldera promoveu uma grande desnacionalização da exploração, privatizando empresas e cedendo direitos sobre reservas para grandes corporações estrangeiras. As medidas econômicas provocaram grande insatisfação da população e de parte da base aliada do governo, fazendo com que Caracas e várias cidades do interior passassem a ser palco de frequentes manifestações e greves. O

rompimento com o MAS e outros partidos de esquerda foi compensando pelo aumento da presença da AD no governo.

Na política externa, Caldera enfrentou o desafio de manter uma boa política de negociação com o FMI e outros organismos econômicos internacionais em meio à antipatia dos Estados Unidos, especialmente por conta das medidas de cunho nacionalista tomadas por seu primeiro governo, pela aliança com a esquerda que lhe garantiu a vitória pela segunda vez e pela anistia dada aos militares golpistas. A crise foi mais forte nos primeiros meses do governo. A insatisfação da Casa Branca foi alimentada rapidamente pela direita venezuelana, apoiada pela ala conservadora dos militares, e os rumores sobre um golpe de Estado tornaram-se muito fortes.

Caldera resolveu utilizar a diplomacia para reverter a situação e resolveu pedir ajuda ao Brasil. Em março de 1994, em uma viagem preparada às pressas, Itamar Franco e oito ministros brasileiros desembarcaram em La Guzmania, no litoral venezuelano, para fechar acordos mas principalmente para dar uma demonstração explícita de apoio do Brasil ao governo. A atitude conseguiu acalmar os ânimos políticos internos e fazer com que os Estados Unidos, mesmo descontentes, adotassem uma postura mais moderada em relação a Caracas.

A visita de Itamar Franco serviu para aproximar o governo venezuelano do Brasil e do Mercosul e fazer Miraflores voltar suas atenções novamente para o sul. No entanto, a deterioração da economia não permitiu à Venezuela uma atenção mais forte a qualquer outro projeto que não fosse a negociação da dívida externa. A política externa da Venezuela de Caldera tinha intenções de um maior estreitamento com o a América do Sul, dependia das relações com os Estados Unidos – sem gozar da simpatia de Washington – para manter um bom relacionamento com os organismos econômicos internacionais, e não tinha força política para se dedicar a algum desses objetivos.

#### **1.10- AS ELEIÇÕES DE 1998**

A sucessão de governos enfrentando situações de crise e a ruptura de Punto Fijo provocada pela eleição de Rafael Caldera fizeram as eleições de 1998 serem bem diferentes dos demais pleitos presidenciais venezuelanos desde a década de 50. AD e Copei, que perderam a Presidência, mas ainda preservam alguma força no Congresso Nacional, passaram a temer derrotas ainda maiores nas eleições parlamentares e passaram a concentrar seus maiores esforços nesse pleito.

Sem nomes de peso e com chances reais de vitória, os dois partidos praticamente rifaram suas candidaturas à Presidência entre políticos de segundo escalão, mas com recursos e personalidades midiáticas com alguma chance de êxito. Pela AD foi escolhido Luis Alfaro Uceró e pelo COPEI Irene Saéz, uma ex-Miss Universo pela Venezuela muito popular em todo o país e que, nas primeiras sondagens à Presidência chegou a liderar as intenções de voto. Irene foi apontada pela opinião pública como boa administradora devido ao bom governo que fez no município de Chacao, um dos vários municípios que integram a capital Caracas. Lançou sua candidatura inicialmente como independente. Mas, por saber que não tinha condições estruturais para levar à campanha adiante, acabou cedendo a pressões e aderindo a COPEI. Sua filiação caiu como um desastre para a opinião pública e suas intenções de voto despencaram em questão de semanas. Ao mesmo tempo em que Irene perdeu terreno, na outra ponta, pelo Movimento Quinta República, Hugo Chávez Frias se apresentou como candidato.

Chávez, anistiado e solto pelo governo de Caldera, partiu ainda em 1994 em viagem por todos os estados do país, em uma tentativa de testar sua popularidade e atrair mais militantes para o MBR-200. Era da vontade de Chávez fazer com que seu movimento ganhasse sólidas bases civis e não continuasse conhecido como um grupo dominado por militares. Por mais que buscasse fortificar o MBR-200, continuou com a ideia de não disputar eleições. A institucionalidade democrática e as leis construídas durante Punto Fijo eram vistas por ele como desprezíveis. As prioridades eram a dissolução do Congresso, visto como um meio de corrupção e de acordos entre as elites partidárias mantenedoras da ordem (AD e COPEI ainda lideravam o Parlamento), e convocação de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Carta que pudesse “refundar” o país. Tais idéias colocaram no MBR-200 como movimento à margem do processo político durante quase todo o governo Caldera.

Mas a continuidade da crise econômica levou Chávez e o MBR-200 a mudarem suas posições sobre a participação do movimento em eleições. Passou-se a ver em uma vitória nas urnas a possibilidade de se mudar, por dentro, as instituições de elite consolidadas em 1958. A possibilidade de uma vitória sem os custos de um golpe poderia dar, segundo Chávez, maior legitimidade interna e externa ao novo governo para implementar as mudanças necessárias. E, diante da crise continuada e da insatisfação popular, a vitória do movimento nas urnas não parecia um sonho distante.

Já com o objetivo de disputar as eleições, o MBR-200 buscou criar uma nova força política, já que o movimento não podia participar dos pleitos. Em 1997, o MBR-200 virou o

Movimento Quinta República, com o objetivo de produzir uma ampla frente de esquerda alternativa.

Em poucos meses de campanha, Chávez chegou à liderança nas pesquisas. Prevendo a vitória de um líder de esquerda que já havia encabeçado uma tentativa de golpe de Estado, as cúpulas da AD e da Copei decidiram, em uma tentativa desesperada de salvar Punto Fijo, não concentrar mais forças em seus candidatos, que não paravam de cair nas pesquisas, para apoiar Henrique Salas Römer, do conservador e pouco conhecido partido Projeto Venezuela. A legenda de Römer, assim como a Convergência do presidente Caldera, foi criada por ex-dirigentes de AD e Copei, que se uniram devido ao desgaste popular dos dois partidos. Na reta final de campanha, Römer foi o único candidato a fazer frente à Chávez.

A manobra de apoio feita pelas elites conservadoras da Venezuela, no entanto, não deu certo. Chávez foi o vitorioso nas eleições com 56,2% dos votos, enquanto Römer obteve 32,97%. Os candidatos de AD e COPEI tiveram resultados que já não deixavam dúvidas sobre o papel político que as duas grandes forças políticas teriam a partir de então. Irene Sáez conseguiu 2,82% dos votos e Uceró apenas 0,42%. No dia 2 de fevereiro de 1999, o líder mestiço da rebelião de 1992, que vinha das fileiras do baixo oficialato do Exército, assumiu a Presidência da Venezuela prometendo fazer o que classificou como Revolução Bolivariana. Uma revolução que, segundo ele, refundaria o país.

O radicalismo do discurso chavista, que precede as eleições presidenciais de 1998, transformou-o naquele que melhor interpretava o desejo de mudança popular, tanto em relação à classe política dominante como em relação às suas instituições legadas pela Constituição de 1961. A linguagem dura com que Chávez dirigiu-se a seus adversários nos seus longos discursos era o *idem sentire* de tudo aquilo que sua base social gostaria de ter expressado para as elites nas duas décadas perdidas de 80 e 90. Para a emergência de Chávez, contribuíram consideravelmente tanto os erros de alguns de seus adversários, como o profundo sentimento de rejeição aos partidos tradicionais que manifestavam os venezuelanos. (VILLA, Rafael Duarte 2005, p159)

### **1.11- A POLÍTICA ENERGÉTICA E A DIPLOMACIA DO PETRÓLEO ENTRE 1959 E 1998**

Segundo Janet Kelly e Pedro Palma<sup>27</sup>, a exploração do petróleo na Venezuela surgiu ainda nos anos trinta com “*la obsesión...de evitar brindarle a los extranjeros el grueso de las*

<sup>27</sup> Kelly, Janet & Palma, Pedro: “El síndrome del deterioro económico y la búsqueda del cambio”, in: Venezuela: del Pacto de Punto Fijo al Chavismo. McCoy, Jannifer I. & Myers, David (copiladores). Caracas:2007, Los Libros de El Nacional.

*sustâncias, que generaba la industria de los hidrocarburos.*”(2007, p 226). Essa determinação em não entregar a riqueza converteu-se em duas grandes metas: contribuir para manter os preços do barril altos no cenário internacional, garantindo a entrada de divisas, e manter a exploração interna, seja ela administrada pelo Estado ou por multinacionais estrangeiras, sob normas que garantissem que a maior parte da riqueza gerada pela atividade ficasse em solo venezuelano.

O pensamento sobre qual modelo de exploração era melhor para o país, a executada pelo Estado ou pela iniciativa privada, oscilou desde o início das prospecções mais por conta da situação econômica e do atraso tecnológico em relação ao setor do que propriamente por questões ideológicas. Sob o ponto de vista ideológico, a ideia de que a maior riqueza da Venezuela deveria ser explorada essencialmente pelo Estado era consenso tanto entre a direita nacionalista quanto à esquerda, e não parecia incomodar a direita liberal, muito pouco influente até a década de 90. O maior processo de privatização do setor, ocorrido nos anos 90, foi feito pelo presidente Rafael Caldera, cujo primeiro mandato na década de 70 não tinha orientações liberais. Caldera, no entanto, estava convencido de que a saída para a grave crise econômica que assolava o país nas décadas de 80 e 90 estava na receita neoliberal e na redução do papel do Estado na atividade econômica.

*La idea de que Venezuela debía “sembrar le petróleo”, expresada en los años treinta por Arturo Uslar Pietri, se convirtió en el objetivo común del país entero; en el sentido de que el petróleo debía ser la semilla del desarrollo y la inversión en el futuro. La idea de Pietri generó una ideología desarrollista positiva que impulsaría al país. Primero, a incrementar los impuestos a las compañías extranjeras; segundo, a establecer causa común con otros productores de petróleo, fundando la OPEP en 1960; tercero, a crear una empresa petrolera propiedad del Estado, como posible base para consolidar el conocimiento local con respecto a las operaciones y la tecnología, para finalmente decretar la toma de toda la industria por parte del Estado. (Janet Kelly e Pedro Palma, p 226).*

Manter o petróleo como uma fonte de riqueza e de desenvolvimento exigiu do país uma adaptação de sua política, especialmente a externa, à dinâmica de um produto estratégico no cenário internacional e peça fundamental no jogo de poder entre as grandes potências. Mesmo não sendo um player de grande envergadura, a Venezuela precisou se tornar rapidamente um país atento a uma agenda internacional de caráter central, cujos temas nunca haviam passado diretamente pelos interesses historicamente regionais e periféricos de Caracas. Na interação com essa agenda, a quase onipresença americana tornou-se inevitável, não somente por ser a grande potência do pós-guerra, mas por ser o maior mercado consumidor de energia do mundo, geograficamente muito próximo da Venezuela. O entrelaçamento entre a produção de petróleo venezuelana com o mercado consumidor americano ganhou as características de um “casamento inevitável”.

Sob a ótica da demanda, as relações com os Estados Unidos precisaram ser privilegiadas desde o início das prospecções em larga escala. No entanto, sob a ótica da manutenção dos preços e dos direitos sobre os lucros da atividade, os Estados Unidos estiveram muito mais no papel de vilão para Caracas do que de aliado, e vários foram os momentos onde a política de petróleo do Palácio Miraflores contrariou e passou por cima dos interesses americanos. A política do petróleo, portanto, não pode ser caracterizada como o lado venezuelano alinhado aos Estados Unidos por conta das exportações. Muito pelo contrário, em algumas situações foi justamente a política do petróleo o elemento com mais características de oposição aos interesses norte-americanos.

Essas tentativas de se impedir o total controle dos Estados Unidos sobre a principal riqueza venezuelana começou a ficar mais nítida na década de 40, quando a infraestrutura interna da Venezuela para a exploração passou a ter mais autonomia em relação aos investimentos estrangeiros, quando o país deu seus primeiros passos em medidas nacionalizantes e quando, ao mesmo tempo, os Estados Unidos passaram, especialmente no pós-Guerra, a adotar a política de “diversificar para não privilegiar qualquer nação exportadora de petróleo no mercado internacional”(Pogue, 1949:53).<sup>28</sup>

*In a move that predates the founding of the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC), in 1949 a Venezuelan delegation visited Iraq, Iran, Kuwait and Saudi Arabia, initiating an unprecedented dialogue among oil-producing nations...The US and British companies failed to fully recognize the significance of the trip. (Salas, Miguel: 45-46)*

Em 1949, a Venezuela viveu um tenso momento pós-golpe militar que interrompeu a sucessão democrática iniciada por Bettancourt. O governo imposto pelos militares procurou na manutenção das boas relações com os Estados Unidos um anteparo externo para contrabalançar as fortes pressões internas por eleições e as frequentes mobilizações de esquerda. Os Estados Unidos também eram vistos como o aliado mais seguro na luta interna que os militares já começavam a travar com guerrilhas comunistas, o que se tornaria ainda mais crítico nas décadas de 50 e 60. Mesmo diante da necessidade dessa aliança política estreita com os Estados Unidos, a diplomacia do petróleo intensificou a imposição de seus interesses, forçando o país a estreitar relações com nações produtoras, todas ditaduras e a maior parte delas com políticas de oposição em relação aos Estados Unidos, em um claro movimento que em nada agradava o governo de Washington.

A partir do Pacto de Punto Fijo, em 1958, quando o país entrou em uma era democrática a passou a defender a bandeira do anticomunismo com mais voracidade, a

---

<sup>28</sup> Pogue, Joseph E. “Oil in Venezuela”, part 2, in *The Petroleum Engineer*. November, 1949.

diplomacia do petróleo passou com mais frequência a adotar caminhos diferentes das orientações políticas externas, tanto em relação aos Estados Unidos quanto em relação à América Latina, aos países árabes e socialistas.

No quadro abaixo, temos um resumo das diplomacias de petróleo e orientações políticas, que juntas compunham a política externa dos governos venezuelanos do Pacto de Punto Fijo, de 1958 a 1998. A comparação entre as duas políticas nos auxilia na percepção tanto dos períodos de convergência, quanto dos momentos onde as duas políticas se demonstraram conflitantes ou, pelo menos, ambíguas.

**Figura 1.1 Diplomacias de petróleo e orientações políticas externas na Venezuela (1958-1998)**

<b>GOVERNO</b>	<b>DIPLOMACIA DO PETRÓLEO</b>	<b>INTERAÇÃO</b>	<b>ORIENTAÇÃO POLÍTICA EXTERNA</b>
<b>Carlos Bettancourt 1959/1964</b>	Participação ativa na criação da OPEP em 1960. Forte divergência com os EUA por conta dos preços do petróleo.	Política Externa alinhada, mas com orientações sobrepostas. Amigos sim, negócios à parte.	Forte aliança com os Estados Unidos na Guerra Fria. Combate feroz às guerrilhas de esquerda. Apoio aos EUA para isolar Cuba no continente.
<b>Leoni Otero 1964/1969</b>	Boas relações com as ditaduras da OPEP, muitas delas em situação de tensão com os Estados Unidos por causa de Israel. Trabalho intenso no cartel para evitar a queda dos preços do petróleo, o que era exigido por EUA e Europa.	Política Externa alinhada aos EUA, mas com orientações sobrepostas. Amigos sim, negócios à parte.	Radicalização da Doutrina Betancourt. Combate às guerrilhas de esquerda. Ajuda aos EUA no combate ao comunismo na América Central e no Caribe. Não reconhecimento das ditaduras sul-americanas, inclusive a do Brasil, com rompimento de relações.
<b>Rafael Caldera 1969/1974</b>	Grande aumento na entrada de divisas, especialmente após o primeiro choque, em 1972. <b>Nacionalização da</b>	Política externa mais autônoma, porém não	Flexibilização da Doutrina Betancourt, tentativa de reaproximação com os países vizinhos e início do

	<b>produção de gás.</b> Cortes nas remessas de lucro das empresas estrangeiras de exploração. Busca pela integração regional por meio de acordos energéticos.	revisionista, e sem sobreposição de orientações	diálogo com Cuba. Tentativa de ter uma participação mais ativa no Movimento dos Países Não Alinhados. Forte relação, mas um pouco mais autônoma com os EUA.
<b>Andrés Pérez 1974/1979</b>	<b>Nacionalização de todas as empresas exploradoras de petróleo.</b> Forte tentativa de diversificação dos mercados para exportação, buscando alternativas aos EUA. Uso do petróleo em acordos para uma maior influência na América Latina.	Política externa mais autônoma, porém não revisionista, e sem sobreposição de orientações	Aproximação com a URSS e com os países do Leste da Europa. Forte reaproximação com a América do Sul e tentativa de implantar projetos de integração física, especialmente energética. Reconhecimento da ditadura argentina. Papel mais forte no Movimento dos Países Não-Alinhados. Boas relações com os EUA, mas de forma mais autônoma.
<b>Herrera Campíns 1979/1984</b>	<b>Primeira fase (pré-crise econômica):</b> Aumento das exportações para os Estados Unidos. Acordo energético com o México e com países da América Central e Caribe, com venda de petróleo a preços subsidiados. <b>Segunda fase (em meio à crise</b>	Primeira fase: Política externa mais autônoma, porém não revisionista, e sem sobreposição de orientações Segunda fase:	<b>Primeira fase:</b> Apoio total e explícito à Argentina na Guerra das Malvinas. Proposta de um TIAR latino-americano sem os Estados Unidos, forte reivindicação de territórios em posse da Inglaterra. <b>Segunda fase (em meio à crise econômica e a</b>

	<b>econômica</b> ): suspensão de parte da venda subsidiada de petróleo; suspensão de parte dos projetos de integração energética na América Latina, e intensificação da parceria comercial com os Estados Unidos.	volta ao alinhamento político com os Estados Unidos. Diplomacia do petróleo sem pontos de divergência em relação aos EUA	<b>pressão de Ronald Reagan na Nova Guerra Fria</b> ): esfriamento das relações com os países socialistas e maior proximidade com os EUA. Participação ativa no grupo Contadora, para evitar ações mais radicais dos EUA na América Central.
<b>Jaime Lusinchi 1984/1989</b>	Política voltada para o fortalecimento dos laços comerciais com os Estados Unidos e ampliação da quantidade de petróleo vendida ao país. Desgaste do papel da OPEP.	Política externa alinhada aos EUA, sem sobreposição de orientações	Fim da diplomacia de projeção na América Central e no Caribe. Consciência da falta de protagonismo do país no cenário internacional e maior proximidade com os Estados Unidos, especialmente na ONU e na OEA. Afastamento das questões latino-americanas e esfriamento das relações com os países vizinhos.
<b>Andrés Pérez 1989/1993</b>	Dificuldades em aumentar a produção e diminuição da participação venezuelana no comércio internacional. Estagnação nas exportações	Política externa alinhada aos EUA, sem sobreposição de	Forte aliança com os EUA e reedição da Doutrina Betancourt. Rompimento com ditaduras latino-americanas (Hati e Peru).

	para os Estados Unidos. Aumentos periódicos da gasolina e derivados no mercado interno para compensar perdas.	orientações	
<b>Ramón Velásquez</b> 1993/1994	Governo de transição, manutenção da política voltada para o comércio com os Estados Unidos.	Política de transição	Governo de transição, sem grandes mudanças de rumo na política externa.
<b>Rafael Caldera</b> 1994/1999	Maior programa de privatização do setor petrolífero da História da Venezuela. Enfraquecimento, limitação e sucateamento da estatal PDVSA, e concessões para explorações futuras a empresas estrangeiras.	Política externa alinhada aos EUA, sem sobreposição de orientações	Foco nas negociações com o FMI e países credores. Pouca simpatia e atenção por parte dos Estados Unidos, apesar do alinhamento de Caracas. Fracas relações com a América do Sul, mas reaproximação com o Brasil na tentativa de se evitar um golpe de Estado.

As relações entre a diplomacia do petróleo e orientações políticas externas dos oito governos regulares e um governo de transição passaram por momentos distintos nas quatro décadas de Punto Fijo, e a relação entre elas passou tanto por momentos de sobreposições dentro da política externa quanto por convergência.

Nos dois primeiros governos, de Carlos Betancourt e de Leoni Otero, a diplomacia do petróleo foi marcada por uma forte aproximação com os países do Oriente Médio, pelo empenho na criação da OPEP e no trabalho pela manutenção dos preços do produto. Enquanto a política do petróleo negociava com ditaduras árabes e ia contra os interesses americanos, a orientação externa dos primeiros anos de Punto Fijo, temerosa de um golpe tanto da esquerda quanto dos militares de direita, adotou uma postura radical em relação à Guerra Fria, a Cuba e às ditaduras de direita da América Latina. A diplomacia do petróleo lutava pelo aumento da entrada de divisas, e a orientação externa pela sobrevivência da recém-inaugurada democracia. Os dois objetivos, no entanto, transformaram os Estados Unidos e as ditaduras do

Terceiro Mundo, ao mesmo tempo, em adversários e aliados, na mesma política externa. Importante ressaltar que uma divergência na questão energética, especialmente com no caso da formação da Opep, não representa apenas um contencioso econômico, normal em relações bilaterais consideradas próximas. É um contencioso de ordem econômica e estratégica, com potencialidade para interferir de forma grave nas relações bilaterais. No entanto, durante o primeiro governo de Punto Fijo a sobreposição entre essas duas orientações não resultou na deterioração das relações. O aliado hemisférico na Guerra Fria suplantou o país aliado a um cartel potencialmente perigoso, tornando-se estar uma relação de amigos sim, negócios à parte.

Nos anos 70, nos governos de Andrés Pérez e Rafael Caldera, com o aumento do preço do barril por conta de dois choques do petróleo e por conta de um aumento impressionante de divisas que chegou a apelidar o país de Venezuela Saudita, o que observamos tanto na diplomacia do petróleo quanto na política externa foram políticas de uma postura mais independente, que buscou alternativas às relações com os Estados Unidos, tanto no campo comercial quanto no político, e uma maior expressão e influência no cenário regional, especialmente na América Central, Caribe e Região Andina. Entre 1974 e 1979, o barril ficou 12 vezes mais caro. A entrada de tantos recursos provocou não só a sensação de proximidade do desenvolvimento quanto também aspirações por uma posição internacional mais autônoma, já que as exportações para os Estados Unidos, mesmo sem crescer, garantiam a estrada necessária de recursos.

A crise dos anos 80 jogou um balde de água fria nas aspirações de uma postura mais independente do país. A queda do preço do barril e do consumo de energia em todo o mundo fez a política do petróleo não mais se voltar para os países árabes nem para alternativas de mercado. O principal objetivo foi garantir as vendas para o principal consumidor, os Estados Unidos, aumentar a parceira e as exportações e evitar perdas ainda maiores de receita.

No campo política, a necessidade de apoio para a resolução da crise econômica e para a interlocução com bancos credores e órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a nova Guerra Fria deflagrada por Ronald Reagan, fizeram a Venezuela voltar ao alinhamento com os Estados Unidos, reeditando, inclusive, a Doutrina Betancourt, como forma de demonstrar que o baluarte da democracia na América Latina e aliado fiel estava a postos para defender os interesses da grande potência.

A crise, no entanto, não foi de curta duração e deteriorou o pacto interno das elites venezuelanas, provocando níveis de insatisfação popular não vistos desde a inauguração da era democrática em 1958. A receita de aproximação com os Estados Unidos nos anos 80

seguiu, então, para os anos 90, já pós-Guerra-Fria, para o cumprimento ortodoxo das receitas econômicas americanas do Consenso de Washington. Receitas estas seguidas na política do petróleo sob o formato de um amplo processo de privatizações e de entrega de poços para futuras explorações para a iniciativa privada (medidas estas feitas por dois presidentes reeleitos e cujos primeiros mandatos na década de 70 foram marcados por posturas nacionalistas e estatizantes).

Na política, o alinhamento quase automático com os Estados Unidos nos anos 90 refletiu tanto a forte dependência econômica quanto à sensação de que a liderança dos Estados Unidos do no pós-Guerra-Fria era inconteste e tornava inútil qualquer tentativa de se estabelecer alternativas a essas relações. Em um excelente exemplo prático do que teoricamente se definiu como Realismo Periférico argentino, na visão de Caracas todos os esforços políticos deveriam ser concentrados na grande potência na busca de benefícios.

A Venezuela de Punto Fijo teve, portanto, seus governos reagindo de forma muito semelhante às conjunturas internacionais, especialmente à conjuntura energética e econômica. Em momentos de instabilidade, seja política (como no caso dos primeiros anos de Punto Fijo e a necessidade de estabilização da democracia), seja econômica (como nas crises dos anos 80 e 90), o país tendia a uma maior aproximação dos Estados Unidos.

Já em momentos de preços altos do petróleo, grande entrada de divisas e de situação econômica favorável, a política do petróleo se voltava para os cartéis, no trabalho de manutenção de preços, e para mercados alternativos aos Estados Unidos, em uma tentativa de diversificar a carteira de importadores, e nas nacionalizações para manter os lucros no país. Na orientação externa, esses momentos se refletiram em ações mais independentes, em distensão em relação a governos não democráticos, em uma atuação mais pragmática nas suas relações e em uma postura mais distante em relação aos Estados Unidos.

Nos anos 90, a crise aguda provocou uma forte tentativa de aproximação com os Estados Unidos, tanto comercial quanto política. Tentativa esta não correspondida pela grande potência, que não vivia mais a Guerra Fria, o medo da expansão comunista pela América Latina e nem considerava mais o petróleo venezuelano tão estratégico como na Segunda Guerra ou na Guerra Fria. A falta de apoio dos Estados Unidos, sem dúvida, foi um componente importante a mais para a derrocada do bipartidarismo venezuelano de quarenta anos.

A chegada de forma democrática da esquerda ao poder, ironicamente vinda das fileiras militares, provocou o rompimento imediato da postura de alinhamento com os Estados Unidos em momentos de crise e o fim da política de privatizações dos anos 90. Hugo Chávez

mudou a orientação política do país em relação aos Estados Unidos, mas manteve uma diplomacia do petróleo muito semelhante a dos governos anteriores, preservando o pragmatismo. Iniciava-se aí uma nova dinâmica de relações entre os componentes da política externa. Chávez não inaugurou a sobreposição de orientações dentro dessa política. Mas pela primeira vez a ordem dessa relação foi invertida. Os negócios continuaram à parte, o que mudou foi a relação de amizade.

"Ismênia: Estás correndo atrás do impossível  
 Antígona: Pois seja, na última fronteira do possível,  
 tomarei"  
*Antígona – Sófocles*

## 2- O REVISIONISMO PERIFÉRICO ANTAGÔNICO DE HUGO CHÁVEZ

Ao chegar ao poder com a ideia de refundar a República e romper com as antigas estruturas internas que controlavam o país, Hugo Chávez também assumiu que a orientação da política externa da Venezuela não poderia ser mais a mesma dos anos 80 e 90, aliada quase incondicional dos Estados Unidos nessas duas décadas. Em 1999, o novo governo se configurou como uma espécie de balão de ensaio do modelo progressista (que pouco tempo depois viraria tendência na região), em meio a uma América Latina ainda dominada por governos de direita e de centro-direita, alinhados ao já fraturado modelo neoliberal do início da década, compromissados com o modelo de integração hemisférica a partir de blocos comerciais orientados pelo “regionalismo aberto”, e ideologicamente muito próximos aos Estados Unidos, que por sua vez vivenciavam o auge do “momento unipolar” nas relações internacionais, fruto ainda dos primeiros momentos pós Guerra Fria.

Chávez chegou a Miraflores em um período em que os dois grandes da América do Sul, Brasil e Argentina, ainda viviam seus momentos finais do capítulo neoliberal dos anos 90. A Argentina, à beira do precipício econômico de onde cairia violentamente em 2000, insistia até então em uma política externa que ficou conhecida como “realismo periférico”, interessante denominação de Carlos Escudé baseada na antiga doutrina que tem nas relações de poder a partir de suas assimetrias a base principal do relacionamento entre os Estados.

O único realismo possível para um país como a Argentina é aquele que nos ajuda a atrair investimentos e a facilitar as negociações com os bancos e os organismos financeiros internacionais. Esta é a essência do realismo periférico. Este conceito sublinha a diferença essencial entre realismo do centro e realismo da periferia. (ESCUDE, 2009, p 37)

A visão argentina dominante na época considerava que o alinhamento ao Norte, histórica característica da diplomacia brasileira, teria sido a receita do Brasil para a obtenção de benefícios. Por isso, o estabelecimento de uma relação de dependência da periferia em relação ao centro era o mais sensato comportamento para a obtenção de vantagens.

O Brasil passava no mesmo momento por orientação neoliberal, porém de acordo com Cesar Guimarães (2008), em tom diferente. Ainda assim, apesar de não tão radical quanto o

modelo argentino, configurava-se em um alinhamento com a grande potência, postura muito distante das orientações que começavam a ser consolidadas em Caracas.

No Brasil da mesma época, e especialmente sob o presidente Fernando Henrique Cardoso, o tom é diverso, pleno de matizes e nuances. Supõe-se que a realidade do mundo é de “polaridades indefinidas” (o conceito aparece em influente texto de Gélson Fonseca e Celso Lafer) e essa sugestão de fluidez introduz algo como “um ajuste das relações com os Estados Unidos que combina postura mais flexível como premissas anteriores de uma política externa autônoma (aqui parafraseio formulações de Monica Hirst). (...) Para não poucos observadores, internos e externos, críticos ou adeptos, o “momento unipolar” parecia então o melhor descritor das relações internacionais do fim do século. Mas, as “polaridades indefinidas” da original formulação, se empiricamente frágeis, foram suficientes para um alinhamento que se mostrava crítico, cauteloso sem dúvida, mas alinhamento, não obstante tudo isso. (GUIMARÃES, 2008, p 241).

No campo externo, a presença de uma vizinhança, pelo menos a que mais interessava, ainda muito influenciada pelo momento unipolar pós Guerra Fria, e no campo interno a constatação de um país depauperado por quase vinte anos de crise econômica, por uma impressionante deterioração das condições sociais e pela necessidade, na visão do novo presidente, de rápida reforma política que desse suporte aos seus projetos, desembocaram em uma orientação externa nos primeiros momentos mais tímida, com postura claramente autônoma, porém muito distante daquela que seria implantada anos depois. Enquanto as reformas internas se iniciaram praticamente após a posse, como a convocação de uma nova Assembleia Constituinte e a inauguração de programas sociais emergenciais, a face externa do governo Chávez foi sendo construída aos poucos, quase que “pisando-se em ovos”, e em meio a um cenário externo pouco favorável e pouco amigável a mudanças. O revisionismo que marcou a maior parte do governo Chávez não foi tema de campanha, não estava em seu programa de governo, e sequer tinha sido definido integralmente como diretriz política quando a faixa presidencial lhe foi entregue em Miraflores.

A fase mais tímida da diplomacia durou entre 1999 e 2002, e será analisada em detalhes ainda neste capítulo. Sua orientação, apesar de discreta, era de uma política mais independente em relação aos Estados Unidos, especialmente na defesa dos preços internacionais do petróleo, mas também não mais totalmente convergente com Washington na esfera multilateral. Na questão dos preços do petróleo, o relacionamento com países como Iraque e Líbia era visto de forma pragmática, sem se levar tanto em conta a rejeição americana, mas sem qualquer novidade já que governos venezuelanos dos anos 60 e 70, em conjunturas, distintas, adotaram políticas semelhantes. A relação comercial com os Estados Unidos, no entanto, não poderia sofrer revés. Muito pelo contrário, a necessidade de entrada de recursos para a execução de programas sociais e reformas exigia uma política comercial,

especialmente em relação ao petróleo, austera e incentivadora da ampliação das vendas para seu principal mercado.

A guinada na orientação política aconteceu em 2002, motivada conjuntamente por fatores internos e externos. A tentativa frustrada de golpe contra o presidente, em abril de 2002, a paralisação da PDVSA no final do mesmo ano, em outra tentativa articulada da oposição para derrubar o governo, e a convicção por parte de Caracas da participação americana nesses dois eventos formaram um conjunto de fatores internos com interferência externa que, segundo Chávez, mereciam reações mais enfáticas, para a sobrevivência do próprio governo. Nos planos regional e global, a emergência de governos com inclinação de esquerda, tanto no Cone Sul quanto nos países andinos e na América Central, e a política externa do Estados Unidos pós 11 de setembro – adotada no discurso do Estado da União (*State of the Union*), em 2002, e no documento seguinte de segurança nacional, complementaram o terreno do sistema internacional que permitiu à Venezuela mudar de forma considerável sua conduta externa a partir de então.

Segundo Cesar Guimarães, a nova fase da diplomacia venezuelana adquiriu proposta “simétrica e inversa” à “aquiescência pragmática” dos anos 90 e pode ser caracterizada como um “revisionismo periférico”, termo criativo de sua autoria e que, como já citado na apresentação, também recebe influência do realismo. O revisionismo periférico traz como novidade a utilização do conhecido “revisionismo de relações”, adaptado à realidade dos Estados periféricos. Ou seja, tem como premissa a revisão a partir de relações assimétricas estabelecidas entre os Estados de periferia com o status quo, com a potência ou potências dominantes.

Tanto o realismo periférico quanto o revisionismo periférico utilizam os fundamentos realistas sobre as estruturas de poder a partir da dinâmica “periferia-potência” e não “potência-periferia”, este último sentido o corrente nesta tradição teórica. Enquanto o realismo periférico pressupõe a busca de benefícios a partir da constatação inequívoca da assimetria de poder, e do alinhamento, o revisionismo periférico se orienta a partir desta mesma assimetria de poder, só que busca os benefícios a partir de uma política opositora ao *status quo*. Enquanto o realismo periférico aposta suas fichas na premissa estruturalista de manutenção sistêmica de poder, o revisionismo periférico se prende a um outro fundamento realista: a de que o sistema, feito por atores unitários, possui tendência à multipolaridade em detrimento de uma unipolaridade, esta bem frágil e instável. Do ponto de vista histórico, o

realismo periférico encontrou no mundo americano imediatamente após a Guerra Fria seu contexto justificador, enquanto o revisionismo se alimentou de acontecimentos posteriores, especialmente as crises e a frustração com o modelo neoliberal e com os atentados de 11 de setembro. O revisionismo periférico da Venezuela, a partir de fundamentos sistêmicos realistas, propõe o rompimento, e não o alinhamento, como o realismo periférico argentino propôs anos antes.

De acordo com Guimarães, muitas das iniciativas, e mais ainda dos pronunciamentos de Hugo Chávez, tratavam dos rompimentos da “unidade hemisférica”. Ou seja, uma contribuição venezuelana e, a juízo do presidente, sul-americana, para agregar a região a um polo alternativo de poder.

O revisionismo consiste aqui em tomar a unipolaridade como “*status quo*” insustentável e/ou insuportável, e que supõe certo tipo, algo aguerrido, de unidade sul-americana, composta com alianças externas pertinentes. (No quadro das acusações habituais americanas, o Irã aparece como esse aliado, mas a fragilidade do novo “polo” é tão grande quanto a da especulação propagandística. A China também é citada, mas decerto não se envolveria em aliança que se mostraria hostil aos Estados Unidos). (GUIMARÃES, 2008, p 244).

Ainda de acordo com Guimarães, a Venezuela seria, dessa forma, uma instância de “confrontação antagônica” (termo utilizado por Hélio Jaguaribe), em uma proposta de ser parte de outro polo de poder.

Como não é incomum em propostas de inspiração realista, a “confrontação antagônica” parece carecer de base material adequada – e das alianças apropriadas – para apresentar foros de plausibilidade. Ela vem coexistindo, porém, com as orientações de Estado e a política do governo de George W. Bush, esta última marcada pela agressividade expressiva, pelo unilateralismo de concretização militar, e pela assim chamada “guerra ao terror”. Na América do Sul, isso se traduziu em difusão da presença militar, aberta ou velada, e para além do Plano Colômbia, já iniciado no governo Clinton, em negociações comerciais tópicas (tratados de livre-comércio e outros acordos mercantilistas) em substituição à rejeitada ALCA, em escolha bilateral de parceiros, não sem deselegância hostil para com alguns países e governos, como no caso da Argentina. E, ainda, por relações de crescente hostilidade como o governo venezuelano, este último, por sua parte, menos do que hábil desde a intentona golpista de que foi objeto. A “confrontação antagônica” localizou a Venezuela entre os países hostis no rol elaborado pelo governo americano. (GUIMARÃES, 2008, p 245).

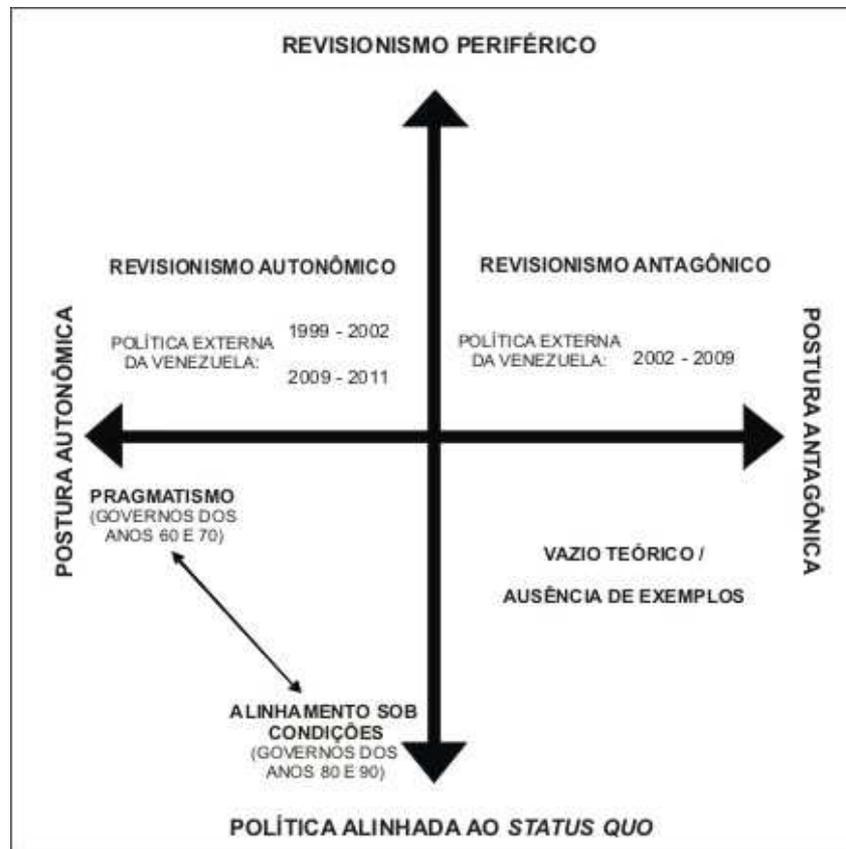
O revisionismo periférico da Venezuela, no entanto, não precisava na visão de Guimarães, ter adotado o modelo de “confrontação antagônica”. Segundo ele, outro conceito, também de Hélio Jaguaribe, alternativo a este modelo seria o de “confrontação autonômica (sic)”, o que tornaria a política externa venezuelana um caso de “revisionismo periférico autonômico”. Ambos os modelos, o revisionismo periférico antagônico e o revisionismo periférico autonômico guardam, segundo o autor, traços comuns: a unipolaridade deve ser superada e o conflito hemisférico repousa no campo do possível, já que o sistema

internacional ainda é conduzido por Estados, em especial pelo Estado que desfruta de unipolaridade.

Por ser o antagonismo aberto um risco a considerar (com a confrontação entre os Estados Unidos e a Venezuela, por exemplo), cumpre conter o que é de fato um irrealismo. Um regionalismo autônomo, que a Argentina ora pratica e do qual o Brasil muito se aproxima, supõe, em primeiro lugar, um mínimo denominador comum institucional, político e econômico, que envolve, sem distinção, todos os países da região. (GUIMARÃES, 2008, p 245).

No exemplo venezuelano, portanto, ao utilizarmos os conceitos de Guimarães e Jaguaribe, identificamos duas formas de orientações em política externa, que se interconectam, resultando no comportamento da diplomacia do país. No primeiro eixo, que define o comportamento do país em relação à grande potência e à sua agenda, a Venezuela transitou desde Punto Fijo ao governo Chávez entre uma política de alinhamento ao status quo até a uma política revisionista. No segundo eixo, responsável pela intensidade da orientação política adotada, o país transitou entre posturas autônomas até posturas antagônicas, notoriamente de confrontação. Como demonstra o quadro abaixo (2.1), nas relações entre o primeiro e segundo eixos, representados pelos quadrantes, podemos categorizar as políticas externas da Venezuela, tanto dos governos de Punto Fijo, quanto as diferentes fases do governo Chávez.

Figura 2.1 – Lugar teórico das políticas externas da Venezuela entre 1958-2011



O primeiro quadrante representa a combinação entre a política revisionista e uma postura autônômica, característica da política externa venezuelana da primeira fase do governo Chávez (1999-2002), e da terceira fase (2009-2011). O segundo quadrante resulta na combinação entre uma política revisionista e uma postura antagônica, formando o revisionismo periférico antagônico, característico da política externa do governo Chávez entre 2002 e 2009. O terceiro quadrante, que faz a relação entre uma postura autônômica e uma política alinhada ao status quo é o que permite a maior variação de comportamentos e onde se encaixam a maior parte dos governos venezuelanos de Punto Fijo. Neste quadrante, quanto mais próximo da postura autônômica e mais distante da orientação *status quo*, maior e a orientação pragmática do governo (porém não revisionista), com no caso dos governos venezuelanos das décadas de 60 e 70. Quanto mais próximo da política de alinhamento ao *status quo* e mais distante da postura autônômica, maior a tendência de uma política de alinhamento sob condições, como no caso dos governos venezuelanos dos anos 80 e 90. No quarto quadrante, como a combinação entre postura antagônica e orientação de alinhamento ao *status quo* é, teoricamente, contraditória, forma-se um vazio teórico e, não por

coincidência, com ausência de exemplos. Essa divisão nos permite traçar um panorama conceitual geral das orientações externas venezuelanas em diferentes momentos, permitindo uma melhor compreensão tanto sobre as transições de cada uma quanto de seus fundamentos e contextos.

O revisionismo periférico antagônico implementado a partir de 2002 é uma virada considerável na conduta do próprio governo Chávez, que desde 1999 construía um modelo de política independente que, não fossem os acontecimentos internos e conjunturais externos de 2002, poderia ter confluído para um revisionismo autônomo mais parecido com o praticado pela Argentina após 2000. A tendência para uma política revisionista (o primeiro eixo) é uma marca identificada desde o início do governo Chávez. O antagonismo, no entanto, só tomou lugar de uma tendência autônoma três anos depois. Já os governos de Punto Fijo, invariavelmente estiveram orientados para uma política voltada para o alinhamento ao status quo. As variações estão apenas na intensidade da orientação autônoma. Os de tendência mais autônoma, nos anos 60 e 70, e os menos autônomos, nos anos 80 e 90.

Os revisionismos autônomo e antagônico podem ser compreendidos, neste caso, como orientações políticas periféricas em relação aos Estados Unidos que levam em conta a assimetria estrutural de poder, e ao mesmo tempo a possibilidade de mudanças nessa relação assimétrica a partir da entrada de novos atores com poder o suficiente para interferir nessa equação. A aposta em uma multipolarização é também uma aposta na redução da assimetria do relacionamento bilateral Venezuela-Estados Unidos, por meio do balance proporcionado por outras potências, ainda que não hegemônicas. O revisionismo, portanto, é elaborado a partir de um cálculo racional tipicamente realista, a partir da consciência sobre um sistema internacional com características estruturais, mas também tendencioso a uma multiplicidade de polos de decisão.

O realismo político quer que a fotografia do mundo político lembre ao máximo seu retrato pintado. Consciente da brecha inevitável entre a política externa boa – isto é, a racional – e a política externa como ela é na realidade, o realismo político não apenas insiste para que a teoria enfoque os elementos racionais da realidade política, mas também para que a política externa seja racional. (MORGENTHAU, 1948p 8)

Mas se o revisionismo periférico tem a racionalidade realista como essência, a mudança de uma postura autônoma para uma tendência antagônica demonstra origem diversa. Esta não pode ser representada por um cálculo racional, mas sim como fruto de motivações passionais em parte e que tem como origem a interconexão entre instabilidade

política interna e ameaça de intervenção externa. Como ainda será mostrado neste capítulo, o antagonismo é uma reação à crise, resultado do “jogo de dois níveis” (interno/externo) explicado por Putnam. Nesse jogo entram tanto a luta interna travada entre governo e oposição, quanto o papel dos Estados Unidos nesta queda de braço.

No campo prático, o revisionismo periférico antagônico do governo Chávez encontrou especialmente na retórica seu principal elemento de confrontação, enquanto nos atos políticos mais se observava postura autonômica e na política comercial, especialmente na diplomacia do petróleo, postura pragmática cujo núcleo duro não se identificava nem com autonomismo nem com antagonismo.

O revisionismo periférico antagônico, ao preconizar a integração da Venezuela a outro polo de poder, também abriu a necessidade de construção de um modelo de integração regional capaz de fortalecer esse outro polo e de quebrar o regionalismo aberto instaurado na América do Sul nos anos 90. Ressurgiu neste momento a necessidade de integração estrutural, especialmente na tentativa de superar limitações impostas por nacionalismos econômicos quanto à questão energética. A construção de uma infraestrutura regional de fornecimento de energia se transformaria em um elemento de fortalecimento dos mecanismos de integração e do estabelecimento de políticas comuns capazes de consolidar a região como integrante de um polo alternativo de poder. Para isto, o recurso ao discurso antagônico foi um dos elementos correntes no forte apelo venezuelano para a integração regional e para o contraste a modelos anteriores. Segundo Ingrid Sarti (2010) o apelo para utopias de libertação e para a necessidade de reconstrução de uma identidade única fizeram parte dessa estratégia.

*Debe observarse que el tema de la integración de América Latina remonta a un pasado distante con especial referencia a las grandes utopías libertarias que denunciaron el aniquilamiento de la identidad colectiva y la sumisión de sus pueblos primitivos a la dominación ejercida por el poder colonial, desde Bolívar y principalmente con Mariátegui (1928, 2005) en los años veinte. Hasta hoy la integración es una categoría presente en el imaginario de superación del colonialismo preservada a lo largo de los siglos (SARTI, 2010, p 4)<sup>29</sup>*

A retórica da integração, ressaltada por Sarti, aliada ao processo de construção do inimigo não são construções da política chavista, mas foram incorporados ao revisionismo periférico venezuelano como elementos de fundamentação discursiva e de apelo à causa.

A seguir, serão analisados os principais fundamentos que influenciaram a construção do revisionismo periférico no governo Chávez, a primeira fase de seu governo, entre 1999 e

---

<sup>29</sup> SARTI, Ingrid . La arquitectura política de la Integración. Sociedad global, v. 1, p. 8-23, 2010

2002, o período revisionista antagônico entre 2002 e 2009, a política de prestígio e de confrontação pela via retórica, e o revisionismo mais de acordo com o modelo autonômico, entre 2009 e 2011.

## **2.1- AS BASES DO REVISIONISMO PERIFÉRICO: AS INFLUÊNCIAS DE ESQUERDA E DE DIREITA**

Muito embora seja óbvio, além de questão já exposta no primeiro capítulo, é importante ressaltar que a chegada de Hugo Chávez ao poder representou a quebra de 40 anos de alternância na Presidência entre partidos centristas venezuelanos, e representou ainda o primeiro de vários outros governos progressistas latino-americanos da primeira década do século XXI, todos à esquerda dos governos neoliberais que dominavam a região na década de 90. O fato, no entanto, de constituir um governo de esquerda, não significa que Chávez não tenha sido influenciado e reproduzido elementos típicos de direita.

Em tempos em que o debate sobre o que é direita e o que é esquerda ganhou contornos construtivistas e relativistas o suficiente para tornarem quaisquer definições dessa ordem sob o risco de perecerem em terreno movediço, tal demarcação torna-se oportuna. Especialmente porque caracteriza com maior riqueza de detalhes a complexa teia de elementos que integraram a política do governo Chávez, em particular, neste caso, seu direcionamento externo.

O forte personalismo do presidente venezuelano na condução do governo fez com que sua formação tivesse influência marcante na forma como a Venezuela passou a se orientar em relação ao sistema internacional após 1999, e especialmente após 2002. Militar de formação marxista, forte opositor às forças conservadoras de Punto Fijo, mas também nacionalista fortemente influenciado tanto pelo ideário libertador caudilho quanto por governos populistas da Argentina de Perón e do Brasil de Vargas, Chávez é responsável por um revisionismo periférico que se utiliza de elementos da velha tradição realista, nacionalistas (de direita e de esquerda) e também do marxismo para a construção de seu arcabouço político. Da tradição realista, a necessidade de um polo alternativo de poder; do nacionalismo econômico, dito de esquerda, a necessidade de se acabar com a relação de dependência, em um novo processo de descolonização; do nacionalismo de direita a construção do inimigo, feita aos moldes do peronismo canônico, e a evocação caudilha do herói libertador e a comunhão de identidade regional; do marxismo, a proposta de uma reconstrução do modelo econômico nacional e internacional (ainda que frágil e quase que somente no plano retórico), calcado no nebuloso,

mas alardeado conceito de “socialismo do século XXI”. Entender com pouco mais de profundidade a orientação externa venezuelana implica necessariamente no exercício de reconhecer em seu *modus operandi* essas influências diversas, que não a desqualificam no todo como uma política de esquerda, mas que a torna um fruto com origens mais diversas e profundas.

### **2.11- A influência do peronismo canônico na construção do inimigo**

A influência de Perón na formação política de Hugo Chávez não é fruto de constatação inovadora, mas fato reconhecido pelo próprio presidente que, em discurso feito na Argentina, fez questão de declarar “*Yo soy peronista de verdad. Me identifico con este hombre y este pensamiento que pidió que nuestros países dejen de ser factorias del imperialismo*”.<sup>30</sup> Por inúmeras vezes, Chávez demonstrou sua admiração, não exatamente pelo peronismo partidário que transita nos mais distintos terrenos ideológicos e de ação política, mas pelo peronismo canônico, pela essência do pensamento de Perón, especialmente, do ponto de vista discursivo, no que diz respeito aos países sul-americanos, à relação com os Estados Unidos e ao tratamento das oposições oligárquicas internas.

A análise do discurso de Chávez permite a identificação de traços tipicamente peronistas especialmente após 2002, quando tornou-se necessária, na visão do presidente venezuelano, a construção da imagem do inimigo. A forma como Chávez passou a tratar e qualificar o inimigo externo, os Estados Unidos, e o inimigo interno, a oposição golpista, é muito semelhante às formas como Perón os qualificava. Inimigo externo e inimigo interno, não raro, são relacionados na retórica chavista como pertencentes a um único corpo: a do inimigo, ou simplesmente do “outro”. Tudo o que não é da pátria, não é honroso e não tem virtude pertence ao “outro”, ou simplesmente ao inimigo, cujo nome muitas vezes sequer precisa ser citado. É necessário “ceifar” o que não pertence à pátria.

*Nos impusieron una doctrina extraña y contraria a nosotros mismos, contraria a nuestras raíces libertadoras, a nuestras raíces antiimperialistas, y eso tenemos que terminar de sacudirlo; así como a un exorcismo.*<sup>31</sup>

Segundo Silvia Segal e Eliseo Verón (2003), foi típico recurso de Péron situar seu discurso, suas ideias e objetivos como os objetivos da pátria, e tudo o que estava fora desse

<sup>30</sup> Discurso feito por Chávez no Parlamento argentino em 06/03/2008, retratado em reportagem do jornal online La Nación.com . Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/993340-chavez-yo-soy-peronista-de-verdad>, acessado em 24/05/2012 às 20h30m.

<sup>31</sup> Discurso feito em aula inaugural do curso de formação do Comando e Estado Maior Conjunto, em 10 de janeiro de 2006.

ideário era classificado como o lugar do inimigo, da anti-pátria, em uma clara dicotomia entre bem e mal, em uma construção muito parecida com a que faz Hugo Chávez. Clamar para a necessidade de um exorcismo ou chamar o presidente George W. Bush de diabo que cheira a enxofre na Assembleia Geral da ONU é, de certo modo, retomar uma retórica de confrontação baseada nessa dicotomia entre bem e mal.

*Cada uno de los componentes del dispositivo discursivo del peronismo ocupa ya el lugar que le corresponde. Se dibuja así, inexorablemente, el lugar del Otro, el lugar de la alteridade a la vez respecto del propio Perón, de la Doctrina peronista y de los peronistas-argentinos. Ya recordamos que, siendo la posición de Perón la posición de la Patria, el lugar del Otro es, en definitiva, la anti-Patria. (SIGAL & VERÓN, 2003, p 71).<sup>32</sup>*

Chávez classificou de forma recorrente em seus discursos os opositores como “inimigos da pátria” ou “apátridas” e os Estados Unidos como o “grande inimigo a ser combatido”<sup>33</sup>. Ambos, o tempo todo relacionados entre si. Ou seja, os inimigos da pátria são aliados do grande inimigo e, por isso, formam um só inimigo a ser combatido, sem distinção. O “outro”, assim como no peronismo, mudou de cara várias vezes conforme e necessidade e as conjunturas (apesar dos Estados Unidos estarem sempre presentes). No entanto, seu lugar no discurso, mesmo quando ele não tinha uma face interna, sempre esteve presente, e com destaque especial. O inimigo oculto, na visão chavista, era o principal inimigo a ser combatido. O “outro” sem nome que, junto com os Estados Unidos, forma a grande força antagônica que, a cada situação ou conjuntura, tem uma classificação diferente. Mas é sempre o outro.

*A lo largo de la historia del peronismo, Perón utilizará distintos epítetos para designar a sus enemigos (el calificativo “oligarquia”, por ejemplo, importante entre 1943 y 1955, estará totalmente ausente del último período). Pero la naturaliza descentrada, por decirlo así, de la posición del Otro, aparece como una característica estructural, que no variará jamás. (SIGAL & VERÓN, 2003, p 71)*

O lugar dos inimigos internos e externos da pátria, comumente reproduzidos nos discursos de Chávez pós 2002, é o lugar da crueldade e, portanto, da imoralidade. A defesa da Pátria é virtuosa e por ela a população deve fazer qualquer esforço e passar por qualquer tipo de situação. Já os inimigos não querem ver o povo feliz e próspero, lutam pela manutenção dos privilégios e da desigualdade, ou seja, pelas relações do Imperialismo, também nos mesmos moldes do que defendia Perón.

<sup>32</sup> SIGAL, Silvia & VERÓN, Eliseo (2003). Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: Eudeba.

<sup>33</sup> Vários são os discursos onde estas denominações aparecem. Um exemplo são as declarações em 29/05/2007 sobre a rede de TV Globovisión, difundidas pela agência de notícias EFE. Texto disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/05/29/ult1808u93354.jhtm>, acessado em 24/05/2012 às 21h40m.

*Perón podrá identificar y describir a sus enemigos en términos, por decirlo así “classistas”: oligarcas, explotadores, privilegiados, etc. Pero la construcción no escapa nunca a la dimensión de la moralidad: estos actores sociales son esencialmente inmorales, y la fuente principal es el egoísmo. La construcción del enemigo permanecerá inseparable, en el discurso de Perón, del imaginario de la sombra: el enemigo es oculto, está agazapado, opera en la sombra, se infiltra; sus propósitos son inconfesables. (...) Este adversario no tiene proyecto político, es sólo aquel que pone obstáculos a la marcha inexorable de Perón, en la cual coinciden la verdad y la realidad. Es el enemigo del Pueblo, del país, de la Nación. (SIGAL & VERÓN, 2003, p 77-78)*

O peronismo canônico contribuiu para que Chávez construísse o discurso do inimigo. E esse discurso foi componente especialmente relevante na elaboração dos elementos de confrontação antagônica que vão transformar um revisionismo periférico que parecia se construir, até 2002, de forma autonômica, em um revisionismo de forte cunho antagônico. Vieram da Argentina tanto o modelo simetricamente oposto (o realismo periférico) ao que o governo Chávez queria construir em sua política externa, como o exemplo mais condizente em sua visão (o do peronismo) para a formatação de seus adversários, especialmente nos momentos de maior antagonismo.

## **2.12 – A base marxista e a proposta de um novo modelo econômico internacional**

Como já analisado no primeiro capítulo, a formação de esquerda e a evolução da carreira militar de Hugo Chávez estão intimamente interligadas, em um processo raro de se encontrar em fileiras das Forças Armadas, especialmente em um país considerado baluarte latino-americano da luta contra os comunistas durante a Guerra Fria. De família pobre, foi no Exército que Chávez teve acesso a cursos de formação e a uma vasta literatura política, fruto da até então inédita política de profissionalização do militares. Graças a esse programa, Chávez conseguiu se licenciar em Ciências e Artes Militares. A insatisfação com a estrutura social e econômica culminou, em 1977, em uma virada para a esquerda em seu pensamento político, o que resultou na procura por intelectuais de oposição ao sistema liberal de Punto Fijo. A política de profissionalização militar feita pelo governo venezuelano provocou uma movimentação entre os militares pouco comum em qualquer outro lugar do mundo. Enquanto as elites militares, brancas, de classe média ou alta, apoiavam o sistema de Punto Fijo, as fileiras do baixo oficialato e os soldados, mestiços e pobres, com mais formação, passaram a questionar de forma mais densa o sistema elitista que vigorava.

No governo, sua formação de esquerda resultou na construção de um modelo econômico denominado pelo próprio presidente como “socialismo do século XXI”. Ainda que com base teórica elástica, frágil na caracterização como um modelo de influência marxista, é fato que o “socialismo do século XXI” proporcionou na prática mudanças significativas na

ordem econômica da Venezuela, aumentando consideravelmente o papel do Estado na economia, tanto como incentivador do crescimento e fomentador de investimentos, quanto no papel regulador e de agente de inclusão social. Para Severo (2009) algumas medidas que começaram a ser implantadas logo os primeiros momentos do governo demonstraram a disposição de Chávez de promover o que, na visão do presidente, mais caracteriza um modelo econômico no século XXI como de origem marxista: sua proposta alternativa ao capitalismo.

*En el área económica, las acciones más substanciales fueron: 1) estatizar empresas estratégicas concentradas en manos de grupos extranjeros; 2) avanzar efectivamente en la nacionalización de las principales riquezas del país; 3) crear unidades productivas bajo control estatal y comunal 4) profundizar la reforma agraria y buscar aumentar la producción agrícola; 5) acelerar el nuevo proceso de industrialización pesada. (SEVERO, 2009, P 107).*

É justamente do modelo econômico, com maior participação e investimentos do Estado, que o governo Chávez retirou sua proposta para integração do polo alternativo de poder aos Estados Unidos. Na visão do revisionismo periférico antagônico construído em Caracas, o novo polo de poder não deve se limitar a ser um fator de equilíbrio no campo político e até mesmo militar, deve representar uma alternativa ao modelo econômico capitalista que, na essência, serviria apenas para fortalecer ainda mais o poderio americano e para perpetuar as relações desiguais no cenário internacional. Confrontar os Estados Unidos, a partir desta visão, significa também confrontar o capitalismo, mesmo que, uma vez longe do discurso, a alternativa para isso não seja exatamente um modelo não capitalista, nem tampouco uma proposta totalmente marxista.

*La fortaleza de la Revolución Bolivariana se sustenta, en buena medida, en la voluntad del máximo liderazgo de la Revolución, e enfrentar esta “cultura capitalista”, favoreciendo el contacto directo con el Pueblo, interpelándolo, pero sobre todo dejándose interpelar por él, convirtiéndose en suerte de intérprete de las demandas y las aspiraciones populares, dándole voz a los que nunca la tuvieron y haciendo visibles a los invisibles, a los marginados, a los olvidados y explotados.<sup>34</sup>*

Não há como negar, no entanto, que o governo se apropria em sua retórica do marxismo para vender a produção de um modelo econômico e de geração e distribuição de riquezas oposto ao do inimigo. Esse marxismo, “remodelado para os novos tempos”, seria o lugar da virtude e, mais do que isso, deveria ser um modelo internacionalizado, especialmente por meio dos projetos de integração. Somente a internacionalização desse modelo (ou dessas práticas econômicas, muitas delas longe de ser novidade em outros países, inclusive o Brasil) seria capaz de fazer frente ao liberalismo imposto pela grande potência.

---

<sup>34</sup> Líneas Estratégicas de Acción Política: Partido Socialista Unido de Venezuela (janeiro 2011)

O projeto, no entanto, deveria seguir etapas. A primeira delas dentro da própria Venezuela. Após a revolução interna e seus resultados bem sucedidos, as práticas deveriam “ser exportadas” para os demais países, primeiro da região e depois de outros continentes, especialmente no Hemisfério Sul, em um processo de crescente fortalecimento do países ditos em desenvolvimento, que passariam a constituir um polo cada vez maior e alternativo ao capitalismo liberal de Estados Unidos e União Europeia.

*En el corto plazo, nuestro principal campo de batalla para lograr concretar el Socialismo es el ámbito donde viven los sujetos sociales: el espacio territorial. (p 20)*

O projeto também previa a adesão de países como Rússia e China, que dariam o peso geopolítico necessário a esse novo bloco. Uma visão utópica, especialmente se levarmos em conta total ausência de disposição chinesa em colaborar com um jogo alternativo ao capitalismo global, muito menos em se indispor frontalmente com os Estados Unidos.

A inserção da Venezuela nesse novo polo alternativo de poder, portanto, se configurava, segundo sua própria orientação, a partir de uma política de integração, de busca de novos parceiros capazes de promover um equilíbrio de poder com a grande potência e da construção de um modelo econômico alternativo ao capitalismo liderado pelos Estados Unidos. Fundamentos estes que só se tornarão mais claros a partir de 2002.

## **2.2- DE 1999 A 2002: NO CAMINHO DA AUTONOMIA**

Na prática, a chegada de Hugo Chávez ao poder não representou de pronto a construção de uma orientação externa totalmente diferente da de seus antecessores na Venezuela. Se a ruptura em relação aos governos dos anos 80 e 90 e em relação ao modelo neoliberal foi notória e imediata, o projeto construído pelo novo governo no primeiro momento em muito se pareceu, na prática, com as políticas implantadas no país entre os anos 60 e 70. Articular com a OPEP e com grandes produtores de petróleo a manutenção dos preços internacionais do barril, manter uma postura diplomática mais independente, porém discreta e não antagônica, em relação aos Estados Unidos e intensificar o diálogo com a vizinhança para futuros projetos de integração eram as pautas prioritárias. Estas, no entanto, também estiveram no alto das agendas de vários governos de Punto Fijo, mesmo que por motivações diferentes quanto ao alinhamento e em conjunturas distintas.

A aproximação que Chávez promoveu ainda nos primeiros dois anos de seu governo com países como Líbia e Iraque, fortes desafetos de Washington para a articulação de políticas conjuntas de petróleo, chegou a ser anunciada pela mídia internacional como um ato

hostil e provocador de desavença. De fato, foram gestos que aumentaram a desconfiança da Casa Branca em relação a um líder do qual já não gostava. No entanto, por si só não poderia ser considerada como responsável, isoladamente, pelo distanciamento entre os dois países que se tornará notório a partir de 2002.

Nos anos 70, em meio a Guerra Fria, o então presidente Carlos Andrés Pérez estabeleceu estreitas relações políticas e comerciais com países do Leste da Europa, com a China e com a União Soviética, onde inclusive discursou na Duma e assinou diversos acordos de cooperação. Pérez e outros presidentes, como Rafael Caldera, também fortaleceram a participação da Venezuela no Movimento dos Países Não-Alinhados e Caracas, no final dos anos 70 e início dos anos 80, fez forte oposição às políticas de intervenção dos Estados Unidos na América Central. Mesmo assim, a forte ideologia de direita que marcou todo o período de Punto Fijo e o intenso combate contra os comunistas, travado desde a inauguração do pacto de elites, em 1958, fazia com que na visão americana Caracas, enquanto estivesse nas mãos de líderes da AD e Copei seria um aliado seguro, mesmo que em um alinhamento sobre condições. A aproximação da Venezuela de Pérez de Moscou não representava na ótica da Casa Branca qualquer ameaça hemisférica de crescimento do comunismo. Era apenas uma política pragmática de relacionamento.

*If we examine the componentes of Venezuela's foreign policy strategy, we see elements of continuity with the past. War scares with Colombia are nothing new, and arms spending sprees characterized the administrations of General Marcos Pérez Jiménez (1952-58) and Carlos Andrés Pérez (1974-79), both of whom governed during economic boom times., Even regime export has been a traditional feature of Venezuelan foreign policy, with Pérez Jiménez supporting fellow dictators Somoza and Trujillo in the 1950s and Betencourt aiding democratizers across the Caribbean at the beginning of Venezuela's democratic period in the 1960s. (TRIKUNAS, 2005, p 16-17)<sup>35</sup>*

Chávez assumiu uma Venezuela fora do contexto de Guerra Fria e em meio a crises econômicas mundiais sistêmicas que colocavam em xeque o modelo neoliberal dos anos 90, ameaçando assim o “fim da História”, teorizado por Francis Fukuyama, a estabilidade das democracias neoliberais e pondo novos desafios para a liderança unipolar americana. A formação de esquerda, unida ao fato de ser um militar com histórico golpista faziam os Estados Unidos dos anos 90, que exerciam o papel de polícia especialmente sobre regimes autoritários e ameaças de golpes, olharem com desconfiança para suas pretensões, sem, no entanto, ultrapassar em um primeiro momento o campo da pura antipatia.

---

<sup>35</sup> TRIKUNAS, Harold A. (2005). The Logic Of Venezuelan Foreign Policy during the Chávez Period. In: CLEM, Ralph S. & MAINGOT, Anthony P. (orgs): Venezuela's Petro-Diplomacy: Hugo Chávez's Foreign Policy. Tampa: University Press of Florida.

*La profunda crisis de los últimos años del siglo XX abrió cauce a nuevos intentos de proyectos autónomos para la solución de los problemas nacionales en diversos países de América Latina. (...) Un escenario de contestación a los programas de desnacionalización y desindustrialización del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial. (...) Su elección (Chávez) fue el resultado de un proceso histórico. (SEVERO, 2009 p 94)*

Chávez, por sua vez, diante da situação econômica caótica que pegou após 20 anos de crises e convulsões, também sabia que não podia abrir mão do bom relacionamento comercial com os Estados Unidos. Muito pelo contrário, deveria fomentar o aumento das exportações de petróleo para seu maior mercado, em uma tentativa de reverter a grave queda de entrada de divisas e ter recursos para a execução de seus projetos de reformas internas e programas sociais<sup>36</sup>. Os Estados Unidos, portanto, não eram vistos pelo novo governo como um mal a ser combatido. Era a grande potência que, na visão chavista, devia ter boas relações com Caracas sem, no entanto que isso representasse, segundo ele, a subserviência e o alinhamento incondicional dos últimos governos venezuelanos. Era preciso manter a Venezuela com uma orientação externa independente, capaz de defender seus interesses internacionais sem as antigas amarras ideológicas impostas por seus antecessores, como deixou claro em seu discurso de posse, em 1999.

A Venezuela se declara República Bolivariana, irrevogavelmente livre e independente e fundamenta seu patrimônio moral e seus valores de liberdade, igualdade, justiça e paz internacional na doutrina de Simón Bolívar, o Libertador. São direitos irrenunciáveis da Nação: a independência, a liberdade, a soberania, a imunidade, a integridade territorial e a autodeterminação nacional (CHÁVEZ, 2005a, p. 446-447)<sup>37</sup>

Elementos discursivos como “autodeterminação” e “independência”, caracterizados no discurso de posse como direitos irrenunciáveis fazem parte do embrião do revisionismo que começará a ser desenvolvido em 2002 e indicam uma pré-disposição para a ruptura com a orientação externa aplicada nos anos 90. No entanto, a necessidade de reformas internas, a crise econômica e o cenário internacional pouco favorável para as exportações de petróleo assim que assumiu o governo fizeram com que a postura externa do governo Chávez entre 1999 e 2002 tivesse pouca relevância se comparada a outras políticas, anseios e necessidades do próprio governo e da opinião pública venezuelana.

Os principais temores dos Estados Unidos e da oposição venezuelana em relação ao governo que se iniciava não estavam focados na diplomacia. O alvo de preocupação eram as reformas internas, o que elas representariam para o continente americano e o quanto

<sup>36</sup> Detalhes sobre a crise econômica do início do governo Chávez e de sua política comercial com os Estados Unidos são vistos no capítulo 3

<sup>37</sup> CHÁVEZ, H. 1999: Año de la refundación de la república. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república. 2005.

fortaleceriam politicamente o novo presidente, especialmente perante as classes mais baixas da população. O uso dos recursos oriundos das exportações de petróleo para projetos de inclusão social foi uma novidade que desagradou a oposição. A nova Constituição, cuja Constituinte foi convocada logo após a posse de Chávez, despertou a atenção dos Estados Unidos e também das forças conservadoras venezuelanas para uma reforma política que, em sua nova estrutura, poderia facilitar o caminho para a reeleição de um presidente não bem quisto.

### **2.3- DE 2002 A 2009: O REVISIONISMO PERIFÉRICO ANTAGÔNICO NA PRÁTICA**

A tentativa de golpe de Estado contra o presidente e a sequente paralisação geral liderada pela PDVSA, ambos em 2002, foram cruciais para uma mudança de rumos na forma como o governo Hugo Chávez conduziu os assuntos externos. Os fortes indícios, na visão do Palácio Miraflores, de ativa participação americana nos dois episódios davam a entender, na visão do novo presidente, que a postura do governo de George W. Bush pós 11 Setembro em muito se aproximava da postura intervencionista americana na América Latina dos anos 60 e 70, e uma união entre uma Casa Branca intervencionista a uma oposição interna que já dava claros sinais de que não estava disposta a retomar o poder pela via democrática poderia resultar em mais tentativas, estas cada vez mais fortes, de derrubá-lo. Era necessário neutralizar as ações golpistas da direita e bloquear na medida no possível as ações americanas junto a essa oposição. Surgia nesse momento a necessidade de não apenas fazer da Venezuela um país mais ativo no cenário internacional, mas de reposicionar os interesses do país e sua visão sobre a posição e a liderança dos Estados Unidos no mundo.

Pela primeira vez em sua História a Venezuela viu em uma oposição à Washington uma necessidade. E essa necessidade começou a se articular de duas formas. No campo diplomático e acadêmico, se intensificou a construção do revisionismo de relações, de cunho periférico como já analisado, com o objetivo de dar ao país linhas gerais para uma atuação política de longo prazo que o distanciasse dos antigos alinhamentos com a grande potência. Já a diplomacia personalista do presidente entrou pelos caminhos da confrontação e do denunciamento, com o claro objetivo de mostrar que sofria graves ameaças por parte dos Estados Unidos e que todas as armas, alianças e estratégias na defesa contra essas ameaças eram legítimas e justificáveis.

*La política exterior de la Revolución debe estar en manos de la Revolución, eso es el colmo que haya partidos por ahí haciendo política internacional, a espaldas del liderazgo de la Revolución y del Gobierno Revolucionario, poniendo en peligro alianzas, dándole pie al enemigo, incluso, a que me ataquen en lo personal o en lo político.*<sup>38</sup>

Essa guinada aconteceu logo após os eventos de 2002 e se prolongou em sua fase mais ativa até o fim do governo de George W. Bush e a chegada de Barack Obama à Casa Branca, em 2009. A política presidencial de confrontação com os Estados Unidos foi posta em prática quase que imediatamente após a tentativa de golpe, mas o revisionismo precisou de mais tempo para ser plenamente elaborado e colocado em prática. No plano político, o revisionismo começou a ser executado a partir do aprofundamento das relações com a América Latina e, posteriormente, com outras regiões como Oriente Médio e África. Mas a teorização sobre esse comportamento só começou a ser produzida pelo próprio governo a partir de 2007, como mostra o editorial do Observatório Socialista, produzido pelo Ministério das Relações Exteriores da Venezuela e pelo Instituto Pedro Gual, órgão de formação diplomática, pesquisa e reflexão acadêmica da Chancelaria venezuelana.

*El Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista 2007-2013, representa así la continuación de un proceso gestado a partir de 1991 e iniciado oficialmente con las Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007. La revolución bolivariana desde entonces ha declarado y reiterado su firme propósito de transformar el sistema neoliberal imperante en el país entre 1989 y 1998, para enrumbarlo hacia un modelo más justo, democrático y productivo, tanto en el ámbito interno como en su política exterior. (Observatório Socialista n 11 2009, p 4)*

O revisionismo de relações da Venezuela foi construído tendo como foco principal os Estados Unidos, o que decorreu também para um reposicionamento do país frente a todas as demais regiões do mundo. Reconheceu a superioridade americana, mas denunciou seus abusos e defende claramente uma redistribuição de forças no cenário internacional por meio de alianças que tornem o sistema multipolar e com uma nova geopolítica internacional, sendo os Estados Unidos apenas mais um dos polos de poder. Defendeu que a Venezuela precisava se aliar a um polo alternativo de poder aos Estados Unidos e que este seria também o caminho mais viável para toda a América Latina, que precisa se manter unida politicamente e fisicamente (por meio de integração de infraestrutura) para fazer frente à influência americana.

---

<sup>38</sup> Hugo Chávez Frías. Discurso del inicio de la construcción del Partido Socialista Unido, 24 de marzo de 2007. Página 41. Ediciones “Socialismo del Siglo XXI”, No. 2.

*La construcción de un mundo multipolar implica la creación de nuevos polos de poder que representen el quiebre de la hegemonía unipolar, en la búsqueda de la justicia social, la solidaridad y las garantías de paz, bajo la profundización del diálogo fraterno entre los pueblos, su autodeterminación y el respeto de las libertades de pensamiento. Por lo tanto, se hace necesaria la creación de nuevos espacios de integración en materia económica, política, financiera, militar y cultural, capaces de hacer posible los vínculos en el marco de la diversidad.*<sup>39</sup>

A participação da Venezuela nesse contexto multipolar foi definida a partir de duas grandes vertentes: energia e integração. O revisionismo venezuelano apostou em seu protagonismo no cenário energético mundial para que atrair atores relevantes e para participar de outros blocos de poder alternativos aos Estados Unidos. A efetivação dessa participação, por sua vez, foi tentada no plano global por meio de alianças e no plano regional por meio de projetos de integração energética e física, consideradas de longo prazo e de difícil e custosa reversão. O estabelecimento dessas relações, na visão de Caracas, conseguiria em médio e em longo prazo promover um distanciamento político em relação aos Estados Unidos, inclusive em governos futuros e apesar da estreita ligação comercial entre os dois países, evitando que o país se enveredasse novamente pelos caminhos de um “alinhamento dependente e subserviente”.

*La nueva geopolítica mundial que plantea la revolución venezolana tiene como punta de lanza contrarrestar los efectos perversos de la globalización, los cuales permean las realidades locales convirtiendo lo heterogéneo en un único estilo de vida. Es preciso por ello rescatar la sabiduría ancestral de los pueblos con la finalidad de mantener la esencia autóctona de las regiones y así proteger las diversidades culturales. Con la finalidad de construir la nueva geopolítica mundial, el gobierno bolivariano ha delineado las siguientes “tesis” en el marco de su política exterior, las cuales están contenidas en el Primer Plan Socialista 2007-2013: Identificación y definición de una política de construcción y articulación de los nuevos polos de poder geopolíticos en el mundo; Afianzamiento de los intereses políticos comunes entre los países; Profundización de la amistad, confianza y solidaridad para la cooperación y coexistencia pacífica entre los pueblos; Establecimiento del desarrollo energético como puntal para la conformación de un nuevo mapa geopolítico; Construcción de nuevos esquemas de cooperación económica y financiera para el apalancamiento del desarrollo integral y el establecimiento del comercio justo Mundial; Profundización del intercambio cultural, educativo, científico y comunicacional; Instauración de una estrategia de formación política sobre el contenido, objetivos y logros de la revolución bolivariana, dirigida a los movimientos sociales, investigadores, académicos y a todos aquellos aliados políticos que puedan colaborar con la creación de círculos formativos para la movilización de masas en apoyo al proceso revolucionario. (Observatório Socialista n 11 2009, p 9)*

Foi a partir da iniciativa presidencial de uma postura de confrontação que a orientação externa venezuelana começou a construir os fundamentos de seu revisionismo periférico de relações. E foi a partir dessa construção que o país começou a direcionar seus objetivos estratégicos com cada região de forma mais clara durante o governo Chávez. Durante a

---

<sup>39</sup> (Observatório Socialista n 11 2009, p 8)

primeira fase de seu governo, a autonomia em relação aos Estados Unidos resultou em um maior contato com outros países e regiões. Dois objetivos permearam, como já citado no início deste capítulo, os contatos venezuelanos com outras regiões: a manutenção dos preços do petróleo e, no caso da América Latina, iniciativas de integração. Estas, no entanto, sem grande orientação e objetivos concretamente adaptados para a nova realidade do século XXI.

*Venezuela's foreign policy is revolutionary not for its methods but for its objectives. It is driven by a profound departure in its leader's strategic analysis of the international order. For most of the twentieth century, Venezuelan leaders believed that they benefited from a friendly relationship with the United States, and, their shared interest in oil, they occasionally sought to establish a special relationship between the two countries. What is new about foreign policy thinking in the Chávez regime is its identification of the United States as the main threat to Venezuela, and U.S. hegemony as a threat to the international community that should be contained by the development of alternative poles of global power. (TRIKUNAS, 2005, p 17).*

A elaboração dos fundamentos revisionistas por parte do governo permitiu também a definição mais precisa do que esperar e do que trabalhar em cada uma das regiões do globo, tendo em vista sempre um papel mais ativo do país em outros núcleos de poder, uma menor dependência econômica em relação aos Estados Unidos e uma postura de oposição política à liderança hegemônica americana sobre o sistema internacional. No quadro abaixo, publicado no Observatório Socialista, periódico eletrônico do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, o governo resume seus objetivos estratégicos para cada uma das regiões consideradas vitais para o país e o que esperar de cada uma delas.

**Figura 2.2: As relações revisionistas da Venezuela com o mundo**

<b>ÁREA GEOESTRATÉGICA</b>	<b>OBJETIVOS</b>
<b>América Latina e Caribe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar da construção do novo MERCOSUL até a consolidação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL)</li> <li>- Consolidação do eixo de liderança Cuba-Venezuela-Bolívia para impulsar a ALBA como alternativa a ALCA e aos TLC.</li> <li>- Fortalecer o esquema de integração sul-americana, por meio da UNASUL, ampliando e consolidando as relações políticas, econômicas e culturais com o Caribe.</li> <li>- Neutralizar a ação del Império fortalecendo a solidariedade e a opinião pública dos movimentos sociais organizados.</li> </ul>
<b>Irã, Síria, Bielorrússia e Rússia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidar a aliança política integral emergente com base nos interesses comuns anti-imperialistas.</li> <li>- Fomentar a criação de zonas de intercambio Tecnológico, produtivo e para o fortalecimento da defesa nacional.</li> <li>- Consolidação de uma postura comum nos organismos internacionais.</li> </ul>
<b>China, Vietnã e Malásia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação da integração econômica, sócio-cultural, científica e tecnológica.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir um novo marco de comercio mundial que permita romper com os núcleos hegemónicos de intercambio comercial.</li> <li>-Intensificar a atração de investimentos de empresas e de capital estatal.</li> <li>- Criação de fundos binacionais de desenvolvimento para a implementação de projetos.</li> </ul>
<b>Europa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidar as alianças políticas com forças sociais, partidos políticos e parlamentos nacionais, com especial ênfase nos movimentos sociais.</li> <li>- Intensificar o relacionamento com os governos de Espanha, Portugal e Reino Unido.</li> </ul>
<b>África</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuir para consolidar a presença da África na geopolítica mundial.</li> <li>- Incrementar as relações com os países africanos dentro da política de intercambio Sul-Sul.</li> </ul>
<b>Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar os vínculos com países da OPEP.</li> <li>- Incrementar o intercambio comercial, científico e tecnológico com países do Oriente Médio.</li> <li>- Incrementar as relações com outros países exportadores.</li> </ul>
<b>Estados Unidos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intercambio com os movimentos sociais.</li> <li>- Divulgação de informação sobre a realidade venezuelana através de meios alternativos.</li> <li>- Fomentar o intercambio permanente de personalidades de âmbito político, social, académico y religioso.</li> <li>-Incrementar o apoio e a solidariedade com os setores excluídos da sociedade norte-americana.</li> <li>-Incentivar a organização de grupos de solidariedade com a revolução bolivariana.</li> </ul>

**Fonte: Observatório Socialista n 11 2009, p 10**

A elaboração mais clara dos objetivos do país em cada uma das regiões, proporcionada pelo estudo revisionista das relações, permite uma análise sobre as orientações externas voltadas para cada uma delas de forma mais densa.

### **2.31- As relações com a América Latina**

Parte fundamental da política revisionista do governo Hugo Chávez, a América Latina foi o grande bloco de apoio e de alianças para se evitar um isolamento regional prejudicial provocado pelo distanciamento em relação aos Estados Unidos. A estratégia para a região se articulou sob dois aspectos importantes e complementares: recursos e ações. A primeira é interconexa à diplomacia do petróleo, ou seja, no uso dos recursos abundantes do petróleo para seduzir os vizinhos a um relacionamento mais estreito, da mesma forma como outros governos venezuelanos ensaiaram fazer nos 60 e 70. A segunda utilizou a primeira para a

promoção de acordos de integração física e política, capazes de dar maior poder político a Caracas e tornar as alianças mais duradouras e com custos mais elevados de dissolução, em uma relação de mútua dependência e, conseqüentemente, de maior afastamento em relação aos Estados Unidos.

A diplomacia do petróleo foi, na visão dos elaboradores do revisionismo periférico, o principal instrumento de barganha do país e praticamente o único capaz de dar voz ao país no cenário regional e, no agir em bloco, no cenário global.

*Venezuela es una potencia energética mundial. El acervo energético del país posibilita una estrategia que combina el uso soberano del recurso con la integración regional y mundial. El petróleo continuará siendo decisivo para la captación de recursos del exterior, la generación de inversiones productivas internas, la satisfacción de las propias necesidades de energía y la consolidación del Modelo Productivo Socialista.<sup>40</sup>*

Na visão revisionista venezuelana, é necessário reduzir o valor geopolítico do petróleo venezuelano para os Estados Unidos, comprometendo gradativamente sua produção com a estrutura de crescimento latino-americana. O potencial de crescimento da América Latina permitiria fazer com que a região se tornasse em um futuro próximo o segundo ou mesmo o primeiro mercado consumidor o petróleo e gás produzidos no país. A construção de uma infraestrutura regional integrada de refino, transporte e beneficiamento do petróleo, ao mesmo tempo promoveria desenvolvimento econômico importante para os países vizinhos, como também tornaria as exportações para eles um negócio de longo prazo, além de diminuir a dependência do país em relação à estrutura de refino e distribuição montada pela própria PDVSA nos Estados Unidos. . A construção do Gasoduto do Sul<sup>41</sup>, que cortaria o Brasil e abasteceria o Cone Sul com gás venezuelano foi um dos projetos mais ambiciosos elaborados dentro desta estratégia.

*Este Plan propone el fomento de alianzas externas para el desarrollo de la industria energética, las cuales deben abarcar la actividad de refinamiento y de petroquímica, con la finalidad de garantizar la soberanía sobre los recursos nacionales y convertir al país en un factor de influencia a nivel mundial. Ello significa no sólo una política orientada al desarrollo sino también una estrategia geopolítica. Debido a las grandes reservas de petróleo que posee el país, éste constituye un foco de atención para otros Estados y es por ello que las amenazas venideras del exterior no cesan en su propósito de desestabilizar al gobierno para hacerse de los recursos naturales de la nación. Sin embargo, el Primer Plan Socialista 2007-2013 hace*

<sup>40</sup> Observatório Socialista n 11 2009, p 11

<sup>41</sup> O Grande Gasoduto do Sul (também conhecido como Gás Canalizado Venezuela - Argentina), é um projeto para construir um gasoduto de alta capacidade para gás natural que teria entre 8.000 e 15.000 km de comprimento e ligaria Venezuela, Brasil e Argentina. O custo total da infraestrutura foi estimado, em 2005, entre 17 e 23 bilhões de dólares. Apesar da disposição dos três governos em viabilizar o projeto, a proposta até o momento não saiu do papel.

*evidente toda una política orientada a defender las riquezas del país y a utilizarlas en función de transformar las intimidaciones en alianzas. Lo anterior se ha denominado la política de Plena Soberanía Petrolera, con la que se busca la complementariedad necesaria entre las naciones para enfrentar la exclusión creada por el capitalismo y la globalización. En resumen, los principales objetivos que se pretenden con la línea estratégica denominada Venezuela potencia energética mundial, son: Convertir a Venezuela en una potencia energética regional y fortalecer la integración energética latinoamericana y caribenha; Acelerar la siembra del petróleo, profundizando la internalización de los hidrocarburos para fortalecer la diversificación productiva y la inclusión social; Propiciar un cambio radical hacia la generación térmica de energía eléctrica adicional con base en el gas y otras fuentes de energías alternativas.<sup>42</sup>*

A estratégia de integração, no entanto, dependia de investimentos pesados em infraestrutura energética, e esta infraestrutura pode ir além da distribuição de energia a partir de combustíveis fósseis, montando-se uma rede completa de integração energética, envolvendo biocombustíveis, energia hidrelétrica entre outros recursos. O objetivo seria o de transformar o subcontinente em uma região autônoma em relação à produção de energia e, conseqüentemente, viabilizar de forma mais fácil seu crescimento econômico e social, com indica o documento “Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur, publicação produzida em 2007 pelo Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual.

*Es un diseño de una estrategia de integración energética que aproveche las potencialidades regionales de recursos energéticos fósiles y no fósiles. Deben ponerse a disposición de los pueblos latino-americanos las fuentes de energía representadas en los hidrocarburos existentes en Suramérica, así como la bioenergía proveniente de los cultivos agrícolas que se pueden producir en la región: maíz, caña de azúcar, palma aceitera, etc. Este esfuerzo tiene que estar acompañado por un desarrollo de rutas energéticas (vialidad, oleoductos y gasoductos) a lo largo y ancho del subcontinente. (p 24).*

Do ponto de vista da ação, a estratégia venezuelana para a integração também possui uma dinâmica própria: priorizar a integração Sul-americana para, posteriormente, investir em sua ampliação para a América Central e Caribe, regiões onde historicamente possui desejos de aumentar seu peso econômico e influência política. Na América do Sul, a meta é investir na institucionalidade mais fortalecida do Mercosul, em uma tentativa de ampliá-lo politicamente para uma união regional sul-americana sob o formato da Unasul. A estratégia de integração por etapas seguiria o ritmo de entrelaçamento energético e econômico entre os países. Na medida em que os resultados positivos fossem aparecendo a ampliação seria mais convidativa para os demais vizinhos e mais fácil de ser implementada.

*Es necesario un impulso del mercado interno suramericano que le permita obtener una posición prioritaria en el mercado mundial, y así satisfacer, en primer término, las necesidades propias de los países que integran la región. Esto puede lograrse mediante un desarrollo endógeno, combinado con un neoproteccionismo que fomente la producción y el comercio regional para superar los viejos esquemas desarrollistas basados en la aplicación*

---

<sup>42</sup> Observatório Socialista n 11 2009, p 12

*simple de barreras arancelarias y no arancelarias. El desarrollo del mercado interno exige una integración del espacio regional, por medio de la construcción de obras de infraestructura que abarquen la mayor porción del territorio suramericano y optimicen la comunicación intraregional, pero que a la vez tengan el menor impacto ambiental posible. (Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur, p.24)*

O projeto de integração proposto pela política externa venezuelana, é importante ressaltar, convergiu com interesses regionais das duas maiores lideranças sul-americanas, Brasil e Argentina, e se enquadrou claramente em um modelo que Maria Regina Soares de Lima e Marcelo Coutinho (2006)<sup>43</sup> denominaram como “integração estratégica”, em um claro contraponto aos modelos de integração sul-americana experimentados nos anos 90, sob o formato de regionalismo aberto.

No plano regional, não é aleatório que seja neste momento que se deem os primeiros passos para a integração física da América do Sul. A concepção de região embutida na ideia de integração física e energética é distinta daquela de regionalismo aberto, mais próxima da de um espaço de fluxos não territoriais. Ao contrário, a região como integração física e produtiva supõe um conceito de espaço em lugares nacionais. A vinculação entre Estados em uma mesma região supõe territorialidade e contiguidade. A representação mais expressiva do que significa esse conceito de integração é o gasoduto, que pode ser construído gradativamente em módulos, cria interdependência física entre fornecedores e consumidores e, diferentemente das relações de mercado, uma vez constituída é muito onerosa de ser rompida. Cabe lembrar que os primeiros passos da integração europeia, em meados do século passado, foram dados a partir da criação da Comunidade do Carvão e do Aço, interligando dois dos principais contedores da política internacional europeia até então, França e Alemanha. (Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur, p4).

O projeto venezuelano, no entanto, defende não somente uma integração estrutural e energética, mas, a partir desta, uma integração do sistema de fomento econômico, diminuindo a dependência da região de organismos financeiros internacionais e, conseqüentemente, de suas regras e imposições. Isso daria mais independência à região, na visão da Venezuela, para adotar as estratégias econômicas que julgasse mais pertinentes. A segunda etapa nesse processo seria a de uma união monetária da região, transformando a América do Sul em um bloco semelhante à União Europeia.

*Diseño de un sistema monetario suramericano propio, que sustituya al Fondo Monetario Internacional (FMI) y al Banco Mundial (BM), en lo referente a las funciones de estabilización y homogeneización monetaria regional, y que adelante lo concerniente al logro de la moneda única suramericana. (Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur, p 27)*

Uma vez consolidada a união monetária sul-americana, o bloco deveria, na visão da política externa venezuelana se expandir para um bloco latino-americano, em um processo semelhante ao que a União Europeia fez com o Leste da Europa. Uma vez consolidada união latino-americana, a região estaria “blindada” de forma muito mais sólida da influência americana e a voz da Venezuela no cenário internacional seria potencializada por meio do

<sup>43</sup> SOARES DE LIMA, Maria Regina e COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Integração Moderna. Análise de Conjunta do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), n1, janeiro de 2006.

bloco, especialmente por ser uma peça estratégica no bloco por conta do fornecimento de energia.

*Integración del Sur como génesis de una integración latinoamericana y caribenha. Para tomar el control del proceso de integración latinoamericano y caribeño, y viabilizarlo, Venezuela debe expandirlo a toda la región de América Latina y el Caribe, sin ningún tipo de exclusión, considerando la situación particular de Puerto Rico, que igualmente debe ser invitado, puesto que es un problema de dignidad hispano-latino-caribeño. De esta forma, se rompería el esquema imperial que busca entrabarlos supeditando el desenvolvimiento geopolítico venezolano, en gran medida, a otras visiones que actúen bajo la influencia del gobierno estadounidense. De manera inmediata, se debe invitar en calidad de observador y preparar el ingreso de todos los países latinoamericanos y caribeños a la Unión Suramericana, la que debe actuar desde ya como génesis del proceso de integración Bolivariano que es y debe ser inclusivo. (Fundamentos filosóficos de la nueva Integración del Sur, pp. 71-72)*

Para o revisionismo venezuelano, uma maior autonomia da Venezuela e a construção de um mundo multipolar têm na integração estrutural, econômica e política da América Latina peça fundamental. Peça esta capaz de reduzir a presença e a dependência dos Estados da região em relação aos Estados Unidos.

A ideia de uma América Latina fortemente unida por um bloco político e econômico fez a Venezuela ser um ator relevante, especialmente junto a Brasil e a Argentina, no avanço de processos regionais de integração estratégica, apesar deste progresso nem de longe ter se aproximado do cenário idealizado pela Chancelaria venezuelana. Os interesses regionais distintos, especialmente por parte do Brasil, e a forte presença americana em atores regionais relevantes com a Colômbia, e a própria dinâmica regional, estruturalmente muito distinta da Europa que proporcionou a criação da União Europeia (UE), fizeram a integração sul-americana adquirir ritmo próprio bem menos acelerado do que desejava Caracas. A solução encontrada pela diplomacia venezuelana, neste caso, foi a promoção de alianças alternativas pontuais, que funcionassem como elementos de apoio em meio a um processo de integração mais lento.

Neste contexto o período foi marcado por uma grande aproximação política e econômica com a Bolívia do presidente Evo Morales, com o Equador de Rafael Correa, com a Nicarágua e especialmente com Cuba. A criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba)<sup>44</sup>, envolvendo esses países, foi uma resposta da Venezuela ao que considerava lentidão do processo de integração, e uma forma de tentar acelerar institucionalmente formas de

---

<sup>44</sup> O bloco é composto por oito países: [Venezuela](#), [Cuba](#), [Bolívia](#), [Nicarágua](#), [Dominica](#), [Equador](#), [Antigua e Barbuda](#) e [São Vicente e Granadinas](#). Foi constituído em [Havana](#), em [14 de dezembro de 2004](#), como um acordo entre [Venezuela](#) e [Cuba](#).

integração, diante dos entraves burocráticos e das resistências apresentadas dentro do Mercosul e mesmo da Unasul.

A lentidão do processo de integração regional também fez a Venezuela intensificar outras parcerias que considerava fundamentais para a redução da dependência em relação aos Estados Unidos. Outros atores, especialmente os que são considerados párias por Washington ou grandes rivais geopolíticos, passaram a ter maior relevância neste contexto.

### **2.32 As relações com Irã, Síria, Rússia e Bielorrússia**

A aproximação de países considerados párias ou grandes rivais estratégicos dos Estados Unidos foi um dos reflexos da política revisionista do governo Chávez que mais teve impacto midiático, apesar de seus efeitos práticos terem sido bem mais limitados. A simbologia política de formação de coalizões e alianças opositoras aos interesses de Washington tornou-se uma espécie de estandarte da política externa venezuelana do período.

Grande exportadora de armamentos, a Rússia tornou-se a melhor opção para a Venezuela diante do embargo de exportações de produtos bélicos e aeronaves, imposto pelos Estados Unidos. Mesmo assim, ao contrário do difundido, de que a Venezuela estaria entrando em uma perigosa corrida armamentista, praticamente todos os contratos de compras militares foram de reposição e modernização, já que as Forças Armadas do país passaram nos anos 80 e 90 por um período de sucateamento e de perda até mesmo da capacidade de garantir o controle eficiente de suas fronteiras, problema este generalizado por toda a América do Sul, com exceção de Colômbia e Chile, que passaram no mesmo período por processos de modernização de suas forças armadas, além de terem recebido investimentos e ajuda por parte dos Estados Unidos.

Entre 2005 e 2007 a Venezuela firmou contratos no valor de US\$ 4 bilhões para a compra de caças, helicópteros e cerca de 100 mil fuzis Kalashnikov. Os Kalashnikov são considerados fuzis ultrapassados para uso em forças militares regulares mas a distribuição desse armamento entre forças civis, chamadas pelo governo como milícias defensoras da revolução, tiveram a clara intenção de blindar o governo contra investidas golpistas internas. Entre 2007 e 2010 a Venezuela ampliou suas compras de armamentos russos em mais de US\$ 2 bilhões e iniciou uma cooperação para o desenvolvimento da primeira usina nuclear do país, voltada para fins pacíficos e sem qualquer contestação da comunidade internacional. Também foi em 2008 que Venezuela e Rússia realizaram exercícios militares conjuntos no Caribe, num

claro desafio venezuelano e russo ao governo do presidente americano George W. Bush, que insistia para descontentamento russo em instalar uma base antimísseis no Leste da Europa, o que era considerado por Moscou como inaceitável.

*Venezuela's increasing reliance on Russia for weapons technology can be explained by the fact that Russia is one of the few major arms producers that typically does not incorporate US-licensed technology in its military equipment, and is therefore able to transfer technology freely to states such as Venezuela that have been "blacklisted" by the United States. Clearly, purely ideological explanations are not the reason for Venezuela's selection of allies such as Russia, Iran, China and Iraq (before 2003) (TRIKUNAS, 2005, p 23).*

Os acordos com o Irã fizeram a Venezuela começar a exportar a partir de 2009 20 mil barris de gasolina por dia ao país, em uma tímida, mas emblemática iniciativa de exportações de derivados de petróleo, já que o país até então praticamente exportava apenas o produto em seu estado bruto. O Irã, que tem poucas capacidades de refino, depende de importações para 40% de sua gasolina, o que tornou o país vulnerável a sanções ocidentais. Além disso, a PDVSA teve permissão para participar na exploração do campo iraniano de gás Pars do Sul 12, um dos maiores do mundo. Os acordos irritaram Washington, tanto por dar ao Irã capacidade extra para resistir a determinadas sanções econômicas, quanto por aproximar o governo iraniano de governos sul-americanos. Chávez foi um político habilidoso na aproximação entre Teerã e governos do Equador, Bolívia e Nicarágua, estabelecendo uma estratégia de contato político entre as duas regiões até então inédito.

O relacionamento mais estreito com o Irã rendeu também à Venezuela uma outra aproximação de forte cunho opositor em relação aos Estados Unidos: com a Síria, tradicional aliada de Teerã. Esta, no entanto, foi a mais simbólica e de menor peso econômico e estratégico para Caracas, consistindo basicamente em articulações políticas comuns e na exportação de pequena parte do excedente de petróleo que não vai para os Estados Unidos.

A aproximação com Irã e Síria, mais do que oportunidades econômicas, foram consideradas pelo governo venezuelano como uma oportunidade para a construção de posturas comuns desses países em organismos internacionais, especialmente na ONU. O pouco impacto dessa estratégia, no entanto, se deveu ao fato desses países terem pouca capacidade de articulação em organismos internacionais e ao fato de Rússia e China, que fariam parte dessa coalização de forma mais consistente, terem dinâmicas decisórias próprias nesses organismos, o que muitas vezes convergia com os interesses venezuelanos, mas muitas vezes não. O simbolismo político dessas ações, no entanto, fez com que a Venezuela passasse a imagem internacional de país opositor aos Estados Unidos e com uma orientação

antagônica. Com a Bielorrússia, apesar de alguns acordos de cooperação e de compra de armamento, a aproximação teve muito mais o caráter simbólico de diversificação de relações do que propriamente uma importância estratégica dentro da política externa venezuelana.

### **2.33- As relações com China, Vietnã e Malásia**

Se as relações com a Rússia eram uma oportunidade de saída para o embargo militar, e a aproximação com Irã e Síria uma manobra de simbolismo político importante para a política revisionista do governo Chávez, as relações com a China passaram a ser vistas desde o início da política revisionista como a grande alternativa aos Estados Unidos e Europa para o desenvolvimento econômico do país. A China foi apontada na avaliação de Miraflores como o mais importante mercado alternativo para o petróleo venezuelano e a grande fonte potencial de investimentos externos para a diversificação do parque industrial do país. É fato que a estreita relação política e estratégica construída nesta fase entre Caracas e Pequim deu grande peso aos chineses nas relações externas venezuelanas, mas sem conseguir, no entanto, tirar o protagonismo econômico dos Estados Unidos, como será visto no próximo capítulo. A grande potência econômica emergente fez grandes contratos e investiu fortemente na Venezuela, aumentando consideravelmente sua importância para o país, mas não foi capaz até 2010 de assumir o status de principal parceiro comercial, ficando atrás dos Estados Unidos e até mesmo do Brasil.

No caso do petróleo, os principais acordos foram negociados entre os dois países em 2008 e formalizados em 2009, e consistiam em parcerias com empresas petrolíferas de infraestrutura chinesas para exploração de petróleo na Venezuela e para a construção de instalações de refino e de logística de transporte. Os contratos garantiram a exploração pela China de até 450 mil barris de petróleo por dia, o que tornou o país o segundo maior importador de petróleo venezuelano. Para firmar o acordo energético, no entanto, Chávez precisou reduzir o valor do barril de petróleo para os chineses em 20% em relação aos preços internacionais, por conta dos custos operacionais e de transporte. O petróleo venezuelano é caro para a China por conta da distância e da logística de refino. Isso obrigou os dois países a firmarem ainda uma parceria também em 2009 para a construção de petroleiros adaptados e mais baratos. A Venezuela, por necessidade econômica e por falta de infraestrutura adequada, não conseguiu, portanto, transferir parte considerável das exportações que eram voltadas para os Estados Unidos para o mercado chinês. A China ficou com o excedente de produção

proporcionado pela descoberta de novos poços e do aumento da produção, sem comprometer a quantidade de petróleo exportada para o mercado americano.

A China foi considerada na política externa revisionista venezuelana como o principal polo político e econômico alternativo aos Estados Unidos. A manutenção de estreitas e boas relações diplomáticas com Pequim, essencial na visão de Chávez para uma política independente em relação a Washington, implicou em um alinhamento mais estreito da Venezuela com a China nas organizações intergovernamentais e em fóruns políticos. Caracas também se tornou um interlocutor importante na aproximação do governo chinês com países da região andina, especialmente Bolívia e Equador, procurando sempre aumentar a influência política e econômica da China na região, sempre que possível, em detrimento da influência americana.

Com Vietnã e Malásia a aproximação se deu especialmente na área comercial, com acordos para importação e produção de componentes eletrônicos e de indústria naval, essencial para a atividade petrolífera. Mas dentro do contexto asiático, especialmente se comparada às relações com China e Rússia, também foram acordos mais voltados para a diversificação de relações e aumento da presença na Ásia do que para o incremento econômico.

### **2.34- As relações com a África**

O revisionismo periférico do governo Hugo Chávez fez o país pela primeira vez em sua História estabelecer uma política de estreitamento de relações com o continente africano. O objetivo, neste caso, fazia parte da estratégia de se priorizar e diversificar as relações Sul-Sul como alternativa ao relacionamento com os Estados Unidos. Nos anos 70, a Venezuela estabeleceu um nível de diálogo mais intenso com alguns países africanos por conta de seu papel ativo no Grupo de Países Não-Alinhados. Mas as boas relações com os Estados Unidos e a falta de interesse econômico e estratégico na época naquele continente fizeram com que as relações não se intensificassem tanto quanto se previa na teoria.

Chávez, por sua vez, criou o cargo de vice-ministro de Relações Exteriores para a África, aumentou o número de representações diplomáticas e de funcionários no continente, criou o Instituto Estratégico de Estudos Africanos e iniciou uma série de parcerias, especialmente a partir de 2007, com países africanos envolvendo intercâmbio tecnológico para a produção de petróleo, intercâmbio entre universidades e aumento da pauta de

importações de produtos africanos e de exportações de mão-de-obra especializada e de produtos venezuelanos. Segundo documento estratégico sobre a África do Instituto Pedro Gual,<sup>45</sup> mais de 100 acordos de cooperação foram firmados entre a Venezuela e países africanos desde 2006.

*Entrega por parte de Venezuela de US\$500.000 destinados al programa maliense de desarrollo de pequeñas empresas; Desarrollo en Mali de programas de salud y educación, con la colaboración de Cuba. Participación de la Fundación Bolivariana para los Pueblos de África en el Foro Social Mundial Policéntrico que se realizado en Mali en el año 2005; Cooperación de Venezuela con Etiopía en materia de exploración y extracción de petróleo y gas, salud y educación; Creación de la la Liga de la Amistad y Solidaridad con los Pueblos de Angola y Venezuela, la cual tiene por objetivo contribuir con el sistema educativo a través de materiales escolares y creación de la Cámara de Comercio e Industria Angola-Venezolana; Se firmó un acuerdo de cooperación energética entre Petróleos de Venezuela y su similar energética de Angola; Fortalecimiento de las relaciones entre Petróleos de Venezuela y la empresa petrolera Sonatrach. Implementación, por parte de Venezuela, por intermedio del Programa Mundial de Alimentos de la ONU, de un esquema de Cooperación con África, en especial en el área de la ayuda alimentaria dirigida a países como Burkina Faso, Gambia, Mali, Mauritania y Níger, además de un programa de ayuda de emergencia no reembolsable para Kenia, Gambia, la República Saharai y Somalia; Venezuela es uno de los principales cooperantes en materia de desertificación para colaborar en la cuenca del Río Níger y la cuenca del Río Congo. Venezuela y Benin firmaron una declaración conjunta que allana el camino para el intercambio en materia energética, agrícola, cultural y económica; Con Sudáfrica hay 11 preacuerdos. Egipto ha ofrecido un vuelo de El Cairo que haga escala en Caracas; Cerca de 125 mil niñas y niños escolares de África serán beneficiadas con el Programa “Apadrina Una Escuela en África”, que hasta la fecha cuenta con el apoyo de diversas instituciones del Estado venezolano; El ingreso de Venezuela como observador a la Comisión Económica del África Austral (SADC) y a la Comisión Económica del África Occidental (ECOWAS).*

A diplomacia do petróleo, que faz acordos com países a partir do excedente de produção, utilizado como moeda de troca, também foi um braço importante da presença venezuelana na África, especialmente entre 2006 e 2009, e com países não exportadores do produto. Apesar do relacionamento com o continente não ter sido prioritário nas estratégias revisionistas, foi uma estratégia com o claro objetivo de aumentar a presença venezuelana no exterior e diversificar as relações em meio a uma orientação antagônica em relação aos Estados Unidos, e em meio a um cenário regional, latino-americano, onde não somente os Estados Unidos têm forte presença, mas também países considerados aliados como Brasil e Argentina, estes devido a seus recursos e posicionamentos naturais, capazes de eclipsar as estratégias venezuelanas de obter presença mais forte na região. Uma maior presença do país no cenário internacional, na visão do governo venezuelano, dependia, portanto, de uma estratégia diversificada de atuação.

### **2.35- As relações com a OPEP**

<sup>45</sup> “Um balance de las actuales relaciones entre Venezuela y África”. Acessado em <http://www.aporrea.org/actualidad/a76124.html>, 12/05/2012, às 16h.

A orientação política externa e a diplomacia do petróleo do governo Hugo Chávez promoveram significativas mudanças de conduta em relação à OPEP, se comparada com as políticas externas dos governos venezuelanos nos anos 90. No entanto, a reaproximação do cartel e a intensa política de defesa da manutenção dos preços internacionais do petróleo implantadas por Chávez não diferem em quase nada da política externa venezuelana dos anos 60 e 70, exceto na participação mais efetiva neste processo dos diplomatas e agentes de governo responsáveis pela orientação política, e não apenas dos dirigentes responsáveis pela diplomacia do petróleo. A Chancelaria venezuelana passou a ocupar um espaço de atuação antes praticamente exclusivo dos dirigentes da PDVSA e do Ministério da Energia.

É importante ressaltar que a Venezuela teve papel crucial na fundação do cartel, em 1960, e por cerca de 20 anos foi um de seus membros mais ativos, apesar de não ter participado diretamente das articulações para os dois choques do petróleo nos anos 70, devido ao seu estreito relacionamento político e econômico com os Estados Unidos.

No relacionamento com a Opep, Chávez seguiu a receita dos governos desenvolvimentistas de Punto Fijo, reaproximando o país dos demais grandes produtores de petróleo e se articulando intensamente para um maior controle da produção e, conseqüentemente, para a manutenção e alta dos preços. Esta estratégia começou logo no início de seu governo, em 1999, (visto com mais detalhes no capítulo seguinte), e adotou postura ainda mais ativa a partir da política revisionista pós 2002.

*Since coming to office, Chávez has not hesitated to deploy Venezuela's oil power as an instrument of foreign policy. He has worked diligently to improve the cohesion and market-setting power of OPEC and tried to convince the organization to take a more radical stance of international politics. (TRINKUNAS, 2008, p 24).<sup>46</sup>*

Entre 2006 e 2009 o maior destaque dessa política foi a aproximação feita com a Arábia Saudita, maior produtor mundial e principal membro da Opep, com o estabelecimento de articulações conjuntas entre a PDVSA e a gigante estatal de petróleo saudita Aramco. No entanto, o que parecia ser uma parceria de peso para a manutenção dos preços internacionais do petróleo não conseguiu fazer frente à crise econômica global que viria logo em seguida, forçando a uma queda brusca dos preços no mercado internacional devido à retração da atividade econômica nos países mais ricos.

### **2.36- As relações com os Estados Unidos**

---

<sup>46</sup> TRINKUNAS, Harold A. The logic of Venezuelan Foreign Policy during the Chávez Period. In CLEM, Ralph S. & MAINGOT, Anthony P. Venezuela's Petro-Diplomacy: Hugo Chávez Foreign Policy. Tampa: University Press of Florida

As relações com os Estados Unidos, pelo menos desde a década de 30 do século XX, são o núcleo duro da política externa venezuelana. E no governo de Hugo Chávez não foi diferente até 2011. Se durante Punto Fijo a manutenção de boas relações com Washington foi quase sempre prioridade (mesmo nos momentos em que a política externa adotava ares mais independentes), durante o governo Chávez a postura mais autônoma inicialmente, e de antagonismo no período posterior deram outros tons ao relacionamento bilateral, mas sem tirar sua importância. O revisionismo periférico teve na mudança de relações com os Estados Unidos o seu principal eixo condutor e todas as demais visões e ações dessa política são decorrência desse novo status de relacionamento que Caracas desejou conferir à relação com a grande potência. Se nos governos de Punto Fijo os Estados Unidos foram, apesar das nuances, o grande porto seguro e o grande aliado, no governo Chávez o país se tornou o mal necessário que precisava ser gradativamente afastado.

O revisionismo venezuelano começou gradual e tímido a partir de 1999, muitas vezes se parecendo mais com a política dos anos 60 e 70 do que propriamente com uma revisão de relações. Não possuía orientação política clara nem produção teórica que o sustentasse. Mas ganhou corpo e velocidade com a postura antagonista levada a cabo pelo próprio presidente após a tentativa de golpe contra seu governo e a paralisação da PDVSA. Foi a partir dos eventos de 2002, com clara influência americana, e da postura de confrontação conduzida por Chávez que o revisionismo ganhou dimensão de estratégia diplomática, ações mais consistentes e organizadas, e em seguida, com fundamentações teóricas que justificassem tal conduta.

Do lado americano, a mudança de postura em relação à Venezuela também passou por um divisor de águas importante, veio antes de 2002, e foi responsável pelo acirramento das relações entre os dois países: os atentados de 11 de Setembro.

Ainda em 1999, o governo do presidente Bill Clinton não viu com bons olhos a chegada ao poder, em um país considerado forte aliado político regional, de um militar das fileiras nacionalistas, com formação de esquerda e histórico golpista. Não que líderes semelhantes já não tivessem passado por Miraflores, e que não tivessem mantido excelentes relações com os Estados Unidos. Mas o fim da Guerra Fria e a unipolaridade americana incontestes dos anos 90 mudaram substancialmente as exigências da Casa Branca em relação a governos latino-americanos. Enquanto o subcontinente parecia ter aderido quase que por inteiro às democracias neoliberais, a Venezuela dava sinais de que iria em direção contrária, e

de que poderia influenciar perigosamente outros países da região. O descontentamento de Clinton, no entanto, não passou muito da teoria para a prática, gerando apenas indisposições sem maiores consequências.

Ao chegar ao poder, em 2001, George W. Bush iniciou, como afirma Cesar Guimarães, uma política externa marcada pela “modéstia”, se comparada à política externa de seu antecessor. “As linhas gerais da política externa de George W. Bush foram por ele caracterizadas na campanha de 2000, como algo mais modesto, quando não “humilde” em contraposição ao que lhe aparecia como a desmesura do envolvimento global do governo Clinton.” (GUIMARÃES, 2008, p 156). Ainda que antipático em relação à Chávez, assim como Clinton, Bush não demonstrou preocupações excessivas com o que acontecia na América Latina, o que permitiu à Caracas executar sua política com mais liberdade e iniciar as reformas internas sem grandes reações da Casa Branca. Após os atentados de 11 de setembro, no entanto, a postura do presidente americano em relação à Venezuela mudou tanto no tom de sua retórica quanto na ação.

O 11 de setembro inaugura não apenas o segundo e mais longo período do governo Bush, mas uma nova etapa na História das relações internacionais contemporâneas. Este é o período da “guerra de alcance global contra os terroristas”. O país está oficialmente em guerra, como asseveram os mais importantes documentos sobre segurança nacional, produzidos na Casa Branca (2002 e 2006). Trata-se de um “estado de guerra” com efeitos pertinentes de “coesão social” interna e adesão externa. (GUIMARÃES, 2008, p 161).

O estado de guerra pós atentados provocou no governo Bush um duplo movimento: o primeiro foi o de relegar a quase nenhuma importância os assuntos hemisféricos. “*Después del 11/9, Washington perdió efectivamente su interés en América Latina. Desde entonces, la atención de Estados Unidos ha sido esporádica, y estrechamente atada a situaciones problemáticas o urgentes*”. (ROMERO, 2006, p 17). Por outro lado, a atenção dada a governos e regimes considerados potencialmente hostis e problemáticos, em qualquer região do globo, tornou-se mais forte e o combate a esses “inimigos” utilizou não somente a força bruta, como no Iraque e no Afeganistão, mas também velhas práticas de interferência nos assuntos internos de outros países, dignas dos momentos mais tensos da Guerra Fria. A Venezuela, por sua importância estratégica devido ao petróleo, ganhou destaque nessas ações. Em 2002, o governo Bush começou a interferir informalmente em empresas de aviação em todo o mundo, impedindo a venda de aviões com componentes americanos para a Venezuela, e a dificultar também a venda de armas para o país. Tal medida virou lei nos Estados Unidos em 2006, onde também foi proibida a venda de qualquer tipo de armamento.

*La creciente confrontación diplomática y política entre Venezuela y Estados Unidos debe analizarse dentro de los cambios que la agenda mundial há tenido en los últimos años. Después de una década (años 90) en que se llegó a percibir un período de estabilidad mundial, en la que los instrumentos de la globalización se definían como la muestra de un cambio técnico capaz de fomentar los temas socioeconómicos por encima de los temas estratégicos, las preocupaciones sobre seguridad y defensa vuelven a tener una importancia fundamental y a ocupar un lugar destacado en la agenda bilateral. (ROMERO, 2006, p 165).*

As relações entre a oposição venezuelana responsável pela tentativa de golpe em 2002 e a Casa Branca, e o apoio indireto de Washington ao movimento, foram na opinião de Chávez e também de analistas venezuelanos fundamentais para sua prisão e sua quase deposição e foram o grande estopim para a virada da política externa venezuelana em relação ao país. Pouco depois da tentativa de golpe, o então diretor da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Central da Venezuela, Franklin Gonzáles, deu uma declaração às agências internacionais de notícias que refletia o pensamento de Miraflores, ainda que Chávez naquele momento houvesse optado por declarações em tom mais moderado.

*”La primera declaración del Departamento de Estado, en lugar de condenar al golpe (2002), lo que hizo fue señalar la responsabilidad de Chávez. Bush le advirtió a Chávez, luego de que éste retomara el poder, que debía ”aprender la lección”. No hay golpes buenos y golpes malos. Ese país debe aclarar su responsabilidad tanto si participó como si sólo tuvo conocimiento previamente.”<sup>47</sup>*

Não demorou a se tornar fato para o presidente que inimigo interno tinha “o apoio do Império”, de um país cuja doutrina naquele momento não fazia questão de mascarar sua postura intervencionista, direcionada essencialmente para o que considerava como assuntos de segurança nacional. Era necessário, na visão do governo venezuelano, evitar que novas iniciativas golpistas apoiadas pelos americanos ocorressem. Se a primeira não havia dado certo, nada garantia que a segunda ou terceira não fossem bem sucedidas. A sobrevivência do governo, portanto, estaria não apenas na elaboração de uma estratégia interna para intimidar os anseios golpistas da oposição, mas também na condução de uma política que denunciasse a vontade americana de derrubar seu governo e que trabalhasse para diminuir a influência dos Estados Unidos no país. A denúncia passou a ser construída especialmente em uma diplomacia personalista de confrontação, e a estratégia de relacionamento bilateral a partir da intensificação das ideias de revisão de relações.

*La falta de una estrategia a largo plazo por parte de los gobiernos estadounidenses, las variadas conductas que han tenido frente al caso venezolano, la misma falta de condiciones para la ruptura con Venezuela y la ausencia de un consenso sobre cómo comprender el tipo de amenaza que representa el Gobierno del presidente Chávez, le han dado a Venezuela un espacio para seguir relacionándose con Estados Unidos en un plano ambiguo. (ROMERO, 2006, p 166).*

<sup>47</sup> Disponível em [http://www.ipsnoticias.net/venezuela/abril/2504\\_1.shtml](http://www.ipsnoticias.net/venezuela/abril/2504_1.shtml), acessado em 15/05/2012.

A política de confrontação conduzida por Chávez teve a partir de 2002 como principal componente a via retórica (detalhada mais à frente), que serviu tanto para marcar posição quanto para a obtenção de prestígio do presidente em relação entre os atores tradicionalmente opositores a Washington. Já a política revisionista em relação aos Estados Unidos extraiu da política dos anos 60 e 70 antigos projetos de integração regional, de relacionamentos com países de outros continentes, unindo isso a alianças mais substanciais com Estados claramente desafiadores aos Estados Unidos no cenário internacional.

As tensas relações que são estabelecidas entre os dois países após 2002 são bem resumidas em artigo produzido para a revista Política Exterior, do Ministério das Relações Exteriores venezuelano, escrito pelo professor Omar Galindez e pelo diplomata José Gregório Monsalve. Segundo eles, a tentativa de golpe em 2002 é o início de uma escalada de tensão, permeada por uma série de tentativas de intervenção do governo Bush nos assuntos venezuelanos.

*La continua presión aplicada por los sectores sociales burgueses, aliados con los grandes medios de comunicación privados y con los sectores del capital transnacional, defendidos por un conjunto de países entre los que se encuentran principalmente: EEUU, propicia y desencadena el golpe de Estado del 11 de abril de 2002, por medio del cual el gobierno constitucional es derribado por un lapso de 2 días. (...) A partir de la abierta participación de EEUU en los hechos de 2002, y las continuas críticas realizadas por el presidente Hugo Chávez a la lucha contra el terrorismo emprendida por George W. Bush a raíz de los ataques del 11 de septiembre, las relaciones entre Venezuela y EEUU han estado signadas por una tensión política que se há manifestado en una cantidad indefinida de declaraciones y reclamos entre las partes. La polarización, además, viene acentuada por las continuas denuncias que realiza el gobierno nacional en temas diversos como: a) el financiamiento de EEUU a partidos políticos y organizaciones no gubernamentales de oposición; b) Intervenciones políticas internas del país por medio de voceros políticos y económicos que intentan desvirtuar la realidad venezolana; c) la alianza tácita entre el gobierno de EEUU y los grandes medios de comunicación privados existentes en el país; d) las continuas presiones internacionales que se realizan para intentar asilar a Venezuela dentro de los foros y organismos internacionales y e) las distintas visiones que se tienen sobre los valores democráticos y los modelos económicos a seguir.<sup>48</sup>*

Segundo os autores, a Venezuela começou isolada em sua postura de revisão de relações com os Estados Unidos, pois em 2002 a maior parte dos governos latino-americanos ainda era de direita ou centro-direita, sem pretensões de criar indisposições com Washington. Somente com a vitória de governos de esquerda, especialmente na América do Sul, é que a política revisionista começou a vislumbrar na integração regional uma oportunidade de se fazer frente à influência americana.

---

<sup>48</sup> Edição de Janeiro-março de 2007, página 13.

*Durante los últimos años muchos de los países de América Latina han electo gobernantes de izquierda que promueven una visión distinta a la capitalista-neoliberal impuesta desde Washington. Esta situación ha cambiado el panorama político de la región: países como Ecuador, Bolivia, Argentina, Brasil, Nicaragua, Uruguay, Paraguay y Venezuela se han unido a los esfuerzos cubanos por romper los lazos de dependencia económica y política con EEUU.<sup>49</sup>*

A partir de 2006, o clima de tensão entre os dois países aumentou, por conta de incidentes diplomáticos, de uma retórica ainda mais agressiva por parte de Chávez, de uma ofensiva política americana para tentar isolar a Venezuela na região, e por conta da intensificação dos relacionamentos entre Caracas e países considerados adversários dos Estados Unidos, como Cuba, Irã, Síria e China. Os acordos militares com a Rússia e a organização de exercícios militares conjuntos com forças de Moscou no Caribe acentuaram ainda mais a indisposição entre Chávez e a Casa Branca.

No mesmo ano, os Estados Unidos iniciaram uma grande ofensiva política na América Latina oferecendo acordos bilaterais e uma série de vantagens a países mais pobres da região, em uma clara estratégia para minar a crescente influência venezuelana, que se dava especialmente por conta dos acordos energéticos. A entrada em vigor da lei que proibia a venda de todo o tipo de armamento, aviões e componentes militares e de aviação ao país também foi um claro sinal de que o governo Bush não agia mais somente nos bastidores, mas organizava uma clara e sistemática política de enfraquecimento e isolamento da Venezuela no cenário internacional.

Outra ação política relevante ocorreu no mesmo ano, quando Washington usou toda a articulação política possível no continente para evitar que a Venezuela, com apoio de Brasil e Argentina, fosse eleita para uma vaga rotativa no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A barganha americana provocou a mais disputada votação para o posto já realizada na região e um impasse que durou 15 dias. No final, a influência política de Washington se mostrou mais forte, apesar dos grandes apoios regionais a Caracas, e o Panamá, que inicialmente não estava na disputa, foi escolhido no lugar da Venezuela. Ainda em 2006, no discurso da Assembleia Anual das Nações Unidas, em Nova York, Chávez iniciou seu pronunciamento com uma frase que ficou marcada como ícone de sua retórica de confrontação, demonstrando ainda que suas relações com o então governo americano só se deterioravam. Ao subir no

---

<sup>49</sup> Grupo de Estudos Sobre Estados Unidos, do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, Boletim n 1, 2008, página 7.

púlpito um dia depois de George W. Bush, ele começou citando o presidente americano: “Ontem, o diabo esteve aqui. Ainda cheira a enxofre”.

Em 2008, após o presidente da Bolívia, Evo Morales, expulsar o embaixador americano em La Paz, acusado de ajudar na revolta separatista da região da Meia Lua, Chávez transforma a indisposição com os Estados Unidos em crise diplomática grave, expulsando do país o embaixador americano em Caracas, Patrick Duddy, após acusa-lo de conspiração e de fazer declarações fortes na imprensa: “Vão para o caralho, ianques de merda”. O episódio provocou imediata reação da Casa Branca, que expulsou o embaixador venezuelano em Washington. As relações políticas entre os dois países ficaram praticamente congeladas, mas apenas por 15 dias, até que novos embaixadores foram nomeados nos dois países. Em dezembro do mesmo ano, a Venezuela demonstrou que estava disposta a ir além em sua indisposição política com a Casa Branca, realizando exercícios militares em conjunto com a Rússia no Mar do Caribe.

Os exercícios militares foram realizados no mar territorial venezuelano, ao norte do país. Foram feitas manobras de resgate, exercício de comunicações, de vigilância marítima e aérea e de luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Participaram da manobra quatro navios de guerra russos, entre os quais “Pedro, o Grande” considerado um dos maiores navios de combate do mundo, com um total de 1.150 militares a bordo. Da parte venezuelana, participaram onze navios e oito aeronaves, com 600 efetivos. Apesar das manobras não terem representado qualquer tipo de ameaça consistente à hegemonia militar sobre a região, não se pode deixar de ressaltar o caráter político e simbólico do gesto. Esta foi a primeira vez, desde o final da Guerra Fria, que a Rússia realizou operações deste tipo em uma área de influência direta dos Estados Unidos. Por parte da Venezuela, esta foi a primeira vez que o país fez exercícios militares com um país de fora do continente americano, especialmente com um rival militar estratégico dos Estados Unidos.

O exercício, unido às compras bilionárias de armas russas e aos projetos anunciados de encomendas de submarinos e de mísseis balísticos de médio alcance chegaram a fazer o governo Bush considerar que a postura de confrontação venezuelana poderia sair da retórica e da articulação política e entrar em um plano mais incômodo para suas estratégias regionais. Mas as eleições americanas e a possibilidade real dos republicanos deixarem o poder, e o agravamento das guerras do Iraque e do Afeganistão, contribuíram para que as desconfianças sobre as pretensões venezuelanas não fossem além, como realmente não foram.

No plano político, portanto, as relações entre Venezuela e Estados Unidos tiveram dois momentos bem distintos. O primeiro foi marcado por uma postura moderada por parte de

ambos, apesar das desconfianças mútuas, da indisposição de Washington em relação a Chávez e da vontade do governo venezuelano de impor uma orientação mais independente em relação aos Estados Unidos. Essa fase mais moderada termina para os Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro e para a Venezuela, pouco tempo depois, em abril de 2002 com a tentativa de golpe contra o presidente venezuelano.

A fase seguinte, que vai de 2002 até 2009, quando Barack Obama assume a Presidência dos Estados Unidos, é marcada pelo lado americano por proibições de venda de armamentos e aviões para a Venezuela, por uma forte articulação política para minar a influência regional de Caracas, por acusações sistemáticas e por uma forte articulação americana junto a opositores venezuelanos e aos veículos de comunicação locais também de oposição para enfraquecer o apoio interno ao governo. No campo da política, merece destaque ainda o forte apoio dado pelos Estados Unidos ao governo do colombiano Álvaro Uribe, o anúncio de instalações de novas bases militares tanto na Colômbia quanto da Guiana e um esforço considerável dos serviços de inteligência americanos para relacionar o governo Chávez às atividades terroristas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O estabelecimento dessa relação daria ao governo Bush, dentro de sua doutrina de combate ao terrorismo como prioridade da agenda americana, margem para intensificar e legitimar ações que pudessem enfraquecer ou mesmo provocar a queda do governo venezuelano. Todo tipo de medida ou ação era justificável sob a ótica da Doutrina Bush para combater o terrorismo internacional. Apesar dos esforços sistemáticos para diminuir a influência de Chávez e para vê-lo fora de Miraflores, os Estados Unidos, no entanto, deram à Venezuela o mesmo status de preocupação e de tratamento concedido a países considerados como grandes ameaças aos interesses americanos, como Iraque, Irã e Afeganistão.

No lado venezuelano, a política externa pós-2002 ganha dois tipos de atuação principais em relação aos Estados Unidos: a primeira é uma diplomacia presidencial, personalista, com grande teor de confrontação e sustentada principalmente pela retórica; a segunda é a transformação do mais importante aliado histórico do país no fator motivador para a revisão das relações externas do país. Revisão essa que prega a diminuição da dependência e da postura de subserviência em relação aos Estados Unidos, a retomada, de forma mais intensa, de relações regionais com prioritárias, e do relacionamento com outros polos de poder, numa tentativa de desqualificar a noção de unipolaridade e de hegemonia dos Estados Unidos.

*Los inconvenientes entre Estados Unidos y Venezuela se han convertido en un eje fundamental de la política exterior del gobierno Chávez. Esto lo sabem muy bien los gobiernos de America Latina y el Caribe, que no pierden tiempo a la hora de recibir con alegría la cooperación*

*energética y financeira venezolana o de vender sus bienes y servicios a un país con dinero en efectivo, pero que rehúsan acompañarlo en su enfrentamiento directo con Washington.* (ROMERO, 2006, p 20).

## **2.4- A POLÍTICA DE PRESTÍGIO PELA VIA RETÓRICA**

A retórica, nesta de maneira especial o discurso de confrontação e a especulação propagandística, é digna de destaque no revisionismo periférico antagônico da Venezuela de Hugo Chávez. Foi este o principal instrumento utilizado pelo presidente para a mobilização interna, seja em prol da construção do inimigo seja em defesa de seus fundamentos de governo, e também para o desenvolvimento de uma espécie de política de prestígio. Foi pela via retórica que a diplomacia personalista do presidente ganhou destaque com atores internacionais interessados em fazer oposição aos Estados Unidos. Não se trata apenas de um conjunto discursivo elaborado apenas para chocar ou aparecer sem qualquer fundamento. A retórica de Chávez foi peça fundamental, e bem estruturada, de sua estratégia de confrontação. Diante da impossibilidade de ser realmente efetivo na confrontação no campo político e no econômico, apesar das iniciativas, e a da óbvia impossibilidade desse tipo de postura no campo militar, foi o campo da retórica a principal trincheira do antagonismo construído especialmente a partir de 2002. Cabe, diante disso, análise atenta aos principais componentes dessa retórica, que é parte importante do revisionismo periférico antagônico.

### **2.41 – As raízes da retórica de Chávez**

A partir de sua eleição à presidência da Venezuela, em 1998, Chávez passou a ser considerado como um dos mais importantes líderes da esquerda na América Latina, com uma retórica que fala em “revolução bolivariana” e construção do “socialismo do século XXI”. Contudo, seu histórico de conspirações e golpes militares provoca desconforto entre muitos intelectuais e ativistas de esquerda – público-alvo dessa estratégia. Um exemplo é o artigo em que o escritor colombiano Gabriel García Márquez traça um perfil de Chávez. O romancista entrevistou o mandatário venezuelano duas semanas após sua posse na presidência:

Enquanto se afastava entre sua escolta de militares condecorados e amigos de primeira hora, fui tomado pela estranha sensação de que havia viajado e conversado com gosto com dois homens opostos. Um a quem a sorte obstinada oferecia a oportunidade de salvar seu país. E o outro, um ilusionista, que podia passar para a história como um déspota a mais. (García Márquez, 2000, p3)

Os depoimentos autobiográficos de Chávez ressaltam a importância do nacionalismo militar em sua formação política. A influência começou na academia de oficiais, onde o

cadete Chávez foi aluno e discípulo do general Jacinto Pérez Arcay, que havia participado de uma insurreição contra o ditador Marcos Pérez Jimenez (1952 – 1958) e foi responsável pela revalorização de Simón Bolívar, então desprezado pela elite venezuelana como um caudilho autoritário. Décadas depois, Pérez Arcay ainda se lembrava de como defendeu Chávez num episódio em que o cadete enfrentou um professor conservador que criticava Bolívar. (Báez e Elizalde, 2004: 79-80).

Bolívar é o líder político mais citado por Chávez, que com seu nome batizou seu grupo político, Movimento Bolivariano Revolucionário, adotando como lema uma versão levemente modificada do juramento anti-colonial que o prócere da independência fizera no Monte Aventino, em Roma. Uma vez presidente, Chávez fez com que a Assembléia Constituinte alterasse o próprio nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

Do ideário de Bolívar, Chávez aproveita sobretudo três elementos: a luta anti-colonial, a hostilidade aos EUA e a defesa da integração latino-americana. Na retórica chavista, essas características se tornam a base para um discurso anti-imperialista.

Outra influência histórica foi o guerrilheiro Pedro Rafael Perez Delgado, o Maisanta, que atuou no século XIX na Venezuela. Chávez é bisneto de Maisanta, mas a família considerava o antepassado como um criminoso comum. Quando Chávez descobriu que havia participado de lutas sociais, interessou-se a fundo por conhecer melhor sua biografia. Entrevistou parentes que conviveram com ele, pesquisou documentos e reuniu material para escrever um livro sobre o bisavô, projeto que não chegou a concretizar. No decorrer das pesquisas, ganhou um amuleto que pertenceu a Maisanta e passou a carregá-lo consigo desde então.

Em seus tempos de aluno na academia militar, na década de 1970, Chávez acompanhou com interesse o governo de militares nacionalistas na América Latina. Cita com admiração a gestão de Omar Torrijos, que assinou o acordo com os EUA para controlar o Canal do Panamá. E Chávez conheceu pessoalmente o general Velasco Alvarado, que governou o Peru após chefiar um golpe de militares reformistas. O cadete venezuelano foi a Lima numa celebração oficial, em 1974, em homenagem aos 150 anos da batalha de Ayacucho contra a Espanha. Entusiasmou-se ao ser designado para a missão:

Naquela noite fui para a biblioteca... e comecei a estudar o que estava acontecendo no Peru. Descobri o Plano Inca e que ali se produzia uma revolução dirigida por um militar nacionalista. Passamos vários dias em Lima, fazendo perguntas a todo mundo, alimentando-me daquele processo e trocando experiências com cadetes colombianos, panamenhos, peruanos e chilenos. ( Báez e Elizalde, 2004: 340)

Mais tarde, já como presidente, Chávez teve como assessor o sociólogo argentino Norberto Ceresole, que foi colaborador de Velasco Alvarado.

Os heróis do jovem cadete possuem um perfil comum: Bolívar, Pérez Arcay, Velasco Alvarado e Torrijos são militares que iniciaram (ou tentaram iniciar) reformas sociais, chegando ao poder muitas vezes pela força, através de golpes ou revoluções. O tenentismo brasileiro, sobretudo a figura de Luís Carlos Prestes, também aproxima-se dessa família política – não por acaso, Chávez cita com frequência as ações de Prestes, em especial a marcha de sua Coluna de militares insurretos pelos sertões.

Tal panteão não era propriamente popular com a esquerda venezuelana dos anos 70, mais influenciada pela Revolução Cubana. As relações de Chávez com os partidos esquerdistas de seu país foram e são marcadas por um relacionamento difícil, de tentativas de aproximações, tensões e afastamentos. No nível pessoal, o irmão mais velho de Chávez, Adam, professor e ativista histórico da esquerda venezuelana, foi uma ligação importante. Nos anos 70, quando o caçula era cadete:

Meu irmão estava em Mérida e era militante do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR). Não sabia, só me chamava a atenção que ele e seus amigos tinham cabelo comprido, alguns com barba... Estava nascendo o MAS [Movimento ao Socialismo] e eu andava por ali. Outros – Vladimir Ruiz e os filhos de Ruiz Guevara, um velho comunista – estavam fundando a Causa R. Éramos amigos e me aceitavam, com uniforme e tudo ( Báez e Elizalde, 2004: 336)

A politização de Chávez se deu de outra maneira, já como oficial militar. Servindo no interior do país, presenciou torturas a camponeses suspeitos de participar dos movimentos guerrilheiros, e testemunhou também soldados mortos e feridos por ataques dos grupos armados. O impacto sobre o jovem tenente foi profundo: “Chávez se perguntava: ‘O que é que eu faço aqui?’ De um lado, camponeses vestidos de militares torturam camponeses guerrilheiros, e do outro, camponeses guerrilheiros matam camponeses vestidos de militar.” (García Márquez, 2000)

As inquietações de Chávez se agravaram à medida que o pacto bipartidário de Punto Fijo, estabelecido em 1958, fragilizava-se pela corrupção e pela omissão da elite dominante em incorporar as demandas sociais da população excluída das benesses do boom petrolífero dos anos 70. Chávez deu início a seu movimento recrutando jovens oficiais, tenentes e capitães, que desejavam reformas modernizantes para o país. Faziam parte de uma nova geração de militares, oriundos de famílias pobres ou da baixa classe média.

Foram educados segundo o Plano Andrés Bello, uma mudança curricular que levou o ensino das humanidades e ciências sociais às academias das Forças Armadas. Os oficiais

dessa geração tenderam a se antagonizar com seus superiores, a quem viam como pouco qualificados tecnicamente e instrumentos de uma classe política corrupta. (Maringoni, 2004).

O movimento militar ganhou força nos anos 80, quando a queda nos preços do petróleo lançou a Venezuela numa grave crise socioeconômica. O barril de pólvora explodiu em 1989, no Caracaço. A revolta foi reprimida pelo exército e pela polícia, que mataram muitas pessoas nos bairros pobres e nas favelas da capital – algumas estimativas apontam para milhares de assassinatos.

Por essa época, Chávez procurou uma ponte com o líder comunista Douglas Bravo, que rompera com o Partido Comunista da Venezuela nos anos 60, passara a se declarar “bolivariano” e comandara um movimento guerrilheiro. A amizade entre os dois durou cerca de uma década, mas ao fim Chávez rompeu com o político mais velho, preferindo centrar suas atividades no Exército, em vez de num partido ou movimento social: “Nos demos conta de que a ideologia que Douglas Bravo defendia não teria eco nas Forças Armadas. O marxismo chocava-se com a natureza mesma do corpo militar profissional” (entrevista a Báez e Elizalde, 2004: 354).

O movimento militar liderado por Chávez, então tenente-coronel, tentou um golpe em fevereiro de 1992. Chávez foi preso durante os breves combates, mas seus opositores lhe permitiram fazer um discurso às câmeras de TV, pedindo a seus seguidores que depusessem as armas. Falou por menos de um minuto. Segundo García Márquez “o discurso da derrota foi o primeiro da campanha eleitoral que o levou à presidência nove anos depois”.

Companheiros: Lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos propusemos não foram alcançados na capital. Quero dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. (...) Ouçam o comandante Chávez, que lança esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas (...) Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço-lhes sua lealdade, agradeço-lhes sua valentia, desprendimento, e, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade por este movimento militar bolivariano. Muito obrigado.<sup>50</sup>

O pequeno discurso transformou uma derrota militar numa vitória política. Em poucas palavras Chávez se deu a conhecer à Venezuela como líder do movimento bolivariano. Duas expressões se destacam: o “*por enquanto*” que reconhece que o jogo está perdido, mas aponta para novas possibilidades e o “*assumo a responsabilidade*”, que teve grande repercussão num país em que os políticos em geral hesitam em se posicionar dessa maneira. Com a derrota do golpe, vários seguidores de Chávez foram presos, mas os que escaparam à perseguição tentaram outra insurreição, em novembro. Perderam novamente, mas o presidente Carlos

---

<sup>50</sup> Transcrição de depoimento dado em rede nacional de televisão na Venezuela.

Andrés Pérez terminou sofrendo impeachment em 1993, acusado de corrupção (como visto com mais detalhes no primeiro capítulo).

A desestruturação do sistema político venezuelano abriu caminho para Chávez. No início, ele pareceu confuso quanto a qual estratégia seguir, recomendando abstenção na eleição presidencial de 1994. A disputa foi vencida pelo conservador Rafael Caldera, que havia presidido o país 25 anos antes, e tido importante papel moderador nas crises da década de 90. Contudo, o governo de Caldera também fracassou. Octavio Amorim examinou os quatro pontos que marcaram o colapso do pacto de Punto Fijo e consolidaram a força de Chávez como o candidato “anti-sistema” para as eleições de 1998, destacando a força de sua retórica nesse processo:

Em primeiro lugar, a disposição para estabelecer pactos de governabilidade perdeu-se completamente em vista do altíssimo grau de confrontação existente entre os partidos tradicionais e seus opositores. Segundo, com o fim da guerra fria, as elites políticas perderam um inimigo comum que poderia forçá-las a cooperar entre si, qual seja, os partidos de extrema-esquerda. Cabe lembrar que esse “cimento cooperativo” já estava fora de uso há muito tempo. Terceiro, a capacidade das elites civis de controlar os militares chegou ao seu nível mínimo com as duas tentativas de golpe de 1992 e a ascensão do coronel Chávez à presidência. Quarto, com as crescentes taxas de alienação eleitoral, ficou claro que a capacidade que tinham os partidos tradicionais de incorporar, organizar, mobilizar e representar os mais diversos grupos sociais encontrava-se seriamente comprometida. O discurso das elites estava fundamentalmente comprometido e o discurso de mudanças proporcionado por Chávez tinha significado de renovação para a população. . (Amorim: 2002, 261)

## **2.42- A criação da Telesur**

Já como presidente, um dos mais importantes instrumentos da disseminação da retórica de Chávez foi a criação da Telesur, que começou a funcionar em 24 de julho de 2005. Oficialmente de propriedade denominada multiestatal (uma parceria entre Venezuela, Argentina, Cuba e Uruguai), a rede possui sede em Caracas e a maior parte de sua estrutura e de recursos na Venezuela, que tem 51% das quotas da empresa de 160 funcionários. Apesar do caráter governamental, sua dinâmica e estética lembram qualquer grande emissora privada com programação voltada para o público internacional, como a CNN. Apesar dos recursos limitados, que a impedem de entrar de forma convencional em muitos países por sistemas de TV por assinatura, como SKY, tem conseguido formas alternativas e criativas de disseminar seu conteúdo. Conseguiu fechar acordos com TVs comunitárias de vários países, com transmissão a cabo ou aberta, utilizando parte de suas grades de programação, em geral de três a quatro horas diárias.

A proposta de transmissões televisivas para diversos países como forma de proteção contra a diplomacia midiática norte-americana é explicitada pelos executivos da multistatal. Em entrevista à Agência Carta Maior, o diretor de jornalismo da Telesur, Jorge Enrique Botero, declarou em 2005 que "A Telesur será independente sempre, neutra, jamais", sinalizando mais tarde uma postura anti-americana para seu conteúdo jornalístico. Na época do início das operações, o integrante do Conselho Assessor da emissora Miguel Bonaso também disse à imprensa que "o objetivo da Telesur é romper o cerco informativo na América Latina", numa clara referência às agências de notícias internacionais e a redes como a CNN, quase todas norte-americanas ou européias. O texto de lançamento oficial possui o mesmo conteúdo:

Imagine um canal de televisão que se proponha a combater o discurso único das grandes redes globais de comunicação, todas com sede nos países ricos. Uma tevê que mostre o Sul com os olhos do Sul, revelando tudo o que vem sendo sonogado ao público sobre as verdadeiras lutas sociais e de libertação travadas pelos povos latino-americanos. Difícil imaginar? Pois é exatamente esta a proposta da Telesur, que já pode ser captada via satélite da Patagônia ao Canadá.

Mas de que formas a Telesur pretende se defender desse discurso único? Segundo seus formuladores, disseminando seu próprio discurso, ou o discurso venezuelano, para o maior número possível de países. Tentando ganhar expressão internacional, principalmente na América do Sul, sem a intermediação de grandes veículos de países hegemônicos. Mostrando a Venezuela pelas lentes e interpretações de seus repórteres e não de jornalistas de países distantes ou mesmo hostis.

A disseminação de discursos é uma estratégia cara a Chávez, que viveu uma das experiências midiáticas mais ilustrativas do chamado discurso único ou hegemônico da mídia global: a tentativa de golpe de Estado contra seu governo, ocorrida em 2002. Valente (2005) demonstra que o fato levou mais de 48 horas para ser classificado pela mídia internacional como golpe de Estado. Neste período, principalmente durante a prisão de Chávez, um levantamento feito pelo autor revela que as principais reportagens disseminadas pelas agências internacionais de notícias falavam sobre a tranquilidade do mercado internacional do petróleo em virtude "da posse" do novo governo venezuelano. Um trecho de um flash noticioso da agência americana AP distribuído na noite do dia 12 de abril, reproduzido pelo autor, mostra claramente essa tendência, com a expressão "deixou o poder" sendo usada no lugar da expressão "foi deposto" ou outras similares. De acordo com o levantamento, todas as

notícias publicadas pelas agências internacionais naquele dia tiveram a mesma estrutura editorial:

No fim de um dia em que a Venezuela mergulhou no caos político e social, o general Alberto Camacho Kairuz, da Guarda Nacional, anunciou que o presidente Hugo Chávez deixou o poder.

Chávez deixou claro em inúmeras ocasiões que seu investimento pesado em comunicação, cujos valores não são divulgados, e na criação da Telesur são para evitar que a opinião pública latino-americana tenha acesso apenas ao material noticioso “do Norte” sobre os fatos que ocorrem na Venezuela e em países vizinhos. Uma estratégia que, apesar de recente e ainda incipiente, despertou temores nos Estados Unidos, país com grande capacidade de avaliação das potencialidades da diplomacia midiática. Os EUA reagirão a reportagens da Telesur que considerarem anti-americanas. (*O Globo*, 27/07/2005). A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou a medida antes mesmo que a Telesur entrasse no ar. Na época, chegou-se a cogitar na imprensa norte-americana eventuais violações no espaço radioelétrico da Venezuela, o que não foi confirmado pelo governo.

Ao tentar impedir o monopólio da informação por parte das redes globais e procurar dar voz ao seu discurso sem intermediações estrangeiras, que objetivos políticos e estratégicos permeiam a estratégia de Hugo Chávez? Para Valente (2005) o uso dos recursos midiáticos em diplomacia por parte dos Estados centrais, principalmente os EUA, têm como objetivo a otimização de negociações em vários campos que, *a priori*, tem como meta maior "a manutenção do *status quo* hegemônico". Ao desenvolver estratégia semelhante, teria o governo venezuelano objetivo de obter vantagens para alcançar alguma posição de liderança regional ou mundial?

Não nos parece esta a proposta venezuelana. Mesmo sendo um país estrategicamente importante por conta do petróleo, a Venezuela não possui estrutura social, poder político nem atributos geográficos para exercer um papel de liderança nem mesmo frente a Brasil, Argentina, ou México. E, por mais que um projeto comunicacional seja bem executado e tenha capacidade de ampliar potencialidades, não é capaz de mudar situações estruturais. Claro que Chávez pensa em um país mais ativo no cenário internacional, com voz e maior autonomia, mas é diferente de pretensões de liderança. A Venezuela sabe, por exemplo, que uma tentativa de ingressar no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente seria inútil, independentemente de quem estivesse no poder ou de quais recursos comunicacionais fossem usados para esse fim.

A diplomacia midiática venezuelana é portanto calcada na proposta de integração latino-americana e na necessidade de transmissão da sua versão dos fatos sem intermediários. É muito mais um recurso de blindagem interna do que uma estratégia para a escalada de posições no cenário internacional. O estabelecimento de uma audiência ampla e a facilidade em concorrer na transmissão de notícias vale mais como estratégia de defesa contra golpes e investidas externas de bastidores, como em 2002. Chávez sabe que boa parte da ofensiva norte-americana contra os chamados “regimes hostis” tem na diplomacia midiática uma importante arma. E a contra-ofensiva mais eficaz neste caso é utilizar recursos semelhantes.

A iniciativa venezuelana de desenvolver uma diplomacia midiática contemporânea é inovadora na América Latina. Poucos países fora do eixo EUA – Europa Ocidental tentam fazer o mesmo. Os casos mais notórios são a da Rússia, que inaugurou uma rede de TV internacional de notícias em inglês, e alguns países islâmicos, que ajudam no financiamento das conhecidas redes de TV al-Jazeera e al-Arabya.

“O discurso – a psicanálise já mostrou – não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo”. A afirmação de Michel Foucault em sua aula inaugural no Collège de France é de extrema pertinência quando analisamos as estratégias discursivas de Hugo Chávez. A manutenção do poder pelo recurso do discurso, e o poder de ter o discurso dominante, se confundem na trajetória do presidente venezuelano. Portanto, perceber o que está por trás de tão sofisticado exercício comunicacional pode ser peça-chave para se entender não somente seu comportamento interno, mas a atual forma de inserção internacional do país e o papel que seu governo dá à política externa.

É a partir do discurso do governo Chávez que percebemos de forma mais clara que seus objetivos internos e externos seguem na direção de um mesmo objetivo: enfraquecer as forças que ameaçam sua permanência no poder. No caso externo, toda essa ação é permeada pelo trauma causado pela tentativa de golpe, que teve apoio de bastidor da maior potência do planeta.

E os EUA têm grande experiência em usar justamente o campo do discurso para minar e enfraquecer seus adversários, tornando-os mais suscetíveis às ações de outros rivais. Detectar essa estratégia é relativamente fácil, diante da grande dificuldade que é destrinchar seus mecanismos e, pior ainda, construir formas próprias e eficazes de reação. Não é fácil confrontar com um sistema global de comunicação por onde governos como os dos Estados Unidos agem, não de forma direta e autoritária (o que tornaria mais fácil sua anulação), mas

de maneira intra-sistêmica, possuindo todos os recursos necessários para disseminar de forma subliminar e imperceptível aos olhos de muitos seus discursos, quase sempre na boca de terceiros.

Como pesquisadores do discurso de Chávez, muito mais importante que julgar se ele é bom ou ruim para esse ou aquele grupo no sistema internacional, é termos consciência de sua limitada, mas importante eficácia na manutenção de seus objetivos. A criatividade de iniciativas como o patrocínio da Vila Isabel, se feitas de forma sistemática, certamente colaborarão para a solidificação de uma imagem externa mais forte contras as investidas comunicacionais vindas de fora com finalidade oposta. A Telesur, por mais limitações que tenha, também contribui para esse processo, assim como o relacionamento de grande apelo midiático com forças de esquerda importantes, como o Fórum Social Mundial.

A guerra de discursos no plano diplomático nem sempre reflete a realidade da política externa, e tem justamente como objetivo evitar que os ataques no campo das palavras possam provocar baixas concretas. Sabemos, por exemplo, que a facilidade com que Chávez ataca verbalmente os Estados Unidos é inversamente proporcional à dificuldade que teria em deixar de ser fornecedor de petróleo para aquele país.

Mas, tanto para Chávez quanto para qualquer outro governante, o recurso do discurso pode esconder armadilhas perigosas. E em política externa o risco maior é justamente o de transformar palavras em realidade.

## **2.5- DE 2009 A 2011: A VOLTA AO REVISIONISMO AUTONÔMICO**

A vitória de Barack Obama na corrida presidencial americana e sua chegada ao poder, em 2009, provocaram no governo Chávez uma forte disposição para a uma mudança de tom em sua política externa em relação aos Estados Unidos. Apesar da política revisionista pouco ter sido impactada quanto aos seus fundamentos com a mudança, a diplomacia de confrontação conduzida por Chávez sofreu um forte revés nos primeiros meses do novo governo americano e a prática revisionista das relações também.

Ainda durante a campanha presidencial nos Estados Unidos, Miraflores já havia acenado com receptividade às declarações do então candidato democrata de que teria um discurso mais conciliador do que seu antecessor com governos até então considerados rivais ou hostis. Na visão venezuelana, Obama poderia adotar uma postura menos intervencionista, o que significava dar menos ouvidos e apoios aos líderes opositoristas mais radicais dentro da Venezuela. Uma vez reduzidas as chances de interferência americana no equilíbrio de

forças internas da Venezuela, menor a necessidade de se adotar uma diplomacia agressiva e focada na denúncia em relação a Washington.

Nas vésperas da Cúpula das Américas, em 2009, Chávez declarou à imprensa que esperava “zerar as relações entre Estados Unidos e Venezuela. Quero usar o botão reset”, em um claro e raro gesto de disposição de diálogo com Washington. A esperança venezuelana, no entanto, durou pouco tempo.

Apesar de não ter o mesmo tom de discurso de seu antecessor e de ter feito gestos concretos de moderação em alguns temas importantes da agenda americana, Obama não sinalizou com distensão em relação à Venezuela e deu continuidade ao tom crítico contra Caracas. Não poupou, inclusive, a PDVSA de sanções comerciais severas nos Estados Unidos por conta de seu relacionamento comercial com o Irã. Obama evitou encontros bilaterais com Chávez em todos os eventos de cúpula onde os dois presidentes estiveram presentes e por várias vezes fez duras críticas ao que classificou como postura antidemocrática do presidente. Na visão de Cristina Pecequilo, esse tipo de comportamento do presidente americano foi uma constante no início de seu governo, marco segundo ela pela sinalização de mudanças que, na prática, não aconteceram.

Algo se realizou, mas (...) não foi promovido o salto qualitativo necessário para mudar o perfil dos EUA em direção a um mundo pós-Bush e que supere o unilateralismo e unipolarismo anteriores. (PECEQUILO, 2010)<sup>51</sup>

As relações não foram zeradas como esperava Chávez e as críticas do presidente venezuelano em relação aos Estados Unidos continuaram. Mas o tom da diplomacia de confrontação foi radicalmente reduzido e a política externa revisionista, apesar de não ter perdido sua essência teórica, passou a ter contornos bem menos ativos que no período do governo Bush.

Não decorreu, neste caso, apenas por conta da mudança de governo nos Estados Unidos, mas por causa de uma série de fatores conjunturais que tornaram a política revisionista de Chávez com menos margem de ação e sua postura retórica, já mais contida, com bem menos visibilidade. Entre esses fatores destacam-se: a crise econômica mundial e a forte retração nos preços internacionais do petróleo entre 2008 e 2009, mudanças nas agendas

---

<sup>51</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. “Barack Obama e o Desafio da Liderança”. Artigo publicado em [www.mundorama.net](http://www.mundorama.net), em 12/01/2010. Acessado em <http://mundorama.net/2010/01/12/barack-obama-e-o-desafio-da-lideranca-por-cristina-soreanu-pecequilo/>, em 15/05/2012.

de atores regionais e internacionais relevantes para a política revisionista venezuelana e um desgaste nos projetos latino-americanos de integração regional.

A crise econômica mundial de 2008 foi responsável por uma queda considerável dos preços internacionais do petróleo entre 2008 e 2009. O preço do barril tipo *brent* despencou de cerca de US\$ 140 em julho de 2008 para pouco mais de US\$ 60 em julho de 2009. A Venezuela, que já sofria problemas macroeconômicos graves como a perda de poder aquisitivo das classes mais baixas por conta da inflação, viu sua receita governamental despencar no mesmo período, comprometendo inclusive projetos sociais. A falta de recursos para os programas de inclusão rapidamente aumentou a insatisfação da base popular de apoio ao presidente e fortaleceu a oposição, que pela primeira vez desde que o presidente assumiu o poder voltou a participar de forma regular do processo eleitoral e conseguiu consideráveis 40% das cadeiras na Assembleia no ano seguinte, em 2010. Um alerta amarelo para os governistas especialmente para as eleições majoritárias futuras.

As dificuldades econômicas, aliadas a uma postura distante e independente, porém não tão agressiva em relação aos Estados Unidos, e a uma crescente importância da oposição no cenário eleitoral fizeram o governo reduzir a velocidade de seus acordos energéticos com outros países (quase sempre em condições desfavoráveis economicamente à Venezuela) e a diminuir o ritmo de compras de armamentos, especialmente da Rússia, mantendo-se apenas os contratos já firmados anteriormente.

A necessidade de manutenção das exportações para os Estados Unidos voltou à pauta prioritária do governo, em uma tentativa de se garantir a receita, e os projetos de integração regional perderam velocidade. Estes não somente pela crise econômica, mas também pela mudança de postura de Estados centrais nesse processo, como o Brasil.

A maior articulação entre grandes emergentes como China, Índia e Brasil diante da crise econômica e o maior protagonismo destes nas agendas internacionais, assim com o a mudança de governo no Brasil, fizeram o projeto de integração sul-americana andar a passos mais lentos e sob menos holofotes diante de problemáticas mundiais consideradas mais urgentes por várias lideranças.

Sem o aprofundamento dos projetos de integração na velocidade desejada, sem dinheiro suficiente para dar continuidade a projetos implementados em anos anteriores e para continuar incentivando parcerias com os países vizinhos, e com os Estados Unidos focados

em outras preocupações de sua agenda, restou a Venezuela adotar uma conduta externa mais moderada e, conseqüentemente, mais tímida nos planos regional e global.

O distanciamento dos Estados Unidos em relação à Venezuela chegou a fazer com que o Chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, declarasse que seu país estava tentando de todas as formas, sem sucesso, retomar o diálogo com Washington. "As relações estão congeladas (...) não se mexem e não há perspectiva de que possam mexer-se (...) num futuro imediato. Temos feito todos os esforços para estabelecer uma relação fluída, de respeito mútuo, de relação entre iguais (...) tem sido impossível".<sup>52</sup>

A tentativa de diálogo por parte do governo venezuelano, por si, já se configurava em uma conduta diferente da que era adotada por Caracas durante o governo George W. Bush. É importante ressaltar, no entanto, que tal comportamento não implicou em uma mudança radical da orientação revisionista do país, nem na alteração de seus fundamentos, apesar das limitações conjunturais para sua execução. O que sofreu forte recrudescimento foi a confrontação antagônica conduzida por Chávez em relação aos Estados Unidos, substituída por uma postura crítica, mas bem menos voraz e mais rarefeita. De fato, é correto afirmar que neste período a postura antagônica, se não foi totalmente abolida, foi radicalmente cerceada pelo próprio presidente.

---

<sup>52</sup> Entrevista dada à TV Televem, em 05/06/2011. Acessada em [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1870863&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1870863&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas) no dia 15/05/2012.

“Nada é mais perigoso para um país pobre do que uma chuva de dinheiro”

*Celso Furtado (1974), 1992: 248*

### **3- O PRAGMATISMO NA DIPLOMACIA DO PETRÓLEO E NA POLÍTICA COMERCIAL**

Se a orientação revisionista antagônica do governo Hugo Chávez resultou em uma postura de confrontação com os Estados Unidos inédita na história da diplomacia venezuelana, a diplomacia de petróleo do Palácio Miraflores, especificamente em relação aos americanos, não trouxe muitas novidades, se comparada aos governos de Punto Fijo. Na pauta comercial do principal produto de exportação e principal fonte de divisas do país, Chávez liderou por mais de uma década um governo confiável no cumprimento de contratos e adotou uma política de exportação ainda mais pragmática do que a de governos venezuelanos das décadas anteriores, muitos deles mais vorazes na busca por parcerias alternativas do que o próprio Chávez. A necessidade de recursos para a implementação das reformas internas e o temor de retaliações mais severas neste campo que prejudicassem as contas do país superaram os anseios de se usar a política comercial como braço do revisionismo em relação aos Estados Unidos, não somente nas exportações de petróleo mas também nas importações de produtos americanos. As importações não somente não foram reduzidas como tiveram aumentos consideráveis em vários itens, especialmente nos períodos mais intensos da política revisionista.

Segundo Dick Parker (2007)<sup>53</sup>, logo no início do mandato, em 1999, já se percebia que o governo Chávez teria como grande marca a implementação de profundas mudanças de ordem interna, ao mesmo tempo sentia-se que o relacionamento comercial com os Estados Unidos não passaria por mudanças tão drásticas. Ainda nos primeiros meses, Chávez percebeu que para promover grandes reformas sem provocar uma ebulição interna e sem perder apoios essenciais seria necessário manter uma orientação econômica externa sem grandes sobressaltos, marcada especialmente pela austeridade e pela capacidade de gerar divisas crescentes para o país, revertendo o processo de queda de receita dos anos anteriores. Foi justamente a queda de receita que gerou a crise que acabou com a alternância em Punto Fijo e o mesmo erro, na visão do novo presidente, não poderia ser cometido. E essa política

---

<sup>53</sup> PARKER, Dick, “Chávez and the Search for an Alternative to Neoliberalism”, in ELLNER, Steve and SALAS, Miguel (orgs) “Venezuela: Hugo Chávez and the decline of an exceptional democracy”, Rowman & Littlefield Publishers, New York (2007).

econômica, segundo Parker, teve que ter como um de seus pilares fundamentais de sobrevivência a manutenção das exportações de petróleo para os Estados Unidos. Era imperativo não somente manter os laços comerciais, como enfrentar a concorrência com outros grandes produtores para manter a quantidade de barris vendidos no primeiro momento para o mercado americano. A possibilidade, ainda que muito limitada, de redução na quantidade de petróleo enviado para os Estados Unidos só vai surgir com a posterior escalada nos preços do barril no mercado internacional, o que vai durar praticamente uma década.

*Since the government considered a degree of macroeconomic stability a prerequisite for structural changes, it rejected the option of directly confronting the international financial institutions. Nonpayment of the foreign debt was ruled out, currency reserves were maintained high, and macroeconomic policy was designed to bring inflation under control. Indeed, it was precisely these "orthodox" aspects of economic policy that led some analysts to conclude that balance was neoliberal (Vera, 2001). Other academics suggested that economic policy, far from responding to Chávez's antineoliberal rhetoric, simply retained the measures previously implemented under the recommendations of the international financial institutions, and on this basis they expressed fears that the regime might be heading in the same direction as Fujimori's and Menen's (Gómez Calcaño and Arenas, 2001: 108). These criticisms, however, failed to consider sufficiently the government's pressing immediate objectives. The fact is that during the first two years, the government's priority had to be increasing oil revenues to previous levels to avoid an economic disaster. (PARKER, 2007, p. 64)*

A necessidade de se manter a situação macroeconômica em dia, a oportunidade gerada pelo aumento gradativo e significativo dos preços do petróleo no mercado internacional, e a questão estrutural de ter como vizinho regional o maior consumidor de petróleo do mundo, que é a maior potência global e que tem fortes interesses geopolíticos na relação comercial com a Venezuela, formaram um forte conjunto estrutural de fatores, de difícil alteração mesmo para um governo com fortes inclinações para a revisão de suas relações com a principal potência.

No entanto, a postura mais pragmática do governo Chávez em relação a essa questão não pode ser explicada apenas pelas dificuldades apresentadas pelas questões estruturantes. É sempre escolha de um governo pagar pelos custos de revisão de suas relações (Putnan 1998), mesmo que estes sejam altos, caso a decisão política seja realmente relevante em sua opinião.

Nos primeiros anos do governo, até a tentativa de golpe em 2002, como já visto, o revisionismo antagônico em relação aos Estados Unidos ainda não havia se configurado, apesar de Miraflores já desenvolver uma política mais autônoma em relação ao seu principal parceiro. Mas o revisionismo antagônico posto em prática após 2002 poderia ter influenciado decisivamente na opção por uma mudança de rumos na política de petróleo, especialmente em um momento de grandes altas de preços, onde os prejuízos provocados pela diversificação de

mercados seriam menores. Como veremos no decorrer deste capítulo, esse fato, no entanto, não ocorreu.

Segundo Luciano Wexell Severo (2009)<sup>54</sup>, a política econômica da primeira década do governo Chávez foi marcada por cinco fases bem definidas e que são fruto tanto da orientação política do governo, quanto das conjunturas externa e interna. Na conjuntura interna, segundo ele, contribuiu fundamentalmente a forte tentativa por parte de setores opositores de derrubar o governo, e o principal fator foi a grande alta dos preços do petróleo, especialmente até 2008.

*Según demuestran los datos del Banco Central de Venezuela (BCV), entre 1999 y 2008 la economía venezolana ha tenido cinco fases distintas y claramente definidas. ...1) La toma de posesión, em febrero de 1999, mediante un escenario económico, político y institucional bastante desfavorable interna y externamente; 2) La adopción de medidas intervencionistas y políticas más desarrollistas a partir del segundo semestre de 1999; 3) El golpe de Estado y el sabotaje económico, llevados a cabo por la oposición, entre el cuarto trimestre de 2001 y el tercer de 2003, como respuesta frente el aumento de la intervención estatal en la economía; 4) Le reactivación económica a partir del cuarto trimestre de 2003, desde un nivel bastante superior al anterior: el Estado pasó a interferir más decisivamente en los temas económicos (sobre todo en PDVSA); 5) La “siembra de petróleo”, y el esfuerzo por un nuevo proceso de industrialización, el pago de la deuda social y la expansión del poder estatal sobre los sectores estratégicos de la economía. (SEVERO, 2009, p 94-95).*

Já a diplomacia do petróleo, apesar de estar intrinsecamente ligada à política econômica, passou por uma dinâmica diferente, tendo três fases distintas durante os primeiros 11 anos do governo Chávez.

A primeira delas foi marcada pela tentativa de manutenção da pauta de exportações do petróleo, com o esforço para o aumento da quantidade de produto vendida para os Estados Unidos, em meio ao início de um governo marcado pela desconfiança externa e interna, à implantação de reformas políticas internas e a uma maior intervenção em alguns setores da economia. A necessidade de entrada imediata de recursos exigiu essa postura.

A segunda foi marcada pelo gerenciamento das crises de 2002 provocadas pela tentativa de golpe de Estado e pela paralisação da PDVSA, por uma ampla mudança no gerenciamento da estatal, o que resultou em um verdadeiro expurgo de funcionários, e pela tentativa de reestabelecer em caráter de urgência a produção, a exportação e o crescimento do PIB. Durante a segunda fase, as exportações e importações da Venezuela despencaram e os índices macroeconômicos se deterioraram de forma dramática.

A terceira fase foi marcada pela condução de uma política comercial de forma

---

<sup>54</sup> SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: Los diez años de gobierno Chávez y el desafío de “sembrar el petróleo”. Revista Oikos, volume 8, n 1, 2009 (pp 93-117)

pragmática com os principais parceiros, especialmente com os Estados Unidos, apesar da orientação revisionista ser importante componente da política externa neste mesmo momento. A grande alta dos preços do petróleo deu folga ao governo para enfrentar sem nenhuma dificuldade as oscilações de demanda do mercado americano (a redução das exportações, quando ocorreu, foi fruto de demanda ou de problemas na produção, e não de cortes artificiais com objetivos políticos).

Apesar da tendência de estabilidade e dos momentos de redução do envio de petróleo para os EUA, a receita com a venda do produto para aquele país teve saltos impressionantes em menos de uma década. Com dinheiro suficiente para garantir as contas internas e implantar reformas, o excedente de produção não consumido pelos Estados Unidos passou nesta fase a ser utilizado para uma reedição da política dos anos 70, diversificando o número de acordos e de parceiros comerciais, especialmente na América Latina. Com a política comercial pragmática garantida, o petróleo excedente passou a ser usado como instrumento da orientação revisionista. Cada uma dessas fases será analisada em detalhes neste capítulo.

### **3.1- DEITADA EM POÇO ESPLÊNDIDO: O PETRÓLEO, SUAS BENÇÃOS E MALDIÇÕES**

O território venezuelano possui atualmente reservas comprovadas de 296 bilhões de barris de petróleo, a maior do mundo (ultrapassou a Arábia Saudita em 2010), como mostra o quadro abaixo, e 4,2 trilhões de metros cúbicos de gás natural, a segunda maior do Hemisfério Ocidental, com chances de serem muito maiores, segundo especialistas do setor.

**Figura 3.1: As maiores reservas mundiais de petróleo**

PAÍS	RESERVAS DE PETRÓLEO, EM BILHÕES DE BARRIS
VENEZUELA	296,5
ARÁBIA SAUDITA	264,5
IRÃ	151,1
IRAQUE	143,1
KUWAIT	101,5
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	97,8
FONTE	OPEP <a href="http://www.opec.org/opec_web">http://www.opec.org/opec_web</a>

Apesar das grandes reservas, a produção venezuelana ainda carece de eficiência se comparada aos demais grandes produtores mundiais. O país ocupa atualmente o quinto lugar no *ranking* mundial na exportação de petróleo, resultado da venda de 2,5 milhões de barris/dia, dos quais cerca de 1,5 milhão (60%) são destinados para os Estados Unidos. O segundo maior importador de petróleo venezuelano é a China, que compra cerca de 500 mil barris, um terço do que compra os Estados Unidos, e sem grandes perspectivas de ampliação. O petróleo venezuelano é mais caro para China por conta das dificuldades logísticas, se comparado a grandes produtores asiáticos vizinhos, como Rússia e Irã, este último grande parceiro comercial e estratégico de Pequim.

Os primeiros registros sobre a extração de petróleo no país ocorreram em 1878, no estado de Táchira. A descoberta fomentou na época a criação da empresa Petrolia de Táchira, que começou suas operações em uma fazenda a 15 quilômetros da cidade de San Cristóbal.

Em 1912, a New York Bermúdez Company fez várias perfurações pelo país, começando pela na região de Guanoco, no estado de Sucre. Dois anos depois, começou a extrair petróleo em um poço no estado de Zúlia. Esse poço rapidamente se converteu no primeiro da América do Sul e ser explorado em grande escala por uma empresa multinacional.

O sucesso da prospecção em Zúlia rapidamente chamou a atenção de outras grandes empresas do setor petrolífero. Em poucos anos Shell, Chevron, Mobil, Texas, Creole, Sun, Gulf, Amoco, Philips y Sinclair, entre outras multinacionais, já estavam em território venezuelano (ROMERO, 2006). Diante do cenário promissor em exploração apontado pelos

especialistas, em 1930 mais de cem empresas do setor já estavam estabelecidas na Venezuela com o propósito de pesquisar, dimensionar, produzir e processar petróleo.

Apesar da exploração em larga escala e com peso no mercado internacional só ter começado a ocorrer de fato no regime Jiménez, já na segunda década do século XX, a Venezuela tinha consciência do potencial de exploração deste recurso e começou a legislar sobre o assunto, tendo o primeiro pacto de leis reguladoras entrado em vigor em 1918, quando a atividade ainda apresentava números modestos.

Em 1936, o país intensificou o controle sobre seus recursos com a criação do Ministério do Fomento e a promulgação da Lei sobre Contaminação de Águas por Vazamento de Petróleo, que punia com o fim da concessão empresas que poluíssem rios, lençóis freáticos e mares. Em 1943, a nova Lei dos Hidrocarbonetos legalizou muitas concessões antes consideradas sem autorização, padronizou as formas de processamento dos hidrocarbonetos e estabeleceu regras para que a economia venezuelana fosse mais beneficiada pela exploração desses recursos.

Em 1945, o Congresso Nacional aprovou a nova Lei de Imposto de Renda, que estipulava a tributação de 50% nos lucros apurados com a exploração de petróleo no país. A lei ficou famosa em todo o mundo ao inaugurar o regime conhecido depois como *fifty-fifty*, copiado por outros países produtores de petróleo. Em 1950, foi criado o Ministério das Minas e Hidrocarbonetos que, pouco a pouco, iniciou uma política para frear a ação estrangeira na atividade petrolífera da Venezuela. Mas foi na década de 60 que o país avançou de fato no que ficou conhecido como política de “*no más concesiones*”, com a criação da Corporación Venezolana de Petróleo (CVP), antecipando o que se traduziu, posteriormente, na nacionalização da indústria petroleira venezuelana. Importante ressaltar que as nacionalizações foram sempre marcadas por compras e não por desapropriações de empresas estrangeiras com indenizações abaixo dos valores de mercado. Mesmo assim, foram considerados pelos governos de Washington atos desconfortáveis feitos por governos venezuelanos considerados como grandes aliados políticos dos Estados Unidos em meio a Guerra Fria.

Em janeiro de 1976, foi criada a Petroleos de Venezuela S.A (PDVSA), a partir de um decreto do então presidente Carlos Andrés Pérez. A nova empresa, de economia mista, nasceu com a atribuição de assumir as funções de planejamento, coordenação e supervisão da indústria petroleira nacional, e concluir o processo de reversão das concessões feitas a

companhias estrangeiras que operavam no país. O primeiro presidente da PDVSA foi o general Rafael Alfonzo Ravard, num claro envolvimento direto das Forças Armadas no processo de nacionalização da atividade de extração, considerada pelos militares como estratégica.

*Relations between the large foreign oil companies and the Venezuelan government after 1935 reflect a gradual process of change, framed by the concerns of middle-class reformers to gain power and the convergence of geopolitical interests driven initially by fears of nationalism and subsequently by the determination to exclude the left. The oil companies were quick to recognize changing political conditions and position themselves to influence the outcomes, revising their labor and public relations policies and establishing links with labor and middle-class reformers to ensure that they could continue extracting Venezuela's oil. (SALAS, pp 53-54).<sup>55</sup>*

Durante o primeiro ano de operação da nova companhia, foram nacionalizadas e incorporadas 14 grandes companhias que atuavam na Venezuela. Posteriormente, essas empresas foram divididas em apenas três: Lagoven, Marvin e Corpoven. Ainda em 1976, foi criado o Instituto Tecnológico Venezuelano do Petróleo (INTEVEP), que tinha como missão efetuar os estudos e pesquisas necessárias para garantir o alto nível dos produtos e processos da indústria petrolífera. Numa tentativa de por em prática os estudos da INTEVEP foi criado, em 1978, a Petroquímica de Venezuela S.A (PEQUIVEN).

Cinco anos após a criação da PDVSA, o processo de consolidação das empresas nacionalizadas foi concluído com relativo sucesso técnico e econômico. Lagoven, responsável pelas operações de extração no Oeste e Sul da Venezuela, Corpoven, que atuava no Centro do país, e Maraven, que concentrava suas operações na porção Oriental, eram três subsidiárias da PDVSA que atuavam em regime de competição, sob supervisão da holding, mas reconhecidamente com estruturas eficientes e bons quadros técnicos.

A importância da exploração do petróleo teve um salto gigantesco após a PDVSA descobrir e começar a explorar as reservas da Faixa do Orinoco, cujas reservas provadas são de cerca de 200 bilhões de barris de petróleo, podendo chegar a 270 bilhões caso a capacidade de alguns megapoços descobertos nos últimos anos seja comprovada. A exploração dessa área concentrou a maior parte dos recursos da PDVSA e de suas subsidiárias, reduzindo no fim da década de 70 a capacidade da empresa de continuar aumentando suas operações no resto do país. O petróleo extraído dessa região, que passou a ser estratégica, é em maior parte pesado ou extrapesado. O petróleo pesado é considerado de difícil refino, o que torna mais caro o

---

<sup>55</sup> SALAS, Miguel Tinker. US. Oil Companies in Venezuela: Na Enduring Alliance. In "Venezuela: Hugo Chávez and The Decline of an Exceptional democracy". ELLNER, Steve & SALAS, Miguel (orgs). Toronto: Rowan & Littlefield Publishers (2007).

processo de comercialização. No entanto, também pode ser usado na produção de orimulsión, combustível destinado principalmente às plantas geradoras de eletricidade, como substituto do carvão, com vantagens comparativas, pois produz baixa contaminação ambiental.

Diante dos grandes esforços para a exploração da Faixa do Orinoco e o esgotamento da capacidade de ampliação das atividades, principalmente por causa da queda de receita provocada pela baixa nos preços do petróleo no mercado internacional, em meados dos anos 80 a PDVSA iniciou seu programa de internacionalização e de associações estratégicas. O objetivo era ganhar novos mercados no exterior, aumentar a receita e adquirir novas tecnologias a partir de associações.

A empresa passou a ter participação no capital de diversas refinarias da Europa, dos Estados Unidos e do Caribe. Na época, apesar das tentativas de expansão de empresas estatais petrolíferas de vários países (KPC-Kuwait, Saudi Aramco-Arábia Saudita, NOC-Líbia, ANOC-Emirados Árabes), somente o caso da PDVSA foi considerado por especialistas do setor como expressivo e bem sucedido.

A entrada no mercado americano foi um marco político, comercial e estratégico importante, e iniciou-se em setembro de 1986, quando a PDVSA comprou 50% do capital da empresa Citgo, que na época possuía 13 mil postos de gasolina nos Estados Unidos e era responsável por 10% das vendas de gasolina naquele país. Poucos meses após a compra de metade da empresa, a PDVSA fez mais uma oferta e adquiriu 100% das ações. Além de ser na época a quinta maior distribuidora de gasolina dos Estados Unidos, a Citgo era a quarta maior distribuidora de querosene de aviação e a maior de destilados. Suas oito refinarias espalhadas pelo país tornaram-se cruciais na estratégia de ação da PDVSA, especialmente em relação ao mercado americano, seu principal importador. Com as compras nos Estados Unidos, a Venezuela otimizou sua capacidade de refino do petróleo pesado no país para o qual mais vende, conseguiu lucrar não somente com a exportação do produto, mas com a produção e comercialização de derivados, especialmente a gasolina, estabelecendo um ciclo completo de exportação e de comercialização. Esse entrelaçamento conferiu um relacionamento mais estreito nos campos estratégico e energético entre os dois países.

A presença da PDVSA no mercado americano foi uma decisão estratégica tomada por uma empresa estatal e que desejava ter um relacionamento mais estreito com seu maior parceiro, e tirar lucros não somente da venda de petróleo, mas também da comercialização de seus derivados. Esse entrelaçamento tornou ainda mais complicado e mais custoso um distanciamento comercial entre os dois países. (SALAS, 2007, p 51).

No início da década de 90, a PDVSA intensificou sua estratégia de associações estratégicas e privatizações de áreas para exploração, num processo que ficou conhecido como Apertura Petrolera, destinado a garantir o início e a continuidade de importantes projetos na Faixa do Orinoco e em outras regiões, diante da falta de recursos por conta da crise econômica e da ideologia neoliberal implementada especialmente pelos segundos governos de Andrés Perez e Rafael Caldera.

Empresas como Shell, Exxon e Mitsubishi passaram a participar dos empreendimentos, voltando a ter atuação importante no mercado de exploração de petróleo no país. Também nos anos 90, iniciou-se uma série de convênios operacionais para a exploração de campos maduros celebrados entre as três subsidiárias da PDVSA e pelo menos 20 companhias estrangeiras, além de empresas privadas nacionais. No mesmo período, iniciou-se a exploração de risco em dez áreas do país, com participações de empresas como Mobil, Enron, Amoco, Elf e Conoco. Somente entre 1993 e 1996, as operações consequentes da Apertura Petrolera resultaram em investimentos superiores a US\$ 2 bilhões e a produção adicional estimada em 260 mil barris de petróleo por dia.

*However, not until the Caldera administration in the 1990's, and under the direction of PDVSA's new president, Luis Giusti, did the company consolidate plans to encourage massive foreign investments. During Giusti's presidency the company pursued an ambitious plan to increase productive capacity, thus contradicting the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) policy of limiting production to maintain price levels. The policy was so well received in the United States that in 1998 Giusti was given the Petroleum Executive of the Year Award, the first to be granted to a Latin American or to the head of a state company. (PARKER, 2007, p63)*

No fim da década de 90, ainda antes da chegada de Hugo Chávez ao poder, a PDVSA iniciou um processo de profundas transformações. Mudanças essas que se tornaram mais intensas com a chegada de Chávez. Em 1 de janeiro de 1998, antes das eleições presidenciais que selariam o fim do Pacto de Punto Fijo, a PDVSA absorveu na sua estrutura operacional e administrativa as três subsidiárias que por mais de 20 anos compartilharam as operações de gás e petróleo no país. A medida estabeleceu uma empresa com perfil corporativo unificado, promovendo sinergias no processo produtivo, com o objetivo de melhorar a qualidade operacional. Tal transformação, apesar de relevante, ainda era de caráter essencialmente empresarial. Com a chegada de Chávez ao poder em 1999, no entanto, a PDVSA acentuou seu perfil de empresa estratégica para o país, com um diferencial em relação a outros períodos: passou a ser vista também como grande motor de transformação social. A mudança

de foco provocou transformações consideráveis na estrutura da gigante petroleira, além de muitas reações.

Importante ressaltar, no entanto, que o uso da PDVSA como agente de transformações sociais não comprometeu, como veremos ainda neste capítulo, a política comercial de petróleo. Muito pelo contrário, foi somente com o aumento de lucro da gigante estatal que o uso do dinheiro para projetos sociais tornou-se possível.

Desde o início do governo Chávez, a PDVSA estabeleceu parcerias com as Forças Armadas e outras instituições de Estado, com o objetivo de atenuar a grave crise social pela qual passava o país. É neste contexto que surgiu o Plano Bolívar, que teve na PDVSA seu principal financiador, e que pretendia melhorar as condições da população em saúde, educação, infraestrutura e habitação.

*Las principales medidas del nuevo gobierno, tanto en el campo económico como en el campo social, han sido en el sentido de corregir las históricas distorsiones estructurales. En Venezuela, esto significa, esencialmente, rescatar el control del Estado sobre la mayor fuente de riquezas del país, es decir, PDVSA, con los objetivos de: invertir los recursos petroleros en el estímulo de la diversificación productiva y el fortalecimiento del mercado interno, además de pagar a la deuda social en las áreas de salud, educación, seguridad social, etc. A eso se llama “sembrar el petróleo”. Sin embargo, siguiendo por esse caminho habrá – como efectivamente há ocurrido desde 1999 – enfrentamientos frontales y irremediables con los sectores privilegiados. Por ese motivo, desde la posesión, el gobierno de Hugo Chávez há enfrentado situaciones políticas y económicas muy desfavorables, generadas por la acción conjunta de los intereses internacionales – sobre todo estadounidenses – y la oligarquía criolla. (SEVERO, 2009, p 95).*

O governo tinha clara intenção na manutenção de sua política de exportação do petróleo, para que a grande mudança fosse justamente nos mecanismos de utilização dos recursos provenientes dessas exportações. Era necessário ser austero externamente para conseguir ser revolucionário internamente. Não foi a diplomacia de petróleo, a dimensão externa, que mudou na Venezuela com a chegada de Chávez ao poder, mas a política do uso dos recursos do petróleo, que é uma dinâmica interna. Só que as mudanças provocaram tanto reações internas, quanto desconfianças externas, em um processo que teve seu ápice na tentativa de golpe e na crise da PDVSA em 2002.

Outro ponto importante da política chavista para o setor foram as nacionalizações de poços de exploração e de algumas empresas estrangeiras. Mas essa política nada teve de novidade, e foi apenas uma reversão da política de privatizações dos anos 90, essa sim uma excepcionalidade na história da exploração do petróleo no país. As nacionalizações feitas pelo governo Chávez ocorreram a partir da segunda fase da política do petróleo e serão tratadas de forma mais detalhada mais a frente. No entanto, seguiram os mesmos padrões de

nacionalizações feitas pelos governos das décadas de 60 e 70, com compras a valores de mercado, restaurando o padrão da política venezuelana para o setor, que é o de ter nas mãos do Estado o controle sobre os principais poços de exploração.

### **3.2- NADA MUDA SE HÁ DINHEIRO PARA A REVOLUÇÃO: A PRIMEIRA FASE DA DIPLOMACIA DO PETRÓLEO NO GOVERNO CHÁVEZ**

A forte queda dos preços do petróleo a partir do final dos anos 70 e nos anos 80 contribuiu de forma decisiva para o agravamento da crise econômica venezuelana e para o consequente colapso político do pacto inaugurado em Punto Fijo, em 1958. Já a alta dos preços no final dos anos 90, pouco tempo após a chegada de Chávez ao poder e que durou por quase uma década, deu ao novo governo quase dez anos de situação confortável e bem semelhante ao dos governos da “Venezuela Saudita” dos anos 60 e 70, mesmo levando-se em consideração os dois anos de problemas econômicos gerados pela paralisação e pelo expurgo na PDVSA (2002 e 2003).

Após uma década de 90 marcada por preços internacionais em patamares muito baixos se comparados com décadas anteriores, os preços do barril, tanto bruto quanto do tipo *brent*, entraram em uma forte tendência de alta, como mostra o gráfico abaixo (figura 1). Ao assumir o governo, em 1999, Chávez pegou o preço internacional do petróleo em patamar dramático para uma economia dependente deste produto: menos de US\$ 20. No entanto, desde então, o aumento foi contínuo e impressionante, chegando em 2008 a US\$ 132. Esse período de alta ocorreu até o fim de 2008, quando os preços tiveram uma forte queda, mas logo em seguida se estabilizando em patamares bem mais altos que no início de seu governo.

#### **Figura 3.2 A evolução do preço do petróleo entre 1971 e 2008<sup>56</sup>**

---

<sup>56</sup> Em dólares americanos. Fonte: Opep.



A forte alta dos preços se apresentou como oportunidade para o governo, que não podia perder a chance de aumentar a entrada de divisas internacionais, cruciais na visão de Chávez para a implementação de reformas e programas sociais de base. Portanto, mudar a estratégia de exportações nos primeiros anos poderia comprometer o aumento da receita por um tempo importante e atrasar as reformas consideradas de relevância justamente em um momento em que o governo precisava mostrar suas diretrizes. Na visão do Palácio Miraflores, as reformas sociais pelas quais a Venezuela precisava passar e a estabilidade dos indicadores econômicos do país em um momento em que o governo ainda mostrava sua face eram mais importantes que qualquer outro objetivo da política externa.

Entre 1999 e 2002, como analisado no capítulo anterior, a política venezuelana não tinha orientações antagônicas e nem uma postura de confrontação direta com os Estados Unidos, apesar de Washington demonstrar desde que Chávez assumiu o poder um grande desconforto com sua presença na Presidência. Um dos motivos para esse incômodo foi a política de Chávez de aproximação com os demais países da OPEP, entre eles o Iraque, para estabelecer ações conjuntas capazes de impedir a queda dos preços internacionais do petróleo. Tal política foi o principal ponto da diplomacia de petróleo a incomodar os Estados Unidos no início do governo Chávez. As articulações com o Iraque de Saddam Hussein e com outros países da OPEP foram justificadas pela Venezuela como uma postura autônoma em defesa dos preços internacionais do petróleo, tarefa na qual o país historicamente se empenhava.

Segundo SEVERO (2009), tal postura tinha como principal objetivo “*articular*

*internacionalmente, en el seno de la Organización de Países Exportadores de Petróleo el fortalecimiento de esa organización, los cortes en la producción de petróleo y buscar la elevación de los precios petroleros”* (p 95). Para a Casa Branca do governo Bill Clinton, no entanto, a aproximação de um militar com histórico golpista e discurso de esquerda com o ditador iraquiano simbolizava uma postura antiamericana preocupante para um país latino-americano e grande exportador de petróleo.

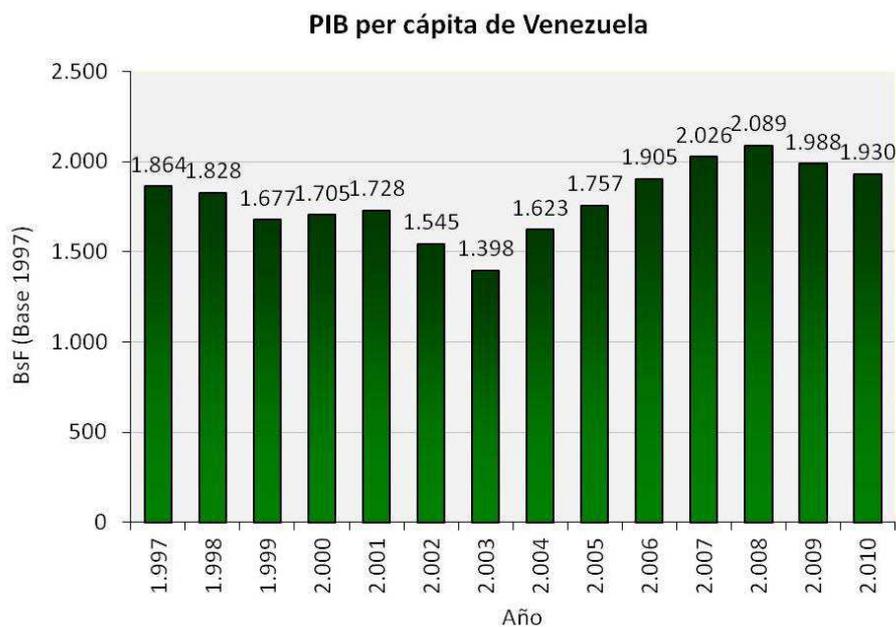
Apesar da indisposição por conta da OPEP, a estratégia venezuelana de manutenção da pauta de exportações de petróleo para os Estados Unidos obteve resultados positivos. A entrada de receita impactou fortemente o crescimento do Produto Interno Venezuelano na primeira década do século XXI. A tendência de queda da receita verificada em 1999, ano em que Chávez assumiu o governo, foi logo revertida nos dois anos seguintes, em 2000 e 2001, fruto da manutenção da quantidade de petróleo vendida para os Estados Unidos, ajudada por uma iniciante tendência de alta dos preços do barril.

Passado o período de crise provocada pela paralisação da PDVSA, em 2002, a Venezuela passou a registrar um dos maiores crescimentos econômicos da América Latina, entre 2004 e 2008. O gráfico abaixo demonstra a variação do PIB venezuelano per capita entre 1997 e 2010

### **Figura 3.3 – PIB per capita da Venezuela<sup>57</sup>**

---

<sup>57</sup> Fonte: Banco Central de Venezuela



Mesmo com a crise da PDVSA, os dez primeiros anos do governo Chávez foram no geral extremamente beneficiados pela alta dos preços do petróleo, o que o tornou o presidente cujo mandato registrou o maior PIB da economia venezuelana desde a inauguração de Punto Fijo, como mostra o gráfico abaixo.

**Figura 3.4 – Produto Interno Bruto acumulado e crescimento real**



Se levarmos em conta o crescimento real do PIB, descontados os valores acumulados e a inflação, o período Chávez ficou atrás apenas do primeiro mandato presidencial do Pacto de Conciliação de Elites, do presidente Rómulo Betancourt, que registrou um aumento de 37%

da economia durante seu mandato, impulsionado também pela alta dos preços do petróleo, mas principalmente pelo forte aumento da produção na Venezuela, o que impactou diretamente a receita em relação aos anos anteriores.

A opção pela continuidade da política comercial resultou em um início de recuperação da entrada de recursos e de crescimento, o que possibilitou ao governo aumentar os gastos em programas sociais, ainda que timidamente no início. Como mostra a tabela abaixo, os gastos sociais públicos do país, que em 1998 representavam 8,2% do PIB aumentaram para 11% em 2000 e 12,1% em 2001, com destaque para aumentos mais significativos nas áreas de educação, habitação e previdência social.

**Figura 3.5 – Gastos sociais do governo venezuelano (1998-2006)**

**Tabela 4. Venezuela: Gastos Sociais do governo central (porcentagem do PIB)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Gastos Sociais Públicos</b>	8,2	9,4	11,0	12,1	11,2	12,1	11,8	11,6	13,6
Educação	3,4	4,1	4,5	4,8	4,8	4,6	4,8	4,1	5,1
Saúde	1,4	1,5	1,4	1,5	1,7	1,5	1,6	1,6	1,8
Habitação	1,0	0,8	1,7	1,0	0,8	1,1	0,6	1,3	1,6
Previdência Social	1,4	2,0	2,2	3,4	2,8	3,4	3,1	3,0	3,6
Desenvolvimento social	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	1,1	1,2	0,9	1,0
Cultura	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3
Ciência e tecnologia	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2

Fonte: Sistema de Indicadores Sociais de Venezuela (SISOV).

Para Parker, a iniciativa de usar os recursos vindos da atividade petrolífera para reformas sociais foi, até 2002, muito mais interessante do ponto de vista da finalidade do que propriamente dos resultados. Os primeiros anos do governo, ainda não plenamente beneficiados por uma maior entrada de recursos, incomodaram muito mais os opositores pela forma do que propriamente pelo conteúdo.

*On balance, the attempts of the Chávez administration to remedy this situation during the period 1999-2002 were relatively disappointing for its supporters and the promised social reforms were still not completely under way. Nevertheless, there were clear indications of its priorities. The progressive reduction of social expenditure was reversed (PARKER, 2007, p 69).*

Até 2004, a PDVSA beneficiou com seus programas um contingente de 14 milhões de pessoas, com gastos desde 1999 de aproximadamente US\$ 1,7 bilhões, repassados por meio de um fundo rotativo. Os gastos foram alvo de severas críticas de opositores ao governo, que afirmavam que os desembolsos com fins sociais poderiam comprometer a produção de petróleo, já que os investimentos no setor estariam sendo feitos em níveis inferiores às

necessidades.

Na política de exportações, a venda de petróleo para os Estados Unidos se manteve praticamente estável em quantidade de barris entre os anos 1999 e 2001, como indica o quadro abaixo. Os dados comprovam a política de manutenção da pauta de exportação e as oscilações mensais são fruto tanto da demanda americana pelo produto, quanto das oscilações da produção venezuelana.

**Figura 3.6<sup>58</sup>**

EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO DA VENEZUELA PARA OS ESTADOS UNIDOS 1999 - 2000 (milhares de barris)												
Ano/mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Juh.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<b>1999</b>	50,879	49,017	41,246	52,107	48,806	42,789	49,647	45,872	44,506	41,537	36,662	41,730
<b>2000</b>	42,173	46,400	48,592	46,118	45,503	45,478	44,833	51,499	41,351	49,915	48,954	55,049
<b>2001</b>	55,668	42,009	52,761	48,702	46,948	48,689	52,241	49,152	38,457	46,845	42,687	42,837

Dados do Departamento de Energia dos Estados Unidos, acessados no link <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTT&f=M>, em 13/04/2012

Já o quadro a seguir mostra a evolução dos preços do barril entre 1998, ano anterior ao início do governo Chávez, e 2001. O quadro mostra uma evolução, ainda que pequena, nos preços do petróleo desde o primeiro mês do governo Chávez. Pela média anual, o preço do barril em 1998 foi de US\$ 11,91, em 1999 de US\$ 16,55, em 2000 US\$ 27,40, e em 2001 US\$ 23,00. Levando-se em conta a estabilidade na quantidade de petróleo exportado para os Estados Unidos no período, observa-se que o lucro com a exportação mais do que dobrou nos anos de 2000 e 2001 se comparado ao último ano do governo de Rafael Caldera.

**Figura 3.7**

<sup>58</sup> As evoluções dos preços do barril e das exportações de petróleo estão apresentadas neste trabalho por mês e não por ano. O objetivo é que o material permita uma análise por período e não somente por ano, o que facilita comparações, especialmente em momentos de turbulência política, como a tentativa de golpe em abril de 2002. A evolução mês a mês também permite uma melhor avaliação das exportações de petróleo, levando-se em conta as sazonalidades e peculiaridades comerciais desta atividade.

PREÇOS INTERNACIONAIS DO BARRIL DE PETRÓLEO (BRENT) ENTRE 1998 - 2001 (em dólar americano)												
Ano/mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Juh.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1998	\$14.58	\$13.71	\$12.75	\$13.15	\$12.67	\$11.03	\$11.52	\$10.20	\$12.44	\$11.88	\$10.36	\$8.64
1999	\$9.86	\$9.30	\$12.05	\$14.60	\$15.17	\$15.24	\$17.43	\$18.55	\$20.94	\$19.93	\$22.26	\$23.33
2000	\$24.11	\$26.54	\$27.44	\$22.99	\$26.06	\$28.57	\$27.17	\$28.27	\$30.88	\$30.01	\$31.16	\$25.50
2001	\$28.68	\$26.72	\$23.96	\$26.77	\$25.44	\$24.27	\$23.58	\$24.08	\$20.82	\$19.04	\$16.45	\$16.21

Dados obtidos acessados no link [www.opec.org](http://www.opec.org) em 13/04/2012.

A política de manutenção das exportações para os Estados Unidos, portanto, resultou em um aumento expressivo da entrada de recursos neste período, ajudando o governo a equilibrar as contas e a investir nos projetos sociais que desejava implementar, ainda que com bastante dificuldade inicialmente. Mas é importante ressaltar também que apesar da política comercial não ter sofrido grandes alterações em relação aos Estados Unidos, a política de cartel da Venezuela junto à OPEP para pressionar o aumento dos preços do petróleo foi combustível fornecido pelos Estados Unidos para mobilizar a oposição venezuelana, especialmente as antigas lideranças políticas que na década de 90 tinham estreitas relações com Washington.

Tanto a política em relação à OPEP e ao Iraque, quanto o uso dos recursos do petróleo para a promoção de reformas e projetos sociais importantes geraram forte reação de forças política internas, dentro e fora da PDVSA, com grande capacidade de mobilização de setores importantes da classe média, o que fez a Venezuela sair de uma primeira fase da diplomacia do petróleo marcada por um ainda tímido, mas importante ganho de divisas, para mergulhar em uma profunda crise de produção e de exportação de petróleo, que marcará toda a segunda fase da política de exportações do país, forçando o governo a endurecer sua postura e sua presença no setor petrolífero.

### **3.3- ENTRE O COLAPSO E O EXPURGO: A SEGUNDA FASE DA DIPLOMACIA DE PETRÓLEO**

Após um período de crescimento econômico modesto, mas emblemático em 2000 e 2001, a economia venezuelana sofreu um forte revés em 2002, entrando em grave recessão que vai se prolongar até o fim de 2003. Em prosseguimento à tentativa de golpe de Estado em abril, e que comprometeu seriamente a estabilidade econômica e afetou a produção de petróleo, os opositores ao governo conseguiram articular uma greve de âmbito nacional que se iniciou em 2 de dezembro de 2002, aprofundando a já deteriorada situação econômica do país.

O ponto principal de reivindicação dos grevistas era a revisão do mandato do presidente, tendo como exigência principal a realização de um referendo (*recall*), previsto na Constituição do país, para confirmar ou não a continuidade do mandato. A oposição ao uso de recursos do petróleo para programas e projetos sociais também gerou uma série de crises dentro da PDVSA, tornando-a em pouco tempo o principal foco de articulação do movimento contra o presidente. Desde que tomou posse até 2002, Chávez nomeou cinco diretorias diferentes para a empresa e o fato de ter colocado aliados políticos em posições de direção foi apontando como o estopim de uma sistemática política de oposição executada pelas lideranças da gigante estatal do petróleo.

Para Lander e López Maya, a perda de poder dos diretores da PDVSA, aliados tradicionais de AD e Copei e que nos governos anteriores gerenciavam diretamente a maior parte da riqueza do país, e o uso dessa riqueza gerada pela empresa em projetos onde os executivos não tinham qualquer gerência, fizeram com que aos executivos e altos funcionários da estatal entrassem em uma queda de braço com o governo, em uma clara demonstração de força. Os executivos acreditavam que se algum órgão ou empresa poderia derrubar o presidente, essa empresa era a PDVSA.

*Alegando que se había violentado los criterios tradicionales de nombramiento de la directiva de PDVSA a no respetarse la "meritocracia", terminaron por convocar un paro que fue respaldado por las centrales sindical y empresarial. La alta gerencia se muestra renuente a renunciar a las cuotas de poder que alcanzó con la Apertura Petrolera, cuando la empresa era "un Estado dentro del Estado". (LANDER & LÓPEZ MAYA, 2002, p9).<sup>59</sup>*

Os empregados da PDVSA tiveram um papel crucial no movimento grevista deflagrado, pois paralisaram grande parte da indústria petrolífera e reduziram drasticamente a produção de petróleo e seu fornecimento aos mercados interno e externo. O envolvimento da estatal na greve foi gradativo e o primeiro gesto de protesto foi em decorrência da não aceitação por seu corpo gerencial da nomeação de Gastón Parra, aliado político de Chávez, para presidir a

---

<sup>59</sup> LANDER, Luís Edgardo & LÓPEZ MAYA, Margarita. "Venezuela, Golpe y Petróleo". Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales. Caracas: Universidad Central de Venezuela (UCV), n2, mayo-ago, 2002.

empresa, o que provocou paralisações pontuais de alerta. No entanto, após as demissões de vários gerentes da empresa em retaliação ao movimento, feitas por Chávez na TV, que usava um apito para anunciar as demissões (numa alusão à expulsões em jogos de futebol), funcionários dos altos escalões da empresa fizeram com que a PDVSA interrompesse praticamente todas as suas atividades em solidariedade aos demitidos.

*La situación era equivalente a una economía de guerra. La conspiración redujo la producción petrolera de tres millones de barris diarios para menos de 200 mil, frenando el aparato productivo, induciendo al cierre de centenares de empresas y la demisión de miles de trabajadores. Al border del colapso económico, en enero de 2003 el país fue obligado a importar petróleo. Los productos básicos desaparecieron y los precios saltaron barreras inimaginables. Los números del BCV (Banco Central de Venezuela) señalan que durante el primer y el segundo trimestres de 2003, el PIB cayó el -15,8% y el -26,7% respectivamente. Durante el mismo período, el PIB petrolero desmoronó el -25,9% y el -39,5%. (SEVERO, 2009, p 102).*

Todos os indicadores macroeconômicos e sociais sofreram forte e rápida deterioração durante a paralisação e puseram em xeque a popularidade de Chávez junto à população mais pobre, diretamente beneficiada nos últimos dois anos pelos programas sociais emergenciais. A taxa de desemprego chegou em fevereiro de 2003 a 20,7%, e a inflação em maio do mesmo ano alcançou 32,4%. A queda do PIB durante o ano foi de -7,7% e a riqueza acumulada do país atingiu seu menor patamar desde 1991. Entre julho de 2001 e janeiro de 2003, as reservas internacionais do país caíram 30,1%, baixando de US\$ 20,1 bilhões para US\$ 13,8 bilhões. As perdas financeiras por conta da crise foram estimadas em mais de US\$ 20 bilhões e revelaram uma forte dependência da Venezuela por produtos básicos para a população, especialmente alimentos, que começaram a faltar por conta de dependência externa.

*Esta podría ser una de las explicaciones para que analistas consideren al gobierno Chávez como el responsable por el cierre de empresas, el crecimiento del desempleo, la caída de la renta, el aumento de la inflación, es decir, por los resultados negativos de la economía entre los años 1999 y 2003. A ese período han tratado incluso de rotular como el quinquenio perdido. (SEVERO, 2009, p 103).*

O governo respondeu com força à crise, para evitar uma deterioração ainda maior da economia. As demandas dos grevistas foram rejeitadas por Miraflores, que considerou a paralisação inconstitucional. Chávez promoveu um verdadeiro expurgo nos quadros de funcionários da PDVSA. Cerca de 12 mil funcionários foram desligados da empresa (40% do total) em questão de dias, provocando comoções e fortes reações, especialmente entre a classe média venezuelana, que dominava grande parte dos quadros da estatal. Familiares de

demitidos foram para a TV protestar contra o governo e fizeram manifestações em várias cidades.

Os estragos provocados pela greve, no entanto, não foram revertidos facilmente e só foram possíveis graças à adesão de funcionários responsáveis pelos transportes marítimos e também pelos trabalhadores da INTENSA, empresa subsidiária da PDVSA, responsável pelos serviços de informática da estatal e que operava na época em associação com a americana Science Applications International Corporation (SAIC).

A INTENSA era responsável por todos os serviços de informática da PDVSA e, a partir dela, era possível controlar toda a movimentação de produtos, do petróleo cru aos derivados finais, não somente no território venezuelano, como também em todos os seus braços no exterior voltados para a exportação. A INTENSA podia acompanhar, ainda, toda a movimentação financeira e, especialmente, a liquidação de pagamentos.

A forte adesão da INTENSA à greve levantou suspeitas no governo venezuelano de que os parceiros da SAIC - integrada por quadros que ocuparam cargos de importância da Central de Inteligência Americana (CIA) e do Departamento de Estado - estivessem envolvidos em uma conspiração com as oposições venezuelanas.

Superada a fase mais aguda da crise, o governo venezuelano demitiu todos os funcionários da INTENSA, dissolveu a empresa e contratou a SAP alemã para recolocar os sistemas de informação em operação. A reestruturação gerou processos de indenização na Venezuela e nos Estados Unidos, além de ter provocado uma série de protestos de empresários e políticos americanos. A crise da INTENSA e a tentativa de golpe de Estado no mesmo ano foram apontados por Chávez como interferências do governo americano de George W. Bush para derrubar seu governo, o que contribuiu decisivamente, como analisado no capítulo anterior, para a orientação revisionista da política externa venezuelana em relação aos Estados Unidos a partir de 2002.

No esforço de conter os efeitos da greve e recuperar os níveis de produção anteriores, muitos movimentos de reestruturação da PDVSA foram tentados pelo governo. Entre as ideias estava a proposta de dividir a PDVSA em duas empresas, uma responsável pela porção Oriental e outra pelos poços do lado Ocidental. Outra idéia, esta posta em prática, foi a transferência para a subsidiária Corporación Venezolana de Petróleo (CVP), em agosto de 2003, de 33 contratos de risco e as quatro associações estratégicas da Faixa do Orinoco.

A partir de 2003 a PDVSA passou ao controle total dos aliados do governo. Para recuperar os prejuízos tecnológicos e de recursos humanos que teve com o expurgo de boa parte de seus antigos funcionários, a estatal fez, especialmente a partir de 2006 acordos de cooperação com grandes empresas petrolíferas de Rússia, China e Irã, e também contou com auxílio importante da brasileira Petrobras.

Após a greve da PDVSA, a produção de petróleo na Venezuela ficou por pelo menos mais cinco anos sem voltar aos índices anteriores a 2002. Como demonstrado no gráfico a seguir, as exportações para os Estados Unidos sofreram forte retração. A diminuição da venda de petróleo para o maior parceiro comercial do país já demonstrava sinais de enfraquecimento especialmente a partir de abril, por conta da tentativa de golpe frustrada contra o presidente. Os níveis críticos, no entanto, foram registrados entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, quando a venda atingiu níveis mínimos históricos, provocando uma forte retração na entrada de divisas e o aumento da dívida pública do país.

**Figura 3.8<sup>60</sup>**

EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO DA VENEZUELA PARA OS ESTADOS UNIDOS 2002 - 2004 (milhares de barris)												
Ano/mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Juh.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<b>2002</b>	44,948	40,435	43,523	34,010	40,674	35,651	49,144	52,664	46,684	49,762	48,735	24.132
<b>2003</b>	13.198	17,171	40,222	48,774	53,858	48,650	39,653	48,499	46,419	48,472	46,859	50,563
<b>2004</b>	48,442	45,382	49,893	47,955	49,682	51,693	46,341	45,697	39,408	48,382	45,966	50,103

Dados do Departamento de Energia dos Estados Unidos, acessados no link <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTUMUSVE1&f=M>, em 13/04/2012

A crise econômica provocada pela diminuição da produção atrasou a implantação de

<sup>60</sup> Em milhões de barris/mês

programas e de projetos sociais do governo. Mas poderia ter sido devastadora para Chávez se os preços internacionais do petróleo estivessem em queda ou mesmo estáveis. Para sorte do presidente, o período de crise foi também um período marcado pela alta dos preços do barril no mercado internacional, como indica o quadro abaixo. De janeiro de 2002 a fevereiro de 2003 o preço do barril dobrou, saltando de cerca de US\$ 16 para US\$ 32. Em 2004, ano de recuperação da produção e da entrada de capital, o barril chegou ao pico de US\$ 48, contribuindo fortemente para evitar o colapso econômico planejado pela oposição, o que poderia levar a uma forte insatisfação popular e a queda do governo.

**Figura 3.9**

PREÇOS INTERNACIONAIS DO BARRIL DE PETRÓLEO (BRENT) ENTRE 2002 - 2004 (em dólar americano)												
Ano/mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Juh.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2002	\$16.65	\$18.88	\$20.97	\$22.83	\$23.79	\$22.16	\$23.69	\$24.90	\$26.28	\$25.38	\$22.92	\$25.25
2003	\$29.44	\$32.13	\$30.26	\$25.22	\$23.61	\$27.23	\$27.39	\$28.33	\$25.14	\$27.07	\$27.66	\$28.83
2004	\$30.87	\$31.03	\$33.48	\$33.08	\$36.31	\$33.80	\$36.25	\$40.67	\$41.25	\$48.71	\$44.30	\$39.20

Dados obtidos acessados no link [www.opec.org](http://www.opec.org) em 13/04/2012.

A minimização dos impactos da paralisação por conta da alta dos preços do petróleo é apontada como um dos fatores que impediram o governo Chávez de ter uma crise de popularidade e de apoio, como previa a oposição.

*Pese al naufragio económico, el gobierno ganó fuerzas para aumentar todavía más su intervención sobre el sector petrolero... Para sorpresa de la meritocracia, la producción de petróleo se fue recuperando poco a poco a lo largo del año, hasta normalizarse a niveles cercanos a 3 millones de barriles diarios. En el tercer trimestre de 2003, empezó la reactivación: el PIB creció el 8%. (SEVERO, 2009, p 103).*

A segunda fase da política comercial de petróleo foi, portanto, a única que resultou em uma queda significativa das exportações para os Estados Unidos, e esta ocorreu mais por problemas estruturais do que por decisão política. O trauma da tentativa de golpe, a greve geral e a crise da PDVSA contribuíram para uma mudança drástica na conduta da política externa do país. A pauta comercial, no entanto, não entrou diretamente nessa política revisionista e de confrontação, entrando em um período de relativa estabilidade de

exportações para os Estados Unidos e de lucros históricos com a atividade por conta do aumento de preços. O governo Chávez passou a ser um dos governos venezuelanos mais beneficiados pela venda de seu mais importante produto, com receitas históricas e crescimento do PIB dignos de fazer o país voltar a ser novamente apontado como a “Venezuela Saudita”.

### **3.4- PRAGMATISMO EM MEIO AO REVISIONISMO: O LADO NÃO BOLIVARIANO DA POLÍTICA CHAVISTA**

A fase pós-tentativa de golpe de Estado e pós-greve geral liderada pela PDVSA, em 2002, é considerada um marco de virada na orientação externa venezuelana por conta do aprofundamento do revisionismo periférico, e de uma postura de confrontação com os Estados Unidos. No entanto, apesar de ambos os movimentos serem considerados emblemáticos em uma histórica mudança de rumos, nenhum dos dois alterou de forma relevante a forma como a política comercial do petróleo foi conduzida pelo governo Chávez em relação aos Estados Unidos. Enquanto a diplomacia venezuelana pós-2002 inaugurou um momento novo do posicionamento do país no cenário internacional, a diplomacia do petróleo adotou uma postura pragmática, sem qualquer tipo de confrontação com seu principal parceiro. A busca por parcerias e alianças, como nos anos 60 e 70, com o objetivo de manter os preços internacionais do barril, e a política de prestígio utilizando-se o excedente de produção na “diplomacia do petróleo”, foram apenas políticas secundárias, levando-se em conta que 60% de toda a produção foi mantida com seu destino certo.

O revisionismo periférico, como citado anteriormente, se baseava em seguintes princípios fundamentais: busca por uma ordem multipolar, ênfase nas relações Sul-Sul, de modo especial no aprofundamento do relacionamento com a América Latina por meio de projetos de integração, e a diminuição da dependência econômica em relação aos Estados Unidos. Esses princípios, teoricamente, possuem certa independência, podendo ser adotados em maior ou menor grau, sem que a ausência do cumprimento de um afete o outro. No entanto, para a implantação de cada uma delas, a variável econômica torna-se de fundamental importância. No caso da Venezuela, diminuir a dependência em relação de dependência com os Estados Unidos significa diminuir a dependência do mercado americano de petróleo para suas exportações.

Na diplomacia do petróleo, poucos passos relevantes foram dados em busca de uma

menor dependência em relação aos Estados Unidos. O quadro a seguir, que mostra as exportações venezuelanas para os Estados Unidos entre 2004 (quando a crise provocada pelos problemas da PDVSA já estava superada) e 2008, indica um movimento com oscilações pouco expressivas e tendência à estabilidade. Entre 2004 e 2005 é observada uma pequena tendência de aumento das exportações, resultado da forte demanda do mercado americano naquele período, e entre 2007 e 2008 uma pequena tendência de queda, fruto da alta dos preços e da retração do consumo nos Estados Unidos. Em nenhum dos dois momentos, como veremos mais à frente, as oscilações na quantidade exportada foram frutos ou da busca venezuelana por outros mercados ou de medidas efetivas de retaliação comercial dos Estados Unidos, por mais que ambos os lados em vários momentos declararam estar adotando estas medidas.

**Figura 3.10**

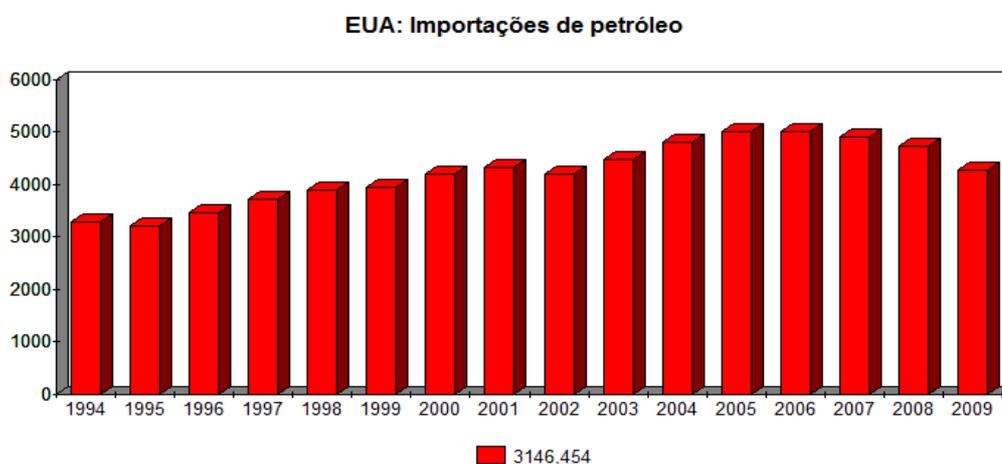
EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO DA VENEZUELA PARA OS ESTADOS UNIDOS 2004- 2008 (milhares de barris)												
Ano/mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Juh.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<b>2004</b>	48,442	45,382	49,893	47,955	49,682	51,693	46,341	45,697	39,408	48,382	45,966	50,103
<b>2005</b>	50,285	47,877	47,919	47,438	51,082	47,997	50,594	49,620	41,207	38,895	37,754	47,489
<b>2006</b>	48,538	43,470	47,507	42,006	45,567	39,188	45,526	44,617	41,584	42,035	38,421	39,488
<b>2007</b>	37,055	38,087	39,903	42,355	47,184	40,922	43,372	40,924	39,437	43,015	41,429	43,001
<b>2008</b>	39,569	32,810	32,009	35,672	36,304	36,436	41,206	40,459	31,543	36,018	37,071	35,932

Dados do Departamento de Energia dos Estados Unidos, acessado no link <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTT MU SVE1&#M>, em 13/04/2012

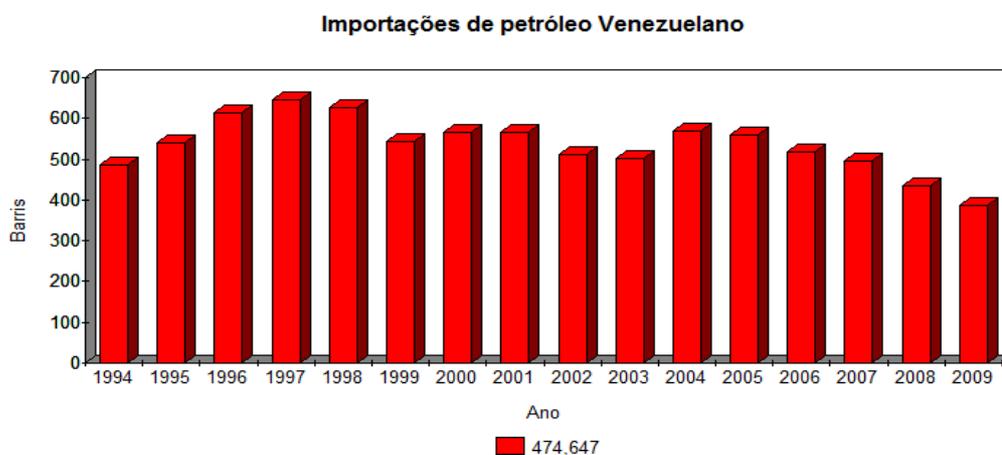
Outra forma de se observar que a pequena redução das importações de petróleo da Venezuela não foram exatamente fruto de retaliação política ou comercial, mas sim resultado da relação oferta e demanda nos Estados Unidos é analisar as importações totais de petróleo feitas pelo país, no mesmo período, como indica o quadro a seguir (figura 4.11). Enquanto os anos de 2003 a 2005 são períodos marcados por um aumento total das importações, os anos de 2006 a 2009 são marcados por uma queda, ainda que pequena, no volume total de

importantes. As tendências, portanto, são as mesmas verificadas nos dados sobre exportações venezuelanas para os Estados Unidos (figura 4.12). No gráfico das importações de petróleo venezuelano, apesar das variações serem maiores, as tendências de aumento e de queda obedecem aos mesmos intervalos do gráfico anterior.

**Figura 3.11<sup>61</sup>**



**Figura 3.12<sup>62</sup>**



A relativa estabilidade das exportações do petróleo venezuelano para os Estados

<sup>61</sup> Gráfico do Departamento de Energia dos Estados Unidos, acessado em 07/02/2012 ([www.energy.gov](http://www.energy.gov))

<sup>62</sup> Gráfico do Departamento de Energia dos Estados Unidos, acessado em 07/02/2012 ([www.energy.gov](http://www.energy.gov))

Unidos não implicou em uma estabilidade na entrada de divisas para o país por conta do produto. Muito pelo contrário. A forte alta dos preços do petróleo, especialmente entre 2004 e 2008, como demonstra o quadro a seguir, proporcionou vigoroso aumento das reservas venezuelanas neste período e um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superior à média regional e entre os maiores do mundo.

Em janeiro de 2004, o preço do barril, que já havia sofrido altas consideráveis desde 1999, estava cotado em cerca de R\$ 31. Em meados de 2008 já havia ultrapassado os R\$ 120, quatro vezes mais. Apenas no final de 2008 é que os preços vão sofrer fortes quedas, mas mesmo assim recuando para preços superiores aos praticados no início de 2004. Vários motivos são apontados para o forte período de alta dos preços, sendo o principal deles os desdobramentos da Guerra do Iraque e as tensões pós 11 de Setembro provocadas no Oriente Médio por conta da política norte-americana contra o terrorismo, e um forte aumento da demanda provocado pelo crescimento da economia mundial, especialmente da China e de outros grandes mercados emergentes como Brasil, Índia e África do Sul.

**Figura 3.13**

PREÇOS INTERNACIONAIS DO BARRIL DE PETRÓLEO (BRENT) ENTRE 2004- 2008 (em dólar americano)												
Ano/mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Juh.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2004	\$30.87	\$31.03	\$33.48	\$33.08	\$36.31	\$33.80	\$36.25	\$40.67	\$41.25	\$48.71	44.30	\$39.20
2005	\$42.21	\$42.91	\$48.55	\$46.63	\$43.27	\$49.56	\$52.13	\$58.07	\$58.56	\$55.12	\$51.18	\$52.31
2006	\$58.30	\$54.65	\$55.42	\$62.50	\$62.94	\$62.85	\$66.28	\$64.93	\$55.73	\$50.98	\$50.98	\$54.06
2007	\$46.53	\$51.36	\$52.64	\$56.08	\$55.43	\$59.25	\$65.96	\$64.23	\$70.94	\$77.56	\$86.92	\$83.46
2008	\$84.70	\$86.64	\$96.87	\$104.31	\$117.40	\$126.33	\$126.16	\$108.46	\$96.13	\$68.50	\$49.29	\$32.94

Dados obtidos acessados no link [www.opec.org](http://www.opec.org) em 13/04/2012.

Os benefícios da alta dos preços para o governo de Chávez foram imediatos. Segundo Weisbrot & Sandoval (2008)<sup>63</sup>, o país passou por um de seus mais importantes períodos de acumulação de riquezas mas, segundo os autores, ao contrário de em outros momentos, com

<sup>63</sup> WEISBROT, Mark & SANDOVAL, Luis. "Actualización: la economía venezolana em tiempos de Chávez". Center for Economic and Policy Research. Washington, D.C, feb 2008.

maior distribuição de renda e com melhorias consideráveis das condições socioeconômicas das classes mais pobres.

*El gasto social aumentó del 8,2% para el 13,6% del PIB entre 1998 y 2006. Por lo demás, si se toman en cuenta los aportes realizados por PDVSA, los gastos sociales alcanzan el 20,9% del PIB y en términos per cápita representaron un incremento del 314% sobre el año 1998 (p 14).*

Segundo Severo (2009), a economia venezuelana rapidamente alcançou índices de crescimento semelhantes ao de países asiáticos e bem acima da média dos vizinhos latino-americanos.

*Según datos del BCV (Banco Central de Venezuela), en 2006 la economía acumuló un alza del 10,3%. La industria manufacturera creció el 9,7% y su participación en el PIB tocó el 17,1%. Se verificó una enérgica activación del consumo: alimentos, vestimentas, calzados, materiales de construcción, medicamentos, automóviles, etc. Fruto del recalentamiento de la economía y el surgimiento de algunos cuellos de botella, a partir del mes de mayo de 2006, empezó a notarse una presión sobre la inflación: el IPC acumuló el 17% a finales del año. (p 106)*

A grande alta dos preços do petróleo e a consequente boa performance da economia contribuíram para inibir políticas comerciais mais agressivas do governo Chávez de tentar trocar a certeza do mercado americano pela dúvida de outros parceiros capazes de absorver parte considerável da produção de petróleo venezuelana. Além de ser a maior economia do planeta, os Estados Unidos também são a sede das principais refinarias venezuelanas e do aparato logístico para exportações da PDVSA. A transferência dessas operações necessitaria, além de mercados pujantes e disponíveis o bastante, investimentos em infraestrutura logística e de refino que encareceriam o produto, justamente em um momento onde o que mais importava era o lucro rápido e alto em meio a uma tendência de alta dos preços que não se sabia exatamente por quanto tempo iria durar.

Mercados que poderiam ser alternativa aos Estados Unidos, como China e Índia, pela distância geográfica, pelos custos operacionais da logística de exportação, e principalmente pelo fato de terem grandes produtores bem mais próximos, mostraram-se limitados na capacidade de absorção da demanda de produção da Venezuela.

No lado americano, apesar do governo do presidente George W. Bush ter tido sistematicamente posturas duras em relação ao governo venezuelano, não havia também interesse na diminuição das exportações da Venezuela, especialmente se essa redução implicasse na transferência desse petróleo para outros mercados. Na visão geopolítica norte-americana, depender exclusivamente do petróleo do Oriente Médio, especialmente em um

momento de tensão por conta das guerras no Iraque e no Afeganistão, poderia ser um fator complicador para os Estados Unidos, em uma área considerada de segurança nacional. Manter um bom exportador em sua área de influência direta, da região do Caribe, significava ter a garantia de que parte importante da demanda americana por energia seria suprida, mesmo em caso de agravamento das tensões e conflitos no Oriente Médio. Não fazia parte da política estratégica americana abrir mão de um vendedor tão importante, mesmo que esse vendedor não correspondesse politicamente às expectativas de Washington.

Na visão mais conservadora americana, a única coisa que o governo venezuelano não poderia fazer era ameaçar essa relação estratégica de suprimento de petróleo. Ou seja, se do lado venezuelano as dificuldades logísticas e econômicas em se construir uma alternativa ao mercado americano era grandes demais, no lado americano, caso elas pudessem ser ultrapassadas pela Venezuela, certamente deveriam ser impedidas.

### **3.5- O PRAGMATISMO FORA DO PETRÓLEO: A POLÍTICA DE IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS AMERICANOS**

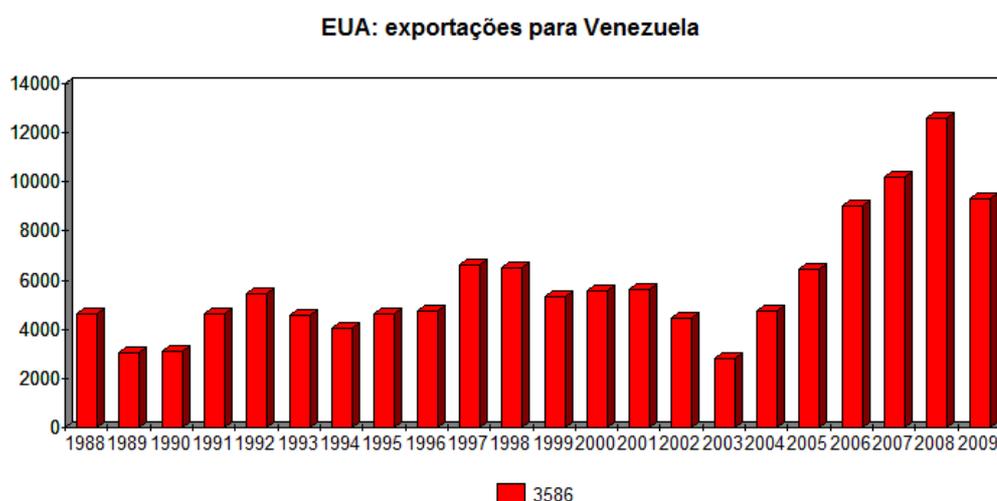
O pragmatismo na política comercial da Venezuela, especialmente entre os anos de 2004 e 2009, não pode ser atribuído apenas como um elemento exclusivo da diplomacia do petróleo. Em meio ao momento mais vigoroso de uma política antagônica com Washington e em meio a uma forte aproximação política com países do Oriente Médio, África e Rússia, com anúncios de diversas parcerias estratégicas, e em meio a um revisionismo prático e teórico das relações do país e de seu papel no mundo, as importações de produtos americanos feitas pela Venezuela tiveram aumentos significativos, batendo recordes históricos na relação comercial entre os dois países. É importante ressaltar que, como analisado no capítulo 2, o revisionismo venezuelano tinha como um de seus pilares fundamentais a mudança de rumo no relacionamento com os Estados Unidos, diminuindo a dependência econômica e permitindo a Caracas adotar uma postura mais independente em relação a seu parceiro histórico. A postura antagônica, especialmente retórica, mas também no formato de alianças e parcerias, promovida por Hugo Chávez entre 2002 e 2009 também deu um aparente tom de urgência da alteração do relacionamento comercial, político e cultural com os Estados Unidos.

Na diplomacia do petróleo, as dificuldades estruturais e os custos políticos e econômicos para se concretizar esse tipo de mudança eram enormes, e apontadas muitas vezes como os principais fatores de entrave para o efetiva revisão de relações na área econômica.

No entanto, o que se observou também foi uma ausência de políticas revisionistas nas importações de produtos americanos, terreno onde as mudanças seriam muito mais fáceis, com custo relativamente baixo, e com teor político muito mais condizente com a orientação política.

No quadro abaixo, verifica-se que a política de importações de produtos americanos não somente não seguiu a linha revisionista do governo, como foi conduzida de forma tão pragmática como a política de exportações de petróleo. O gráfico abaixo, com dados do *US Census Bureau*, do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, mostra a evolução das exportações dos Estados Unidos para a Venezuela entre os anos de 1988 e 2009. No período Chávez, tirando os anos de exceção (2002 e 2003) por conta da tentativa de golpe de Estado e da paralisação da PDVSA, o que diminuiu o poder de compra do país, o que se verifica é uma tendência contínua de aumento das importações de produtos americanos. E o maior aumento das importações ocorre justamente no período em que a política revisionista e a postura de confrontação com os Estados Unidos foram mais intensas, entre 2004 e 2009. Em 2008, a Venezuela já importava mais do que o dobro de produtos americanos que importava na década de 90, durante os governos neoliberais de Andrés Perez e Rafael Caldera.

**Figura 3.14**<sup>64</sup>



Em setembro de 2008, a Venezuela importou cerca de um bilhão e noventa milhões de dólares em produtos americanos, importando no mês seguinte um bilhão e quatrocentos milhões, e em novembro, um bilhão e duzentos milhões. Recorde de importações em um

<sup>64</sup> Dados obtidos no site do US Census Bureau, [www.census.org](http://www.census.org), em 10/02/2012. Dados em milhões de dólares

momento de crise política acentuada entre os dois países, em meio a expulsão do embaixador americano em Caracas, Patrick Duddy, em setembro, sob os gritos do presidente venezuelano na imprensa chamando o diplomata de “ianque de merda”. A crise, no entanto, não resultou em qualquer tipo de retaliação comercial por parte da Venezuela.

. É importante ressaltar que esse foi um comportamento exclusivo para os Estados Unidos. Como veremos um pouco mais frente ainda neste capítulo, momentos de crise diplomática com a vizinha Colômbia, até 2008 a maior exportadora de produtos para a Venezuela, resultavam em uma imediata queda no volume de importações e na balança comercial entre os dois países. Por várias vezes o governo venezuelano rapidamente cancelou contratos e chegou a fechar rodovias para impedir a entrada de produtos colombianos já comprados ao país.

Com os Estados Unidos, mesmo no período mais tenso de relações, medidas como esta jamais foram postas em prática. Muito pelo contrário. Em 2004, as importações totais de produtos americanos somaram cerca de quatro bilhões e setecentos milhões de dólares. E, 2005, o total foi de seis bilhões e quatrocentos milhões de dólares, em 2006 nove bilhões de dólares, em 2007 dez bilhões e duzentos milhões, e em 2008 doze bilhões e seiscentos milhões de dólares. Aumentos estes muito superiores à inflação dos produtos importados pelo país no mercado internacional, o que indica um claro aumento da quantidade, como veremos mais à frente.

Também é importante ressaltar que mesmo com o crescimento das importações venezuelanas, a balança comercial entre os dois países sempre se manteve com larga folga superavitária para a Venezuela e deficitária para os Estados Unidos por conta das exportações de petróleo. No entanto, não existia e nem existe nenhum acordo comercial entre os dois países que obrigue a Venezuela a comprar mais dos Estados Unidos para minimizar os impactos da balança comercial entre os dois países. Isso, na prática, significa que não havia qualquer impeditivo atrelado à política de exportações de petróleo para a diversificação das importações venezuelanas.

Figura 3.15<sup>65</sup>

BALANÇA COMERCIAL EUA - VENEZUELA			
MÊS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇO
JANEIRO 2004	280.5	1,764.9	- 1,484.3
JANEIRO 2005	513.3	2,518.1	- 2,004.8
JANEIRO 2006	591.2	3,140.6	- 2,549.4
JANEIRO 2007	696.4	2,463.3	- 1,766.8
JANEIRO 2008	820.7	4,224.9	- 3,404.1

Tabelas 2005-2008 do US Census Bureau.

Tão importante quanto analisar o volume e os números das importações de produtos americanos pela Venezuela é também analisar que tipos de produtos são importados, para termos um panorama mais preciso sobre as necessidades estruturais ou não de importações vindas daquele país.

Maior potência industrial do planeta, os Estados Unidos não somente são extremamente competitivos em várias áreas comerciais, como também possuem tecnologias que tornam alguns de seus produtos de exportação de difícil substituição, o que poderia explicar uma manutenção ou mesmo ampliação das importações de produtos daquele país, especialmente para um país como a Venezuela, cujo parque de produção é extremamente reduzido e cuja até mesmo a produção de alimentos carece de volume suficiente para dar conta de seu mercado interno. A chamada Doença Holandesa dos grandes produtores de petróleo há décadas atingiu em cheio a Venezuela, que muito pouco fez para diversificar sua produção interna de bens e alimentos, concentrando-se quase que exclusivamente na exploração do petróleo.

No entanto, ao se analisar a tabela a seguir, também do *US Census Bureau*, e que mostra a relação dos principais produtos americanos exportados para a Venezuela entre os

<sup>65</sup> Dados em milhões de dólares americanos, obtidos no site do US Census Bureau, [www.census.org](http://www.census.org), em 10/02/2012

anos de 2002 e 2008, observa-se a que a maior parte não é de produtos americanos exclusivos por conta de tecnologia, ou com preços notoriamente inferiores aos praticados pela concorrência no mercado internacional.

O caso do trigo é um exemplo. Em 2004, as importações venezuelanas do produto chegaram a 112 milhões de dólares, saltando para 396 milhões de dólares em 2008. Descontado o aumento do preço do trigo no mercado internacional durante este período, o aumento das exportações de trigo dos Estados Unidos para a Venezuela foi de cerca de 30%. Os Estados Unidos eram no período o maior produtor mundial de trigo, mas em meio a um mercado repleto de grandes produtores como Argentina, que praticava preços competitivos no mercado internacional, e China. Os custos de uma redução das importações desse produto vindo dos Estados Unidos e a diversificação de países exportadores sem dúvida não seriam tão altos quanto a vontade política de revisão de relações expressa pelo governo.

A questão dos produtos alimentares é tema delicado na Venezuela, o que pode ser usado como justificativa para a manutenção e ampliação das importações vindas dos Estados Unidos. Além de produzir muito pouco, entre 2004 e 2008 o país teve que enfrentar uma impressionante alta dos preços internacionais dos alimentos, por conta de um grande aumento da demanda em várias partes do mundo. Esse aumento tornou os contratos mais difíceis e, junto com a pressão inflacionária no país e o congelamento de preços para evitar a perda de poder aquisitivo das classes mais pobres, fez com que faltassem alimentos nas prateleiras das principais cidades venezuelanas, especialmente entre 2007 e 2009.

No entanto, a pauta de importações de produtos americanos não estava restrita aos alimentos no período analisado, como mostra a tabela. Já descontados os aumentos de preços, ocorreram aumentos substanciais nas importações de produtos derivados de petróleo, aço, materiais plásticos e automóveis, todos altamente competitivos no mercado internacional, com grandes produtores fazendo frente aos Estados Unidos, especialmente alguns países europeus e asiáticos.

As importações de acessórios de informática dos Estados Unidos pela Venezuela, por exemplo, saltaram de 254 milhões de dólares em 2004 para mais de 550 milhões de dólares em 2008. É importante ressaltar que nesta área a maior parte dos produtos sofreu deflação (redução de preços neste período), por conta do aumento da produção mundial e do avanço tecnológico. Nesta área produtiva, os Estados Unidos não são líderes mundiais e nem o país

mais competitivo (exceto em inovação), sendo a China e os países do Sudeste Asiático líderes absolutos tanto na produção quanto na exportação desses produtos. Reduzir as importações de produtos americanos nessa área, portanto, não implicaria custo estratégico relevante para o país.

**Figura 3.16**<sup>66</sup>

EXPORTAÇÕES AMERICANAS PARA A VENEZUELA 2002 - 2008 (em milhares de dólares)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL	38,501	51,690	59,562	43,062	29,933	25,808	237,362
DERIVADOS DE PETRÓLEO	115,185	183,112	137,615	145,285	587,751	646,152	620,884
AÇO	26,080	20,776	36,375	41,749	44,975	78,817	103,885
PLÁSTICOS	98,557	73,009	99,508	108,234	142,364	184,711	238,760
COMPONENTES INDUSTRIAIS	187,995	110,429	182,688	291,636	393,553	524,165	508,284
MÁQUINAS	120,048	77,650	163,899	266,873	301,798	336,910	452,944
AVIÕES CIVIS	19,494	17,990	0	0	0	0	38,501
PEÇAS PARA AVIAÇÃO CIVIL	20,191	11,769	0	0	0	0	38,501
AUTOMÓVEIS	71,092	9,318	20,847	125,882	323,915	405,788	86,359
AVIÕES MILITARES	0	0	0	0	0	0	0

O quadro acima só reflete um tipo de interferência política na pauta comercial entre os dois países, sendo esta motivada pelos Estados Unidos e não pela Venezuela. O embargo feito pelos Estados Unidos a partir de 2003 para venda de aviões civis e militares, e de peças para a indústria da aviação venezuelana, que resultaram em movimentação zero nesses setores em praticamente todo o período. O embargo americano executado pelo governo do presidente George W. Bush foi tão rigoroso que até mesmo empresas estrangeiras, como a brasileira Embraer, que produziam aviões com componentes americanos, foram proibidas de vender aviões para a Venezuela. O embargo foi um dos principais motivos da aproximação

<sup>66</sup> Dados em milhares de dólares americanos obtidos no site do US Census Bureau, [www.census.org](http://www.census.org), em 10/02/2012.

estratégica entre Caracas e Moscou, especialmente por conta da necessidade venezuelana de repor peças para seu mercado civil e militar de aviação.

Apesar das fortes restrições impostas pelos Estados Unidos para a aviação e para alguns setores militares, sempre em que houve brechas a Venezuela insistiu em comprar e em ampliar as compras dos Estados Unidos em alguns setores militares. Apesar dos números tímidos, no setor de foguetes, tanques, mísseis e artilharia, a compra de produtos americanos subiu de pouco mais 600 mil dólares em 2004 (número que reflete praticamente nada em se tratando de armamento), para pouco mais de seis milhões de dólares em 2009. Valor muito pequeno, porém extremamente simbólico, especialmente se levarmos em conta seu aumento diante de relações bilaterais marcadas pela tensão política e por embargos impostos por Washington na política comercial de armas e aviões.

A política de importações de produtos americanos colocou a Venezuela durante o período de relações mais tensas em relação aos Estados Unidos em uma posição que não refletia exatamente essas relações: a de vigésimo segundo maior importador mundial dos Estados Unidos, como reflete o quadro a seguir (*Top U.S Trade Partners*), do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

De acordo com o quadro, entre 2007 e 2008, período extremamente tenso nas relações bilaterais, a Venezuela foi o terceiro país da América Latina, e segundo da América do Sul, que mais importou produtos dos Estados Unidos, sendo superada apenas por México e Brasil. No continente, a Venezuela importou mais do que tradicionais aliados dos americanos e mercados consumidores ainda mais pujantes que ela própria, como Colômbia e Chile. No comparativo mundial, a Venezuela também importou mais produtos americanos que a Espanha, Arábia Saudita, Turquia e Rússia.

Entre 2007 e 2008 o aumento das importações venezuelanas dos Estados Unidos foi de 23,6%, bem superior ao aumento das importações de produtos do Irã (13%) e de Cuba (8%), considerados na época grandes parceiros estratégicos por Hugo Chávez.

Figura 3.17<sup>67</sup>

PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO SEUA						
RANK	PAÍS	2007	2008	%CHANGE	Mar. 2008	Mar. 2009
01	CANADÁ	248,888	261,380	5.0%	64,510	47,035
02	MÉXICO	136,092	151,539	11.4%	35,816	29,088
03	CHINA	65,236	71,457	9.5%	17,983	14,426
09	BRASIL	24,626	32,910	33.6%	6,923	5,926
22	VENEZUELA	10,201	12,611	23.6%	2,472	2,618
23	ARÁBIA S.	10,396	12,478	20.0%	2,586	2,684
24	ESPAÑHA	9,862	12,283	24.5%	3,156	2,492
25	CHILE	8,315	12,094	45.4%	2,678	1,971
26	COLÔMBIA	8,558	11,439	33.7%	2,884	2,262
27	TURQUIA	6,590	10,440	5.4%	2,048	1,395
28	RÚSSIA	7,365	9,335	26.7%	2,119	1,178

O quadro a seguir mostra ainda a importância dos Estados Unidos para as importações venezuelanas, se comparado a outros grandes parceiros comerciais. Os americanos, em 2007, eram responsáveis por 27% de todas as importações feitas pelo país, enquanto os colombianos figuravam em segundo lugar, mas apenas com 9,6% do total importando. A China, que na época já era colocada pela diplomacia venezuelana com uma das grandes parceiras estratégicas do país para diminuir sua dependência em relação aos Estados Unidos, figurava apenas na quarta colocação, sendo responsável por 7,2% de todas as importações.

<sup>67</sup> Total exportado pelos EUA, em 2008, em milhões de dólares. Dados obtidos no site do US Census Bureau, [www.census.org](http://www.census.org), em 14/11/2011.

**Figura 3.18**

<b>Importações Venezuela - Mundo / 2007</b>		
<b>US\$ Milhões CIF</b>		
Estados Unidos	11.219	27,0%
Colômbia	4.049	9,8%
Brasil	3.990	9,6%
China	3.002	7,2%
México	2.352	5,7%
Panamá	1.907	4,6%
Japão	1.441	3,5%
Itália	1.183	2,9%
Alemanha	1.154	2,8%
Demais países	11.209	27,0%
<b>Total</b>	<b>41.506</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** FMI - Direction of Trade Statistics, em Braziltrade.net (02/02/2012)

A política de importações adotada pelo governo Chávez em relação aos Estados Unidos foi claramente marcada pelo pragmatismo em detrimento do revisionismo de relações. No entanto, não se pode afirmar que toda a política do governo tenha seguido essa mesma orientação. No caso da Colômbia, segunda maior exportadora para a Venezuela até 2008, a política revisionista interferiu diretamente na balança comercial, provocando uma mudança de eixo importante na política comercial sul-americana. O estopim da mudança de orientação na política comercial entre os dois países foi a crise de 2008, deflagrada pela invasão por tropas colombianas de território do Equador em uma operação contra lideranças das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que resultou na morte do líder guerrilheiro Raúl Reyes.

Ao ser informado sobre a operação, Chávez determinou o fechamento da embaixada venezuelana em Bogotá e o fechamento da fronteira entre os dois países, especialmente das rodovias, impedindo o acesso de caminhões colombianos com produtos já negociados para a Venezuela. Vários contratos comerciais foram suspensos ou cancelados quase que em tempo real. A crise diplomática entre os dois países se arrastou até 2009, apesar das relações diplomáticas terem sido reestabelecidas, por conta das acusações do governo colombiano de ligações entre Chávez e a Farc o que, na versão de Bogotá, seria comprovado pelos documentos e arquivos encontrados no acampamento guerrilheiro atacado em território equatoriano.

A crise abalou de forma intensa a relação comercial entre os dois países, como indica a

tabela abaixo, com dados do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (Dane), do governo da Colômbia. De 1999, quando Chávez assumiu o poder, até a crise com Bogotá em 2008, as exportações colombianas para a Venezuela saltaram de US\$ 923 milhões para mais de US\$ 6 bilhões. Os reflexos da crise já foram sentidos, no entanto, na balança comercial de 2009, quando as exportações colombianas para o país caíram para US\$ 4 bilhões. Em 2010, a Colômbia sofreu forte retração de sua atividade econômica por conta da forte disposição do governo venezuelano em reduzir o comércio entre os dois países. As exportações colombianas despencaram nesse mesmo ano para cerca de US\$ 1,4 bilhão, valor inferior ao registrado em 2001.

**Figura 3.19**

EXPORTAÇÕES DA COLÔMBIA PARA A VENEZUELA 2004 - 2011 (em milhares de dólares)	
2004	1.827
2005	2.098
2006	2.702
2007	5.210
2008	6.092
2009	4.050
2010	1.423
2011	1.750

Dados do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (Dane), da Colômbia, acessados no link [http://www.dane.gov.co/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=88](http://www.dane.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=88) em 17/04/2012.

No mesmo momento em que reduziu drasticamente a lista de importações da Colômbia, a Venezuela aumentou sua pauta de importações de outros vizinhos, especialmente de Brasil e Argentina. No caso do Brasil, as exportações para a Venezuela, como mostram os quadros abaixo, aumentaram 2007 para 2008, passando de US\$ 4,7 bilhões para cerca de US\$ 5,1 bilhões.

Figura 3.20

EXPORTAÇÕES BRASIL - VENEZUELA		
PERÍODO	US\$ FOB	PESO LÍQUIDO (Kg)
2005	2.223.705.818	919.760.591
2006	3.565.424.415	1.560.520.644
2007	4.723.939.988	1.875.162.734
2008	5.150.187.992	4.611.639.264

Aliceweb  
MDIC / SECEX

O caso da redução das importações de produtos colombianos e o aumento das importações de produtos de outros países, entre eles o Brasil, indica um forte componente político e não econômico. A Colômbia durante quase todo o século XX foi o segundo maior parceiro comercial da Venezuela, atrás apenas dos Estados Unidos. Sua forte ligação com a Venezuela, do ponto de vista do comércio, se deve especialmente por dois fatores essenciais: o primeiro é a proximidade logística, com amplas fronteiras entre os dois países, dotadas de muitas rodovias e facilidade de escoação de produtos. O fluxo histórico, tanto humano quanto de produtos entre os dois países, facilitou a criação de uma infraestrutura voltada para o comércio. O segundo fator é o relativo desenvolvimento da indústria colombiana, a maior da Região Andina e do norte da América do Sul, o que por questões geográficas e culturais a faz ser a mais competitiva em alguns setores em países como Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

As exportações de produtos do Brasil e da Argentina para a Venezuela tradicionalmente enfrentavam as dificuldades de integração e o distanciamento físico e político. No caso brasileiro, as fronteiras entre os dois países se dão em uma área amazônica, de pouca integração com os núcleos econômicos tanto do Sul e Sudeste como até mesmo do Nordeste. Mas a opção política de revisão das relações com Bogotá a partir de 2008 interferiu diretamente nesse processo, aumentando o interesse de Caracas pelos países do Mercosul.

### 3.6- UM BALANÇO DA POLÍTICA COMERCIAL PRAGMÁTICA DA VENEZUELA

Os números mostram que a diplomacia do petróleo não se enveredou pelas trilhas revisionistas. Enquanto a orientação revisionista antagonista mostrou o lado ousado da política externa venezuelana a partir de 2002, a política comercial se manteve conservadora e pouco

afeita a mudanças substanciais em seus temas principais.

Mas por que um governo com postura tão engajada na defesa por mudanças no cenários regional e internacional não conseguiu, ou não quis, dar o mesmo tom ou pelo menos contornos menos conservadores às suas relações comerciais? Neste caso, uma conjunção de fatores dar conta com mais precisão dessa resposta do que apenas um elemento.

Um dos elementos a ser levado em questão é a prudência, prática evocada e analisada pelo realismo político. A prudência do governo Chávez em sua política comercial, especialmente na relação com os Estados Unidos, se demonstrou uma característica forte desde o início do governo, como analisado no início deste capítulo, com o objetivo de garantir a entrada de divisas e o aumento da receita para a sustentação dos projetos do governo. Segundo Aron (1968), a prudência é uma das virtudes de um comportamento político realista, ciente das condicionantes externas e inerente à preservação do *status quo*. Neste caso, entende-se como *status quo* uma relação comercial em que o rompimento possa ter consequências mais graves que sua manutenção.

Ser prudente é agir de acordo com o uma determinada situação e dados concretos, e não conforme qualquer sistema ou por obediência passiva a uma norma (...) É estabelecer objetivos concretos acessíveis e não objetivos ilimitados e talvez sem significado. (ARON, 1968, p 585).

Enquanto a orientação revisionista busca por meio de suas revisões, perspectivas ideais, ou próximas de um mundo que considera ideal, a prudência realista, como afirma John Herz, “entra no jogo imperfeito da política e obedece a suas regras imperfeitas” (1981, p29). Essa prática, segundo ele, se faz necessário pois “A terra prometida está eternamente acima do horizonte e os meios imaginados que derivam seus valores desta terra são impróprios.” Por essa lógica de pensamento, a política comercial venezuelana seria o braço impróprio, fora dos valores defendidos mas necessário para a sobrevivência desses mesmos valores. A partir dessa interpretação seriam, portanto, práticas realistas do revisionismo periférico, este por sua vez capaz de identificar as necessidades de mudança sem perder, no entanto, o foco sobre os caminhos necessários para a realização dessa mudança em meio às relações de poder. Para se ter uma política revisionista forte é necessário, na visão chavista, implementar as reformas sociais internas, garantir a coesão política e servir de exemplo para os demais países. Para isso, no entanto, os recursos vindos do petróleo seriam fundamentais. Os fins do revisionismo e das reformas internas, neste caso, justificariam os meios de uma política comercial conservadora, pelo menos em um primeiro momento.

Nos campos, no entanto, onde a prudência não era tão relevante, pois os custos da mudança não eram altos, a política comercial venezuelana encontrou espaço para tentar acompanhar os passos da política revisionista de Miraflores. A revisão das importações da Colômbia e o uso do excedente de produção para fazer acordos com a China, Cuba e com outros países latino-americanos e africanos são exemplos disso. A prudência, portanto, foi um componente mais presente nas relações comerciais com os Estados Unidos, tanto nas exportações de petróleo quanto nas importações de produtos americanos. A prudência pode nos ajudar a compreender parte da postura comercial venezuelana, mas sozinha não é o suficiente para nos dar conta desse comportamento. Seria reducionista afirmar que um país com tantas questões estruturais importantes e em meio a uma política externa de forte tom de revisão teria apenas em uma política de prudência o elemento para a manutenção de uma estratégia comercial conservadora com o país que é o principal alvo de mudança em suas relações.

É fato que as limitações estruturais da Venezuela também têm peso relevante na decisão de se adotar esse tipo de orientação conservadora. Mas a situação geopolítica em relação aos Estados Unidos e o entrelaçamento da infraestrutura e do comércio entre os dois países tornariam a questão estrutural responsável exclusiva pelos rumos da política comercial? Uma resposta positiva neste sentido retiraria na teoria qualquer responsabilidade de governo sobre sua orientação e, neste caso, diante do inevitável, a melhor estratégia seria aproveitar os benefícios do que não se pode mudar para implantar aquilo que pode ser mudado.

A prudência, portanto, não teria grande relevância diante de um fato que não pode ser mudado pois esta, conseqüentemente, não exigiria uma postura prudente. Nessa linha, em um estruturalismo com forte influência de Gramsci, Robert Cox afirma que as limitações sistêmicas são imperativas e definidoras do papel de um país no cenário internacional, em uma intrínseca relação entre estrutura e superestrutura.

Os Estados criam as condições nas quais modos específicos de relações sociais alcançam domínio sobre os modos coexistentes, estruturam tanto proposital quanto inadvertidamente os elos de domínio e subordinação do processo acumulativo (...) cada Estado é limitado pela posição e poder relativo dentro da ordem mundial, que por sua vez coloca limites à vontade e capacidade de alterar as relações produtivas. (COX, 1987, p 399).

Pelo estruturalismo extremo, a Venezuela estaria fadada a ser um grande parceiro energético dos Estados Unidos, e a conviver com essa relação de dependência, enquanto o petróleo tiver relevância no panorama energético da grande potência, ou enquanto os Estados Unidos possuírem o status de potência. Nesta perspectiva, qualquer outra política ou ação,

inclusive a diplomacia revisionista, seria periférica e sem grandes efeitos. O que importa são as políticas oriundas das questões estruturantes e tudo o que é importante deve, *a priori*, girar em torno delas, não importando que tipo de governo esteja no poder.

O estruturalismo extremo, no entanto, não é capaz de dar conta por completo das políticas comerciais da Venezuela em relação aos Estados Unidos. A própria existência de uma política revisionista seria um contrassenso se os atores racionais levassem em conta a impossibilidade de mudanças estruturais. E se não levam em conta essa impossibilidade é porque estão dispostos a ultrapassá-las, mesmo que na teoria ou em parte, assumindo os custos por essa transgressão.

Responsabilizar a questão estrutural como a única responsável pelo comportamento conservador venezuelano na área comercial é também fechar os olhos para medidas importantes, ainda que periféricas, de uma política comercial que aproveita excedentes para firmar acordos alternativos com países considerados párias pelos Estados Unidos, é negar uma política que altera relações de importação e exportação com vizinhos por conta de suas relações com Washington e que, apesar dos impedimentos estruturais, procura no relacionamento com os vizinhos um futuro um pouco menos dependente em relação ao seu principal parceiro. Afirmar que a questão estrutural responde totalmente a questão do porque a política comercial venezuelana do governo Chávez entre 1999 e 2009 foi tão conservadora é tão equivocado como negar totalmente a responsabilidade das questões estruturais nesse processo. Assim como a política da prudência, a questão estrutural é uma parte, e não o todo dessa resposta.

Se prudência e estrutura explicam em parte o porquê do comportamento comercial venezuelano, o outro elemento que também compõe essa resposta é justamente o que se opõe aos dois primeiros. Se a voluntarista vontade de mudanças, fruto do revisionismo, é a característica que transforma tanto a prudência quanto a questão estrutural em questões parciais, é justamente a ausência de uma política mais ativa por mudanças o elemento que explica a não superação total tanto da prudência quanto da estrutura.

Mas, no caso venezuelano, seria possível uma política voluntarista forte o suficiente para sufocar as questões estruturais, deixar a prudência de lado e construir uma política comercial tão revisionista como a orientação política implantada por Chávez a partir de 2002? Para Putnam (1998) sempre é possível querer arcar com os custos de uma política em direção

contrária à estrutura e à prudência, por mais que este seja demasiado alto. Mas também é fato, diante dos dados apresentados neste capítulo, que este caminho não foi trilhado na íntegra pelo governo venezuelano.

A combinação entre uma política realista prudente, a complicada questão estrutural e um revisionismo não radical o suficiente para suplantar as duas primeiras formam um conjunto de fatores para explicar os motivos da Venezuela ter mantido uma política comercial conservadora em relação aos Estados Unidos em meio a uma orientação revisionista ativa. Cada um desses fatores, por si só, não é capaz de explicar plenamente a adoção deste tipo de postura, mas, em conjunto, apresentam um panorama ao mesmo tempo mais preciso e complexo.

## **CONCLUSÃO: INIMIGOS SIM, NEGÓCIOS À PARTE**

A política externa venezuelana durante os doze anos de mandato de Hugo Chávez analisados neste trabalho esteve dividida em dois períodos distintos. O primeiro, entre 1999 e 2002 foi marcado pela coexistência entre uma diplomacia mais autônoma em relação aos Estados Unidos e uma diplomacia comercial, especialmente do petróleo, marcada pela forte necessidade de vendas para os Estados Unidos. Uma combinação de duas políticas não muito distante das combinações executadas por governos de orientação nacionalista dos anos 60 e

70. Apesar de Chávez e os presidentes daquele período terem formas distintas de ver os Estados Unidos e o próprio sistema internacional, além das óbvias conjunturas internacionais distintas que os separam, na prática o estilo mais pragmático fez com que ambos tivessem comportamento semelhante: aproximação, via Opep, dos grandes produtores de petróleo, busca de parcerias alternativas, inclusive com países indesejados na visão americana e um olhar mais atento (ainda que sem grandes feitos) para projetos de integração que resultassem em um mercado alternativo para o petróleo e aumentasse a influência regional do país.

A chamada diplomacia do petróleo (que não deve ser confundida com a política interna do petróleo e nem com a orientação sobre os usos dos recursos provenientes desta), comportou-se de maneira mais ou menos uniforme, como visto anteriormente, tanto nos governos de Punto Fijo, quanto nas duas fases da política externa do governo Chávez. De fato, nenhuma política de diversificação de exportações ou de ampliação de relacionamentos internacionais, e nem mesmo a política antagônica pós 2002 foram capazes de mudar o status quo das exportações, que sempre tiveram entre 65% e 80% de tudo o que é produzido exportado para o mercado americano, com oscilações puramente de caráter comercial. Também é importante ressaltar que a política comercial de importações, especialmente em relação aos Estados Unidos, pouco se alterou na transição dos governos de Punto Fijo para a presidência de Chávez, e surpreendentemente passaram por um aumento tanto em quantidade quanto em gastos justamente na fase em que o revisionismo venezuelano passava por sua fase mais ativa.

Esse aparente descolamento da diplomacia do petróleo e da política comercial em relação à orientação de política externa elaborada em Miraflores, no entanto, não tornou a política externa de Hugo Chávez esquizofrênica ou dividida a ponto da inoperância. Pelo contrário, foi justamente essa aparente contradição inerente (especialmente se estamos tratando da política pós 2002) um dos fatores responsáveis por não levar o revisionismo periférico antagônico de Chávez para o abismo fruto de uma confrontação direta com os Estados Unidos. A confrontação antagônica localizou a Venezuela entre os países hostis no rol elaborado pelo governo americano – uma concepção mantida inclusive pelo governo de Barack Obama. Mas é fato também que essa sensação de hostilidade foi extremamente minimizada por uma política comercial que, independentemente da retórica, manteve-se uniforme e segura, tanto do ponto de vista das exportações de petróleo, quanto inclusive de importações de produtos americanos. As únicas restrições ao comércio entre os dois países

foram impostas pela Casa Branca, o embargo na venda de aeronaves e componentes militares, e não pelo governo venezuelano.

O revisionismo antagônico, não há dúvida, mudou radicalmente a visão da Venezuela sobre o sistema internacional, e provocou mudanças substanciais sobre sua inserção nesse sistema. E sua convivência com uma diplomacia do petróleo e uma política comercial relativamente estáveis tornou esse um período *sui generis* da política externa do país. Ambas as políticas fazem parte de uma única política externa, por mais que sejam distintas em orientação, e devem ser vistas como elementos que, conjuntamente, conduzem o comportamento da Venezuela no cenário internacional. Entre algumas das características dessa interação podemos destacar:

- 1- **O revisionismo periférico antagônico e sua política de confrontação não provocaram mudanças substanciais na diplomacia de petróleo e na política comercial.** Mudanças estruturais dessa ordem seriam extremamente custosas para a economia venezuelana e tornariam a adesão interna ao governo muito frágil, ameaçando sua sobrevivência. Uma mudança na política comercial em relação a Washington, por questões geopolíticas extremamente sensíveis, tornaria possível um acirramento de uma política hostil americana em relação a Venezuela, o que também corresponderia em uma grave ameaça à sobrevivência do governo.
- 2- **A diplomacia do petróleo e a política comercial não foram capazes de anular o revisionismo periférico antagônico, mas contribuíram para que este não representasse um risco para o país.** As questões estruturais e geopolíticas não foram empecilhos para que a Venezuela adotasse a confrontação antagônica, tanto em alguns aspectos políticos, mas especialmente na retórica. Não impediu que o país trabalhasse na tentativa de obter alianças internacionais, mesmo que quase sempre de forma pouco hábil, para a formação de um polo político alternativo e para mudanças nas relações regionais e hemisféricas Sul-Sul. No entanto, especialmente a diplomacia do petróleo, teve papel importante como elemento moderador, evitando que os Estados Unidos considerassem tal revisionismo como uma real ameaça estratégica que exigisse ações mais efetivas, não se excluindo aí intervenções militares. Não se tratou, portanto, de existência de duas políticas conflitantes no seio da política externa, mas de uma estratégia de “bate e assopra”, de tentativa de mudança, levando-se em conta de forma realista que grandes

estruturas de poder não devem ser mudadas do dia para noite, sob pena de altos custos.

- 3- **O revisionismo antagônico mudou o relacionamento da Venezuela com a América do Sul e mudou as relações entre os Estados sul-americanos.** A necessidade de fortalecer relacionamentos capazes de criarem um bloco alternativo de poder fizeram a Venezuela revisionista intensificar as relações com a vizinhança sul-americana como nunca tinha feito. Apesar dos projetos de integração regional não serem novidade do período Chávez, o incremento das relações políticas e dos acordos de cooperação foram notáveis. O maior relacionamento com a região andina, especialmente Bolívia e Equador, e com Brasil e Argentina fizeram a Venezuela deixar de olhar apenas para o Caribe como região natural de relacionamento, alterando de forma substancial o fluxo comercial no subcontinente. Ao mesmo tempo, o revisionismo deteriorou as históricas relações do país com a Colômbia, que passou a se destacar ainda mais na América do Sul como grande aliado regional dos Estados Unidos. A presença mais ativa da Venezuela na América do Sul também forçou os dois grandes da região, Brasil e Argentina, que já estavam em um momento de maior aproximação com a vizinhança, a intensificarem ainda mais o diálogo e a cooperação regional, especialmente na tentativa de fazer com que o subcontinente caminhasse mais na direção do revisionismo autônomo do que rumo ao revisionismo antagônico, o que poderia ser um fator de instabilidade regional.
- 4- **O revisionismo periférico antagônico facilitou uma maior presença de atores como China, Irã e Rússia na América do Sul:** Apesar de não ter sido o único, nem o principal fator, é certo que a política revisionista de Hugo Chávez acelerou uma aproximação diplomática entre países andinos como Bolívia e Equador de China, e especialmente de Irã e Rússia. A China, diante de seu atual gigantismo econômico, por si só já teria envergadura o suficiente para buscar seus espaços na região, mas a aproximação com a Venezuela acelerou ainda mais esse processo em alguns países, tornando o país asiático a mais importante presença econômica no subcontinente, atrás apenas dos Estados Unidos. No caso de Irã e Rússia, nem de longe tão pujantes quanto a China, a intermediação da Venezuela teve papel ainda mais importante para o estabelecimento de acordos econômicos, energéticos e militares. A América do Sul, tradicionalmente vinculada à dependência comercial

e estratégica em relação os Estados Unidos, diversificou de forma relevante suas relações, ainda que sem ofuscar com isso o protagonismo americano.

- 5- **O revisionismo periférico antagônico foi muito mais uma reação ao governo de George W. Bush do que propriamente uma postura de longo prazo em relação aos Estados Unidos.** Apesar de ter sido o período mais longo na política externa dos 12 anos de governo Chávez analisados (seis dos nove anos), o revisionismo periférico antagônico pode ser considerado muito mais uma reação à política americana do governo George W. Bush do que propriamente uma postura estratégica de longo prazo em relação aos Estados Unidos. A tendência a uma política mais moderada, próxima do modelo revisionista autônomo, verificada tanto no primeiro período de governo, entre 1999 e 2002, e logo após a posse de Barack Obama, em 2009 revela que a política de confrontação foi claramente uma reação à postura de Bush em relação a seu governo e aos episódios de tentativa de golpe de Estado e de paralisação da PDVSA. É fato, no entanto, que o governo Chávez difere dos demais governos venezuelanos por sua postura revisionista em relação aos Estados Unidos, ainda que muitas vezes na prática suas ações se assemelhassem às práticas de antigos governos de Punto Fijo com orientação nacionalista. Tal fato permite considerar que o governo Chávez é revisionista em relação aos Estados Unidos, mas com viés autonomista, ainda que menos sutil que Argentina e Brasil. A tendência à confrontação ocorreria em momentos de excepcionalidade, tanto interna quanto de interferência externa, que ameaçasse o governo. Mas é fato também que seis anos de uma política de confrontação antagônica foram cruciais para os rumos tomados pela Venezuela, e transformaram essa orientação em uma marca de difícil reversão para o governo Chávez, mesmo quando o presidente anunciou querer “zerar” as relações com os Estados Unidos.

Para Cesar Guimarães (2008), a o modelo antagônico adotado pela Venezuela foi excessivamente barulhento e, obviamente, pouco eficaz em seus objetivos.

É possível que o presidente Chávez não leve em consideração que uma desejável multipolaridade não passe necessariamente por uma “confrontação antagônica”. Certo gozo do “decurso do tempo”, que tanto agradava a Guicciardini, vem permitindo, já neste final de primeira década de um século novo, o entendimento de que uma perspectiva autônoma menos ruidosa pode conduzir a passos efetivos para progressiva multipolarização das relações internacionais (GUIMARÃES, 2008, p 245)

A pouca eficácia, neste caso, tornou-se ainda mais latente diante do projeto antagônico não ter absorvido em sua prática a principal forma de relacionamento da Venezuela com o

polo de poder: o petróleo. Por outro lado e ironicamente, diante de uma postura de confrontação que por si só, mesmo que posta integralmente em prática, fatalmente não seria capaz de proporcionar mudanças significativas de *status quo*, foi a estável diplomacia do petróleo um dos principais fatores de manutenção de sua própria existência. Ou seja, o governo desenvolveu uma política de confrontação sem pagar custos altos demais por ela, que poderiam implicar em seu próprio fim, justamente porque a diplomacia do petróleo em nada se demonstrou confrontadora.

Mudanças estruturais em um país dependente do petróleo e do mercado americano como a Venezuela são possíveis de serem feitas. Mas exigem mais ainda do que em outros casos o “decurso do tempo”. Ao contemplar essa perspectiva, o revisionismo autonômico se apresenta como uma orientação de longo prazo mais silenciosa e bem menos custosa. A postura antagônica, no entanto, se demonstra reativa à demora. Ela dá a entender e cria a expectativa de rompimento brusco e, muitas vezes, violento. Chávez despertou essa expectativa na região, forçando especialmente o Brasil a trabalhar como um elemento moderador, para sinalizar que a América do Sul não desejava a confrontação. Outros países desafetos de Washington, e alguns rivais estratégicos, também viram a Venezuela com essa expectativa, esperando que o país se tornasse mais uma dor de cabeça forte para Casa Branca, diluindo ainda mais atenção e os recursos dos americanos.

Uma análise mais rigorosa das políticas e dos números, no entanto, mostram que tanto a Venezuela quanto os Estados Unidos foram os únicos (ou os poucos) que não viram essa eminência de rompimento brusco. De fato o revisionismo periférico antagônico mudou radicalmente as relações entre os dois países, mudou o relacionamento da Venezuela com o mundo e contribuiu em certa medida para mudanças significativas no relacionamento entre Estados da periferia no sistema internacional. Mas um rompimento que significasse para os Estados Unidos uma relevante ameaça estratégica e para a Venezuela, no mínimo, um custo econômico catastrófico, em nenhum momento esteve perto de acontecer. Afinal, inimigos sim, negócios à parte.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Robert Jackson. **The Venezuelan Democratic revolution: A Profile of Regime of Romulo Betancourt**. New Brunswick, NJ: Transcition Books, 1982.

AMORIM NETO, Octavio. “De Hugo Chávez a João Goulart: a política venezuelana à luz da experiência brasileira” **Opinião Pública**, v. VIII, n. 2, 2002.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Clássicos IPRI, 2002.

BAES, Luiz e ELIZALDE, Rosa Maria. **Chávez Nuestro**. Havana: Casa Editora Abril, 2004.

BALESTRINI, Cesar C. **Economia y política petrolera**. Caracas: Ed.Academia Nacional. Fundación editorial universitaria de Venezuela, 1991.

BARROS, Pedro Silva. “Venezuela: mudanças e perspectivas – A razão chavista”. In: **Venezuela, Perspectivas e Mudanças: Prêmio América do Sul 2007**. Brasília: Funag, 2007.

BOESNER, Demetrio. Venezuela ante Centroamérica y el Caribe: virajes y perspectivas. Caracas: Mimeo, 1982.

CALDERA, Rafael. “Caldera: autoanálisis de su política exterior”. **Perfil Internacional**, N 1, Caracas: Escuela de Estudios Internacionales. Universidad Central de Venezuel, 1980.

CARMO, Corival Alves. “Confrontando o subdesenvolvimento e a dependência: A Venezuela de Hugo Chávez”. In: **Venezuela, Perspectivas e Mudanças: Prêmio América do Sul 2007**. Brasília: Funag, 2007.

CARDOZO, Elsa. “La política exterior de Venezuela”, 1984-1989: entre las vulnerabilidades económicas y los compromisos políticos. In: **Política Internacional**, n 14. Caracas: Asociación Política Internacional, 1989.

CATALÁ, José Agustín. **La política internacional de Carlos Andrés Pérez**, Vol I. Caracas: Ediciones Centauro, 1980.

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina: novos e velhos paradigmas**. Brasília: FUNAG, 2001.

CHÁVEZ, Hugo. **1999: Año de la refundación de la república**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

\_\_\_\_\_. **Discurso del inicio de la construcción del Partido Socialista Unido**, 24 de marzo de 2007. Caracas: Ediciones Socialismo del Siglo XXI, 2009.

\_\_\_\_\_. **El Golpe Fascista Contra Venezuela**. Caracas: Ediciones Plaza La Habana, 2003.

CLEM, Ralph S.; MAINGOT, Anthony P. **Venezuela's Petro-Diplomacy: Hugo Chávez's Foreign Policy**. Miami: University Press of Florida, 2008.

CORDEIRO, Jose Luis. **El gran tabu venezolano: la desestatización y democratización del petróleo**. Caracas: Ed Cedice, 1997

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method . **Journal of International Studies** 12, pp-126-155, 1983.

CRISP, Bryan. **Democratic Institutions Designs. The Powers and Incentives of Venezuelan Politicians and Interest Groups**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chavéz: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

ESCOBAR, Janet Kelly e ROMERO, Carlos Alberto. **Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos**. Caracas: Los libros de El Nacional, 2005.

EWELL, Judith. **Venezuela: A Century of Change**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2003.

ESCUDE, Carlos. **Realismo Periférico: Bases Teóricas para una Nueva Política Exterior Argentina**, Buenos Aires: Planeta, 1992.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relações Diplomáticas Brasil-Venezuela: 1859-1997**. Brasília: Funag, 1998.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. "O Enigma Hugo Chávez", **Le Monde Diplomatique**, edição brasileira, ano 1, n. 7, agosto, 2000.

GILPIN, Robert. "The Richness of the Tradition of Political Neorealism" In: R. Keohane (org.) **Neorealism and Its Critics**. Nova York: Columbia University Press, 1986.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Selección de Discursos del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chavez Frias: 2001 año de las leyes habilitantes**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la Republica, 2001.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Selección de Discursos del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chavez Frias: 2002 año de la resistência antiimperialista**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2002.

GOLINGER, Eva. **The Chavez code: Cracking US intervention in Venezuela**. Northampton : Olive Branch Press, 2006.

GUIMARÃES, Cesar. Integração Hemisférica ou Integração Autônoma. In: SOARES DE LIMA, Maria Regina (org). **Desempenho de governos progressistas do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Edições Iuperj, 2008.

HELLINGER, Daniel. "Populism and Nationalism in Venezuela". In "News perspectives on Accion Democratica". **Latin American Perspectives**, n. 11 (1984), pp. 33-59.

HOROWICZ, Alejandro. **Los cuatro peronismos**. Buenos Aires: Edhasa, 2005.

JAGUARIBE, Helio. “Autonomia Periférica e Hegemonia Cêntrica”, in: JAGUARIBE, Helio; **O novo cenário internacional**. Conjunto de Estudos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

\_\_\_\_\_. “A América Latina no presente contexto internacional”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XXXI, n 123, julho/dezembro, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Candido Mendes, 2005.

KARL, Terry Lynn. "Petroleum and Political Pactus. The Transiction to Democracy in Venezuela.". Em **Latin American Reseravh Review**, vol. 22 n. 1, 1987, pp. 63-94.

KRASNER, Stephen. **Defending the National Interest**. Princeton, Princeton University, 1978.

KELLY, Janet; PALMA, Pedro: “El síndrome del deterioro económico y la búsqueda del cambio”, in: McCOY, Jannifer ; MYERS, David (Orgs) . **Venezuela: del Pacto de Punto Fijo al Chavismo**. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2007.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

\_\_\_\_\_; MILNER, Helen (eds.). **Internationalization and Domestic Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KOZLOFF, Nikolas. **Hugo Chavez: Oil, politics, and the challenge to the U.S**. New York: Palgrave Mcmillan, 2007.

LAFER, Celso; FONSECA, Gelson. “*A Problemática da Integração num Mundo de Polaridades Indefinidas*”. In MARTINS, Guilherme d’Oliveira et al. **A Integração Aberta – Um Projeto da União Europeia e do Mercosul**. Lisboa: IEEI, 1995.

LAFER, Celso. “Brazilian International Indetity and Foreign Policy: Past, Present and Future.” **Daedalus**, v 129, n2., 2000

LANDER, Luís Edgardo; LÓPEZ MAYA, Margarita. "Venezuela, Golpe y Petróleo". **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas: Universidad Central de Venezuela (UCV), n2, mayo-ago, 2002.

LEVINE, Daniel H. "Venezuela since 1958: The Consolidation of Democratic Politics". Em LINZ, Juan e STEPHAN, Alfred. (eds.). **The President Democratic Regimes: Latin America**. Baltimore, John Hopkins University Press, 1978.

LOMBARDI, John V. "El permanente dilema de Venezuela: antecedentes de las transformaciones chavistas". In ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se Inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

MÁRQUEZ, Patricia. "¿Por qué la gente votó por Hugo Chávez?". In ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

MAYA, Margarita Lopes. "Hugo Chávez Frías, su movimiento y presidencia". In ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

MAYER, Frederick. "Managing Domestic Differences in International Politics". **International Organization**, vol. 46, no 4, 1992.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. "Celso Furtado e a Economia Política da Abundância de Divisas". Texto apresentado no Seminário Celso Furtado e o Século XXI, agosto de 2005.

MILNER, Helen. **Interest, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MINISTÉRIO DE RELACIONES EXTERIORES DE VENEZUELA. **Libro Amarillo de los Estados Unidos de Venezuela: presentado al Congreso Nacional en sus sesiones ordinárias de 1938**. Caracas: Prensa Nacional, 1939.

---

\_\_\_\_\_. **Libro Amarillo de la República de Venezuela: presentado al Congreso Nacional en sus sesiones ordinárias de 1976**. Caracas: Prensa Nacional, 1977.

---

\_\_\_\_\_. **Libro Amarillo de la República de Venezuela: presentado al Congreso Nacional en sus sesiones ordinárias de 1986**. Caracas: Gráficas Franco, 1987.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations**. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

PARKER, Dick, “Chávez and the Search for an Alternative to Neoliberalism”, in ELLNER, Steve; SALAS, Miguel (orgs) **Venezuela: Hugo Chávez and the decline of exceptional democracy**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

PARTIDO SOCIALISTA UNIDO DE VENEZUELA: **Líneas Estratégicas de Acción Política**. Caracas, 2001.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Barack Obama e o Desafio da Liderança**. Artigo publicado em [www.mundorama.net](http://www.mundorama.net), em 12/01/2001

PUTNAM, Robert D. “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-level Games”. **International Organization**, vol. 42, no 3, 1988

---

\_\_\_\_\_. “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two Level Games”, in R. D. Putnam, P. B. Evans e H. K. Jacobson (eds.), **International Bargaining and Domestic Politics: Double-Edged Diplomacy**. Los Angeles, University of California Press, 1993.

RIVAS, Ramón – “Venezuela, Petróleo y la Segunda Guerra Mundial, um exemplo histórico para nuevas generaciones”, in: **Revista Economía da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de Mérida**, Venezuela, N 10, 2006

ROBERTS, Kenneth. "Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela". Em ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas, Nueva Sociedad, 2003.

ROMERO, Aníbal. "Situación y perspectivas del sistema político venezolano". In MAGALLANES, Manuel Vicente (org.). **Sistema político venezolano, clubes franceses y tendencias electorales**. Caracas: Consejo Supremo Electoral, 1989.

ROMERO, Carlos. "Las relaciones entre Venezuela y Cuba desde 1959 hasta 1978". **Fragmentos**. N 6. Caracas: Celarg, 2001.

\_\_\_\_\_. Jugando con el Globo: La política exterior de Hugo Chávez. Caracas: Ediciones B, 2006.

ROMERO, Maria Teresa. **Venezuela en Defensa de La democracia / 1958-1998): El Caso de La Doctrina Betancourt**. Caracas: Fundación para La Cultura Urbana, 2005.

RUIZ, José Briceño. "The free trade area of the Americas in the foreign policy of Hugo Chavez". **Unisa Latin American Report**. Vol 22, n 1, 2006.

SALAS, Miguel Tinker. "US. Oil Companies in Venezuela: Na Enduring Alliance". In **Venezuela: Hugo Chávez and The Decline of an Exceptional democracy**. ELLNER, Steve; SALAS, Miguel (orgs). Toronto: Rownan & Littlefield Publishers, 2007.

SARTI, Ingrid . La arquitectura política de la Integración. **Sociedad global**, v. 1, p. 8-23, 2010

SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. **Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista**. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: Los diez años de gobierno Chávez y el desafío de “sembrar el petróleo”. **Revista Oikos**, volume 8, n 1, 2009.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. “Instituições Democráticas e Política Exterior”. In: Contexto Internacional. Vol 22, n 2, julho/dezembro, pp 265-303. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_ ; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. “Integração Moderna”. **Análise de Conjunta do Observatório Político Sul-Americano (OPSA)**, n1, janeiro de 2006.

TRINKUNAS, Harold A. “The logic of Venezuelan Foreign Policy during the Chávez Period”. In CLEM, Ralph S. & MAINGOT, Anthony P. **Venezuela’s Petro-Diplomacy: Hugo Chávez Foreign Policy**. Tampa: University Press of Florida, 2007.

VALENTE, Leonardo. **Política Externa na Era da Informação**. Rio de Janeiro: Revan/UFF, 2007.

\_\_\_\_\_ ; “A política externa venezuelana no século XXI: Novos olhares, antigas amarras e a integração sul-americana como a principal saída para o desenvolvimento”. In: **Venezuela, Perspectivas e Mudanças: Prêmio América do Sul 2007**. Brasília: Funag, 2007.

\_\_\_\_\_ ; SANTORO, Maurício. A Diplomacia Midiática do governo Hugo Chávez. Artigo publicado no site do **Observatório Político Sul-Americano (OPSA)**, IESP-Uerj, 2007.

VILLA DUARTE, Rafael. "Venezuela: o projeto de refundação da República". **Lua Nova**, n. 49, 2000, pp. 135-139.

\_\_\_\_\_ "Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez". **Cuadernos del CENDES**, Caracas, vol. 21, n. 55, 2004, pp. 21-45.

\_\_\_\_\_. “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. **Estudos Avançados**, v 19, n 55. São Paulo, 2005.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez**. São Paulo, Globo, 2003.

ZAMBRANO V., J. A. **Centroamérica & Contadora**. Caracas: Editorial Ex Libris, 1989.

### Sites consultados

Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) < [www.alianzabolivariana.org](http://www.alianzabolivariana.org) >

Alo Presidente (Venezuela) < [www.alopresidente.gob.ve](http://www.alopresidente.gob.ve) >

Banco Central de Venezuela < [www.bcv.org.ve](http://www.bcv.org.ve) >

Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) < [www.eclac.org](http://www.eclac.org) >

Copei < [www.copeivenezuela.com](http://www.copeivenezuela.com) >

Departamento de Energia dos Estados Unidos < [www.energy.gov](http://www.energy.gov) >

Departamento de Estado dos Estados Unidos < [www.state.gov](http://www.state.gov) >

Fedecámaras – Venezuela < [www.fedecamaras.org.ve](http://www.fedecamaras.org.ve) >

Governo da Venezuela < [www.gobiernoenlinea.gob.ve](http://www.gobiernoenlinea.gob.ve) >

Instituto de Altos Estudios Diplomaticos Pedro Gual < [www.institutopedrogual.edu.ve](http://www.institutopedrogual.edu.ve) >

Jornal El Universal < [www.eluniversal.com](http://www.eluniversal.com) >

Mercosul < [www.mercosul.gov.br](http://www.mercosul.gov.br) >

Ministério de Relaciones Exteriores de Venezuela < [www.mre.gob.ve](http://www.mre.gob.ve) >

Ministério do Poder Popular para o Comércio < [www.mincomercio.gob.ve](http://www.mincomercio.gob.ve) >

Organização das Nações Unidas (ONU) < [www.un.org](http://www.un.org) >

Organização das Nações Unidas (ONU) – Venezuela. < [www.onu.org.ve](http://www.onu.org.ve) >

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec). < [www.opec.org](http://www.opec.org) >

Observatório Político Sul-Americano (OPSA) < [observatorio.iesp.uerj.br](http://observatorio.iesp.uerj.br) >

Partido Comunista de Venezuela (PCV) < [www.pcv-venezuela.org](http://www.pcv-venezuela.org) >

Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) < [www.psuv.org.ve](http://www.psuv.org.ve) >

Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA) < [www.pdvsa.com](http://www.pdvsa.com) >

Portal del Estado Colombiano < [www.gobiernoenlinea.gob.co](http://www.gobiernoenlinea.gob.co) >

TeleSur < [www.telesurtv.net](http://www.telesurtv.net) >

Universidade Central da Venezuela (UCV) < [www.ucv.ve](http://www.ucv.ve) >

Universidade Simón Bolívar (Venezuela) < [www.usb.ve](http://www.usb.ve) >

US Census Bureau < [www.census.gov](http://www.census.gov) >